

**U.**PORTO

**FLUP** FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DO PORTO

**Mestrado em História e Património**  
**Ramo de Mediação Patrimonial**

**Do material ao imaterial. Procissões, festas e romarias no**  
*Almanach de Lembranças (1851-1932).*

**Filipe Manuel Baptista Ribeiro Costa**

**M**

**2016**





**Filipe Manuel Baptista Ribeiro Costa**

**Do material ao imaterial. Procissões, festas e romarias no *Almanach de Lembranças* (1851-1932).**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História e Património, Ramo de Mediação Patrimonial, orientada pela Professora Doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva

Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
novembro de 2016



**Do material ao imaterial. Procissões, festas e romarias no  
*Almanach de Lembranças (1851-1932).***

**Filipe Manuel Baptista Ribeiro Costa**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História e Património, Ramo de Mediação Patrimonial, orientada pela Professora Doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva

**Membros do Júri**

Professora Doutora Maria Helena Cardoso Osswald  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor Francisco Manuel Ferreira de Azevedo Mendes  
Instituto de Ciências Sociais - Universidade do Minho

Professora Doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva  
Faculdade Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 18 valores



## Sumário

Agradecimentos.....	9
Resumo.....	10
Abstract.....	11
Índice de tabelas.....	12
Introdução.....	13
Capítulo 1 - O Almanaque de Lembranças.....	24
1.1. Os diretores do <i>Almanach de Lembranças</i> .....	24
1.2. Uma «empresa litterária» de sucesso.....	32
1.3. Consciência patrimonial no <i>Almanach de Lembranças</i> .....	38
Capítulo 2 - Procissões, um sentido de continuidade.....	48
2.1. As procissões descritas no <i>Almanach de Lembranças</i> e artes do espetáculo. 56	
2.1.1. Procissões festivas.....	58
2.1.2. Procissões simples.....	77
Capítulo 3 – Festas, identidade e memória.....	90
3.1. Festa e fruição na passagem do século XVIII para o século XIX.....	94
3.2. As festas descritas no <i>Almanach de Lembranças</i> .....	96
Oposição e composição.....	99
Relação com o tempo.....	101
Oferta.....	103
Sentido comunitário.....	104
Promessa e ex-voto.....	105
Carácter propiciatório.....	108
Valor.....	109
Crença e sociabilidade.....	110
Significado social.....	111
Difusão.....	112
Construção narrativa.....	114
A linguagem sensorial na recriação, conservação e transmissão.....	116
Cerimónia.....	117

O sagrado e o profano.....	118
Singularidade.....	119
Costumes.....	120
Trabalho.....	122
Processos sociais.....	122
Capítulo 4 - As romarias descritas no <i>Almanach de Lembranças</i> , espiritualidade e sociabilidade.....	128
4.1. A capela, ermida ou santuário.....	130
4.2. «A romagem», a viagem.....	139
4.3. O romeiro.....	147
4.4. Atos de culto.....	149
4.4.1. Missa e procissão.....	149
4.4.2. Rituais de fé e superstição.....	151
4.4.3. Oferendas, promessas e ex-votos.....	153
4.5. A festa, «que é necessário fazer e gozar».....	162
4.5.1. O arraial, os folguedos, o comércio.....	162
4.5.2. Singularidades da festa.....	164
4.5.3. Teatro, a reconstituição da memória.....	164
Considerações finais.....	171
Referências bibliográficas.....	175
Fontes impressas.....	175
Outras fontes impressas.....	192
Estudos.....	194
Outras obras de referência.....	204
Sítios.....	206
Anexos.....	208
Anexo 1 – Procissões.....	209
Anexo 2 – Festas.....	224
Anexo 3 – Romarias.....	265

## **Agradecimentos**

No decurso da elaboração deste trabalho foram muitos os momentos menos bons. Devo à minha mãe Isabel Batista Ribeiro todo o apoio e incentivo necessários para continuar. Obrigado mãe.

Desejo endereçar também os meus agradecimentos à Sra. Professora Doutora Inês Amorim, orientadora desta dissertação, pela sua disponibilidade e sugestões preciosas que tornaram possível este trabalho.

Quero ainda assinalar o contributo de todos os outros docentes deste mestrado com os quais muito aprendi.

## Resumo

Este estudo é uma reflexão e uma hipótese, ao procurar descortinar em alguns artigos publicados no *Almanach de Lembranças* (1851-1932), exclusivamente as lembranças sobre procissões, festas e romarias, que se realizavam em vários lugares de Portugal, aproximadamente entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX, um processo de valorização, de seleção, próprio de qualquer ação de valorização patrimonial.

Selecionamos os testemunhos do público que colaborava para esta publicação e que através da escrita fixou a memória e a sua interpretação acerca daquelas manifestações. São, neste sentido, discursos parciais, subjetivos, que entendemos constituírem fontes importantes de informação, não apenas pelo que valorizavam e selecionavam, como também pelo que excluía das suas descrições, veiculando, deste modo, o significado que as comunidades atribuíam a estas expressões culturais. Procuramos, assim, refletir neste trabalho conceitos de património cultural, como sentido, valor e seleção, e como um público num determinado tempo se constituiu como mediador patrimonial.

**Palavras-chave:** Procissões, festas, romarias, património cultural imaterial, *Almanach de Lembranças*.

## **Abstract**

Based on a critical reading of articles published in the *Almanach de Lembranças* (1851-1932), this study aimed to reconstitute the processions, parties and pilgrimage that took place in different locations of our country, approximately between the mid-nineteenth century and the first decades of the 20th century.

We select, above all, the testimonies of the public who collaborated with this publication and through their writings fixed the memory, his interpretation about those events. They were, in this sense, partial and subjective speeches, composing an important source of information, not only for its value and selective process, but also by what they excluded from their descriptions, conveying and also giving to those communities a cultural expression and identity. Therefore, we tried to reflect on concepts of cultural heritage, such as its meaning, value and selection, and how certain public at a given moment constituted himself as an mediator of heritage.

**Keywords: Processions, parties, pilgrimage, intangible cultural heritage, Almanach de Lembranças.**

## **Índice de tabelas**

<b>Tabela 1: Procissões festivas (artigos analisados)</b>	<b>Página 58</b>
<b>Tabela 2: Procissões simples (artigos analisados)</b>	<b>Página 77</b>
<b>Tabela 3: Festas (artigos analisados)</b>	<b>Página 96</b>
<b>Tabela 4: Romarias (artigos analisados)</b>	<b>Página 129</b>

## Introdução

O nosso estudo, no âmbito do Mestrado em História e Património, ramo de Mediação Patrimonial, pretende ser uma reflexão acerca do sentido das procissões, festas e romarias em termos de património cultural imaterial. Situamo-nos numa perspetiva particular, a de considerar que a informação contida no *Almanach de Lembranças*, publicado anualmente de 1851 a 1932, em 81 volumes e 5 suplementos, resulta de um processo de valorização, de seleção, próprio de qualquer ação de valorização patrimonial – legar ao futuro o que se considera, no presente, merecê-lo. Hoje, a Convenção do Património Cultural Imaterial corresponde a uma formulação que certifica e regulariza processos de valorização patrimonial. Em que medida poderão ser aplicados ao passado? Este é um dos nossos desafios.

Devemos salientar que, o título deste trabalho foi retirado do artigo da autoria de Laurier Tourgeon, *Do material ao imaterial. Novos desafios, novas questões*<sup>1</sup>.

### 1. Justificação

A justificação para esta abordagem entronca na natureza do *Almanach de Lembranças* e na pertinência do estudo das procissões, festas e romarias enquanto manifestações de património cultural imaterial.

As lembranças que levou a muitos leitores acerca dos lugares, das tradições, dos costumes e dos monumentos, nomeadamente, aos portugueses que estavam longe em que as memórias que o almanaque lhes despoletava os “trazia” emocionalmente ao país, leva-nos a considerar que o *Almanach de Lembranças* foi um “veículo privilegiado da memória coletiva”, pela partilha de memórias que veiculou. Esta publicação pode, assim, ser entendida como um instrumento de mediação patrimonial, porque constitui como que um «espelho de identidades e de memórias colectivas» (Lapa, 2008, p. 4).

A nossa fonte primária, no seu título define desde logo o seu objeto: ativar memórias. O seu autor, Alexandre Magno de Castilho, cujo perfil se definirá mais adiante, justifica os motivos que o levaram a designar esta publicação, *Almanach de*

---

1 - Tourgeon, Laurier (2014, dezembro). Do material ao imaterial. Novos desafios, novas questões. *Geosaberes*, 5, (1), 67 – 79. Disponível em: <http://biblioteca.up.pt/>. Consulta em: 09/05/2015.

*Lembranças:*

«(...) - É em 1.º lugar uma série de apontamentos (...); é em 2.º lugar uma espécie de *Agenda*, como os francezes lhe chamão, em que se deixou por baixo de cada artigo um espaço branco, para cada qual ir ahi apontando o que lhe convier» (Almanach de Lembranças para 1851, pp. 17-18).

Apesar de mais tarde ter suprimido os espaços brancos, não alterou o título da obra, fundamentando a sua decisão no seguinte:

«Não lhe alterei o título, pois, como disse no Prólogo do primeiro livrinho d'estes que em 1851 dei á luz, não são os meus artigos senão uma série de apontamentos ou *lembranças*, cujo fim é despertar a curiosidade de ir procurar o seu desenvolvimento nos livros especiaes» (Almanach de Lembranças para 1853, p. 16).

Alexandre Magno de Castilho sintetiza assim de forma clara a natureza da sua obra no título e na justificação para a atribuição desse título, e desdobra esta síntese na seguinte passagem do prólogo de 1855:

«Quando, em remotos dias, por dezenas e centenas, se contarem os volumes do *Almanach de Lembranças*, toda esta collecção, e cada uma de suas partes, poderá ainda ser lida, assim como cada individuo folga de revistar no animo o que passou, e calcular pelo que passou o que poderá ainda succeder-lhe, ou assim como, nos monumentos e na memoria do genero humano, se archiva em fragmentos a historia d'outras idades que produziram a presente, e os feitos, dictos, e pensamentos da presente, que encerra o germen das seguintes».

Esta longa passagem traduz, quanto a nós, a ideia de património de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, segundo a qual, o património não deve ser entendido apenas como uma sobrevivência e uma memória do passado, mas deve incorporar o nosso presente, ser visto como algo vivo e ter «valores prospectivos». É esta a essência do Património (Almeida, 1993, p. 412). Também Candau, parece estar representado naquele texto, na medida em que sustenta que «lembrar-nos consiste, (...), em configurar presentemente um acontecimento passado no quadro de uma estratégia para o futuro (...)» (Candau, 2013, p. 51).

Um outro aspeto da natureza desta fonte a torna pertinente para o estudo do tema sobre procissões, festas e romarias: a autoria dos textos. O fator determinante para a escolha do *Almanach de Lembranças* como fonte para o nosso trabalho reside mesmo

no facto de os artigos sobre procissões, festas e romarias serem da autoria do público. Estas lembranças publicadas na obra criada por Alexandre Magno de Castilho eram da autoria de um público diversificado, que queria deixar um registo sobre o que considerava importante para ser editado neste anuário. E neste sentido o envolvimento deste público corporiza a noção contemplada na Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial de 2003, segundo a qual o património cultural imaterial são «as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural» (Convenção, 2003). E tendo em conta que é necessária a mediação para que o património cultural seja transmitido, podemos considerar que aquele envolvimento da comunidade de colaboradores do *Almanach de Lembranças* também materializa a ideia de mediação patrimonial.

Outra justificação para a realização deste trabalho, como já referimos, assenta na importância da análise das descrições sobre procissões, festas e romarias no *Almanach*. Na realidade, o seu estudo permite aceder em parte ao «universo simbólico» das comunidades visadas nesta publicação, ou seja, ao que para estas comunidades significavam este tipo de manifestações. Mas sobretudo estas práticas culturais que analisamos remetem para processos sociais, para aquilo que podemos considerar tão ou mais importante do que um simples inventário, ««o relacionamento dos portugueses uns com os outros» (Mattoso, 1995a, p. 18).

Manifestações que remetem também para identidade e memória. Identidade porque identificam e projetam as imagens que estas comunidades elaboram acerca de si. Memória porque são um meio a partir do qual se recriam, fixam e transmitem referências identitárias.

O estudo sobre procissões, festas e romarias a partir do *Almanach de Lembranças* permite ainda refletir sobre a questão da propriedade do património, e permite abordar o conceito de património cultural imaterial realçando o sentido de continuidade que incorpora.

As procissões descritas no *Almanach de Lembranças* parecem-nos constituir um caleidoscópio através do qual nos surge uma sociedade representada nas suas dimensões

religiosa, política e social (Souza, 2013, p. 44). Compreender este tipo de manifestação é assim uma forma de entender uma dada comunidade naquelas dimensões. As procissões são assim uma forma de conhecer a relação dessa comunidade com a identidade, com a imagem que pretendem projetar de si (Peralta & Anico, 2006, p. 2).

Por outro lado, pode-se dizer, que a procissão tem necessariamente de ter um significado, um sentido para a comunidade, para as instituições religiosas e nalguns momentos para o poder político. Portanto, é uma manifestação nitidamente de património cultural, enquanto segmento de uma cultura (Peralta & Anico, 2006, p. 3). Como sugere Ricardo de Souza, «A procissão simboliza o pertencimento dos fiéis à Igreja, mas é feita no espaço externo ao templo, nas ruas e não em seu interior, o que demonstra a ambiguidade inerente ao ritual: cerimônia ao mesmo tempo eclesiástica e profana, controlada pela Igreja e absorvendo elementos profanos. Ao mesmo tempo, a procissão afirma a autoridade da fé sobre o espaço profano, incorpora-o à autoridade da Igreja e faz com que a identidade cristã dos que dela participam seja afirmada perante eles próprios e perante quem se mantenha alheio à fé» (Souza, 2013, p. 44).

Como também sustenta o autor, neste tipo de manifestação verifica-se a permanência de aspetos do paganismo. Na realidade, as procissões cristãs têm também origens nos rituais pagãos. Há uma continuidade que atravessa o tempo e permanece no presente (Souza, 2013, pp. 44-45). O que remete para o conceito de património cultural como «um processo ao mesmo tempo de permanência e transformação»<sup>2</sup> (Souza, 2013, p. 9).

Segundo Souza (2013, p. 16) as festividades «católicas» constituíram-se como práticas essenciais para a construção de uma identidade partilhada entre os seus seguidores. Proporcionavam o estabelecimento de uma ligação entre os que comemorando a sua crença conjuntamente e se identificando como fiéis do culto católico, se diferenciavam dos que não seguiam a sua fé, e se ligavam «a um passado reconhecido e validado pela fé» (Souza, 2013, p. 16). Nesta medida, e segundo o mesmo

---

2 - O autor referia-se ao cristianismo: «Gera-se, no cristianismo, um processo ao mesmo tempo de permanência e transformação, com elementos pré-cristãos sendo agregados à religião vencedora e sendo reestruturados sob a capa de novos cultos, nos quais os santos surgem como os novos intercessores. Assim, no caso dos ritos agrários, eles desempenham o papel antes exercido por deuses já desaparecidos. São eles, agora, os responsáveis pelos sucessos e insucessos agrícolas, e eles vingam-se, como os antigos deuses, quando são esquecidos» (Souza, 2013, p. 9). Julgamos, contudo, que se adequa ao conceito de património, no sentido em que o património tem de ser entendido como algo vivo (Duarte, 2010, p. 52), e portanto, como algo que é recriado e transformado, mas também como algo que incorpora elementos que permanecem na longa duração.

autor, festa, memória e identidade estão intimamente ligados. E este vínculo tem precedentes ao longo do tempo, nomeadamente, «as festividades públicas na Grécia vincularam-se estreitamente à intenção de preservar a memória vista como imprescindível para a manutenção da identidade grega» (Tobia, 2005, p. 165, como citado em Souza, 2013, p. 16).

Finalmente, as romarias podem ser entendidas como um rito de iniciação que consiste em percorrer arduamente um caminho que leva o peregrino a um lugar considerado sagrado. E o valor do romeiro é maior na medida do seu empenho na peregrinação e da sacralidade do lugar (Souza, 2013, p. 83).

Estes lugares têm um profundo significado para as pessoas. Estes lugares são lugares do sagrado, mas alguns deles são também lugares de festa e de sociabilidade, onde se reúnem pessoas de regiões distantes e que trazem consigo os seus costumes e tradições.

Como afirma Ricardo de Souza: «As romarias, em síntese, são movimentos sociais, e estes movimentos fazem com que pessoas de culturas e sociedades diversas interajam, o que pode acarretar transformações demográficas quando feitas em grande escala ou de forma permanente, e podem gerar, ainda, a circulação e difusão de crenças, técnicas e valores» (2013, p. 86).

## **2. Objetivos**

Neste estudo procuraremos atingir os seguintes objetivos:

1. Identificar o significado das procissões, festas e romarias e refletir neste trabalho conceitos de património cultural, como sentido, valor e seleção, e como um público num determinado tempo se constituiu como mediador patrimonial;
2. Focar sobretudo as «histórias, ideias e práticas culturais que constituem a verdadeira natureza do [património cultural imaterial]» (Baghli, 2004, como citado por Duarte, 2010, p. 53);
3. Levar as pessoas a confrontarem-se com o passado histórico, no âmbito destas manifestações culturais, em relação com a contemporaneidade, com o fim de demonstrar o carácter vivo do património cultural e a necessidade da mediação patrimonial para que ele possa existir e seja transmitido (Duarte, 2010, p. 55);

4. Responder a questões de partida como:
  - Que relação existe entre os conceitos de procissão, festa e romaria;
  - Em que medida procissões, festas e romarias remetem para o conceito de património cultural como um processo necessariamente de transformações, mas igualmente de permanências.

### **3. Fontes**

Estas questões de partida que enunciamos foram sobretudo retiradas, com as necessárias adaptações, da obra de Ricardo Luiz de Sousa, *Procissões, festas, romarias, milagres. Aspetos do catolicismo popular*.

Foi também fundamental para a nossa dissertação o trabalho intitulado *O desafio de não ficarmos pela preservação do património cultural imaterial*, da autoria da investigadora e professora Alice Duarte. A noção aí incluída de que o património «de forma manifesta não existe em si, precisando necessariamente de ser mediado pela acção humana para que possa existir» (Duarte, 2010, p. 47), estrutura todo o nosso estudo tendo em conta que o desenvolvemos no âmbito da mediação patrimonial. Ao longo do nosso trabalho esta noção está presente, por um lado, através dos autores, colaboradores do público, que conforme já referimos, desempenham um papel na identificação e na transmissão do significado de um segmento cultural. Quer dizer, os seus testemunhos evidenciam, quanto a nós, que estes colaboradores do público, encarnam o papel de mediadores patrimoniais, no sentido em que interpretam, descodificam, esclarecem e transmitem o sentido daquele tipo de manifestações de património cultural imaterial. E por outro lado, através das comunidades referidas no *Almanach*, que pela sua intervenção e envolvimento garantiam a continuidade destas manifestações culturais.

Outras fontes complementares que auxiliaram na estruturação do nosso trabalho, foram os artigos sobre procissões da autoria de António Gouveia publicados no *Dicionário de história religiosa de Portugal* e na *História religiosa de Portugal*, que nos permitiram perceber a existência de um sentido de continuidade naquele tipo de manifestação; a obra de Ernesto Veiga de Oliveira intitulada *Festividades cíclicas em Portugal*, que nos auxiliou relativamente ao modo como abordar o tema das festas; e o

artigo *Alto Minho em tempo de festas*, de Geraldo Dias, que refere um conjunto de elementos que constituem as romarias, modelo que seguimos na organização dos dados recolhidos dos textos do *Almanach*.

#### **4. Metodologia**

A escolha do tema, para além da fundamentação teórica a que já aludimos, teve também uma justificação mais prática e que decorreu da metodologia a que recorremos.

A tipologia dos assuntos incluídos no *Almanach de Lembranças* é vastíssima. O *Índice Geral do Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro desde 1872 a 1898*, organiza as matérias publicadas nesta obra de acordo com a seguinte classificação: Anedotas e Chistes; Anedotas históricas e autenticas; «Anthologia portuguesa (trechos escolhidos de poetas e prosadores de nomeada)»; «Antiguidades (commemorações e apontamentos retrospectivos)»; «Archeologia e architectura (monumentos e edificios notaveis, heraldica, numismatica, etc.)»; «Arte e artistas (notas e esboços)»; «Contos, narrativas, lendas e apologos»; «Educação e ensino (conselhos e preceitos)»; «Epigrammas e satyras»; «Etnographia (tradições, costumes, superstições e trovas de Portugal e ilhas adjacentes, Brazil, colonias e varias regiões do globo)»; «Geographia (viagens e descrições)»; «Gravuras»; «Historia»; «Homens e damas celebres - biographias, estudos criticos, factos e notas»; «Lembranças - factos e noticias dos tempos modernos»; «Linguagem portugueza - etymologias, locuções, annexins, etc.»; «Myscellanea»; «Moral e religião - santos e varões illustres da egreja»; «Mythologia e lendas fabulosas»; «Pensamentos, maxims e conceitos»; «Poesia»; «Prosas litterarias (portuguezas e brazileiras)»; «Sciencias naturaes»; «Receitas e indicações uteis» (Índice Geral do Novo Almanach de Lembranças Luso-brasileiro desde 1872 a 1898, 1898, nota de introdução).

Face a esta variedade de assuntos e à extensão da nossa fonte primária, decidimos recolher e tratar somente os dados relativos aos domínios em que se manifesta o património cultural imaterial. Segundo a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial de 2003, os domínios em que ele se manifesta são os seguintes: tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do património cultural imaterial; artes do espetáculo; práticas sociais, rituais e atos festivos; conhecimentos e

usos relacionados com a natureza e o universo; técnicas artesanais tradicionais.

Para a recolha e organização dos dados criamos uma base de dados (Excel) com os seguintes campos de informação:

Ano; Nome do artigo; Autor(a); Origem geográfica do autor (a); Domínio (segundo a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial de 2003, art.º 2.º, n.º 2); Sub-domínio; Localização da manifestação no *Almanach de Lembranças*; Observações; Citações; Página; Notas.

Como resultando deste passo da nossa metodologia, verificamos que não era exequível desenvolver o nosso trabalho com base na totalidade dos dados que incluímos nos diferentes domínios do património cultural imaterial. Constatamos, porém, que a quantidade de dados relativos a procissões, festas e romarias constituíam para nós uma amostragem suficiente e pertinente para a realização deste trabalho.

Privilegiamos para este estudo, sobretudo, textos da autoria de colaboradores do público considerando, como já referimos, que estes testemunhos resultavam de um processo de valorização, de seleção, próprio de qualquer ação de valorização patrimonial. Quer dizer, estes colaboradores destacavam nas descrições que faziam sobre procissões, festas ou romarias aquilo que atribuíam mais valor. Isto implica conceitos de património como seleção, valor, identidade/identificação. A autoria dos textos sobre procissões, festas e romarias, mesmo que uma autoria de uma elite culta, representa um processo de valorização que nos aproxima do que, à época, funcionava como filtro de classificação ou, pelo menos, de seleção. Num dado momento, pelo menos, os autores destes artigos selecionaram uma determinada manifestação cultural a que atribuem valor. A escolha que fazem acerca das procissões, festas, romarias que acham que os representa, implica também a perceção que eles têm da identidade da comunidade de que fazem parte e que imagem dela selecionam para projetar para os outros. Por outro lado, as procissões, festas e romarias descritas nestes artigos por vezes dizem respeito a comunidades com as quais o autor não tem qualquer vínculo, o que remete para a outra dimensão da identidade, relacionada com a imagem que os outros têm de nós, da nossa comunidade. Isto é, como é que estes colaboradores vêm estas

comunidades, como as retratam nas suas manifestações culturais.

Poderemos, ainda, afirmar que os autores dos textos sobre procissões, festas e romarias procedendo como selecionadores do que consideram ter valor, nesta aceção poderão ser encarados como agentes do património, com eventual influência na revelação do património, porque «produzem e reproduzem património». Isto é, perseguindo a sugestão de Alexandre Magno de Castilho de incentivar a que os leitores possam «procurar» «nos «livros especiaes» (o conhecimento em obras especializadas), então, os autores contribuem para o «desenvolvimento» «dos apontamentos ou *lembranças*» materializando a aproximação à realidade vivida, àquelas manifestações da vida das comunidades, num determinado tempo. O que temem, o que as diverte e como se divertem, como se relacionam, que atitudes têm face ao sagrado e como o combinam com o profano, como se relacionam com as entidades da sua devoção, são também aspetos que pretendemos captar, e neste sentido o nosso estudo não pretende ser um inventário, mas, dentro do possível, captar num dado tempo as emoções da população, através dos olhos, observações e reflexões destes intermediários. Foi isto que nos levou a escolher como centro de análise as procissões, as festas e as romarias, observando as nuances e as complexidades presentes.

Na seleção dos artigos para o nosso trabalho também tivemos o cuidado de recolher principalmente aqueles que identificavam o lugar onde decorriam as procissões, festas ou romarias, pretendendo com isto obter diferentes versões sobre a mesma manifestação num mesmo local.

A disposição da informação no nosso trabalho foi organizada da seguinte maneira:

1. Procissões – no decurso das leituras dos artigos do *Almanach* e da bibliografia complementar compreendemos que existiam no período considerado, procissões festivas e outras em que o recurso festivo não estava presente ou pelo menos de forma evidente, pelo que iremos focar a nossa análise nestes dois tipos de procissão.
2. Festas – este tipo de manifestação será organizada no nosso trabalho de acordo com o calendário em que ocorriam. Introduzimos, contudo, nessa organização uma chave para análise, que consistiu em reunir um conjunto de festas de acordo não apenas com o calendário, mas também por um atributo ou característica comum a elas ou por um identificador (um título) que resumisse o seu significado.

3. Romarias – seguimos o esquema proposto por Geraldo Dias (Dias, 1996/1997, p. 251) quanto aos elementos constitutivos da romaria. Neste sentido recolhemos dos textos do *Almanach* acerca de romarias informação relativa ao seguinte:

1. A capela, ermida ou santuário, onde se tributa veneração à divindade;
2. «A romagem», a «viagem» à capela ou ermida;
3. «O romeiro»;
4. «Os actos de culto», como a «missa», o «sermão», a «procissão» e o cumprimento da promessa;
5. «A festa», «que é necessário fazer e gozar».

A bibliografia complementar serve o objetivo de assinalar a antiguidade de determinadas procissões, festas e romarias e de contextualizar, esclarecer, completar a informação contida na nossa fonte primária.

O nosso trabalho começará por identificar e contextualizar o tipo de fonte a partir da qual iremos desenvolver a nossa investigação, o *Almanach de Lembranças*. As origens, as características, o programa editorial deste anuário estarão inevitavelmente ligados a Alexandre Magno de Castilho, pelo que iremos apresentar aspetos da sua biografia relacionada com a sua produção literária, os estudos dedicados à mnemónica e a colaboração em publicações periódicas no sentido de compreender se esta atividade constituiu para ele uma experiência ou um ensaio que contribuiu para criar um projeto que veio a tornar-se num caso de sucesso. Sucesso que também se deve aos diretores que vieram a suceder a Alexandre Magno de Castilho e sobre os quais daremos também algumas notas biográficas.

A consciência patrimonial revelada neste almanaque levou-nos a incluir neste nosso estudo um conjunto de artigos nos quais os seus autores manifestam as suas preocupações com as destruições e os usos que eram dados ao património cultural e com a necessidade da sua classificação como medida de proteção; denunciam o desinteresse e a incúria dos governantes e do Conselho dos Monumentos Nacionais; refletem acerca dos efeitos do Decreto de 1834 sobre o património. Ou seja, um conjunto de temas que levam ao envolvimento do público nas questões, problemáticas e combates do

património, o que remete, quanto a nós, para uma outra forma de mediação patrimonial.

No capítulo seguinte deste trabalho iremos desenvolver o tema das procissões. Começaremos por abordar os conceitos formulados acerca deste tipo de manifestação e a informação produzida por fontes complementares. Vamos, também, percorrer ao longo do tempo, o modo de ver e interpretar as procissões, desde as Constituições Sinodais, passando pelos testemunhos dos estrangeiros que visitaram o país no século XVII e XVIII, até às descrições das procissões no *Almanach de Lembranças*. As descrições desta manifestação na nossa fonte primária serão incluídas num sub capítulo em que iremos assinalar também a relação da procissão com as artes do espetáculo. Nos sub subcapítulos seguintes abordaremos dois tipos principais de procissões que identificamos, as procissões festivas e as procissões simples.

No capítulo sobre festas, começaremos por expor os conceitos de festa e a relação entre este tipo de manifestação de património cultural imaterial e identidade e memória. Centraremos depois o nosso estudo nas suas características, em explicar como e quando decorriam a partir da recolha dos textos do *Almanach*.

Na parte deste trabalho sobre romarias, como já referimos, iremos abordar os elementos que constituem este tipo de manifestação de património cultural.

Nos anexos serão transcritos os textos do *Almanach de Lembranças* que foram recolhidos para a realização deste trabalho. Por limites de tempo e espaço nem todos foram incluídos na nossa análise, mas servem os propósitos do nosso trabalho de divulgar como eram descritas as procissões, festas e romarias desde meados do século XIX até aproximadamente a primeira metade do século XX, por aqueles que podemos encarar como mediadores patrimoniais.

## Capítulo 1 - O Almanaque de Lembranças

No primeiro capítulo do nosso estudo tivemos como objetivo contextualizar a nossa fonte primária, o *Almanach de Lembranças*, tendo como ponto de partida os seguintes elementos:

1. Os diretores da obra, ou seja, os responsáveis pela sua configuração. O que nos levou a aludir a aspetos da sua biografia;
2. As razões que podem explicar o sucesso desta «empresa literária»;
3. Um conjunto de artigos nos quais seus autores manifestam as suas preocupações com o património cultural.

### 1.1. Os diretores do *Almanach de Lembranças*

Alexandre Magno de Castilho, o fundador do *Almanach de Lembranças*, nasceu em 12 de dezembro de 1803 (Castilho, 1863, p. 112), em Lisboa e foi batizado na freguesia de Nossa Senhora da Encarnação, como afirma o próprio nesta passagem do *Almanach* de 1860: «Tanto eu como meus irmãos sômos de Lisboa, baptisados todos (olhe que somos todos baptisados) na fréguezia de N. Senhora da Encarnação. A mais central ; somos alfacinhas da gemma : um de nós é que embirra com fazer papel de grilo, nunca em sua vida comeu alface (sou eu) (...)» (Correspondencia relativa ao *Almanach*, 1859, p. 31).

No seu curriculum, apresentado na folha de rosto do *Almanach de Lembranças* define um percurso cultural e profissional:

«Bacharel formado em mathematica pela Universidade de Coimbra  
Cavalleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição  
Consul do Estado de Buenos-Ayres  
Membro do Instituto Historico de Pariz  
da Associação Industrial Portuense  
da Sociedade dos Antiquarios de Santo-Omer  
da dos Amigos das Letras e Artes de São Miguel  
do Instituto Episcopal Religioso do Rio de Janeiro  
da Sociedade Agricola Madeirense  
da Sociedade Promotora da Educação Popular, de Lisboa  
do Centro Promotor da Industria de Leiria  
da Academia de Rhodes  
da Associação Promotora da Civilização d'Africa, de Lisboa  
do Instituto Africano de Pariz

da Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense  
etc. etc. etc.» (Castilho, 1859, folha de rosto).

A produção literária e a colaboração em periódicos assinalam uma dimensão de Alexandre de Castilho que importa referir no sentido de esboçar um perfil desta figura menos conhecida da família Castilho e de conhecer os percursos na escrita que palmilhou e que podem contribuir para explicar as características da «empresa literária» *Almanach de Lembranças* que fundou (Oliveira Martins, como citado em Radich, s.d., p. 16).

Em 1826 publicou *Resposta á Analyse da Carta de Lei de 15 de Outubro de 1825, do Brigadeiro Moniz Barreto*, texto que veio a desencadear contra ele a acusação de «abuso de liberdade de imprensa». Na sequência desta querela redigiu a *Defeza de Alexandre Magno de Castilho, Bacharel formado em Mathematica, e Voluntário da Armada Real Portugueza*, que publicou também em 1826. Ainda nesse ano redigiu *Cartas de Dous amantes, ou Emilia e Frontino e Poesias d' um Portuguez, offerecidas aos portuguezes seus compatriotas residentes no Brasil* (Silva, 1858, p. 38).

A produção escrita de Alexandre Magno de Castilho estendeu-se também ao teatro. Algumas das obras na área do drama e da comédia são da sua autoria, outras são traduções ou imitações: «*Carlos III ou a Inquisição de Hespanha. Drama em tres actos traduzido do francez*» (Silva, 1858, pp. 37-38); *O Cavalleiro de S. Jorge*, tradução de uma comédia em três atos; *A Namorada do Príncipe*, comedia em um acto, imitação por A. M. de Castilho; a *Mulher de dous maridos*, comédia em um ato (Silva, 1867, p. 40; Silva, 1862, p. 299) e o *Coronel* (Bastos, 1898, p. 412). Depreendemos que deve ter dedicado alguma da sua atividade à crítica teatral pela referência que Sousa Bastos faz à crítica séria desenvolvida neste campo por alguns notáveis das nossas letras entre os quais inclui Alexandre Magno de Castilho (Bastos, 1898, pp. 287-288). Em todo o caso o seu envolvimento no teatro deve ter sido apreciado, como se infere da seguinte passagem que transcevemos:

«O Bracarense de 12 de junho de 1860 diz o seguinte: «Teve lugar sexta feira passada a inauguração do nosso novo theatro de S. Geraldo.

A nossa grande Ristori portuguesa solemnizou no palco

bracarense esse dia de eterna memoria.

A peça que escolheram para inaugurar este theatro de segunda ordem, era o drama Joanna a Doida, traduzido do hespanhol pelo finado, e sempre saudoso, sr. Alexandre Magno de Castilho. Que correctíssima versão que era esta obra do illustre traductor ! Bem mostrava elle n'esta sua producção o amor que tinha ao seu idioma nacional. O portuguez que se ouvia declamar era tão puro e tão limado, quanto era grande o talento do respeitável escriptor. Deixemos em paz este athleta da nossa litteratura, que sempre serviu de auréola ao scientifico pavilhão de Minerva. Dorme... dorme grande Castilho o somno eterno, e sê ditoso no ceu, emquanto eu fallo das vaidades da terra.»»»

(Bracarense, 1860, junho 12, como citado em Emília das Neves, documentos para a sua biographia, 1875, p. 190)

A. X. Rodrigues Cordeiro refere no *Almanach* para 1880, que a 9 de janeiro de 1829 houve uma tentativa, protagonizada pelo brigadeiro Alexandre Manoel Moreira Freire, de amotinar a «brigada real da marinha». A intentona veio a gorar-se. As averiguações que se seguiram vieram a implicar José Feliciano de Castilho, que então era já tido como liberal «no juízo da conservatória de Coimbra». Foge do país a 20 de maio e vem a reunir-se aos irmãos Alexandre Magno e Albino de Castilho no estrangeiro. Nos anos 30 está em Paris empunhando armas na defesa da ideologia liberal. Em 1831 sai da cidade e publica com Alexandre Magno de Castilho em St. Maló, *Recueil de souvenirs pour le cours de Mnémotechnie*. Em Bordéus publicam no mesmo ano *Traité de Mnémotechnie* (Cordeiro, 1879, pp. IV-V), obra que Inocêncio Silva refere que terá tido oito edições (Silva, 1858, p. 38).

José Feliciano e Alexandre Magno de Castilho viajam pelas principais cidades francesas, pela Inglaterra, Bélgica e Alemanha, ensinando mnemónica (Cordeiro, 1879, pp. IV-V). Em França publicam também em língua francesa, com o mesmo objetivo de «facilitar o conhecimento theorico e applicações practicas da sciencia mnemonica», que difundiram com grande zelo e de forma incansável, como sejam, o «*Dictionnaire Mnémotechnique*», «1831», do qual se tiraram «seis edições, no periodo decorrido até 1835»; «*Formules pour la mnémonisation des souverains Pontifes et des Conciles généraux*», «1834»; «*Faits détachés de l'Histoire Ecclesiastique avec leurs formules correspondantes*. Arles 1835; *Tableau chronologique des Rois de France, mnemonisé*.

Bordeaux 1835; *Traité de stenographie*. Tarascon 1835» (Silva, 1858, p. 38).

Regressados a Portugal os dois irmãos Castilho realizam no Colégio Real dos Nobres, em Lisboa, «duas palestras sobre Mnemónica». José Feliciano de Castilho sustentou na primeira das palestras que existe «uma memória artificial» que permite, usando de processos singulares, alcançar feitos que a «memória natural» não possibilita atingir. O palestrante que dedicara ao estudo da mnemónica os muitos anos que estivera fora do país, como afirmou à assistência, teve em França uma disputa que levou a melhor sobre uma figura eminente nesta área perante uma audiência de eruditos. O sucesso nesta «arte» foi-lhe reconhecido, conforme revelou, em muitas cidades europeias (Aldemira, 1937, p. 78).

Na sessão seguinte a 5 de junho, Alexandre Magno de Castilho e o irmão fizeram uma demonstração da arte mnemónica perante um público que incluía a «família real, Cardial Patriarca, ministros, deputados e outras notabilidades literárias e mundanas». Os irmãos Castilho distribuíram pelos presentes séries escritas versando sobre milhentos temas a propósito dos quais deviam ser inquiridos. Pediram ao público que fossem impiedosos, que lhes não dessem tréguas. E durante o tempo que durou a prova não foi fácil atribuir a um ou a outro dos irmãos a coroa da vitória. Excederam-se ambos, o sucesso foi retumbante. A rainha veio a conceder-lhes o «Hábito da Conceição». A imprensa cobriu-os de elogios, foram mesmo apelidados de «novos Simonides», aqueles que abriram à «cultura» novos caminhos, «*vencendo a natureza pela arte, levando o pendão do non ultra plus a regiões antes desconhecidas*» (Aldemira, 1937, p. 79). A. X. Cordeiro Rodrigues no *Almanach* de 1880 narra estes acontecimentos de modo um pouco diverso, mencionando que a primeira das sessões de mnemónica foi José Feliciano de Castilho quem a efetuou sendo a segunda sessão a 5 de junho, em tudo igual à primeira, realizada por Alexandre Magno de Castilho (Cordeiro, 1879, p. VI).

Os irmãos Castilho distribuíram inúmeras «Taboas mnemónicas» por Lisboa, que rapidamente permitiam aprender as mais diversas matérias, como «a geografia, a história, a jurisprudência, a teologia, a química, as matemáticas, a poésia e tôdas as artes». Supõe Aldemira «que as tais fôlhas volantes contendo um caudal de matérias mnemonizáveis, serviram depois ao sr. Alexandre Magno de Castilho para o seu *Almanach de Lembranças*, de tanta voga entre a burguesia alfacinha das últimas

décadas» (Aldemira, 1937, p. 79).

Alexandre Magno de Castilho publicou ainda diversos textos de cariz literário em vários jornais, nomeadamente, o «*Independente, Amigos das Letras, Revista Universal, Semana*» (Silva, 1858, p. 38). Segundo afirma Innocencio Silva, são da sua autoria o «*Golpe de vista*» que foi publicado «no *Correio Mercantil do Rio de Janeiro*, e a *Chronica Politica Européa*» que veio a ser editada regularmente a partir de «Agosto de 1851» naquele jornal (Silva, 1858, p. 38).

Alexandre Magno de Castilho, homónimo do anterior diretor do *Almanach de Lembranças* falecido a 23 de maio de 1860 (Castilho, 1861, p. 7), e António Xavier Rodrigues Cordeiro assumem a nova direção no *Almanach de Lembranças* para 1862 (Pimentel, 1904, pp. VII-VIII).

Alexandre Magno de Castilho, sobrinho e genro do fundador desta publicação, era «filho primogénito do sr. conselheiro José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha e de (...) D. Marianna Maynard de Castilho, de nação inglesa». Nascido «a 4 de março de 1834, em Puy, cidade de França, durante a emigração de seu pae», veio a ser «cavalleiro da ordem d'Aviz», sendo «a única condecoração que lhe ornava o peito, devida aos annos de serviço». Foi também «cavalleiro da Ordem de S. Tiago, mas recusou a honra», «1º tenente da Armada, engenheiro hydrographo, professor d'hydrographia na Escola Naval, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brazil, e d'outras sociedades scientificas portuguezas e estrangeiras» (Cordeiro, 1871, p. 5).

Os estudos e as observações que realizou navegando ao longo da costa da «Serra Leoa, Benin, Loango, Congo, Angola, Benguella, Mossamedes e parte de Cimbebasia», levaram-no a concluir que as descrições existentes sobre a costa da África Ocidental estavam incompletas. Recolhendo todos os elementos de que dispõe, escreve em dois volumes a *Descrição e Roteiro da Costa Occidental d'Africa desde o Cabo d'Espartel até o das Agulhas* – Imprensa Nacional – 1866, que dedica a seu pai. Escreve depois *Memoria sobre os padrões dos descobrimentos em África* - Typographia da Academia – 1869, obra que consagra a seu tio, o Visconde de Castilho, e que teve uma edição em português e uma outra que Alexandre de Castilho manda traduzir em francês «com o intuito patriotico de a divulgar nos centros scientificos da Europa». Esta obra

«destinava-se a arrancar do esquecimento muitas das páginas dos nossos feitos marítimos pela descrição e historia dos padrões levantados pelos nossos navegadores (...)». Em 1870, sai um segundo estudo sobre a mesma matéria, intitulado *Études historico-geographiques. Seconde étude sur les colonnes ou monuments commemoratifs des decouvertes portugaises en Afrique*. É ainda autor de uma outra obra que, segundo A.X. Rodrigues Cordeiro, não foi contudo publicada. Tinha com este trabalho o objetivo de fazer um levantamento de nomes portugueses «de toda a Costa occidental d'Africa, que pela má fé andam mudados, ou deturpados, tanto nos livros e cartas modernas inglezas, como nas francezas (...)». A.X. Rodrigues afirma que foi a última das obras com que «enriqueceu a historia da marinha nacional» (Cordeiro, 1871, pp. 8-12).

Casou com Emília de Castilho, «sua prima co-irmã, filha do fundador do *Almanach de Lembranças* Alexandre Magno de Castilho. A «20 de maio de 1860», a esposa falece ficando deste casamento uma filha. Veio a casar novamente em 1863 com Maria das Dores da Matta Rebello, união da qual houve um filho. Ficou novamente viúvo em 5 de Março de 1865. Em 12 de Novembro de 1866 casa com Carlota d'Almeida Affonseca. A 15 de Dezembro de 1870 parte para a Ilha da Madeira, esperando encontrar melhores condições para tratar a «phtysica pulmonar» de que padecia. Vem a morrer a 19 de Janeiro de 1871 (Cordeiro, 1871, p. 13).

António Xavier Rodrigues Cordeiro assume no *Almanach de Lembranças* para 1872 a direção e a tarefa de redigir esta publicação, e substitui «a antiga empreza pela do *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro*». Na biografia que lhe é dedicada no *Almanach*, elogia-se o desempenho que teve durante o exercício do seu cargo naquele anuário, exibindo-se como «testemunho os innumeráveis leitores, que este livrinho conta em todas as regiões do mundo onde se fala a lingua portuguesa» (Cordeiro, 1897, p. XXIX).

O novo almanaque terá «muito mais materia no mesmo numero de folhas». Suprimem-se as rubricas dos dias, «que em todo o anno absorviam 800 linhas», “apertam-se” os versos e “une-se” «estrophe a estrophe» e passa a empregar-se um «typo de menor corpo». Mais espaço equivale a incluir mais matérias no *Almanach*. Este esforço teve como fim «dar muito, dar mais do que até aqui, e tornar este livrinho mais variado, sem lhe augmentar o preço», ficando salvaguardado que «o mesmo

princípio de moralidade e de escrupulo que sempre presidio á composição do *Almanach de Lembranças* continuará a presidir á do *Novo Almanach*» (Novo Almanach de Lembranças para 1872, 1871, p. 14). Para além desta nova configuração, inicia-se a publicação de um suplemento ao *Almanach* para os anos de 1886, 1887, 1888, 1889 e 1890, projeto que não veio contudo a ter continuidade (Pimentel, 1904 p. IX).

António Xavier Rodrigues Cordeiro, foi bacharel em Direito, literato e poeta, «jornalista, funcionario publico, perceptor, parlamentar». Nasceu em 23 de Dezembro de 1819 na aldeia de Córtes, perto de Leiria. Era filho de Joaquim de Nicolau Rodrigues Cordeiro e de Maria José Xavier da Natividade. Estudou Direito na Universidade Coimbra. Colaborou n' *O Trovador*, fundado por João de Lemos, de quem foi amigo próximo. O escritor Lopes de Mendonça elogia os dotes literários do então jovem poeta Xavier Cordeiro. Envolveu-se nas lutas de 1846 ao lado das «forças populares». Após a «convenção do Gramido», regressa a Coimbra para completar os seus estudos. Nesta cidade entregue aos «cartistas» eram perseguidas as pessoas seguidoras do «partido popular». Razões que levaram algumas personalidades do «partido da *patuleia*», a fundar um jornal, *O Observador*, de que Xavier Cordeiro foi colaborador. Para além dos «artigos políticos» que publicou naquele jornal, «escrevia artigos litterarios para a *Revista Academica*», publicada em Coimbra. Terminados o estudos em Coimbra, vai viver para Leiria. Foi deputado eleito em 1851, atividade que cessa em 1852. Funda uma tipografia e o jornal *O Leiriense*. Xavier Cordeiro apoiante das ideias de António Feliciano de Castilho sobre o ensino, funda e financia em Leiria uma escola gratuita, onde ensinou. Foi ainda «administrador do concelho de Leiria por nomeação em 1854 (Cordeiro, 1897, pp. V-XVIII). Xavier Cordeiro casa-se em 1859 com Maria da Piedade Moreira Freire Corrêa Manuel d'Aboim. Fixa residência em Lisboa. É «nomeado redactor da camara dos deputados» em 1861, e depois, chefe de redação (Idem, p. XXIX).

Segundo Oscar Lopes, António Xavier Rodrigues Cordeiro não teve «méritos poéticos notáveis», embora tenha tido «uma larga influência divulgadora através do *Almanach de Lembranças*» (Lopes & Saraiva, 2000, p. 733).

O falecimento da esposa em 1886 (Cordeiro, 1897, pp. XLV-XLVI) leva-o a chamar para o ajudar na «coordenação» do almanaque seu sobrinho António Xavier de

Sousa Cordeiro, que apenas em 1894 poderá corresponder ao pedido do tio. Em 1896 o sobrinho assume o cargo de «secretário da redacção». Em finais de 1896 António Xavier Rodrigues Cordeiro vem a falecer, já o Almanque para 1897 «estava na rua», trazendo na folha de rosto ainda o seu nome (Pimentel, 1904, p. IX).

Alberto Pimentel, no esboço biográfico de António Xavier de Sousa Cordeiro, diz dele o seguinte: «Foi elle um desvelado coordenador do *Novo Almanach de Lembranças*, a que imprimiu, continuando a obra do tio, uma feição litteraria, ao gosto do nosso tempo, e deu evidente perfeição plastica de accordo com a casa editora». Coordenou ainda o *Indice geral* do almanach desde 1872 até 1898 inclusive (Pimentel, 1904 p. X).

António Xavier de Sousa Cordeiro nasceu em Torres Novas a 23 de Novembro de 1844 (Idem, p. XII). Em 1872 casa-se com Claudina Garcia Cordeiro. Em 1874 nasce Christiana, sua primogénita que vem a falecer cedo. Em 1875 nasce Olivia e depois Sylvia. Houve também deste casamento filhos varões, Jorge e Adriano (Pimentel, 1904, pp. XIII-XIV).

António Xavier de Sousa Cordeiro foi magistrado, foi poeta (Idem, p. XIV, XXIV) e «cultivou o theatro» (Pimentel, 1904, p. XXVIII).

No *Almanach* para 1901, declara que «d'ora avante, usará no mesmo annuario do nome seguinte: A. XAVIER CORDEIRO» (Cordeiro, 1900, p. XCII). Vem a ser substituído na direcção do *Almanach* para 1905 por Adriano Xavier Cordeiro, função que vai exercer até ao Almanaque para 1917.

O *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1918*, tem como novo (a) director (a), O. Xavier Cordeiro (aventamos a possibilidade de se tratar de Olivia Xavier Cordeiro, filha secundogénita de António Xavier de Sousa Cordeiro). A respeito da nova direcção que passou a ser exercida por uma pessoa da mesma família, são redigidas as seguintes palavras no *Almanaque de Lembranças* para 1918: «A partir de hoje, mais uma vez se transmite para outra pessoa d'esta ultima familia, a direcção do *Almanach*. Quem, a partir de 1905 a tem exercido, andava de facto, afastado da direcção d'este livro, nos ultimos anos, em consequencia dos seus absorventes afazeres profissionaes. Á amabilidade e dedicaçõ de alguns dos nossos mais prestimosos colaboradores devemos o não ter sofrido o Almanach interrupção alguma. Agora,

porem, que, sem quebra da tradição familiar que a esta publicação anda ligada, a sua direcção póde passar para uma quarta pessoa da familia Cordeiro, fica assim garantida a continuidade d'esta modesta obra que constitue já um patrimonio familiar e tradicional que tanto desejamos manter, sem desmerecer o carinhoso acolhimento que sempre temos recebido dos nossos estimados leitores e colaboradores» (Expediente. Nova direcção, 1917, pp. 27-28).

Armando de Lima Pereira vem a dirigir o *Almanach de Lembranças* para 1932, o último desta publicação.

Segundo Alberto Pimentel, a «tarefa de coordenar o Almanach de Lembranças requer trabalho ingente, quotidiano e activo. Parece um livro futil, mas, para comprehender a difficuldade de organisal-o, bastará lembrar que é feito por muitas pessoas, escripto em muitas provincias de Portugal e Brasil, quasi ao mesmo tempo, com diverso criterio e aptidões diversas, e que é preciso joeirar a collaboração, lêr e relêr artigos, seleccionar versos e charadas, apropriar as gravuras, dispôr e variar as paginas, alternado agradavelmente os assumptos» (Pimentel, 1904, p. XX).

## **1.2. Uma «empresa litterária» de sucesso**

O primeiro volume do *Almanach de Lembranças* para o ano de 1851 foi, na opinião do seu fundador, desde logo bem recebido em todo o lado, por pessoas de todas as idades, género e situação social (Castilho, 1852, p. 15). O êxito imediato que teve justificou duas edições.

O sucesso cresceu, as tiragens aumentaram. Alexandre Magno de Castilho no *Almanach* para 1855 apresenta uma das razões que terão levado este anuário ao sucesso, afirmando: se na vida, «a incerteza e mysterio é por ventura o que mais a ella nos afeiçoa ; o nosso escripto, fortuito como a natureza e os sucessos, olhando alternativamente para todos os tempos e todas as partes, e em todas descobrindo e adorando o Ente sem limites – nó unico da unidade do universo – tem n'isto mesmo, que á primeira vista poderia parecer o maior de todos os defeitos, a principal explicação da sympathia que no comum dos animos encontrou» (Castilho, 1854, p. 26). Por outro lado, esta publicação beneficiou de uma ampla divulgação que teve o contributo de «Prelados», no continente e nas ilhas, «Governadores Civis», «Parochos»,

«Administradores de Concelho», «Câmaras Municipais», importantes personalidades com influência nas províncias, «Correios Assistentes», professores primários, famílias nas zonas de cidade e do campo. O *Almanach de Lembranças* instrua crianças em várias escolas, era lido nas províncias à noite, divertia as jovens ao domingo, abstraía os idosos da sua solidão, e mesmo nalguns quartéis, ocupava as horas livres dos militares (Castilho, 1854, p. 29).

Nos primeiros volumes Alexandre Magno de Castilho solicita que sejam remetidos «quaesquer artigos que, por sua natureza e limitadas dimensões, possam entrar» no *Almanach*, tanto os que sejam assinados como os anónimos, como também eram aceites «criticas judiciosas, advertências, ou observações». O *Almanach de Lembranças* de Alexandre de Castilho foi crescendo de ano para ano não somente nas simpatias do público como foram aumentando também os colaboradores que enviavam artigos para este anuário (Castilho, 1857, p. 17). Na edição para 1855 esta publicação surge com a nova designação de *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*. Para além de portugueses começam também a figurar no *Almanach* colaboradores do Brasil. Era tempo de o *Almanach* se tornar popular também em terras brasileiras. Pelo que a partir de 1855 passou a ter duas edições simultâneas, uma para Portugal e a outra para o Brasil (Castilho, 1854, pp. 29-30). Em 1858, Castilho agradece aos «nossos irmãos d'álem mar (...) o muito que por sua parte hão contribuido para que este Almanach justifique a denominação que tomou de *Luso-Brasileiro*» (Castilho, 1857 p. 18).

No Prólogo do *Almanach* para 1856 Alexandre Magno de Castilho declara que este pequeno livro se havia distribuído amplamente e adquirido foros de grande popularidade não somente nas mais longínquas regiões do então nosso ultramar como também pelo vasto território brasileiro e «repúblicas» vizinhas (Castilho, 1855, p. 27). Não era, segundo ele, menos relevante para esta larga difusão o sistema adotado: «Eis o porque sahe este sexto volume de *Almanach de Lembranças*, não direi ordenado, mas de proposito desordenado como os dos annos precedentes. Agradar a todos não é possível ; sei que alguns dos meus leitores ainda se não poderam conchavar com este noticiario fortuito, com estas frequentes antitheses entre o dia e a lembrança que n'elle se suscita ; como porém estamos em tempos em que são as maiorias as que vencem, e as que legalmente têm razão, deixo-me ir com a maioria, que no bom gasalhado que tem feito

ao livrinho, n'um e n'outro hemispherio, claramente mostra que o desambicioso systema d'elle lhe não desagrada» (Castilho, 1855, pp. 26-27).

Outro motivo que pode explicar o amplo sucesso desta obra foi levar aos portugueses que estavam longe lembranças que lhes supriam a saudade dos lugares de onde partiram. O *Almanach* constitui-se como um elo que ligava estes portugueses às suas origens, à sua terra, através das memórias que suscitava. Parece-nos que este elo que o *Almanach de Lembranças* representa permite associar esta publicação ao papel e significado de *monumento* como “construção” narrativa que lembra, que interpela a memória, que ativa contextos de vida, fortalecendo deste modo os vínculos com os seus públicos (Castilho, 1855, pp. 26-27).

Na publicação para 1858, diz-nos Alexandre de Castilho, que sendo o *Almanach* «distribuido em larga cópia pelo Brasil e por todas as terras do Ultramar, ainda as mais affastadas, como Gôa, Moçambique, Damão, Diu, Macáu», passará a ser impresso com mais antecedência. Como afirma, Alexandre de Castilho, «O Almanach de 1859 principiará a compôr-se no 1º de Dezembro de 1857, e achar-se-ha concluido no mez de Abril de 1858» (Castilho, 1857, p. 17), o que implica que os artigos e poesias sejam remetidas o mais antecipadamente possível.

Oliveira Martins refere que esta publicação era «uma das mais rendosas empresas litterárias d'estes últimos tempos» (Oliveira Martins, como citado em Radic, s.d. p. 16) e Alberto Pimentel afirma também que a esta «empresa, não faltavam «Garbos e lucros, (...), que navegava triumphantemente foz em fóra» (Pimentel, 1904, p. VII). Na verdade, o sucesso que este anuário obteve, como é afirmado no prólogo do *Índice Geral do Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro desde 1872 a 1898*, muito se deve à colaboração do público autor dos artigos nele publicados (*Índice Geral do Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro desde 1872 a 1898*, 1898, nota de introdução). São inúmeros, contam-se por milhares os artigos subscritos por aqueles colaboradores. Portanto, cria-se um vínculo do público com esta publicação que, podemos afirmar, durou até à última edição em 1932. Nela as pessoas deixam as suas impressões, pensamentos, memórias. Portanto é a própria vida das pessoas que se confunde com a vida do *Almanach*.

A popularidade desta obra no Brasil deve na realidade ter sido bastante

significativa. Em Outubro de 1999, decorreu na Universidade Estadual de Campinas e em São Paulo, o Colóquio Internacional “Os Almanques Populares: Da Europa à América – Gênero, Circulação e Relação Interculturais”, e no qual participaram vários investigadores brasileiros e franceses. Por ocasião deste colóquio, foi ainda organizada pela Fundação Memorial da América Latina, também em São Paulo, uma exposição de almanques coordenada por Marlyse Mayer. Os almanques exibidos na exposição provinham de empréstimos de particulares e instituições. Segundo a coordenadora da exposição, o sucesso obtido excedeu o que era esperado. Os almanques despertaram lembranças e ativaram particular entusiasmo entre os visitantes que foram tomando consciência da importância destas publicações (Meyer, 2001, pp. 12-13). Jean-François Botrel (Universidade de Rennes), um dos investigadores franceses que estiveram envolvidos na organização deste colóquio, impulsionou a constituição de um catálogo da exposição. Este projeto compôs-se assim de um colóquio, de uma exposição e de um catálogo (Meyer, 2001, p. 13). Finalmente, foi dado corpo ao projeto na forma de um livro: *Do Almanak aos Almanques*. Devemos acrescentar que um dos almanques que fizeram parte daquela exposição, entre outros almanques portugueses, foi o *Almanach de Lembranças*.

O impacto desta obra no Brasil pode também ser avaliado pelo eco que teve na imprensa deste país o falecimento de Alexandre Magno de Castilho em maio de 1860, aos 56 anos de idade (Castilho, 1861, p. 7). A notícia da sua morte veio publicada no Diário do Rio de Janeiro, de Domingo, 17 de junho de 1860, nestes termos: «Falleceu a 24, pelas 9 horas da manhã, o Sr. Alexandre Magno de Castilho. [parágr.] O illustre finado succumbio victima de penosa e longa enfermidade. [parágr.] A sua morte foi geralmente sentida. [parágr.] Alexandre Castilho era auctor de uma publicação annual muito popular entre nós, que se intitula *Almanach de Lembranças*. Era bacharel em mathematicas e membro de varias academias e institutos» (Portugal, 1860, junho 17, p. 2).

Durante o tempo em que este almanaque foi publicado parece ter sido mantida uma cultura de empresa que foi importante para a sua sobrevivência e sucesso, consubstanciada num programa editorial que teve como pilares as seguintes cláusulas: «Levamos por devise a maxima variedade, não só por nos conformarmos com as rasões

há pouco apontadas, mas porque temos, desejamos, e devemos ter, folheadores para as nossas paginasinhas, n'um e n'outro sexo, em todas as idades, e em qualquer posição e condição da vida social. [parágr.] Esta derradeira clausula faz tambem com que levemos sempre summo tento em evitar o que possa, nem por sombras, pôr em risco a innocencia ou os bons costumes ; em duvida as crenças respeitaveis ; em desveneração a fé e praticas religiosas ; ou crear desgosto, ou augmentar azedumes, nas politicas parcialidades. É isto o que temos feito ; e o que temos feito é o que projectamos continuar invariavelmente, por onde contamos que o favor, de anno para anno crescente, com que estes opusculos vão sendo cada vez mais acolhidos e agasalhados, poderá ainda acrescentar-lhes» (Castilho, 1854, pp. 28-29). Na verdade estas cláusulas estabelecidas por Alexandre Magno de Castilho foram mantidas pelos diretores que se sucederam na direção do *Almanach de Lembranças*. No *Almanach de Lembranças* para 1858, Silvério Malhão resume o programa editorial que Alexandre Magno de Castilho implementou, neste trecho: «Este Almanach, que veio á luz para auxiliar da memória nos negocios ordinarios da vida, misturando o doce com o util, o recreio com a instrução, recebeu logo no berço os emboras e as saudações de bemvindo. (...) (...) o seu Almanach entra sem quarentena em muitas casas que têm cordão sanitario á porta contra a litteratura que vem de portos suspeitos, e que se vê ricamente vestido em cima das mêsas d'ellas, e nas mãos da innocencia vigiada pela sabedoria» (*Almanach de Lembranças*, 1857, pp. 6-7). O posicionamento nesta publicação é o de a manter impermeável, nomeadamente, em relação a eventos que vinham a determinar mudanças importantes. Reflexo disso foi o acolhimento que tiveram no *Almanach* os acontecimentos que envolveram o assassinato régio (*Expediente*, 1908, p. 70; Dias do anno de 1909 em que são prohibidos os espectaculos publicos, 1908, p. 158) e a implementação da república, por exemplo (*Republica de Portugal*, 1911, p. 118). Em todos estes acontecimentos o *Almanach de Lembranças* parece-nos manter um certo distanciamento, uma postura muito discreta, neutral e cautelosa, refletindo um certo alheamento face ao mundo. Ainda para o ano de 1931, o *Almanach* na secção de expediente continua a reafirmar que a política e a religião são «assuntos melindrosos que os nossos colaboradores devem abster se de tomar para motivos dos seus trabalhos, sob pena de os ver recusados» (*Expediente*, 1930, p. 26). A persistência nesta linha

editorial passados 80 anos desde a publicação do primeiro *Almanach* para 1851, justifica que salientemos a importância da ação de Alexandre Magno de Castilho na construção da identidade desta publicação. O que nos remete para uma cultura de empresa muito forte, e que talvez isso também, ajude a perceber a longevidade do *Almanach de Lembranças*.

Quando se completaram 80 anos de existência desta publicação foi transcrito no *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o ano de 1931* um texto do jornal *Diário de Lisboa*, celebrando o seu aniversário. Neste artigo afirma o seu autor que «é das publicações mais antigas do país». O *Novo Almanaque de Lembranças*, que «na capa sempre do mesmo tipo ainda se escreve *Almanach*, é quase uma «instituição nacional». Segundo crê «é das publicações mais antigas do país. «Celebre pela sua tenacidade, pela sua excentricidade um pouco maníaca, como a dos charadistas». Foi envelhecendo mas sempre como «novo almanaque». Segundo o mesmo jornalista, o *Almanaque de Lembranças* foi substituído por outros almanaques e por outras publicações do género, «civilizadas e arejadas», mas o das lembranças não cede, «e ainda hoje é de lêr-se». Classifica-o de «charadístico». «Tem, contudo», afirma, tradições e foros de nobreza literária». Diz ter «uma certa ingenuidade e dá alguns conselhos uteis. Faz sorrir, e usa chapéu alto. Ignora a civilização e apresenta-se sem ridículo. Tem 80 anos e caminha pelo se pé. O seu forte são as charadas, e o seu fraco são os artigos de vinte linhas assinadas por nomes que não pretendem galgar a Academia. [parágr.] Em 80 anos passaram por ele escritores que ainda hoje fazem sombras, tal a sua estatura. [parágr.] E de tudo isto o velho «Novo Almanaque de Lembranças» guarda um certo perfume, como os frascos antigos vãos» (Uma curiosidade. 80 anos de Vida conta actualmente o «Almanaque de Lembranças», 1930, pp. 7-8).

Em 1851, quando surgiu o *Almanach de Lembranças* tinha atributos de originalidade e estava imbuído de um projeto que teve continuidade no tempo. As características que compõem a sua identidade podem resumir-se nas seguintes: os artigos são «apontamentos ou lembranças», noções gerais, que pretendiam suscitar a curiosidade de procurar em livros especializados o complemento ao conhecimento obtido naqueles «apontamentos»; pretendeu-se publicar um «livrinho ameno, próprio

para todos os paladares, e de innegavel utilidade ao mesmo tempo para todas as classes»; emprega-se uma linguagem clara acessível a todos; os volumes são de formato reduzido, semelhantes a livros de bolso, por forma a constituirem uma «livraria em miniatura», procurando-se deste modo formar «riquissimas bibliothecas» populares e colmatar assim a sua falta; estão excluídos destes livrinhos os Prognósticos do Tempo e o Juizo do Ano, inspiradores de «prejuisos» e superstições; devem ser reconhecidos mais como uma enciclopédia instrutiva do que como almanaques; a «collecção d'elles encerra matéria disseminada por milhares de volumes, e muita que nunca havia visto a luz publica».

Estes pequenos livros legaram-nos «recordações historicas, bibliographicas e biographicas», ou seja, fragmentos de uma sociedade e de um tempo.

### **1.3. Consciência patrimonial no *Almanach de Lembranças***

No *Almanach* para 1853 publica-se um artigo no qual se expressa a preocupação com os usos e a destruição dos monumentos. Em Guimarães persistiam ao tempo o que restava do Castelo de S. Mamede; a «igreja matriz de Santa Margarida»; os «archivos da Camara e da Sé»; o que sobreviveu das «murallas e torreões», tendo grande parte deles sido derrubados, alguns recentemente, pela ação dos homens; e os vestígios «archeologicos da Collegiada». Lamenta-se no texto «que quasi tudo se ache hoje coberto de insulsos arrebiques, fazendo-se de um templo venerandissimo quasi que um salão de baile dos nossos dias, e dando-se aso, por semelhante camartellamento, a que por ventura se applique ao author de taes obras, o que n'outro sentido dissera o melodioso Moraes Sarmiento: Olha milhões de séculos vindouros, [parágr.] Sobre ti debruçados, [parágr.] O fel da execração verter em rios !» (Curiosidades de Guimarães, 1853b, pp. 176-177).

António Feliciano de Castilho, num texto do *Almanach* para 1857, sugere que no mais importante cemitério em Lisboa, a Câmara reserve uma área, devidamente assinalada, para as personalidades ilustres. Castilho revela que quando por diversas razões, nomeadamente de parentesco, foi levado a encontrar onde estava sepulto «o Tolentino», não o conseguiu. Na realidade, mosteiros e igrejas vendem-se, «ás dezenas e aos centenares, com sepulchros e tudo, para salas, para theatros, para botequins, para

cavaliças ! passeia-se em banquetas de ruas lageadas com ephitafios ! despejaram-se mausoléus, para se venderem aos ingleses ! em sarcóphagos se vio já lançar a lavadura para os animaes immundos que o filho pródigo guardava ; immundos sim, porém menos immundos que os filhos prodigos de nossos pais, que assim os estamos deshonrando, e a nós com elles, e a nossos filhos comnosco ! acudir, acudir ao que ainda resta ! um campo elysio, sequer como expiação !» (Castilho, 1856, pp. 89-90).

Segundo Frederico Leão Cabreira, numa quinta de que é proprietário Lourenço Marques, há uma gruta, onde Camões escolheu viver durante uma fase da sua vida. O autor do artigo publicado neste anuário para o ano de 1860, defende que aquela gruta deveria ter sido conservada «no mesmo estado em que existia quando [o nosso poeta] a frequentava», como forma de tributo à sua memória. Cabreira atesta que não foi assim que veio a suceder, pois o dono da propriedade «a mandou aperfeiçoar por canteiro, desbastando as saliencias interiores da rocha, e rebocando de alvenaria suas naturaes cavidades. E por esta guisa a converteu em uma pequena e quasi regular aboboda, decorada há pouco tempo com um marmoreo busto do heroe (...). [parágr.] o mesmo aconteceu ao corpo do rochedo, o qual foi quasi todo revestido de alvenaria, erigindo-lhe na parte superior, correspondente á gruta, uma especie de caramanchão, ou pavilhão chinez». As paredes da gruta encontravam-se lotadas de poesia inscritas por visitantes. Segundo o autor deste artigo, seria curioso ter-se organizado com elas uma «colleção» (Cabreira, 1859, pp. 133-136).

O estado de abandono e incúria a que foi deixada a Sé Velha de Coimbra é o tema do texto subscrito por Albano Coutinho repercutindo a preocupação, na época, com a situação de «desamparo» em que se encontravam os monumentos (Coutinho, 1859, p. 242). Manoel Paulo de Sousa Gentil, também refere no texto que dedica à Sé de Miranda do Douro, que «Muitos são os monumentos d'esta natureza que temos em o nosso Portugal; pena é porém que se não cure um pouco mais de os conservar, pois quasi todos se referem a factos historicos» (Gentil, 1860, p. 191).

Sobre o Castelo de Soure, no *Almanach* para 1861, salienta-se a situação deste monumento exposto a «vandalos que nada querem que antigo seja». A memória deste monumento lavrada nos documentos suscitará nas gerações vindouras a reflexão de que «respeitaram-no os séculos, não o respeitaram os homens!» Os monumentos narram

uma história, são a memória da nossa identidade. São um testemunho de um tempo. A maior ameaça ao património são, por vezes, os homens (Uma Conimbricense, 1860, pp. 325-326).

A mesma consciência das destruições e ameaças à preservação dos monumentos perpassa do texto dedicado a Montemor-o-Velho publicado no *Almanach* para 1862. Nele J.M da Silva Pimentel afirma que «actualmente» o castelo de Montemor-o-Velho «acha-se muito arruinado, tanto pela acção dos seculos, (...), como pelas mãos dos homens, que não duvidão profanar estes mudos, mas expressivos padrões do nosso passado glorioso» (Pimentel, 1861, pp. 123-125). A preocupação com a ausência de proteção em face das ameaças de destruição está também presente num trecho de um artigo sobre a «villa» de Torre de Moncorvo, de Francisco A. Carneiro de Magalhães e Vasconcellos (Moncorvo), também publicado no *Almanach* para 1862: «(...) no centro a sua monumental igreja de granito; mais acima, na encosta, o bello convento, que foi dos religiosos Antoninhos, e que breve talvez desaparecerá do quadro, por lhe faltar o auxilio de mão protectora (...)», tal como já tinha desaparecido o castelo, «não há inda muitos annos». Castelo, que perdido em ruínas, «serve agora o seu terreno, plantado d'arvores, de passeio publico» (Vasconcellos, 1861, p. 195).

Em Silves, segundo A. Butler (Lagos), existe uma cruz toda em mármore branco. Tem, com o respetivo pedestal, cerca de seis metros de altura, e exhibe em relevo a representação do Senhor na cruz. Ali se encontra desde tempos remotos e segundo se conta assinalava a parte central da cidade antiga. Acontece que os ingleses admirados com a perfeição do labor artístico, procuraram subtraí-la à cidade. Não o conseguiram, porém, pois o povo opôs-se-lhes. O povo é por conseguinte também a «mão protetora» do património, nomeadamente, quando o sente como seu e nele se vê representado (Butler, 1862, p. 302). A «mão protectora» do património passa também pela sensibilização para a necessidade de proteger os monumentos, como se pode inferir do artigo de Augusta Pedrosa, publicado no *Almanach* para 1863. Nele a autora refere a passagem do monarca D. Fernando e do filho, futuro rei D. Pedro V, pela «Villa da Feira», onde admiraram muito o castelo e recomendaram insistentemente «a sua melhor conservação» (Rosa, 1862, p. 371). Na realidade a consciência patrimonial aqui manifestada por D. Fernando na defesa do património, é também evidenciada num outro

contexto. Em 23 de março de 1757 a Câmara da cidade do Porto ordenou «que se plantassem arvores na alameda da Cordoaria e no campo de S. Lazaro. (...). [parágr.] D'estas arvores, que deviam contar hoje 109 annos, apenas existe uma, e essa tem sido respeitada porque S. M. el-rei D. Fernando fez ver que se deveria ter aquelle monumento secular resguardado e conservado como uma reliquia e tradição da cidade!» (Anónimo, 1867, p. 150).

Esta atitude vinda de um monarca não parece ser comum nestes tempos, uma vez que o que se faz notar nos textos do *Almanach de Lembranças* que temos vindo a analisar é precisamente a indiferença generalizada face às destruições do património. Contudo, devemos assinalar também que, se o século XIX como temos vindo a referir a partir de artigos publicados no *Almanach de Lembranças* parece ter sido um tempo de «vandálico desbarate» (Castilho, 1856, pp. 89-90), como vemos também através daqueles artigos, é um tempo em que as consciências se manifestam perante essas destruições. Deste modo estes textos publicados no *Almanach de Lembranças* podem ser encarados como que um apelo para a consciencialização para as questões do património e uma denúncia da indiferença dos cidadãos e dos governos. É o que mais uma vez é reiterado no artigo assinado por Constantino T. de Vasconcellos Leite Pereira (Amarante), *Fundação do mosteiro de Travanca, e sua igreja no antigo concelho de Santa Cruz e hoje d'Amarante*, publicado no *Almanach* para 1870. Nele o autor refere a degradação e a destruição do património construído: «Paremos aqui, e não prossigamos ... Se alguém alli passar apresse o passo e não se aproxime ... a não querer ficar esmagado por essas massas deslocadas do gigante que agonisa ... Retire a vista d'esse colosso, que as devastações dos homens, e as injurias do tempo, quaes mais poderosas, e á porfia, tentem aniquilar, marcando na época que atravessâmos o indiferentismo nacional, e imprimindo para o futuro a imagem viva dos grandes desperdicios de nossos governantes» (Pereira, 1869, pp. 108-109). O mesmo se pode dizer a respeito do castelo de Foz Côa. Este castelo edificado em «pedra lousinha», que abunda neste lugar, e portões em cantaria, tinha «três portas». Ao tempo que o autor compõe o artigo, que vem a ser publicado no *Almanach* para 1865, do castelo ainda existia «um grande pedaço de muralha arruinada, e uma porta, que se fala derrubar !» (J.C., 1864, pp. 255-256).

A vigilância dos bens patrimoniais é uma questão que José Victorino Pinto de Carvalho (Santa Cruz) aborda no *Almanach* para 1864. Diz o autor do artigo que em Lamego, a torre velha, noutros tempos majestosa, se encontra em mísero estado e «entregue à guarda de uma sexagenária» (Carvalho, 1863, p. 94).

O artigo intitulado *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra depois de 1864*, remete para correntes de opinião contrárias acerca das consequências que veio a ter sobre o património, o Decreto de 28 de maio de 1834, que determinou a extinção de «todas as comunidades masculinas das ordens religiosas, e [que] os bens respectivos [fossem] incorporados na Fazenda Nacional» (Chorão, 2000, p. 19). O autor do artigo refere que, do grande mosteiro se pode contemplar apenas a igreja, testemunho do passado grandioso das «ordens religiosas em Portugal». O restante do que foi outrora um magnífico mosteiro foi adequadamente adaptado a «estabelecimentos publicos e particulares, e tem perdido de todo o aspecto monastico para tomar outro mais conforme com as necessidades da epocha». Segundo o mesmo autor, o Decreto de 28 de maio de 1834 tornou possível que uma extensa construção que apenas servia o bem estar de uns poucos de religiosos fosse convertido «em estabelecimentos pios e de caridade, officinas de trabalho, escolas publicas, agencias commerciaes, e em séde da segurança publica e de todos os melhoramentos materiaes do concelho e districto de Coimbra», ou seja, num bem de utilidade pública. Alguns, como refere, defendem, «fallando do Mosteiro de Santa Cruz, que se fosse possivel animar com um sopro de vida as cinzas venerandas do seu fundador, que o foi tambem da nação portugueza ; e do seu primeiro prior S. Theotonio, ambos ali sepultados; que ellas tremeriam de indignação e terror vendo assim profanado o edificio que erigiram com intuitos tão piedosos e tão santos». Outros, ao invés, «dizem que comprehende melhor a missão do homem sobre a terra, quem, á obra levantada por nossos avós para obedecerem á irresistivel tendencia do seu tempo, deu uma transformação tão sabia e tão justa, e em tudo mais concentanea com as necessidades de hoje. Deixal-a cair em ruinas, como está succedendo com outros edificios que deviam ser, não só conservados, mas aproveitados, é que seria imperdoavel» (M., 1876, pp. 122-124). Já Manuel Vieira Natividade (Alcobaça), manifestando-se sobre o mosteiro de Alcobaça, apresenta a seguinte opinião: «N'uma parte do convento que não é destinada ao culto religioso, estão hoje : a Camara

Municipal, Repartição de Fazenda, Administração do Conselho, Conservatoria, Tribunal judicial, Cadeia, Repartição de pesos e medidas, Aula regia, Theatro, e n'um dos jardins dos claustros houve há annos uma praça de touros ! ... o resto do edificio serve de palheiros, cavallariças, depositos de madeiras (!!!) etc. As cellas são hoje dormitorio de muitas familias pobres da villa. Dentro de pouco tempo de tão grandioso monumento só existirão ruinas !!!». A cozinha do mosteiro que, segundo o autor, proporcionava alimento a muitos pobres encontra-se em ruínas. «Se podesse, dizia um distincto escriptor, com um sopro de vida levantar as cinzas de seus antepassados, ellas tremeriam de indignação e terror, vendo n'aquelle estado o edificio que erigiram com intuitos tão piedosos e tão santos» (Natividade, 1877, pp. 164-165). O mesmo autor refere também num outro artigo sobre o Castelo de Alcobaça, que noutros tempos protegia o grandioso mosteiro, a situação de avançada decadência em que se encontra. Declara Vieira Natividade que «Entre nós tudo assim é. Baldado será fallarmos a este respeito, porque a nossa palavra não encontrará echo» (Natividade, 1878, pp. 277-278). Parece, assim, evidente que quem se pronuncia, independentemente da sua formação, que não foi nosso propósito explorar, se encaixa num contexto histórico acerca dos debates sobre a extinção das Ordens Religiosas e tanto temos os defensores do reuso desses bens e outros declaradamente partidários da sua extinção, assim como outros lamentam a «profanação» desses espaços.

Em 1877 tiveram início no Castelo da Feira «trabalhos de desobstrução» que a câmara ordenara executar. Apesar da iniciativa positiva, o autor do artigo publicado no *Almanach* para 1884 sustenta que, o castelo necessita de outras intervenções que também urge realizar e que não implicam grandes investimentos, mas sem as quais dentro de pouco tempo acabará por ruir. Tendo em conta que este castelo «e suas dependencias é o unico na sua especie em Portugal», segundo o que o autor veio a saber, «e que no Diario do Governo em 1881 foi incluído no numero dos monumentos nacionaes e como tal classificado para o fim de ser reparado e conservado pelo governo», é necessário que não se negligencie a obrigação de se ordenar proceder às reparações que ainda são precisas. E é também necessário que a «Real Associação de architectos civis e archeologos portuguezes» procedam ao estudo deste monumento (Anónimo, 1883, pp. 92-94).

O *Almanach de Lembranças* constitui-se assim como eco da consciência patrimonial no século XIX, da denúncia da negligência, da afirmação da necessidade da classificação e do estudo do património e da intervenção de equipas multidisciplinares, antecipando o que a Carta de Atenas de 1931 (Carta de Atenas, 1931) recomenda, nomeadamente, a «colaboração, em cada país, dos conservadores de monumentos e dos arquitectos com os representantes das ciências físicas, químicas e naturais, para conseguir alcançar métodos aplicáveis aos diferentes casos» e o que a Carta de Veneza de 1964 (Carta de Veneza, 1964) consagra no seu artigo 2.º, ou seja, a necessidade de multidisciplinaridade, do contributo das mais variadas áreas científicas na intervenção e restauro nos monumentos.

A importância da classificação do património é também salientada no *Almanach* para 1914, por M. J. Cunha Brandão (Infesta, Paredes de Coura) que refere que a igreja de Rubiães tendo sido considerada monumento nacional, por decreto publicado no Diário do Governo de 6 de Fevereiro de 1913, «Será, por certo, mais fácil a sua conservação, que bem merece e de que tanto carece» (Brandão, 1913, p. 168).

Em contrapartida no *Almanach* para 1915, Hippolyto Raposo (do *Livro de Horas*) protesta contra as destruições infligidas ao mosteiro de Lorvão e a indiferença demonstrada pelo «Conselho dos Monumentos Nacionaes», e afirma que: «Se cada convento em Portugal é uma pagina de vergonha para a historia contemporanea, creio que em nenhum haverá tão numerosos exemplos da ladroagem e desleixo como n'este que tendo sido poupado pelo vandalismo francês, é destruido e roubado em proveito dos liberaes do presente e em nome do interesse publico» (Raposo, 1914, pp. 90-93).

Uma outra questão relacionada com o património são as grandes obras que se realizam em nome de melhoramentos materiais e estéticos, como é denunciado no *Almanach* para 1864. Movidos pela intenção de eternizar seus nomes através de uma obra, um militar e um corregedor, conceberam mandar demolir a fonte de S. Lourenço, existente na rua do mesmo nome, em Elvas. A população não via, contudo, naquela fonte antiga qualquer estrago nem falha de beleza arquitetónica que justificasse a sua demolição. Ainda assim a fonte veio a ser efetivamente demolida em 1779. No mesmo lugar dá-se início à edificação de uma outra fonte de grande imponência. As despesas foram aumentando. Desentenderam-se os mentores do projeto, em virtude de um deles

em detrimento do outro apor o seu nome como responsável daquela obra no pedestal de uma estátua que ornava a nova fonte. Os trabalhos de construção não prosseguiram mais, restando para a posteridade apenas um «montão de cantaria» (Sampaio, 1863, pp. 132-133). Um outro uso do património que se pode inferir deste texto: o património ao serviço da vaidade e da glória pessoal.

Questão não menos pertinente tem a ver com o destino que é dado a bens culturais que são pertença de uma comunidade e que por negligência acabam por vir a satisfazer interesses privados. No *Almanach* para 1880, segundo afirma o autor do artigo, foram doadas por «S. Bernardo, abbade de Claraval», duas imagens de Nossa Senhora, vindo uma a ser colocada na Igreja de Nossa Senhora de Marvila e a outra na igreja de Santa Maria de Alcáçova. Aconteceu, contudo, que o prior desta última igreja, Domingos Ribeiro Cyrne, com o pretexto de que a imagem estaria degradada, mandou fazer uma nova e levou a que tinha sido doada por S. Bernardo para casa de uns familiares seus em Lisboa. A outra imagem, a que se encontrava exposta na igreja de Marvila foi também retirada desta igreja e levada para «o lugar de Alcanhões, para a ermida d'uma quinta que era da familia dos Carvalhaes, naturaes de Santarem, passando, (...), a ter a invocação de Senhora dos Pinosinhos» (Consciencias largas, 1879, pp. 84-85).

No decorrer de uma escavação arqueológica «fortuita e furtiva» realizada em 1858, conta Antonio Lino Leão de Vasconcellos (Amarante) no *Almanach* para 1861, que se descobriram num «terreno» que chamam de Ataúdes, «sepulturas, umas cavadas toscamente no saibro e outras na pedra dura, umas cobertas com lousas e outras sem ellas, todas na direcção de nascente a poente». Em todas estas sepulturas foram encontrados «vasos, ou cantarinhas (expressão vulgar), de argilla mui fina, acabados com perfeição, e de diversas fôrmas e tamanhos». Numa elevação «fronteira ao monte dos *Ataúdes*» ainda recentemente, afirma o autor, se identificava o que restava de uma antiga fortaleza, «construida de seixos de superficie lisa e fôrma arredondada, como os que se formão debaixo d'agua». Face à riqueza do espólio arqueológico descoberto, António de Lino Leão de Vasconcellos (Amarante) apela a que «o corpo municipal tome lembranças em seus annaes do apparecimento d'estas sepulturas e vasos, e até recolha alguns d'estes! [parágr.] Infelizmente porém há n'este particular uma certa incuria e indifferença em tudo quanto são terras portuguezas; é achaque nacional» (Vasconcellos,

1860, pp. 86-87).

No que diz também respeito ao património arqueológico, A. Sottomaior (Braga) refere no texto intitulado *Archeologia bracarense* publicado no *Almanach* para 1865 que Braga tem muitas riquezas arqueológicas e como tal é importante proceder ao «descobrimento», dessas «riquezas e vestígios d'antiguidade» que «estarão sepultados em diferentes pontos da provincia» do Minho (Sottomaior, 1864, pp. 159-160).

Eduardo Carvalho (Vila Nova de Famalicão), num artigo sobre Vila Nova de Famalicão, refere uma outra questão que se coloca relativamente ao lugar onde deverão permanecer certos bens culturais. Neste sentido, aludindo a uma coluna consagrada a «Elio Adriano (imperador romano desde 117 até 138 da era christã)», que dizem existir na Casa do Paço, que foi pertença dos condes de Barcelos, afirma que é «para lamentar que se desprese assim uma recordação de pristinas eras, e não se remova esse obelisco para onde lhe dêem o apreço devido á sua respeitavel vetustez» (Carvalho, 1881, pp. 19-20).

O *Almanach* para 1912 salienta num texto com o título *Caminho da fonte*, os efeitos do progresso e da tecnologia sobre os processos sociais e os modos de vida. A instalação de redes hidráulicas, que à partida apenas seria encarada como fator de desenvolvimento e de qualidade de vida, teve também outras consequências, nomeadamente, veio a originar a perda daqueles elementos que anteriormente compunham cenas da vida quotidiana, como aquelas que eram fornecidas nos caminhos das fontes por mulheres provenientes dos mais variados lugares, com os seus pitorescos trajés e diversidade de «vasilhas, diferentes de região para região». Isso veio a perder-se. O que reflete, por um lado, a fragilidade do equilíbrio entre os avanços tecnológicos e os processos sociais e os modos de vida, e por outro, a sua capacidade de se moldarem a novas realidades, dando lugar a novas formas de relacionamento entre as pessoas e novos quotidianos. Ainda assim, o que se regozija no texto publicado *Almanach* é que ao menos «nas terras pequenas e nas aldeias não se organisam facilmente companhias de aguas» preservando-se assim por largo tempo esses quadros de uma rotina em vias de extinção face ao progresso (Caminho da fonte, 1911, p. 233).

Resumidamente, diremos que o *Almanach de Lembranças* delimita um aspeto da mediação patrimonial que se liga com a sua função de estudar, esclarecer, interpretar,

divulgar o património cultural. Neste sentido, o património não existe por si apenas, é necessária a mediação humana «para que possa existir» (Duarte, 2010, p. 47). É necessário que seja estudado, conhecido, interpretado e divulgado, condições sem as quais desaparecerá.

Ao longo da leitura e análise destes artigos do *Almanach*, publicados no período cronológico que abrange os meados do século XIX a inícios do século XX, pode concluir-se que existe uma consciência patrimonial que se revela na preocupação pela defesa de bens culturais ameaçados; na denuncia da indiferença e da incúria do Governo e do Conselho dos Monumentos Nacionais (v. Raposo, 1914, pp. 90-93); na problematização dos efeitos do Decreto de 28 de maio de 1834, que veio extinguir as ordens religiosas; na perceção da importância do estudo multidisciplinar e da classificação do património; na afirmação da necessidade das pesquisas arqueológicas e da proteção do espólio arqueológico; na defesa de se colocarem em lugares adequados os bens patrimoniais; na acusação aos que se servem do património para benefício pessoal em detrimento do interesse das populações; na consciencialização das consequências da modernização sobre quadros da vida social e cultural (v. Caminho da fonte, 1911, p. 233). A consciência patrimonial que aqui se revela é também ela uma forma de mediação patrimonial.

Nos capítulos dedicados a procissões, festas e romarias manifesta-se uma outra forma de mediação patrimonial:

1. A interpretação dos colaboradores que nos descrevem aquelas manifestações de património cultural imaterial de acordo com a sua perspectiva e com aquilo que acham mais importante nelas;
2. A intervenção das pessoas naquelas manifestações. As procissões, festas ou romarias de que falam os artigos do *Almanach* não se tratavam de manifestações fossilizadas no passado: faziam parte do presente das comunidades visadas nos artigos;
3. O esclarecimento acerca do modo como estas manifestações se realizavam e sobre o envolvimento das comunidades num determinado passo do tempo, permitindo deste modo entender o património como um processo de transformações e permanências.

## Capítulo 2 - Procissões, um sentido de continuidade

Neste capítulo iremos desenvolver a ideia de que existem manifestações de património cultural imaterial que embora recriadas por cada geração, expressam ainda assim, comportamentos que persistem na longa duração, e que os textos sobre procissões no *Almanach de Lembranças* vêm comprovar. Outra ideia, é a de que na classificação do património cultural imaterial, os domínios em que se manifesta, não são estanques. Num ato processional coexistem as práticas sociais, rituais e eventos festivos, as artes do espetáculo, as tradições e expressões orais, por exemplo.

No *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, o termo procissão corresponde a manifestação pública, «mais ou menos solene», destinada a pedir, agradecer, louvar ou remir os pecados, consagrada a Deus mediante Jesus Cristo ou por intercessão de Maria ou dos Santos (Gouveia, 2001, p. 67). Mas a procissão pode também corresponder a um momento festivo, a uma forma ritualizada de a autoridade política se mostrar e de a hierarquização da sociedade se evidenciar, e pode mesmo constituir um meio de criticar os pilares sobre os quais assenta essa hierarquização social (Souza, 2013, p. 44).

Segundo o *Dicionário da Academia das Ciências*, procissão equivale a: «Cortejo solene e de carácter religioso geralmente acompanhado de cânticos, preces ou orações, em que tomam lugar o clero e os fieis de determinado culto, levando geralmente expostas imagens ou relíquias dignas de veneração» (Procissão, 2001).

Para os fieis a procissão significa também pertencer à Igreja (Souza, 2013, p. 44), o que remete para a noção de identidade.

O cristianismo absorveu elementos do paganismo de que os seus ritos são muitas vezes testemunho. E neste sentido podemos considerar que as procissões católicas são herdeiras de um legado pagão (Souza, 2013, p. 45), recriado «sob a capa de novos cultos», em que os santos emergem no seu papel de mediadores (Souza, 2013, p. 9). Assim, tal como Ricardo de Souza (2013, p. 9) sustenta que no cristianismo se gera «um processo ao mesmo tempo de permanência e transformação», pode-se considerar também que as manifestações de património cultural imaterial remetem para processos de continuidade e de recriação.

No decurso dos séculos o cristianismo em Portugal pode ser assinalado por um

primeiro marco cronológico que Gouveia (2001, p. 67) situa num arco de tempo longo que vai desde o período do estabelecimento no território da Península Ibérica das devoções surgidas no contexto das relíquias e ermidas, até ao grande incremento de peregrinações e da incorporação das devoções em meio urbano, no decorrer do século XIV. Seria o período da cristianização. Perturbações de ordem religiosa e moral em finais da Idade Média, «que tomam forma na confusão devocional e comemorativa e na indisciplina litúrgica, conduzem à afirmação tridentina» (Gouveia, 2001, p. 67).

Durante a era moderna foram convocados pelos nossos bispos sínodos «com o objectivo de propor aos seus padres e de por eles fazer aprovar um conjunto de normas que estruturassem adequadamente os diversos sectores da vida religiosa de cada uma das Dioceses» (Silva, 2002, p. 57). O conjunto dessas normas tem a designação de Constituições Sinodais.

As Constituições Sinodais do Bispado do Porto de 1541, em vésperas do concílio tridentino, produziram um conjunto de normas aplicáveis a diversa matéria religiosa, nomeadamente a procissões. Nelas, o legislador declara que as procissões «foram por direito e costume ordenadas para honra e louvor de Deus» (Constituições, Porto, Vasco Diaz Tanquo de Frexenal, 1541, fl. 66). Regulamenta-se «o modo que se ha de ter nas procissões solenes e nas outras. (...)» (Idem, fl. 66v). Declara-se também que as procissões não se dirijam a «outeiros» nem a «penedos», apenas a «igreja ou ermida», onde se fazem os officios divinos, e que durante o cortejo não se usem «outras palavras nem clamores», exceto quando «respondendo à ladainha» (Idem, fl. 67v.). Os fieis terão de ir na procissão com devoção e orando concentrados (Idem, fl. 68). Outras normas constantes nestas *Constituições* aplicam-se ao comportamento nas igrejas, defendendo-se que nesse lugar sagrado «onde forem não usará de ceremonias nem supstições (...): se não das cousas que a egreja manda : nem comerã nas egrejas e hermidas onde assim forem: sob pena de excomunhão e de quinhentos reaes» (Idem, fl. 68). Os cortejos processionais devem realizar-se dentro da cidade, excetuando os santuários. Pretendia-se impedir que as procissões decorressem por por «vales e montes» evitando-se práticas consideradas próximas do paganismo (Gouveia, 2001, p. 67).

Podemos considerar que nestas *Constituições* se identifica uma preocupação relacionada com o comportamento dos que vão nas procissões, mas também com uma

certa imagem da Igreja que é transmitida nesses préstitos. Preocupações que vemos reforçadas também na Constituição Terceira, sobre os que «vam palrrão ou estorvando a procissam». O alvo desta norma são «algumas pessoas ecclesiasticas» que em procissões gerais ou especiais, não tendo em conta «o logar em que vã : palrrã e não querem cantar» indo «deshonestamente o que não he serviço de Deos: e he causa de escandalo ao povo» (Constituições, Porto, Vasco Diaz Tanquo de Frexenal, 1541, fl. 68). Na realidade uma das razões que levaram D. Frei Baltasar Limpo a convocar o sínodo diocesano do qual resultaram as Constituições de 1541, foi «a necessidade de reformar em diversos aspectos a visibilidade institucional da Igreja do Porto». Nestas Constituições do Bispado do Porto de 1541, deteta-se a estrutura do projeto de administração diocesana de D. Frei Baltasar Limpo imbuído já do espírito tridentino, antes mesmo ter participado naquele concílio (Silva, 2002, p. 60).

As Constituições Sinodais do Bispado de Miranda de 1565 regulamentam, no Título dedicado a procissões (fl. 81), tal como nas Constituições anteriores, o «modo que se terá nelas», o que denuncia a importância dada a este tema. Na Constituição Segunda do mesmo conjunto normativo, estipula-se que «todos os religiosos vão nas procissões solenes» (Constituições, Lisboa, Francisco Correa, fl. 81-81v).

No Título XVII (Idem, fl. 81v) refere-se a obrigação emanada do Concílio de Trento determinando que «quando se fizer procissão solene, todos os guardiães e superiores dos mosteiros deste nosso Bispado, mandem suas cruces e religiosos pera hir na dita procissão aas ygrejas donde houver de sair, pera que va acompanhada como convem». O que mais uma vez remete para a preocupação da Igreja com a imagem institucional que projeta para o exterior.

Pela Constituição Terceira destas Constituições, que declara que «haja procissam geral em dia de Sam Marcos», ficamos também a saber quando e porque foi introduzida a procissão dedicada a este Santo: «Porque segundo o costume romano» no dia consagrado a este Santo, «he Ledainha mayor, & se costuma fazer uma procissão geral» e que assim tinha sido «instituido em tempo de Sam Gregorio Papa, & mandado no Concilio de Moguncia, que todos os Christãos a fizessem : Mandamos a todos os Abbades, Rectores & Curas, que no dito dia fação procissam geral polo modo acima dito» (Constituições, Lisboa, Francisco Correa, fl. 81v).

As Constituições Sinodais do Bispado de Coimbra de 1591, estabelecem que «as procissões forão ordenadas por direyto & louuaueys costumes para gloria & louuor do senhor, & honra dos seus Sanctos, & para que os fieys Christãos juntos em oração possão mais facilmente alcançar do Senhor remedios & ajuda em suas necessidades» (Constituições, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 116, como citado em Gouveia, 2001, p. 67). Nas normas inscritas nas Constituições Sinodais de Coimbra de 1591 declara-se que num cortejo processional deverá existir uma determinada ordem, indo os leigos na frente, seguidos pelos «Religiosos» e «Clerigos», depois os «Regedores» da «Cidade», «como se costuma», e a fechar o préstito, as «mulheres» (Constituições, Coimbra, Antonio de Mariz, 1591, fl. 117 v.-18, como citado em Gouveia, 2001, pp. 67-68). Mas não era apenas o lugar que cada um deveria ocupar nas procissões que era alvo de regulamentação, eram também os comportamentos. No decorrer do préstito não se deveria comer, beber, cantar música de carácter profano ou dançar, entre outras atividades que contribuíssem para diminuir a dignidade desta manifestação. Na procissão dever-se-ia ir com compostura e em silêncio, apenas orando e «cantando e respondendo ás Ladainhas dos Sanctos» (Constituições, Coimbra, Antonio de Mariz, 1591, fl. 117 v.-18, como citado em Gouveia, 2001, pp. 67-68). Era necessário impor comedimento nas atitudes, nos gestos e no falar, sobriedade no vestir e não permitir as brigas nem trazer armas (Gouveia, 2001, p. 67). Assim, todos os que forem na procissão para além da obrigação de aí irem em «boa ordem», não «farão folias, nem festas, (...) nas Igrejas ou Hermidas onde forem com as ditas procissões: nem se ajuntarão nellas depois da procissão acabada para dançar & cantar, como em algumas partes fazem, com pouco temor de Deos & reverência dos Santos» (Constituições, Coimbra, Antonio de Mariz, 1591, fl. 118).

A finalidade era impedir que as procissões se transformassem em festividades profanas, mesmo que algumas práticas tenham tido origem cristã como as danças ou os autos. Pretendia-se moralizar as procissões impondo obstáculos a crenças populares enraizadas desde tempos imemoriais e que resistiram mesmo depois dessas proibições. Essas proibições consistiam em não autorizar os «autos», as «folias, danças e máscaras», as «representações de santos, da Virgem ou de Cristo por figuras vivas e não por imagens esculpidas decentemente, provenientes de altares de espaço sagrado»

(Gouveia, 2000, p. 339).

É também com este sentido que nas Constituições Sinodais de Leiria de 1601, na Constituição Primeira, se escreve que «a Procissão de Corpo de Deus, por nella ir o Sanctissimo Sacramento, he muito encomendada pelo Sagrado Concilio Tridentino, & deve ser acompanhada, & venerada com maior solennidade» (Constituições, Leiria, Manoel d'Araujo, fl. 30v.). E na Constituição II se acrescenta que «Por quanto nas Procissões não deva aver cousa, que impida a devação dos fieis Christãos. Ordenamos, & mandamos, que em todas, as que se fizerem em nosso Bispado não aja festas profanas, que provoquem a riso: nem representações, que possam retardar o curso das ditas Procissões, nem qualquer outras invenções deshonestas, com que se perturbe a quietação, & devação dos fieis. E defendemos que não vão nellas molheres, que representem sanctas, nem pelas ruas, & janelas se ponhão figuras, ou pinturas lascivas, & indecentes» (Idem, fl. 31v.). Contudo, algumas festas ou jogos, que tenham que ir na procissão, apenas irão nas condições que se refere: «E avendo de ir nas ditas Procissões algumas festas, ou jogos, irám no principio da Procissão, diante de todas as Cruzes, nem se intrometerám com a Cleresia, & Cabido, nem entrarám nas Igrejas, por não perturbar os officios divinos» (Idem, fl. 31v.). E na Constituição III impõe-se «que não arranquem nas procissões arma alguma, pera com ella ferirem, ou injuriarem alguem, nem fação briga, ou revolta (...)» (Idem, fl. 31v.).

Para além da preocupação de regular os comportamentos e da preocupação com a «representação exterior», também se pretendia que as procissões servissem o objetivo da catequização (Gouveia, 2000, p. 345).

Contudo, os usos e hábitos antigos permaneceram (Oliveira, 2013, p. 135). Na realidade as Constituições Sinodais que vimos são constantes no tipo de preceitos que prescrevem em matéria relacionada com as procissões o que pode ser revelador da persistência do desrespeito pelas «cousas que a igreja manda».

Um viajante estrangeiro em Lisboa na segunda metade do século XVII, como nos é referido por Brandão (2013, p. 29), menciona que os portugueses exibem grande magnificência no embelezamento das suas igrejas e na celebração dos seus cultos. Mas segundo este viajante manifestam nas práticas religiosas comportamentos condenáveis, nomeadamente, numa, que o viajante achou que mais que as outras que tinha observado,

era relevante assinalar. Diz ele: «refiro-me à que se me assemelhou mais impiedosa e profanadora, mais que supersticiosa e superficial. Trata-se do que ocorre nas festividades mais solenes, ficando exposto o Santíssimo Sacramento depois das celebrações; então aparecem mulheres ricamente vestidas que ao som de guitarras e castanholas dançam e cantam canções profanas com mil atitudes indecentes e impudicas, que teriam mais lugar nos sítios públicos que nas igrejas que são casas de oração onde está presente o Deus da pureza. Esta nação está de tal forma habituada a estes divertimentos que as pessoas mais austeras e os próprios sacerdotes assistem divertidos a tais espetáculos profanos e sacrílegos, que não aparece ninguém a censurá-los» (Dellon, 1676, como citado em Brandão, 2013, p. 29).

François de Tours, um padre francês também em viagem por Portugal por volta de 1699-1700, como também nos refere Brandão (2013, pp. 565-57), assiste em Braga no dia de S. João a uma procissão que nos descreve do seguinte modo: «Começarei por me referir a mais de 100 pessoas mascaradas que ali havia, porque é costume tanto em Espanha como em Portugal fazer figurar mascarados nas procissões. Se uma religiosa deseja pagar, na festa da sua profissão, logo terá um bando de mascarados que, com guitarras e tambores de pele de carneiro, virão dançar na igreja diante do Santíssimo Sacramento, pois sem isto a festa não seria festa. Em Lisboa, quase sempre que saía à rua, assistia a esta espécie de cerimónias. Três dos mascarados a que me refiro abrem a procissão falando indiferentemente a raparigas e mulheres porque nesta função isto lhes é permitido. Eu vi perfeitamente toda esta procissão, porque estava numa grande sacada do palácio arquiiepiscopal acompanhado por dois sobrinhos do senhor arcebispo. Deitava para um vasto terreiro onde havia uma grande multidão. Depois destes três mascarados seguia um boi cujos cornos estavam enfeitados com fita vermelha, muito larga, e a este boi seguia-se um carro puxado a bois, carregado de ramos e troncos de árvores, atrás do qual marchavam quatro gigantes, prodigiosamente altos, que faziam umas partes que eram de nos fazer rebentar a rir. Estes gigantes eram feitos de cartão e postos às costas de cada homem que, aliás, se não via. Traziam entre eles um anãozito que não media mais de pé e meio de altura. Vinha depois São João Batista no deserto, num andor onde havia repuxos de água e um menino nuzinho, de três anos pouco mais ou menos, que representava São João Batista. Este deserto era levado por quatro

homens que caminhavam ocultos, como os outros de que já falei. Seguiam, depois, oito pessoas mascaradas que pararam diante do palácio, o que muito me aprouve, porque nunca havia assistido a esta espécie de procissões onde participassem dançarinos mascarados. Em verdade isto tem o seu quê de pagão, contudo, nunca foi possível abolir estes costumes tão-pouco conformes com o cristianismo.» (Tours, 1699, como citado em Brandão, 2013, pp. 56-57).

Um pouco à margem deste enquadramento das procissões, identificamos em contrapartida numa descrição de João Baptista de Castro, conforme elucida Gouveia (2001, p. 69), um detalhe no domínio da fé de grande sensibilidade estética. Na altura da Procissão do Enterro do Senhor em Sines, por meados do século XVIII, ocorria um prodígio que era o de saírem porções de borboletas «com azas prateadas» da urna onde se guardavam as relíquias de S. Torpes. Depois que terminava a procissão as borboletas desapareciam» (Castro, 1763, pp. 220-221). Fé e estética, uma outra perspetiva das procissões.

A Constituição de 23 de Setembro de 1822, artigo 25.º, declara que *A Religião da Nação Portuguesa é a Católica Apostólica Romana* (Constituição de 23 de Setembro de 1822). Consequência desta constitucionalização da Igreja Católica estabelecida pelo regime liberal será a deliberação do rei em abril de 1859 impondo que a realização de procissões seja autorizada pelos bispos, «por escrito», mediante «memória descritiva» que previamente lhes teria de ser entregue. Pretendia a monarquia proibir «a representação de cenas teatrais durante as procissões, no seu início ou no seu final». O que frequentemente sucedia com episódios da biografia de um santo, e sobretudo, com cenas da vida de Jesus, principalmente na época da Semana Santa, altura que se representavam autos e passagens do evangelho com finalidades moralizadoras. Acontecia que a representação teatral destas personagens não era fiel ao guião da doutrina da Igreja. As atitudes consideradas pouco apropriadas, a linguagem e até o guarda-roupa dos “atores” que representavam esses personagens, e que afinal eram bem intencionadas criações de carácter popular que envolviam crentes, leigos e mesmo clérigos, acabavam por passar a fronteira do que a Igreja e o rei consideravam práticas ortodoxas (Gouveia, 2001, pp. 68-69).

D. António Mendes Belo, Bispo do Algarve, apelava também ao respeito das

normas prescritas nas Constituições diocesanas, que proibiam a representação nas procissões de acontecimentos descritos na Bíblia, admitindo apenas que desfilassem crianças trajando de anjos, no sentido de assim se conferir maior dignidade ao ato religioso (Gouveia, 2001, p. 69).

Na realidade, em finais do século XIX a religião católica confrontava-se com a perda de muitas das suas atribuições. Em 1860 tinha-se iniciado uma nova fase de expropriações dos bens da Igreja, o que contribuiu ainda mais para o enfraquecimento da sua força económica e da sua capacidade de intervenção na esfera social (Neto, 1993, pp. 279-281, como citado em Dix, 2010, p. 12).

Em 21 de abril de 1911, como refere Jorge Fernandes Alves (Alves, 2012, dezembro, p. 17), a Lei da Separação do Estado das Igrejas, art.º 2.º, determina que «a religião católica apostólica romana deixa de ser a religião de Estado» (Lei de Separação do Estado das Igrejas, 1911). E, como também menciona o mesmo investigador, o artigo 57.º estipula que as «cerimónias, procissões e outras manifestações exteriores do culto não poderão permitir-se senão onde e quando constituírem um costume inveterado dos cidadãos da respectiva circunscrição, e deverão ser imediata e definitivamente proibidas nas localidades onde os fieis, ou outros indivíduos sem seu protesto, provocarem por ocasião delas, tumultos ou alterações da ordem pública» (Lei de Separação do Estado das Igrejas, 1911). A Comissão Central de Execução da Lei de Separação por ofício de 1 de maio de 1912, contempla as manifestações de carácter profano ou laico e a realização de procissões, prescrevendo que salvaguardadas «as disposições policiais relativas à ordem pública, nada obsta a que se realizem como dantes as romarias ou arraiais e outros folguedos populares, muito embora acompanhados de funções religiosas realizadas adentro de templos ou capelas, pois que os referidos festejos, de natureza especialmente profana ou laica, não colidem com a Lei da Separação e servem de salutar desafogo à vida agreste e canserosa das populações rurais. Quanto às procissões e outras exhibições culturais na via pública, que é de uso realizarem-se por ocasião das romarias, deve a autoridade ter em vista o disposto neste artigo [57.º] e no seguinte e na portaria de 6 de dezembro de 1911, limitando-se a levantar auto de desobediência e remetendo-o para juízo, sempre que, efectuando-se as referidas procissões ou congéneres actos culturais, os seus promotores ou dirigentes não hajam

obtido a respectiva licença» (Oliveira, 1914, p. 62, como citado em Alves, 2012, dezembro, p. 17). Estabelece-se, assim, uma separação face à legislação entre «as romarias ou arraiais e outros folguedos populares» e as procissões muito frequentemente a eles associadas.

Na diocese do Algarve, na altura em que era Bispo D. António Barbosa Leão, as procissões foram na maioria das vezes proibidas, raramente eram autorizadas pelos chefes políticos locais, apresentando-se como justificação a possibilidade de ocorrerem desordens. As procissões eram então realizadas no adro das igrejas ou no seu interior. A verdade é que, a partir de determinado momento em 1915, mesmo sem autorização, as procissões passaram a percorrer as ruas, tendo sido pouco frequentes as ocasiões em que ocorreram desordens. Bastantes procissões foram recuperadas, perdendo, contudo, a majestade da época do regime monárquico. Muitas outras nunca mais reapareceram e foram esquecidas até hoje (Duarte, 2011, julho-dezembro, p. 62).

Segundo Steffen Dix, a Lei da Separação do Estado das Igrejas e a estratégia republicana contra a religião católica estimulou a Igreja a voltar-se para a sociedade e a recristianizá-la (Dix, 2010, p. 14). As aparições de Fátima vieram a constituir um importante contributo para essa «recristianização da sociedade portuguesa», embora a Igreja apenas nos anos 20 do século passado tenha compreendido a importância simbólica do fenómeno de Fátima (Barreto, 2002, pp. 36-37, como citado em Dix, 2010, p. 15). Outros importantes marcos cronológicos na «reconfiguração» da Igreja foram a Revolução de 28 de maio de 1926 e o Estado Novo em 1933. Se por um lado o novo regime proporcionou as condições para «a institucionalização de uma Nação “essencialmente cristã” (Almeida, 2008, p. 23, como citado em Dix, 2010, p. 15), por outro, a Igreja tornou-se um dos mais importantes pilares de Estado Novo. Estava em curso a «reconquista cristã» (Dix, 2010, p. 15).

## **2.1. As procissões descritas no *Almanach de Lembranças e artes do espetáculo***

A Convenção do Património Cultural Imaterial de 2003, no artigo 2.º, parágrafo II, declara que o património cultural imaterial, «tal como é definido no parágrafo I» deste artigo, «manifesta-se nomeadamente nos seguintes domínios»: «tradições e

expressões orais, incluindo a língua como vector do património cultural imaterial»; «artes do espectáculo»; «práticas sociais, rituais e actos festivos»; «conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo»; e «técnicas artesanais tradicionais» (Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial, 2003).

As práticas sociais, rituais e eventos festivos são as formas habituais pelas quais se exercem determinados atos partilhados pelas comunidades e assumem particular relevância por constituírem um meio de os participantes manifestarem a sua identidade como «grupo ou comunidade» (Cabral, 2011, pp. 85-86). Paula Cardona sustenta que as «procissões representavam um paradigma de vivências muito próprias» e exprimem uma «prática comunitária» (Cardona, 2008-2009, p. 127). Face ao mencionado podemos considerar que as procissões se incluem no domínio das práticas sociais, rituais e atos festivos.

Clara Cabral também afirma que «as expressões elementares das artes do espetáculo [que] incluem a música vocal ou instrumental, a dança e o teatro», podem muitas vezes ser identificadas noutros domínios incluídos, como acima foi indicado, no património cultural imaterial (Cabral, 2011, p. 85).

No que diz respeito à relação entre artes do espetáculo e procissões, Luiz Francisco Rebello afirma que o teatro no período da antiguidade clássica nasceu a partir do culto a Dionísio, e o moderno teatro, por sua vez, teve entre outras origens, o rito cristão (Rebello, 2000, p. 21).

Por seu lado, Teófilo Braga refere que o «drama liturgico ou rito figurado era representado nas solemnidades das festas religiosas das sumptuosas Cathedraes, nas procissões espectaculosas, com musicas e dansas (...)» e acrescenta que, o contacto do povo com o teatro, tanto o «*hieratico* como o *aristocrático*», se fazia através das procissões e dos torneios onde participavam «jograes, menestréis e goliardos» (Braga, 1898, pp. 4-6). Luiz Francisco Rebello tendo como fontes «textos conciliares», refere que no mínimo a partir do século XIII, se identificam expressões de carácter teatral relacionadas diretamente «com a liturgia do rito católico» (Rebello, 2000, p. 26).

O mesmo autor nota ainda que as representações ligadas ao período da Páscoa, incorporavam as procissões que ocorriam na altura «das festas solenes do «Corpus Christi», em que, além das autoridades eclesiásticas e civis, tomavam parte os

representantes das corporações e ofícios artesanais, personificando, mediante caracterização e indumentária apropriadas, diversas figuras bíblicas ou alegóricas, entre as quais se desenvolviam pequenos episódios de natureza tendencialmente teatral» (Rebello, 2000, p. 26).

Como adiante se verificará não eram apenas «expressões elementares» da arte teatral que figuravam nos cortejos processionais descritos no *Almanach de Lembranças*, neles se incluíam também a pantomima, a música e a dança.

### 2.1.1. Procissões festivas

Entendemos designar procissões festivas aquelas em que existindo a função religiosa é o sentido festivo que se destaca nas descrições que os colaboradores do *Almanach de Lembranças* nos deixaram nos seus textos.

**Tabela 1: Procissões festivas (artigos analisados)**

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Pág.</b>	<b>Local</b>
-	Uma Procissão do Corpo de Deos no século XVI n'uma das terras de Entre Douro e Minho	1852	367	Entre Douro e Minho
Obscura Portuense	Procissão de Passos em Ponte da Barca	1860	296	Ponte da Barca
Lamim, E. H. (1859)	Festa a S. Sebastião em Faro	1860	82-83	Faro
Menezes, Augusto Cezar da Cunha	Santos Martyres de Marrocos	1861	369-370	Maia
Mello, Simão Luiz Pereira de Abreu e	A procissão de Corpus Christi em Monção, do Minho	1867	276-277	Monção (Minho)
S... (T)	Os pescadores da Povoia de Varzim	1872	130-131	Póvoa de Varzim
Pestana, Joaquim	Procissão de S. Pedro em Câmara de Lobos	1876	129-130	Câmara de Lobos
Anónimo	Procissão solemne no seculo XVIII	1903	119	Matosinhos; Leça da Palmeira
Costa, Lino G. F. da	Antigas festas de N. S. d'Assumpção na villa de Pedrogam Grande	1904	102-103	Pedrógão Grande
Euracino	Povoia de Varzim	1915	266	Póvoa de Varzim

No *Almanach de Lembranças para 1852* (p. 367) publica-se um texto sobre *Uma procissão do Corpo de Deos no século XVI n'uma das terras de Entre Douro e Minho* (**Anexo 1, N.º 1**). Este texto foi anteriormente publicado em *Historia e memorias da*

*Academia Real das Sciencias de Lisboa* (1830, p. 30), e em *O Panorama, jornal litterario e instructivo da sociedade propagadora dos conhecimentos uteis* (Procissão de Corpus, 1840, p. 32).

Nesta procissão iam na frente as «cruzes e guiões das irmandades, que erão avisadas pelo Juiz da confraria». Seguia-se «a imagem de S. Jorge a cavallo» com os pagens e os escudeiros. Atrás, um grupo de homens e mulheres trazendo mascaras executavam a dança da retorta acompanhada de gaita de fole. Um outro grupo, o dos ferreiros, realizava a dança das espadas com música produzida por «tamboril e pandeiros». Havia também no desfile a dança com violas executada por moleiros e a folia apresentada por «merceeiros e officiaes de sirgueiro» e por «tendeiros e rendeiros». Na parte da tarde do dia em que se fazia a procissão tinha lugar uma corrida de touros, para a qual cada «marchante» era obrigado a fornecer um touro. A «carpinteiros e forneiros» incumbia efetuar a «tapagem do carro<sup>3</sup>» (Procissão do Corpo de Deus no século XVI n'uma das terras de Entre Douro e Minho, 1852, p. 367). Ressalta deste texto o contraste entre a maneira como decorria a Procissão do Corpo de Deus no século XVI e o que vem prescrito sobre esta procissão nas Constituições Sinodais de Leiria de 1601, em que se estabelece que por nela desfilar o Santissimo Sacramento devia realizar-se com a maior solenidade.

A festa do *Corpo de Deus* tem origens, segundo D. Manuel Clemente, no século XIII em Liège, por impulso de Juliana de Mont-Cornillon. O papa Urbano IV, arcebispo daquela diocese estendeu esta festa a toda a cristandade por determinação de 11 de agosto de 1264. Apenas dois anos depois chegou a Portugal, a Coimbra, onde a partir de 1307, a comemoração era continuada numa procissão (Silva, 2005, p. 460).

A festa do *Corpo de Deus* generalizou-se a todo o reino e era uma das mais solenes. Nas grandes cidades como Lisboa, Porto e Coimbra, sobretudo, a festa era bastante impressiva, onde o sagrado e profano se confundiam e o espetáculo remetia mais para uma manifestação pagã do que cristã. Os mestres estavam obrigados a desfilar no cortejo processional exibindo cada um o símbolo que o representava. Segundo Sousa Viterbo, «se hoje se reproduzisse com todo o rigor historico um d'esses

---

3 - Em *Historia e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Tomo X, Parte II, p. 30 e em 1839 em *O Panorama, jornal litterario e instructivo da sociedade propagadora dos conhecimentos uteis*, volume quarto, p. 32. vem escrito *curro* e não *carro* como no *Almanach*.

cortejos assistiríamos ao mais curioso desfilar de todos os elementos da vida nacional de outrora». As danças e folias incluídas na festa acabaram por lhe dar uma feição contrária ao que a Igreja entendia por bons costumes. Sousa Viterbo afirma que a verdadeira devoção não passaria «depois d'uma comedia ridicula e indecorosa» (Viterbo, 1897-1899, p. 189).

Um dos elementos que figuram na *Procissão do Corpo de Deos no século XVI n'uma das terras de Entre Douro e Minho* descrita no *Almanach*, como referido, é «a imagem de S. Jorge a cavallo». Segundo João Pedro Ribeiro e George Cardoso terá sido no tempo de D. Fernando, quando em 1381 vieram em seu auxílio contra Castela as forças militares inglesas, que «a devoção» a S. Jorge entrou em Portugal. George Cardoso sublinha, contudo, que não «he facil averiguar, quando os nossos o começaram a invocar nas batalhas» (Ribeiro, 1835, p. 37; Cardoso, 1657, pp. 691-692). Também João Baptista de Castro, refere no *Mappa de Portugal antigo e moderno*, o «Senhor S. Jorge», declarando que era grande a devoção por este Santo. Este autor afirma que o Santo foi constituído como o «Defensor do Reino, e Tutelar da Milicia Lusitana», a partir de 1381, passando desde então os militares a invocar S. Jorge em seu auxílio (Castro, 1763, p. 257). O culto estendeu-se ao resto do país (Ribeiro, 1835, p. 37). Segundo João Baptista de Castro uma das imagens do Santo, que permanecia no Templo do Hospital Real em Lisboa, ia a cavalo na «Solemne Procissão de *Corpus Christi*» desde 1387. S. Jorge ia a cavalo «com tal postura, e brio, que representava hum famoso General, armado de lança, e adarga, acompanhado de Alferes vestido de armas brancas, pagem da lança, e de huma pomposa comitiva de cavallos custosamente ajaezados, e os melhores das pessoas Reaes». Esta Imagem do Santo foi destruída no incêndio geral que se propagou em Lisboa aquando do terramoto de 1755. Uma outra imagem do Santo existia, como afirmava João de Castro, na Igreja do Convento de S. Bento. S. Jorge, é segundo ainda este autor, «especial Patrono da Cidade de Bragança» (Castro, 1763, pp. 257-258).

No préstito descrito no *Almanach*, constam também danças que são executadas por representantes de ofícios, o que remete para o carácter corporativo desta procissão. Juntamente com o corpo eclesial desfilam os corpos sociais, os ofícios (Silva, 2005, p. 460). São várias as danças exibidas neste cortejo processional: a dança da retorta, das

espadas, a executada por moleiros, e, folias realizadas por merceeiros, oficiais de sirgheiro, tendeiros e rendeiros. A dança é assim um dos aspetos relevantes nesta procissão. Neste sentido julgamos oportuno estabelecer uma relação entre dança e património.

Tomaz Ribas afirma que a dança é composta por vários elementos. O *simbolismo* é o que explica e justifica a dança, é a ideia sobre a qual radica esta forma de arte. O *simbolismo* é o que determinada dança significa e tem o propósito de significar (Ribas, 1983, p. 16). É o motivo pelo qual se realiza uma dança. Laurajane Smith entende o património como «um ato de comunicação e de atribuição de significados no e para o presente» (Smith, 2008, p. 1 como citado em Crippa & Souza, 2011, p. 247). Uma comunidade reconhece um bem como património cultural quando lhe atribui «um valor simbólico que o diferencie das demais obras, permitindo sua transmissão para as próximas gerações». É neste sentido que Crippa e Souza sustentam que o conceito de cultura numa perspetiva antropológica, consagrando «os processos sociais pelos quais os homens significam e interpretam o mundo e a si mesmos», impõe que na abordagem a um determinado bem sejam considerados os significados que lhe são atribuídos e mantidos pela comunidade (Crippa e Souza, 2011, pp. 249-250). Temos portanto uma ligação entre Dança e Património através da noção de simbolismo.

Outro elemento que constitui a dança é a *forma*, ou seja, o modo como a dança é executada. A forma pode mudar de acordo com diversos fatores, como o «tema, a ideia e até o próprio simbolismo». Juan Agudo Torrico relaciona “valores” com «construção histórica e social», isto é, quando nos referimos a “valores”, os que aplicamos transformando um dado bem «do nosso contexto social num «bem cultural», e sobretudo quando associados a identidade, «fazemo-lo a partir de construções ideológicas que não podem ser desvinculadas de cada momento histórico: das estruturas socio-económicas, dos modelos de organização social e das crenças e discursos ideológicos auto-justificativos dos modos de vida das populações». Consequentemente, o que leva a considerar um bem como bem cultural resultará «de uma construção social e historicamente determinada e passível de revisão». Neste sentido, o que se considera património ou se lhe atribui um «valor especial», num determinado lugar pode não ocorrer num outro lugar (Torrico, 2006, p. 22). Tanto a dança como património são

dinâmicos, estão em permanente mudança e recriação (Duarte, 2010, p. 48)

Os *acessórios*, segundo Tomaz Ribas, «devem ter um valor representativo (caso das vestes, das máscaras, dos objectos usados pelos dançarinos, etc.)», que ajudem a contextualizar a «personagem, a época evocada, a situação narrada», e nesse sentido deve haver uma correspondência dos acessórios usados com o «simbolismo da dança». Um outro elemento constituinte da dança é a *coreografia*, que consiste na «interligação e desenvolvimento plástico dos passos, gestos, poses, movimentos, linhas, evolução das figuras e dos grupos, etc». A coreografia é de importância fundamental na dança porque pretende traduzir «o simbolismo, a ideia de cada dança». A coreografia ocupa nas procissões um papel importante porque traduz, como na dança, um significado. A coreografia liga-se com as atitudes, com comportamentos e portanto com identidade, com «formas de estar». A *música* fornece o ritmo à dança. Segundo Tomaz Ribas, não é a melodia mas o ritmo da música que se dança. Os instrumentos musicais têm a mesma importância quanto ao ritmo, na medida em que existe uma relação entre o simbolismo da dança e os instrumentos com que se executa a música (Ribas, 1983, pp. 16-17).

A *técnica*, remete para «a natureza e a forma material dos movimentos». São portanto estes, segundo Ribas, os elementos constituintes da dança (1983, p.20).

Segundo Luís Chaves, a dança como forma de expressão pode refletir as tradições, as convicções religiosas, o meio em que vive e em que o homem foi moldado (Chaves, 1937, p. 144). Por outro lado, as artes do espetáculo constituem formas de transmissão de ideias e de valores. As artes do espetáculo reúnem frequentemente numa única das suas expressões diferentes manifestações artísticas. As danças incluem a música vocal ou instrumental e podem conter também o teatro, a pantomina, as histórias. As danças incluídas nas procissões são uma manifestação de património cultural, e este património que se transmite de geração para geração, dá um «sentido de identidade e de continuidade» à comunidade (Convenção para a Salvaguarda do Património cultural Imaterial de 2003, art.º 2º., paragr. 1.).

A *procissão de Corpus Christi em Monção, do Minho* (**Anexo 1, N.º 2**), é descrita no *Almanach de Lembranças* para 1867, por Simão Luiz Pereira de Abreu e Mello (Monção). O autor refere-se indistintamente a procissão e festividade do Corpus Christi e questiona se nesta manifestação não estarão ainda presentes vestígios de paganismo. A

festa do Corpo de Cristo, segundo o narrador, é a mais pomposa e brilhante que se realizava na então vila de Monção. Logo cedo, pela manhã, a população enche o campo da feira. Não apenas a da vila, mas também a população das freguesias circundantes e de «Salvaterra da Galiza». Concluída a «função da igreja», começa a procissão. Na frente vai a música produzida por gaita de fole, tambor e bumbo. Atrás desfila o gigante S. Cristovão, transportado por barqueiros. Seguem, depois, algumas corporações, o boi bento, «com as pontas doiradas e o corpo coberto com um manto de damasco, guarnecido de ouro». Mais atrás vai o carro das ervas, dentro do qual vão crianças vestidas de branco cantando salmos. A seguir vem a «ordem terceira», a clerezia e o pódio. Depois, é a parte da procissão, que o autor do artigo, caracteriza de pitoresca. Surge a figura de S. Jorge. Esta personagem é desempenhada por um ferrador da vila. Confessa-se, comunga e vai depois receber da Câmara o montante de «2\$250 réis». Tem capacete, saia de malha, grevas de aço, lança e espada e vai combater montado num cavalo a Santa Coca, a representação de um dragão, que é o que mais pasma a população. Vencido o monstro, S. Jorge retira-se. Grande parte da população de Monção vai então a Salvaterra da Galiza, passando o que resta do dia em «folgedos» (Mello, 1866, pp. 276-277).

Um dos aspetos que se distingue para além da fluidez entre os domínios em que se manifesta o património cultural imaterial, entre paganismo e cristianismo, entre festa e procissão, é a mobilidade das populações da fronteira que ora vêm do lado de Espanha a Monção assistir a esta manifestação festiva e processional, como no seu final a população de Monção vai a «Salvaterra da Galiza». Neste sentido podemos talvez avançar que também existe fluidez entre identidade, património e território. À questão que frequentemente é enunciada sobre «a quem pertence um determinado património», a investigadora Alice Duarte sustenta que é de «quem dele se apropria e através dele reivindica a sua identidade cultural, não sendo legítimo aceitar qualquer outro critério para o título de “proprietário” de um património» (Duarte, 2010, p. 57).

Desta procissão que ainda hoje se realiza em Monção, permanecem algumas das suas características, como o boi bento e a encenação da luta entre S. Jorge e a Santa Coca. Outra tradição que se manteve foi a presença notória de espanhóis (Portal Municipal de Monção, eventos, Corpo de Deus, Festa Da Coca, 2016, abril), podendo

isto significar que existem tradições que são comuns aos dois povos (Portal Municipal de Monção, Notícias, 2015, maio 11).

D. Maria Peregrina de Sousa, de quem mais adiante daremos algumas indicações biográficas, também nos legou o seu testemunho acerca da procissão do Corpus Christi: «Em Penafiel as vespas do Corpo de Deus são um tempo de folgares e festins: é como o carnaval e a pascoa nas outras terras. Aquelle que no dia do Corpo de Deus não come carneiro ou anho é tido pelos penafidelenses pelo mais miseravel e desgraçado possivel (...).

Nos dias antes vão os bailes, que teem de figurar na procissão, dançar ás portas das autoridades.

Ha nestes dias mascaradas e outras folias; torna-se Penafiel de monotona e sossegada, ruidosa e folgasã. A procissão de Corpus Christi principia pelas danças das floristas e regateiras, e seguem-se todos os officios levando cada um d'elles a sua dança; e a dos ferreiros não se contenta com ir dançando pelas ruas, entra pela igreja dentro a dançar; as outras não entram. Leva mais a dita procissão o boi bento e o carro daservas aromaticas tirado a bois; no mais é uma procissão como a do Porto». Assina no Porto em 1 de maio de 1845, a insigne autora (Sousa, 1900-1901, p. 147).

O *Almanach de Lembranças* para o ano de 1903 publica um artigo sobre uma *Procissão solemne no seculo XVIII (Anexo 1, N.º 3)*. O autor não se identifica mas refere que a fonte a que recorreu foi um *vade mecum*. O local da realização da procissão é Matosinhos. Foi em 3 de Maio de 1773 que terminados os trabalhos de douramento da «capela mayor do Senhor de Bouças», saiu a procissão solene por Matosinhos e Leça da Palmeira. No préstito iam o cabido do Porto, o «Senado Regio da Camara e todo o militar Regimento», diversas confrarias e Irmandades levando seus guiões e cruzes e ainda figuras a cavalo e a pé. No texto refere-se que a procissão se revestiu de «muita grandeza» e que foi o dia mais festivo de que se tem recordação (Anónimo, 1902, p. 119).

O texto escrito para o *Almanach de Lembranças* é curto e não reflete todo o aparato e solenidade do ato. António Cerqueira Pinto, em *Historia da prodigiosa imagem do Bom Jesus de Bouças*, relata-nos com pormenor a procissão que o *Almanach de Lembranças* aborda. Trata-se de uma Procissão do Triunfo, na qual se salienta «o

quanto devião todos jubilosamente alegrarse de verem , com o mayor fausto , restituída a Sagrada Imagem do Senhor de Bouças ao seu Altar , e novo trono magnificamente reformado , no famoso Templo de Matosinhos» (Pinto, 1737, pp. 254-255). Conta o autor que acorreu a Matosinhos a assistir a este Triunfo solene de grandioso aparato, muita gente das mais diversas partes. A procissão começa por sair da sacristia com o Reverendo Deão e assistentes, entre eles os Meninos do Coro, os Beneficiados dos Ceptros, os Thuriferarios, o Mestre das Ceremonias, e dirige-se à Capela Maior, onde se saúda o cabido. Sai depois o préstito a «campo» e o Andor hasteando o Nosso Senhor de Bouças. A procissão segue o seu curso por Matosinhos com música de «clarins , tambores , charamellas , e outros instrumentos sonoros». Atrás seguia o povo ordenado e seguiam também incontáveis «Guiões, Bandeiras» e «Cruzes», pertencentes às «Confrarias», «Irmandades» e «Freguesias» próximas. Logo após ia uma figura com diversos atributos representando Matosinhos. Seguia também como primeira figura a Sagrada Escritura representada por mulher harmoniosa. Seguia depois o conhecido Profeta Jonas. Levava turbante aparatoso, na mão segurava uma bíblia representando as profecias que lhe são atribuídas; sobreposta à bíblia a representação de uma baleia. Seguia em 3.<sup>a</sup> posição a formosa Figura da Alegoria representada por mulher cuidadosamente ornada de touca e véu de fino tecido cobrindo-lhe a face. Leva um arco-íris adornado. Atrás vinha a deusa «Thetis», a divindade do mar como era «antigamente presumida», representada por mulher magnificamente «toucada». Seguiam-na o fabuloso Éolo, divindade dos ventos, interpretado por um alegre homem. Vinha coberto por coroa com «martinetes» e plumas, completando o adorno «huma sublimada grimpa». Trazia «escumilha», alva e translúcida e umas asas leves. Depois desfilava um homem figurando Neptuno. Vinha adornado com os atributos que se associavam à presumida divindade dos mares. Mais atrás seguindo Neptuno, caminhava uma figura que representava Proteu, a divindade pagã dos «Rebanhos marinhos». Trazia como atributos um traje verde cor do mar, combinando diversos peixes e conchas. Vinha também coroado e levava na mão um cajado do qual pendia um peixe. Seguindo a divindade pagã, vinha uma outra, Palemon, reconhecido na antiguidade como deus dos «Portos marítimos», também magnificamente ataviado. Seguiu-o uma ninfa dos mares, representando as Nereides, interpretada por uma mulher elegantemente adornada. Atrás

da graciosa ninfa, ia a Figura do Rio Douro, figurado por um animado homem vestindo traje «cor de ouro» e ostentando um «diadema», profusamente ataviado. Ao bravio Rio Douro seguia o calmo Rio Leça representado por homem ornado também com diadema composto de «vistasas folhas de brancos, verdes, azuis e amarellas lírios». Os sapatos eram de cor do mar verde e exibindo lentejoulas. Pelo corpo distribuían-se ramos e flores. Após esta figura bizarra, vinha a «Venerada Figura da Igreja Catholica». A Figura da Alegria ia logo atrás, simbolizando o Triunfo e a alegria de todos por verem devolvida a «Sagrada Imagem do Senhor de Boucas» ao seu trono esplendidamente restaurado na Igreja de Matosinhos. Na Procissão do Triunfo seguiam depois pela seguinte ordem: a «Comunidade dos Meninos Orfãos da Cidade do Porto», a «Comunidade Religiosa do Recoleta Convento de N. Senhora da Conceição», um coro, a «Triunfante Carroça» e o Andor, «em que a peito descuberto, e magestosa conducta, hia o Senhor de Bouças», e após «o resto do illustre Capitular congresso», vinha o Reverendo Deão, transportando sob o pálio a Cruz, acompanhado do «Senado da Camera, o Governador das justiças, Ministros Togados, e Justiças de Matosinhos, e Leça». A fechar o préstito triunfal, o Governador das Armas com seus batalhões e demais hierarquias militares.

A Procissão do Triunfo depois de se ter derramado por Matosinhos passou a Leça onde da mesma forma percorreu pelas ruas (Pinto, 1737, pp. 242-259).

No Brasil, em Minas Gerais, em 1733 realizou-se uma procissão do Triunfo Eucarístico que teve como motivo a mudança do Santíssimo da Igreja do Rosário para a Igreja do Pilar. Foi uma procissão marcada pela ostentação e pompa. Foi das procissões realizadas nas colónias a que mais representava o espírito religioso da época. Era o modelo da procissão irrepreensível. E nela se combinavam os elementos «feéricos, festivos, alegóricos, profanos, jocosos, políticos» (Souza, 2013, pp. 70-71). O cortejo processional incluiu personagens alegóricas, «carros triunfais», «representações mitológico-cristãs, em um espetáculo que pode, (...), ser definido, sem riscos de anacronismos, como carnavalesco» (Ávila, 1967, v. I, p. 16, como citado em Souza, 2013, p. 71). Assim, podemos admitir que a Procissão do Triunfo que percorreu as ruas de Matosinhos e de Leça da Palmeira, e que incluiu figuras alegóricas, representações cristãs e da mitologia pagã pode comparar-se nalguns aspetos com a procissão do

Triunfo Eucarístico realizada em Minas Gerais, e neste sentido conter algumas das características carnavalescas. Na realidade existem, segundo Ricardo de Souza (2013, p. 71), traços que caracterizavam as procissões mais antigas que estão atualmente presentes nos cortejos de carnaval.

Podemos ainda afirmar que o espaço percorrido pela procissão tem diferentes significados. O espaço sagrado da igreja onde o ato processional parece ser cumprido de acordo com tudo o que a Igreja manda. E o espaço da rua ou o espaço profano, onde parece haver uma colaboração entre o clero e seus assistentes e a expressão de elementos pagãos.

A *Procissão de S. Pedro em Câmara de Lobos* descrita no *Almanach de Lembranças para o ano de 1876 (Anexo 1, N.º 4)*, reflete também esta fluidez entre o domínio das artes do espetáculo e o domínio das práticas sociais, eventos e atos festivos. O autor do artigo sobre esta procissão, Joaquim Pestana, nasceu em 1840 e faleceu em 1909 em Câmara de Lobos. Foi poeta e teve muito da sua obra publicada não somente no *Almanach de Lembranças*, mas também no *Almanach das Senhoras*, *Almanach Madeirense* e *Almanach de Lembranças Madeirenses* e ainda em jornais do Funchal e de Ponta Delgada (Silva & Menezes, 1978b, p. 132).

A procissão de S. Pedro, segundo Joaquim Pestana realizava-se em Câmara de Lobos desde há 20 anos quando foi então aí instituída. No préstito as personagens que integram o desfile apresentam-se por uma dada ordem, assim, na dianteira do cortejo iam figuras a cavalo trajando à turca; a seguir um grupo de dez ou doze homens que compunham uma dança; ia depois uma «barquinha» levada por quatro homens; e atrás doze pescadores levavam uma rede; após este grupo vinham as confrarias, S. Pedro e o pálio; a fechar o cortejo, como era uso, os músicos com a habitual «boa musica de instrumental». Outro elemento da manifestação que nos é descrito é o vestuário. Para além do traje à turca, que vemos noutros desfiles processionais, usado pelos cavaleiros que seguiam na frente do préstito, os dançarinos usavam, segundo o autor, «fatos exquisitos, sobressahindo uma carapuça, guarnecida de muitas fitas, que lhes cahiam pelas costas abaixo». Os pescadores traziam vestes, que diziam ser semelhantes às dos apóstolos conforme apurou Joaquim Pestana. Os equipamentos e objetos referidos nesta procissão são a bandeira levada por cada um dos cavaleiros; a barquinha e os seus

«enfeites», que incluíam «pães de assucar, garrafas de vinho, ovos, doces, fructas, flôres, etc»; a rede levada pelos pescadores; o santo e o pálio (Pestana, 1876, pp. 129-130).

A descrição desta procissão é referida noutras fontes, nomeadamente, no *Elucidário Madeirense* que atesta a existência da procissão de S. Pedro, embora em Ribeira Brava. O concelho de Ribeira Brava foi criado em 1914, passando a incluir a freguesia de Campanário que tinha até então feito parte do concelho de Câmara de Lobos (Silva & Menezes, 1978a, p. 412). A procissão de S. Pedro descrita no *Elucidário* realizava-se no dia 29 de junho e incluía a barquinha e a dança das espadas, constituindo a principal atração nas festividades que tinham então aí lugar. A barquinha que ainda vem hoje na dianteira da procissão, é ornamentada com flores e com equipamento de pesca, associação a S. Pedro, e traz crianças representando pescadores e ainda diversas «ofertas de produtos da terra». Segundo o *Elucidário* a dança das espadas, que desde há certo tempo não constava da procissão, era um dos últimos indícios «das muitas folias que apareciam outrora em certas procissões, e particularmente na do Corpo de Deus». Nesta descrição são sete os homens que dançam. «Vestiam calções brancos e vestias vermelhas, e tinham na cabeça barretes verdes, em forma de mitra, guarnecidos de plumas e fitas longas, segurando cada um deles com uma das mãos uma espada pelos copos, e com a outra a ponta da espada empunhada pelo companheiro mais próximo. Ao som dum pandeiro, faziam eles diferentes movimentos compassados, passando de vez em quando sob as espadas». No *Elucidário Madeirense* afirma-se desconhecer quando começaram a surgir nesta procissão, a barquinha e a dança das espadas, admitindo que tenham tido as suas origens «em tempos primitivos» (Silva & Menezes, 1978b, p. 358).

A narrativa sobre a procissão de S. Pedro no *Almanach de Lembranças* permite associar património a “um processo de transformações e permanências”. Na realidade são identificados indicadores que revelam o que se extinguiu e o que permaneceu nesta manifestação de património cultural imaterial. Assim, o texto do *Almanach* para 1876 refere que recentemente «extinguiram os cavalleiros, a dança e a rede, ficando a barquinha, que levam adiante da procissão». De resto a procissão ainda hoje se realiza em Ribeira Brava e a barquinha ainda vai na frente da procissão.

Há um sentido de continuidade nas procissões que se infere da presença ao longo do tempo de práticas ligadas às artes do espetáculo, como a dança, a música, a representação, a festa profana que a regulamentação das Constituições Sinodais proibia, que os estrangeiros que visitaram o nosso país testemunharam e que a Procissão de S. Pedro conforme nos é descrita no *Almanach* para o ano de 1876 nos revela. Vejamos o que outras procissões descritas neste anuário fundado por Alexandre Magno de Castilho nos transmitem.

D. Maria Peregrina de Sousa para além de escritora (Castilho, 1861, abril, pp. 274 e 310-312) foi autora de «curiosos artigos, escriptos em portuguez portuguez, em portuguez do Minho, sobre crenças populares e superstições d'aquella provincia» que enviou a António Feliciano de Castilho quando este dirigia a *Revista Universal Lisbonense* (Idem, p. 273). Leite de Vasconcelos considerava que estes «curiosos artigos» e outros publicados avulso, a tornavam digna de figurar «entre os folkloristas portuguezes» (Sousa, 1882, p. 34). Maria Peregrina de Sousa é também referida na obra *Introdução à antropologia cultural*, na qual é considerada «talvez a primeira etnógrafa portuguesa» (Lima, Martinez, & Filho, 1981, p. 210).

Um escrito com o título *Procissão de Passos em Ponte da Barca* (**Anexo 1, N.º 5**), publicado do *Almanach de Lembranças* para 1860, está subscrito com o pseudónimo Obscura Portuense, um dos que provavelmente D. Maria Peregrina de Sousa adotou (Castilho, 1861, abril, pp. 273-274; Sousa, 1900-1901, p. 129). Conta a autora que nesta procissão ia na frente um guião seguido por uma fileira de crianças trajando de branco. Seguia atrás e de costas para elas um penitente. Usava roupa branca e «chale» vermelho, na cabeça levava uma peça de tecido presa por uma tira, e ia desenhando movimentos com espadas. Uma das espadas levava presa na boca, as outras brandi-as em cada uma das mãos, fazendo mover uma para a frente e a outra para trás. O outro penitente, mais pequeno, amparava-lhe a cauda das vestes. Outros penitentes desfilavam atrás desenhando também movimentos coreográficos. Seguiam-nos as figuras de Abraão que vestia à maneira turca e Sansão vestido «esquisitamente» e levando nas costas «as portas de Gaza». Vinha depois um grupo de anjos, usando vestuário de cores vivas, enquadrando no meio deles a personagem de Judite «com a cabeça de Holophernes». Seguia atrás o andor com o Senhor dos Passos, e depois um outro grupo de figuras

alegóricas ricamente trajadas, constituído pelas «três Marias», S. João ostentando uma coroa e Verónica ataviada com touca adornada com plumas. Atrás ia um pequeno pastor levando nos ombros um carneiro e «os quatro Evangelistas com os nomes nas costas, e escrevendo em livros grandes que levão». Depois vinham figuras representando guardas romanos. A fechar o cortejo processional «a musica da terra» (Obscura Portuense, 1859, p. 296).

A Procissão de Passos em Monchique incluía para além do ritual religioso, «o farnicoco ou *côca*», nome por que era conhecido nesta terra. Ia adiante no cortejo «vestido de roupeta parda de feitio semelhante a um balandrau, mas mais comprida e que tinha um capuz que encobria completamente o rosto e tinha tres buracos correspondentes aos olhos e bôca. A roupeta era apertada na cintura por um barço cujas pontas serviam para a *côca* afastar os garotos que a incomodavam. Dava-se o nome de *côca* tanto ao individuo que desempenhava estas funções, como á roupeta que elle vestia. Para muita gente a *côca* representava nem mais nem menos que o Diabo, dizendo-se até que se o homem da *côca* morresse dentro d'ella ia para o inferno, e por isso havia alguma dificuldade em arranjar quem se prestasse a fazer esse serviço, que, segundo se dizia, pertencia ao prior» (Gascon, 1919, p. 203). Por volta de 1864 ou 1865, uma portaria do Ministério dos Negócios Eclesiásticos recomendava à prelazia que proibisse nos préstitos o desfile de «figuras vivas» pelos atos censuráveis a que davam origem. Porém, somente anos mais tarde deixaram de fazer parte das procissões dos Passos em Monchique a *côca* e a «Magdanèla», talvez pela dificuldade em extinguir costumes antigos. Segundo o autor, a *côca* passou hoje a significar *papão* (Gascon, 1919, pp. 203-204).

Já a Procissão de Passos da Graça segundo noticia na *Revista Universal Lisbonense* decorreu com brilho e em boa «ordem». Iam nela muitas pessoas distintas; sob o andor caminhavam seis senhoras, seguidas por cerca de outras trinta senhoras cobertas por véus negros, e entre elas muitas vinham descalças (Procissão dos Passos, 1843, pp. 325-327). Noutra espaço desta revista vem publicada também a descrição da mesma procissão em Coimbra. No cortejo iam «differentes irmandades, e pessoas graves que para isso foram convidadas, entre estas Sebastião Brandão, secretario do governo civil, servindo de governador, que seguia immediato ao palio, depois se seguiu

um destacamento de 9 de infantaria, e a guarda municipal». Tudo indicava que se tratava de uma procissão, como diz a notícia, «não rica, mas decente». A alteração da ordem teve origem num grupo de estudantes que se introduziram por entre as pessoas que desfilavam no cortejo. Entrado já em completa desordem o préstito na Igreja e entre violências, as forças da ordem intervêm. Assim, entre vozes de prisão, termina a Procissão dos Passos em Coimbra (Procissão dos Passos em Coimbra (Extracto de uma carta, 1843, p. 355).

Num artigo publicado no *Almanach de Lembranças* para o ano de 1861 (**Anexo 1, N.º 6**), Augusto Cezar da Cunha Menezes, do Porto, começa por contar que próximo desta cidade existe um esplêndido mosteiro que pertenceu em tempos aos crúzios e que passou a ser propriedade, e a respetiva igreja sede, da freguesia de S. Salvador de Moreira (Menezes, 1860, p. 369). As estruturas edificadas têm a sua própria biografia composta das vidas das pessoas que por elas passam. Lídia Jorge dá-nos uma ideia, como só os escritores podem dar, acerca das vidas contidas num edifício. Numa passagem sobre um hotel em ruínas que retrata na obra *A Costa dos Murmúrios* a escritora lavra o seguinte: «O que mais hei-de dizer sobre uma ruína? Acrescentar talvez que é impossível sustentar uma ruína só com a vontade. [parágr.] No entanto, no tempo a que se refere o seu relato, esse edifício inspirava e expirava entre os dias e as noites conforme uma rotina ocidental - os cafés borbulhavam nas máquinas ao amanhecer, as saladas esverdinavam à hora do jantar. (...). Os episódios familiares abriam e fechavam também como um acto de respiração. Que logo desencadeava um outro. (...). Já tudo desapareceu antes que tenham desaparecido todos os objectos? (...). Na lavandaria, no local mais húmido do Stella, onde dizem que ficaram fungos do tamanho de salsas, é forçoso que haja ainda um cheiro a ferro de engomar. Se houver, são elas, as mulheres mais novas, curvadas sobre as tábuas, com o papel vegetal sobre as madeixas, o ferro deslizando sobre o papel, até fumar. Quietas, de mãos pousadas, agarradas à tábua, com o pescoço estendido. Tinham a pose das ovelhas nos sacrifícios antigos, a tábua era um frágil altar. Tão soberbo esse espectáculo na lavandaria do Stella, que não pode ter desaparecido sem deixar um rasto» (Jorge, [1998], 2002, pp. 91-94).

Quanto ao mosteiro e igreja de S. Salvador de Moreira, que sinais da vida que em tempos nele pulsava? Não o saberemos ao certo, mais eis contudo alguns desses sinais.

Segundo António Carvalho da Costa o Convento de S. Salvador de Moreira é muito antigo, podendo achar-se «dele memória em 862, data que alguns crêem ser da sua fundação», presumindo o autor ter sido erigido por D. Ordonho I de Leão, «que por estes annos vivia , & povoou esta terra da Maya , edificando muitos Conventos» (Costa, 1706, p. 362).

Na sua tese de doutoramento, como é referido por Aires Gomes Fernandes (Fernandes, 2006, parág. 5), José Mattoso compõe uma lista dos vários cenóbios da Idade Média pertencentes à diocese do Porto, e nessa lista refere que o de S. Salvador de Moreira da Maia foi fundado anteriormente a 1027 (DC 262, como citado em Mattoso, 2002, p. 24) e que era propriedade dos «cónegos regulares desde 1133» (A. de Azevedo, como citado em Mattoso, 2002, p. 24).

Declara também António Carvalho da Costa que existia neste Convento uma «grande relíquia do Santo Lenho». Veio esta relíquia a ser achada sob a pedra de ara «em hum relicario antigo» pelo Cónego D. Vasco Annes em 1510. O Bispo do Porto D. Pedro da Costa manda então celebrar grandes festividades em comemoração daquele sucesso. Manda também fazer «huma Cruz de prata de bom tamanho dourada, com muitas pedras preciosas, & no meyo hum cristal, dentro do qual se vé a sagrada relíquia, em que aquelles povos tem muita fé». Em 1588 iniciam-se as obras de construção da nova igreja que terminam em 1622. António Carvalho da Costa afirma que «he sumptuoso Templo, com singular galilé ; & supposto os freguezes veneraõ ainda o dia da Magdalena , só o nome do Salvador conserva». A 3 de maio e a 14 de setembro faziam-se as principais romagens ao Santo Lenho. Diziam as crenças que, embora aqui existissem muitas víboras elas não mordiam nesta freguesia, nem caía aqui nunca raio por causa da presença do Santo Lenho. (Costa, 1706, pp. 362-363).

Devemos acrescentar que segundo Aires Fernandes no contexto «de trocas, doações e empréstimos de livros, objectos de culto e profanos envolvendo instituições de cónegos regrantes», em 1560 o mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia cedeu aos mosteiros de Landim e de Refoios, fragmentos da relíquia do Santo Lenho (Fernandes, 2011, p. 275).

O mosteiro de S. Salvador de Moreira está também ligado a um outro acontecimento da história da Igreja, os Santos Mártires de Marrocos. Segundo Milton

Pacheco, o remanescente das relíquias dos Santos na posse dos Cónegos Regulares de Santa Cruz de Coimbra foram entregues a várias «casas da Congregação de Santa Cruz», entre elas, ao Mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia (Pacheco, 2009, p. 102). Também o texto publicado no *Almanach de Lembranças* para o ano de 1861, intitulado *Santos Martyres de Marrocos*, da autoria de Augusto Cezar da Cunha Menezes, refere que na igreja de S. Salvador de Moreira da Maia existe uma relíquia dos Santos Mártires de Marrocos (Menezes, 1861, pp. 369-370).

O autor deste artigo publicado no *Almanach* conta que o povo desta freguesia costuma comemorar o martírio dos Santos celebrando uma festa solene, da qual foi suprimida uma «antiga cerimónia». É precisamente esta antiga cerimónia que Augusto Cezar da Cunha Menezes nos relata no *Almanach* para 1861 (**Anexo 1, N.º 6**). Constava dessa antiga cerimónia uma procissão em que ia uma personagem representando o Miramolim. Trajava uma capa encarnada à maneira romana e turbante, e ia manejando uma cimitarra em madeira sobre cinco meninos que simbolizavam os Santos Mártires de Marrocos. Os meninos que desfilavam «presos uns após outros com uma cadeia de folha de flandres, que o rei segurava na mão esquerda», vestiam o hábito dos «religiosos menores de S. Francisco» e iam tonsurados, seguravam palmas e levavam alfanges ao pescoço. O autor da narrativa esboça em torno do personagem do Miramolim um contraste notável. No préstito o rei efémero punha pose altiva quando do povo ouvia: «É o rei Birabolim !». No dia a seguir à cerimónia o altivo rei era um simples homem do povo e «ganhava doze vintens !!» (Menezes, 1860, pp. 369-370). Milton Pacheco menciona que o Miramolim era frequentemente representado na arte em conformidade com os modelos do traje islâmico, vestia a «“djalaba”», o «turbante» e segurava um alfange turco (Pacheco, 2009, p. 98).

D. Maria Peregrina de Sousa também nos dá uma descrição semelhante da procissão dos Santos Mártires de Marrocos que se realizava na freguesia de S. Salvador de Moreira, com base no que lhe foi narrado por pessoa da sua amizade. Na sua narrativa menciona também os cinco meninos «vestidos de franciscanos, agrilhoados e com um cutello ao pescoço» seguindo atrás de S. Sebastião que ia num andor. O Miramolim vinha também neste desfile representando ameaçar os Santos Mártires com espada de madeira. Esta autora refere ainda o contraste associado à figura do

Miramolim altivo que é representado por homem pobre. Nesta como noutras procissões identificamos a presença de «expressões elementares das artes do espetáculo», nomeadamente as artes do teatro. As figuras que desfilam no cortejo representam um papel e um público assiste. As artes da representação estão também presentes nos costumes. Segundo a autora, as freguesias prósperas a norte da cidade do Porto exibem uma particularidade: «tem mania por cordões de ouro, sem os quaes não há asseio». Assim, a «pobre» pede-os para ir na festa, sabendo todos que não são seus, também a «lavradora deve levar uma meada d'elles» e os próprios andores e os anjos vão carregados de ouro nas procissões (Sousa, 1900-1901, p. 140). Todos afinal representam um papel nesta manifestação.

Como podemos constatar o mosteiro e igreja de S. Salvador de Moreira são eco de memórias que atravessaram um tempo longo como vimos. Hoje, a Igreja e Casa do Mosteiro de São Salvador de Moreira estão classificados como Monumentos de Interesse Público (Direção-Geral do Património Cultural, Igreja e Casa do Mosteiro de São Salvador de Moreira).

A investigadora Deolinda Carneiro refere na sua tese *As Procissões na Póvoa de Varzim (1900 – 1950)*, que se realiza naquela cidade a Festa da Assunção com procissão e arraial. A procissão sai da Igreja da Lapa e durante o tempo em que rebentam os foguetes os andores são colocados voltados para o oceano, como é uso de há muito. Augusto Pires de Lima obteve de um pescador a explicação de que o costume muito antigo de voltar os andores «com a face para o mar todas as vezes que havia paragem», tinha como objetivo «que as imagens abençoassem o mar» (Lima, 1915, p. 203). A investigadora esclarece que o cortejo processional decorria, no século XIX e na primeira metade do século XX, pela praia por entre as embarcações ataviadas compreendendo a área entre o Passeio Alegre e a Igreja da Lapa. Nessa época toda esta zona não se encontrava, como hoje, coberta com pavimento (Carneiro, 2006, p. 182). A procissão é também descrita por um autor da Póvoa de Varzim, que usa o nome de Euracino num texto intitulado *Povoa de Varzim* publicado no *Almanach de Lembranças* para 1915 (**Anexo 1, N.º 7**): «As diversões e festas que se realisam de verão, são imponentes, destacando-se a da Senhora d'Assumpção dos pescadores, em 15 de agosto, cuja procissão com andores e estandartes pesadissimos, percorrem o litoral pela areia em

grande distancia, por entre os barcos embandeirados a capricho, queimando-se muito fogo prêso nas embarcações, e talvez cerca de mil duzias de foguetes ao passar a procissão na praia. É um tiroteio medonho, espetáculo tipico surprehedente, original e único no país». Um outro artigo escrito para o *Almanach de Lembranças* para 1872 (**Anexo 1, N.º 8**), fixa um fragmento da vida dos pescadores e das mulheres da Póvoa de Varzim. O momento em que os barcos à vista da praia não conseguem chegar a terra por força da violência do mar. As mulheres acorrem à praia, desesperam e «pedem á virgem Maria, a todos os santos e santas do céu, a salvação do pae, do marido, do filho, etc.». Diz o autor que ouviu de um pescador que «nas horas de perigo, se o mar lhes deixava ouvir aquella berraria das mulheres, lhes era ella em extremo agradável, porque lhes traduzia o seu affecto, e que longe de os desanimar pelo conhecimento do perigo que corriam, lhes fortificava a coragem e a esperança» (S... (T), 1871, pp. 130-131).

Nos inícios do século passado a Póvoa de Varzim tinha uma zona de praia que segundo o narrador era das mais frequentadas no norte do país. Tinha sido em tempos uma importante «praia de pescado», porém os pescadores não se adaptaram às «artes novas» trazidas por «capitalistas patriotas», e muitos emigraram para o Brasil levando a que esta atividade viesse a entrar em declínio, como nos relata o autor. Contudo, a então vila progrediu muito «de há 30 annos a esta parte», como nos diz Euracino. A vila está implantada «n'uma grande planicie, ou varzea, d'onde lhe vem o nome». E liga-se à cidade do Porto por caminho-de-ferro «à distância de uma hora» (Euracino, 1914, p. 266).

Em Pedrogão Grande também existiram umas festas que se faziam a Nossa Senhora da Assunção. Vem descrita no *Almanach de Lembranças* para 1904 por Lino G. F. da Costa, de Lisboa, num artigo intitulado *Antigas festas de N. S. d'Assumpção na villa de Pedrogam Grande* (**Anexo 1, N.º 9**). O autor recorre a Miguel Leitão d'Andrada como suporte para a sua narrativa. As festas distinguiam-se não apenas pela decoração da Igreja mas também «pela forma apparatusa como eram ordenadas as procissões n'aquelles tempos» (Costa, 1903, pp. 102-103). A partir da descrição destas festas dedicadas a N. S. da Assunção em Pedrogão Grande mais uma vez se identifica a permanência no culto cristão do elemento pagão, como vimos também noutros préstitos que descrevemos a partir das fontes que consultamos. Há na realidade uma continuidade

de padrões culturais que se revelam no tempo longo e no espaço e de que as procissões são exemplo. Mas o facto do autor denunciar que as procissões eram no passado como descreve pode indicar que em inícios do século XX, pelo menos em Pedrógão Grande, as procissões já não seriam tão marcadamente festivas como em tempos.

Na descrição da *Festa a S. Sebastião em Faro* publicado no *Almanach de Lembranças (Anexo 1, N.º 10)*, está presente, como também nas narrativas dos outros autores sobre procissões, festas e romarias publicadas neste anuário, a interpretação e a perspectiva do autor acerca desta manifestação, aquilo que seleciona como tendo valor para si para ser descrito, conforme se constata neste trecho: «Na noute de 19 de janeiro sahe todos os annos o Santo da sua ermida, e é conduzido em procissão á Sé, onde fica até ao dia seguinte, e d'onde regressa para casa, em procissão tambem. São, por tanto, duas procissões, sem falar na missa cantada, sermão na tarde do dia competente, etc. A segunda procissão e mais solemnidades nada têm de notavel ; a primeira procissão é que merece ser descripta. [parágr.] É uma verdadeira festa popular» (Lamim, 1858, pp. 82-83). Através das descrições que temos vindo a referir a partir do *Almanach de Lembranças*, não apenas nos são transmitidas características das procissões, mas também aquilo que nestas manifestações estes autores valorizavam e selecionavam e que sentiam que os representava. Tendo em consideração a incidência da dimensão festiva nas descrições das procissões a partir do *Almanach* mas também das fontes complementares, podemos afirmar que a população valorizava este aspeto festivo das procissões. Assim sendo, podemos considerar que os textos do *Almanach* sobre procissões nos permitem acompanhar os processos de valorização, seleção e reconhecimento individual e social de uma dada manifestação de património cultural imaterial.

Uma outra ideia que aflora desta descrição da *Festa a S. Sebastião em Faro* é a de que o autor chama festa popular a uma procissão. Outra ideia remete para o que as Constituições Sinodiais do Porto de 1541, no título que tem por objeto as procissões, regulamentam acerca do «modo que se ha de ter nas procissões solenes e nas outras. (...)» (Constituições, Porto, Vasco Diaz Tanquo de Frexenal, 1541, fl. 66v). Ou seja, existe um distância entre o que se regulamenta e o modo como a população frui o ato processional, no qual está por vezes presente a feição carnavalesca, como podemos

verificar nesta passagem do referido artigo do *Almanach de Lembranças*: «Ao ingrato som das continuas badaladas d'uma solitaria sineta, começa o prestito a mover-se, por volta das 8 horas d'aquella sempre fria e desagradavel noute. Mal que sahe da capella o andor do Santo, atrôa os ares uma terrivel vozeria; são tres ou quatro mil pessoas a repetir com toda a força dos pulmões a antiphona popular = Viva o Martyr S. Sebastião ! = E lá vai caminhando o Santo atraz d'aquella desordenada multidão, sem que cessem um unico instante, em quanto o Santo anda por fóra, nem a antiphona, nem os estalos de bombas e foguetes, nem os assobios e gritaria dos rapazes. Alterados o codigo penal e a reforma judiciaria, é permittido n'essa noute a qualquer maritimo queimar as barbas e chamuscar o cabello com o seu archote a outro cidadão que vá munido d'uma arma igual, com que possa levar a effeito um nobre e leal desforço. Muitas são as chamuscaduras, muitas as pirraças para apagar os archotes, muitas as graças pesadas, sem que de tudo isto resulte contenda ou rixa alguma. É uma completa parodia dos Moccolis, ou Moccoletis, do carnaval em Roma» (Lamim, 1858, pp. 82-83).

### 2.1.2. Procissões simples

Entre os textos publicados no *Almanach de Lembranças* sobre procissões podemos distinguir aquelas em que o sentido religioso é a característica que mais se destaca. A estas procissões desataviadas, destituídas do aparato e exuberância festiva que vimos nas procissões que identificamos no ponto anterior, chamamos procissões simples.

**Tabela 2: Procissões simples (artigos analisados)**

Autor	Título	Ano	Pág.	Local
Carvalho, Francisco M. de	O forno de Pombal	1860	217	Pombal
Fonseca, F. Olympio da	Festa das Fogaceiras	1861	85-86	Feira
Gonçalves, José Joaquim	Defunto em procissão	1871	188-189	Barcelos
Silva, A. de J. e	Nossa Senhora Morta em Procissão	1884	180	Leiria
Vaz, António J. da Cruz	Procissão de voto no Funchal	1884	109-110	Funchal
Anónimo	Festa do Bodo em Pombal	1896	316-318	Pombal
-	Uma Procissão de Penitencia	1898	66-67	Lisboa
Silva, A. de Jesus e	Procissões da Quaresma	1912	40	Minde

Silva, Antonio de Jesus e	Côstumes populares: Procissões da Quaresma	1914	159	Minde
-	O Bolo do Pombal	1915	163	Pombal
-	Costumes populares: Uma procissão na aldeia	1919	113-114	Leiria
Silva, Antonio de Jesus e	Procissão da Quaresma	1922	302	-

A designação para este tipo de procissões foi baseada nos termos usados por António Joaquim da Cruz Vaz, de «Sant'Anna – Ilha da Madeira», para caracterizar a *Procissão de voto no Funchal* (**Anexo 1, N. 11**), texto publicado no *Almanach* para 1884. Segundo o autor, em inícios do século XVI grassou no arquipélago da Madeira uma terrível peste. Foi então decidido entre o Bispo da diocese, o clero e o povo escolher um santo padroeiro. A escolha recaiu em «S. Thiago Menor», um dos doze apóstolos. O flagelo, contudo, voltou a assolar a Ilha. Realiza-se, então, uma procissão na qual iam todas as «auctoridades e povo». Na igreja, para onde se dirigiu o préstito, «o guarda-mór de saude, no meio do templo, depoz a sua vara aos pés do santo, exclamando em alta voz: «Senhor, até aqui guardei esta cidade como pode, não posso mais ; aqui tendes a vara !». Segundo a crença, peste desapareceu. «Por voto feito» nesta época em que a peste assolou a Ilha da Madeira passou a fazer-se no dia 1 de janeiro uma procissão, que saindo da catedral se dirige à igreja de Santa Maria Maior. Nela vão «todo o clero e irmandades do concelho, auctoridades, e camara municipal». O autor do artigo comenta que esta «procissão é uma das mais bonitas n'esta localidade, porque é simples, e porque todos os que fazem parte do prestito exibem uma bonita corôa de flores» (Vaz, 1883, pp. 109-110).

O motivo que levou à realização desta procissão foi uma promessa e parece-nos que essa origem determina que esta procissão se realize de forma simples. O percurso da procissão também nos parece evidenciar a natureza do propósito que esteve na origem da sua instituição. Os atores que ocupam o centro da ação do cortejo processional, em conformidade com o objetivo que se pretende alcançar, conferem a solenidade que o ato exige.

O *Elucidário Madeirense* também alude a esta procissão, referindo que sucessivas gerações cumpriram com dedicação durante cerca de quatro séculos estas comemorações «festivas» e que ainda decorrem no dia 1 de maio consistindo na festa que ocorre na Sé e na «pequena procissão que se faz em torno do templo (1921)» (Silva

& Meneses, 1978b, pp. 61-62).

Acerca deste padroeiro e das comemorações a ele dedicadas o *Elucidário* remete-nos ainda para Gaspar Fructuoso e para o auto de voto de 1523 (idem, p. 62). Esta procissão é ainda referida em Silva, 1978, vol. III, p. 133 e p. 269, respetivamente na entrada *Peste e Procissão votiva do 1.º de Maio*.

A procissão que nos descreve A. de J. e Silva, de Minde, no artigo *Nossa Senhora Morta em Procissão* publicado no *Almanach de Lembranças* para 1884 (**Anexo 1, N.º 12**), remete para a *morte e ressurreição* de Nossa Senhora e nesse texto deixa-nos a seguinte memória desta procissão:

«Pouco depois de Leiria haver sido elevada a bispado, o seu cabido adoptou o costume de todos os annos, no dia 14 de agosto, fazer uma procissão a N. S. dos Anjos. [parágr.] Sahia de sua capella, levada por quatro ecclesiasticos de batina, alva, estola e barrete, em um esquife e amortalhada: a procissão corria as ruas do costume, recolhendo-se á Sé. [parágr.] Ao outro dia, 15, com o mesmo apparatus sahia em andor, já ressuscitada, para a sua capella. Ao cabido, que fazia a despeza da festa, pertenciam as muitas esmolos com que o povo concorria» (Silva, 1883, p. 180).

Esta procissão é também descrita com características idênticas no *Portugal Antigo e Moderno* de Pinho Leal. Esta fonte refere a existência da ermida de Nossa Senhora dos Anjos situada na antiga freguesia de Arrabalde da Ponte (Marrazes, 1875, p. 97) extinta em 1811. Esta freguesia veio mais tarde a integrar Marrazes, pertencente ao bispado e distrito administrativo de Leiria (Marrazes, 1875, p. 93). Pinho Leal conta que as más condições de conservação da ermida estiveram na origem da extinção desta procissão em 1626. A ermida veio a ser demolida em 1628 e mais tarde reerguida. A procissão não voltou a realizar-se até 1651, altura que uns poucos a fizeram ressurgir (Marrazes, 1875, p. 97). Acerca desta ermida temos ainda informação proveniente de um documento redigido em 1794 por meio do qual se ratifica um acordo entre a Misericórdia de Leiria e Francisco Xavier de Figueiredo, «Deão da Sé de Leiria». Este cónego detentor de importante riqueza demonstra interesse em instaurar novamente a liturgia na capela de Nossa Senhora dos Anjos, «para cujo altar-mor mandou fazer novas imagens e na qual queria que se celebrassem sazonalmente missas votivas, para além da presença permanente do Santíssimo» (Gomes, 2004, p. 337).

Noutra geografia, em S. Cristovão no Brasil, senhoras africanas alforriadas realizavam no século XIX uma procissão a Nossa Senhora da Boa Morte (Santos, 2011, agosto 7-10, para. 3), muito semelhante à que foi descrita no artigo intitulado *Nossa Senhora Morta em Procissão* publicado no *Almanach de Lembranças* para 1884 a que nos referimos anteriormente. Da forma como se desenrolava em S. Cristovão sabe-se o seguinte: «Em um tempo tão distante, na noite de 14 de agosto um grupo de negras saía da Igreja do Carmo pelas ruas da antiga capital de Sergipe, relembrando a dormição da Virgem. No intervalo entre os cânticos, o silêncio toma conta dos participantes da celebração. Um momento de louvor, tristeza e alegria... A virgem encontra-se encerrada em um túmulo, seu vestido é decorado por ornamentos brancos; folhes e velas compõem o cenário. Todos os que acompanham o cortejo recebem das organizadoras da festa anéis de louça vindos da Bahia. No dia seguinte Nossa Senhora sai às ruas em uma charola, é a data da sua assunção (...)» (Santos, 2011, agosto 7-10, para. 41). Segundo Ane Santos o que se sabe sobre esta procissão extinta (Santos, 2011, agosto 7-10, para. 36) tem origem sobretudo no que foi narrado por um «memorialista» Serafim Santiago no *Anuario Christovense: Costumes religiosos e sociais da antiga capital de Sergipe* e noutros indícios (Idem, para. 37).

Através da devoção a Nossa Senhora da Boa Morte, trazida pelos portugueses (Santos, 2011, agosto 7-10, para. 27), estas senhoras africanas pediam proteção e o regresso à terra onde nasceram quando falecessem. Segundo Ane Santos, apesar de adotarem o culto católico as senhoras africanas não abandonaram as suas tradições religiosas (Santos, 2011, agosto 7-10, para. 29).

A investigadora sustenta que a procissão a Nossa Senhora da Boa Morte pode ser analisada a partir dos «elementos teatrais» que lhe dão forma, mas pode ser perspectivada também como um meio através do qual se fazia representar uma parte do corpo social de S. Cristovão, a mulher africana liberta (Idem, para. 34), o que remete para a noção de património como uma forma de representação da comunidade e de inclusão social e cultural. Na verdade, como vimos, elementos de culturas com origens geográficas em Portugal, Brasil e África coexistem numa mesma manifestação de património cultural.

O *Almanach de Lembranças* para o ano de 1898 (**Anexo 1, N.º 13**) refere «Uma procissão de penitencia», descrita por João de Baptista de Castro na sua obra intitulada

*Mappa de Portugal Antigo e Moderno (1762)*. Numa parte do texto conta-se o seguinte: «Partem da igreja os irmãos em anoitecendo (...). Deante dos irmãos vão oitocentos, novecentos até mil homens e mulheres, disciplinando-se ; os quaes todos vão vestidos de vestimentas pretas, e assim homens como mulheres se ferem com as disciplinas, que tiram muito sangue». Esta era uma procissão na qual desfilavam em tempos os membros da Misericórdia de Lisboa no dia de quinta-feira Santa pelas ruas de Lisboa «gastando n'isto até á meia noite» (Uma Procissão de penitencia, 1897, pp. 66-67) .

Como é possível inferir, as procissões de voto, de preces, de penitência não incluem o aparato festivo. E face a uma calamidade faz-se uma procissão em que se ora, se pede e se promete para «ganhar o favor do santo» (Souza, 2013, p. 118), ou a intercessão de Maria ou a benevolência de Deus. Em qualquer dos casos, julgamos tratar-se, contudo, de uma outra forma de espetáculo, de representação do sentimento religioso, de coreografar movimentos e emoções.

No *Almanach de Lembranças* para 1860 (**Anexo 1, N.º 14**) vem descrita por Francisco Monteiro de Carvalho, de Leiria, uma procissão de «pequeno aparato» que se realizava em Pombal pelo mês de julho. Nesta procissão ia um grande bolo que alguns homens transportavam, e que se destinava a ser partilhado pelo povo «como pão bento». No seu percurso o préstito detém-se junto ao forno onde se mete a cozer o bolo. Logo que é posto ao lume entra em seguida um homem «com um disforme e grandissimo chapéu armado e de casaca quinhentista, depois de haver mettido na bôca um cravo que tira da mão da virgem que vai n'um dos andores, dá uma volta á roda do bôlo, e sahe com passo acelerado, posto seja velho e de andar naturalmente vagaroso». Depois que o homem sai rebentam foguetes e a procissão retira-se (Carvalho, 1859, p. 217). O papel representado por este homem passava de pais para filhos. Esta tradição que se celebrava no século XIX tem origens antigas. No *Almanach de Lembranças* para 1896 (**Anexo 1, N.º 15**), um autor de Pombal (Anónimo, 1895, pp. 316-318) dá-nos alguns pormenores acerca das origens da festa «que entre o povo d'estas immediações é conhecida pelo – milagre do bolo». Num outro artigo do *Almanach* de 1915 (**Anexo 1, N.º 16**) são também referidas as origens desta festa (Bolo do Pombal, 1914, p. 163).

Fr. Agostinho de Santa Maria, acerca desta manifestação, conta que D. Maria Fogaça era muito virtuosa e muito devota de Nossa Senhora. Sentindo necessidade de

assistir diariamente à Missa e como as igrejas eram distantes de onde residia (Santa Maria, 1712, p. 458), mandou construir uma capela «situada em meio de um rocio, a que chamam Cardal» por causa da abundância dos cardos bravios e abrolhos que a natureza aí fazia nascer e crescer. Nesta capela mandou colocar uma imagem de Nossa Senhora de Jerusalém ou Nossa Senhora do Cardal, «como muitos querem». Esta imagem era muito venerada pelo povo (Costa, 1712, p. 107).

Conta a tradição que Deus mandou pelos pecados praticados uma imensa praga de «gafanhotos, & lagarta». O flagelo provocou grandes danos nas searas e as árvores foram de tal maneira atingidas pela calamidade que somente anos depois voltaram a produzir, e, até nas casas havia o cuidado de se protegerem «os potes de agua, & occultarem os mantimentos». Em meio de tal desgraça veio a Câmara mandar reunir todos na Igreja Matriz de S. Pedro. E aí foi decidido fazer-se uma «Procissão de preces», que saindo daqui dirigiu-se à Ermida da Senhora do Cardal, onde se pediu a Nossa Senhora que intercedesse pelo povo de Pombal junto de Deus para que o livrasse de tal calamidade. Depois que foi dita missa foi em público prometido pelo pároco a Nossa Senhora em representação da Câmara e da população realizar uma festa em sua honra no dia em que tal mal que sobre eles recaiu desaparecesse. Tal veio acontecer, a praga foi milagrosamente vencida no último domingo de junho (Costa, 1712, p. 108), desconhecendo-se, segundo Fr. Agostinho de Santa Maria, o ano (Santa Maria, 1712, p. 460). E embora mostrassem ainda as marcas daquela calamidade, as searas e as árvores vieram a produzir os seus frutos (Costa, 1712, p. 108).

O povo em grande alegria vinha em contínuo à ermida de Nossa Senhora do Cardal dar graças a Maria. No dia imediato lhe foi dita missa e se realizou uma procissão «em acção de graças». No ano que se seguiu D. Maria Fogaça, «senhora da Capella», tomou a seu cargo a realização da festa com grande dispêndio seu, e a «que lhe vierão assistir pessoas nobres, seus parentes, das Villas de Thomar, & Santarem». Para além da festa mandou oferecer ao pároco, que era o devido, dois bolos feitos de «farinha de trigo». Incumbiu ela que fossem cozidos os ditos bolos em um forno, tendo acontecido porém, que por serem demasiado grandes vieram a ficar «tortos». Um seu criado, observando o que sucedia, ousou «em nome da Senhora de Jerusalem entrar no forno e a concertallos». Segundo a crença saiu ileso e todos contemplavam com

espantosa admiração o feito que Nossa Senhora patrocina (Costa, 1712, p. 108).

Desde então todos os anos se repetia a tradição. Os festejos passaram a realizar-se no último domingo de julho (Santa Maria, 1712, p. 461) e os dois bolos vieram a unir-se num só, a que chamavam fogaça como diz António Carvalho da Costa (Costa, 1712, pp. 108-109). Frei Santa Maria conta que no seu tempo o bolo levava «dezoito, vinte, ou mais alqueyres de pó de farinha; o que fazem dezoito, ou vinte mulheres em vários alguidares, & com estas pelas de massa se compõem, & faz aquella fogaça, ou bolo da Senhora do Cardal» (Santa Maria, 1712, p. 461). Era depois levado sexta-feira à tarde antes do último domingo de julho por seis ou oito homens num andor entre «charamelas, danças, & pélas com gaytas de folle» até ao forno que veio a erguer-se para o efeito<sup>4</sup> (Idem, p. 462). Metido o bolo ao lume, logo de seguida um homem entra no forno compõe o bolo e sai sem qualquer dano reconstituindo-se desse modo o evento que as crenças narram (Costa, 1712, p. 109). Fr. Agostinho de Santa Maria declara que presenciou esta reconstituição que descreve da seguinte maneira: «Eu vi, & presenciei esta maravilha haverá doze, ou quinze annos. Chegáraõ os que traziaõ o bolo muyto junto ao forno, & levantando o andor o deyxáraõ cahir no meyo da porta; entrou hum mancebo de até trinta annos, em corpo, & vestido com huma casaca de bom panno, o cabello atado com huma fita, com o chapéo na cabeça, & na boca levava hum cravo encarnado. Assim como chegou à boca do forno, no meyo della tirou o chapéo, & fez sua cortezia, & cubrindo-se outra vez, com toda a diligencia deu huma volta ao bolo, & sahio para fora, sem que o fogo lhe queymasse nem hum cabello; & reparou-se, que o cravo que trazia na boca vinha chamuscado. Estava nesta occasiaõ vendo esta maravilha a Condeça de Castello Melhor, & junto ao forno hum Capellaõ seu chamado Dom Francisco» (Santa Maria, 1712, p. 462). Depois de fechado o bolo no forno é feito o «primeiro Sermão da festa, em que se refere o milagre». Durante a manhã de domingo é retirado o bolo do forno e no andor é levado para a igreja de Nossa Senhora do Castelo. Daqui parte a procissão que percorre a vila com o bolo até à igreja de Nossa Senhora do Cardal. O bolo é de seguida levado à Misericórdia onde fica guardado até quarta-feira, altura em que é dividido pelas pessoas da vila (Santa Maria, 1712, p. 463) e pela muita gente que vinha de fora (Costa, 1712, p. 109). Bluteau no seu *Supplemento ao*

---

4 - Segundo António Carvalho da Costa este forno foi construído no Cardal (Costa, 1712, pp. 107-109).

*vocabulario portuguez, e latino* refere-se ao homem que entra no forno do Pombal nestes termos: «Se he verdade o que diz Plínio, que no seu tempo os descendentes da familia Hirpia, em certo dia do anno, celebre pelo sacrificio, que fazião, andavão sem lesão sobre brasas, pudera-se dizer, que o homem, que no forno do Pombal entra, e revolve sem se queimar o bolo, tem esta virtude por descendencia» (Pombal, 1728).

O artigo que vem publicado no *Almanach de Lembranças* para 1861 alude também ao tema das fogaças. Tem como título *Festa das Fogaceiras* (**Anexo 1, N.º 17**), e é da autoria de Francisco Olympio da Fonseca, da Feira, que nos conta o seguinte: «(...) no tempo dos condes da Feira assaltara uma horrivel peste os habitantes d'esta villa; recorreram os condes á misericordia divina, promettendo [a S. Sebastião] que se obrigarião a fazer uma festividade annual com tres fogaças no caso de se verem livres de tal flagello. Assim aconteceu, e cumpriram os condes o voto (...). (...) Actualmente, em lugar de tres grandes fogaças, fazem-se mais pequenas e em maior numero, o que é preferivel, pois assim grangeião mais raparigas, para uns poucos de dias, os meios de subsistencia de que tanto necessitão» (Fonseca, 1860, pp. 85-86). Também Sousa Viterbo no seu *Elucidário* se refere às fogaças. Diz o autor que no passado eram cozidas em forma de «bolas» ou de «pães delgados» sob a cinza, «ou rescaldo». Os antigos usavam muito este tipo de pão que era feito muito rapidamente. Ao longo do tempo conservou-se o termo fogaça mas a sua forma e «qualidade» mudaram. Segundo Sousa Viterbo as fogaças eram à sua época «bolos, ou pães levedados, de muita massa, e com varios feitios, cozidos no forno, como o pão ordinário» (Fogaça, 1865a).

Esta procissão realizada em Pombal que nos é descrita no *Almanach* e noutras fontes bibliográficas que referimos, assinala por um lado a fragilidade da fronteira entre procissão e festa, e por outro, parece indicar uma colagem ao “milagre” do fim da calamidade, por parte de D. Maria Fogaça, através do que ficou conhecido como “milagre do forno de Pombal”, marcando indelevelmente o destino desta procissão que passa a ter no centro da ação o Forno do Pombal e o evento milagroso associado. Ou seja, julgamos poder dizer que se assiste neste caso a uma apropriação por parte de certos extratos sociais do religioso e do milagre e de por essa via, se dignificarem, promoverem, prestigiarem, perpetuarem, e ou elevarem a sua cotação no “mercado de almas” ou “mercado de futuros”.

O texto de José Joaquim Gonçalves, de Barcelos, no *Almanach* para 1871 (**Anexo 1, N.º 18**), descreve o «acto de conduzir algum defunto de casa para a sepultura», a que as populações de algumas freguesias próximas de Barcelos chamam *Defunto em procissão*. Quando falecia «um lavrador, ou proprietario rico» as pessoas da sua amizade e familiares seguiam no cortejo com cruces. E pela quantidade de cruces, dizia-se, ficava a saber-se se tinha muitos ou poucos amigos e se era rico ou não. «O povo corre aos bandos para ver a procissão ; e quando o numero de cruces é diminuto, diz: a procissão vae muito fraquinha !» Ao «dorido» cumpre o dever «de mandar para o adro da igreja um quarto com vinho e bastante molete (pão de trigo)». E que, segundo José Joaquim Gonçalves, eram de imediato consumidos pelos que transportavam as cruces. O dia de funeral era assim dia de «bródio» (Gonçalves, 1870, pp. 188-189). Também A. Thomás Pires refere que em Terras do Bouro, comarca de Amares, as pessoas que seguiam no cortejo que acompanhava os enterros «teem a collação de um pão, uma isca de queijo e um copo de vinho». Já os que seguram o caixão recebem a «collação» em dobro. «As collações» são entregues no espaço da sacristia do templo, podendo ser aí consumidas ou em casa (Pires, 1907, p. 327).

Era também costume que não muitas aldeias conseguiram preservar, segundo o que se conta num texto do *Almanach de Lembranças* para 1919 (**Anexo 1, N.º 19**), a procissão levar ofertas que incluíam «galinhas assadas, pão, azeite, vinho, bolos e algumas d'elas (...) encimadas por uma estrela de moedas de cinco tostões espetadas n'uma maçã». Depois de entrar na igreja eram postas nas mesas ali colocadas. Após a realização da festa fazia-se no adro da igreja um leilão das ofertas. O dinheiro assim obtido era destinado ao pagamento das despesas (Costumes populares: uma procissão na aldeia, 1918, pp. 113-114). Devia ser uma tradição antiga, na medida em que já J. P. Ribeiro refere na sua obra *Reflexões Historicas* este costume (Ribeiro, 1835, p. 38).

Em Minde havia o «pio costume» antigo, que com a instauração da República parece ter sido extinto, segundo julga António de Jesus e Silva (1913, p. 159), de se celebrarem procissões de noite nas sextas-feiras do período da Quaresma. Estas procissões partiam do «largo» da igreja matriz e percorriam as ruas de Minde. Na procissão vinha a Cruz transportada «por um homem com uma opa rôxa, no meio de dois com capas rôxas tambem, empunhando os dois lanternas». No cortejo iam também

dois cantores «de vozes afinadíssimas» e o coro entoando versos «da Paixão ou das Dores» (Silva, 1911, p.40). Segundo Antonio de Jesus e Silva as «mindericas largavam seus teares e rodas e, com as candeias na mão, iam ver passar a procissão» (Silva, 1921, p. 302). Por comparação com esta descrição, no *Ceremonial e Ordinario Monastico* de 1794 descreve-se a procissão de sexta feira da Paixão mas percorrendo o espaço no interior da igreja (Graça, 1794, p. 83).

A análise das procissões descritas no *Almanach de Lembranças* permite, quanto a nós, formular as seguintes considerações:

1. Comparando as fontes consultadas identificamos características nas procissões que persistem na longa duração revelando um sentido de continuidade, o que remete para noção de património como um processo necessariamente de transformações, mas também de permanências;
2. A Igreja produziu ao longo do tempo normas que visavam estabelecer a ordem que se havia de ter nos préstitos, regular o comportamento dos fieis e do clero, proibir as representações, as figuras alegóricas, os mascarados, as festas, danças e músicas profanas;
3. Existe uma preocupação, expressa nestas proibições, com a imagem institucional que a Igreja projeta através das procissões e em tornar o ato processional um meio de catequização (Silva, 2002, p. 57).
4. O efeito das normas contempladas nas Constituições Sinodais relativas a matéria relacionada com as procissões deve ter sido limitado, uma vez que não conseguiram alterar «modelos padrão do modo» de exprimir a devoção religiosa como podemos inferir do testemunho dos viajantes estrangeiros que visitaram o País, como fizemos referência noutra parte deste trabalho, e pelas descrições que o público deixou nos textos publicados no *Almanach de Lembranças*. A desordem dos fieis no préstito, a música, as pantomimas, as danças, as figuras alegóricas da cristandade e da mitologia pagã, os mascarados, a representação de episódios da Bíblia caracterizam parte das procissões descritas no *Almanach de Lembranças*. Identifica-se nestas

procissões um carácter festivo. Como afirma Burckhardt (1974, v. II, p. 196, como citado em Souza, 2013, p. 45) no período da antiguidade dava-se início às festas religiosas com uma procissão. As procissões desta época tinham um «sentido festivo» que foi integrado pela religião cristã (Souza, 2013, p. 45). Há, assim, um sentido de continuidade que subjaz à recriação do património cultural pelas comunidades;

5. Podemos identificar dois tipos principais de procissões descritas no *Almanach de Lembranças*, as procissões festivas e as procissões simples. As procissões festivas são aquelas em que o autor destaca o seu carácter festivo. As procissões simples correspondem às que o autor destaca na sua descrição sobretudo a dimensão religiosa;
6. Embora as procissões estejam incluídas no domínio das práticas sociais, os textos publicados naquele anuário revelam a presença, nalgumas daquelas manifestações religiosas, de outros domínios nos quais o património cultural imaterial se revela.

Parte das procissões descritas no *Almanach de Lembranças* revelam a presença de «expressões elementares das artes do espetáculo [que] incluem a música vocal ou instrumental, a dança e o teatro» (Cabral, 2011, p. 85). E mesmo as procissões simples, nas quais está necessariamente ausente o aparato festivo, incorporam, quanto a nós, o espetáculo e a representação, sobretudo na coreografia dos gestos e das emoções destinadas a obter a compaixão e a proteção da entidade divina.

As procissões estão também frequentemente associadas a lendas, histórias, memórias que se integram no domínio das tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do património cultural imaterial. As procissões constituem também uma forma de as comunidades interagirem com a natureza através da Divindade (vejam-se as procissões de preces que se realizaram pelo fim da peste que assolou a Madeira e da praga de gafanhotos que colocava em causa os meios de sobrevivência da comunidade do Pombal). Neste sentido, as procissões incorporam também aspetos do domínio que a Convenção do Património Cultural Imaterial de

2003 designa de conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e o universo. Outro domínio do património cultural imaterial que identificamos nas procissões descritas no *Almanach* são as aptidões ligadas ao artesanato tradicional, na medida em que a produção artesanal de equipamentos, trajes, objetos que faziam parte destas procissões que analisamos correspondiam muito possivelmente a conhecimentos que passavam de geração para geração.

Podemos desta forma dizer que as procissões são: 1º manifestações de património cultural imaterial; 2º apesar de integradas no domínio das práticas sociais, ritos e eventos festivos essa classificação acaba por ser artificial na medida em que coexistem nos atos processionais diversos domínios do património cultural imaterial, ou seja, existe uma fluidez entre os domínios em que se manifesta o património cultural imaterial; 3º as procissões transmitem «valores e a memória» social e cumprem uma função no dinamismo cultural de uma «comunidade»; e são uma atividade constante que organiza e estabiliza a vida comunitária. Esta atividade, a procissão, é compartilhada pela comunidade e assume relevância porque reafirma a identidade dos que nela participam como comunidade de católicos, e em certos casos, a identidade de uma região ou lugar; as procissões manifestam na sua interação com a natureza através da divindade um sistema de crenças e de valores; as procissões descritas no *Almanach* são «testemunho da criatividade humana» na medida em que incluem uma variedade de «expressões elementares» de arte;

7. A propagação de procissões portuguesas no Brasil contribuíram para fomentar a diversidade cultural na medida em que propiciaram o contacto de culturas, de modos de estar e de crer, e neste sentido, podemos considerar a procissão como tendo um papel de mediação cultural;
8. O espaço percorrido pela procissão tem diferentes significados. O espaço sagrado da igreja onde o ato processional parece ser cumprido de acordo com tudo o que a Igreja manda. O espaço da rua ou o espaço profano, onde parece haver uma colaboração entre o clero e seus assistentes e a expressão

de elementos pagãos, que encontramos, por exemplo, hoje em desfiles carnavalescos, como vimos em relação à descrição da *Procissão solemne no seculo XVIII* (**Anexo 1, N.º 3**), publicada no *Almanach de Lembranças* para 1903;

9. As procissões na medida em que expressam a «individualidade» de «determinadas regiões» e de «formas culturais de estar portuguesas» (Gouveia, 2001, p. 72) são manifestações de património cultural que podem constituir um fator de atração turística;
10. Para além da mobilidade dos limites entre paganismo e cristianismo nas procissões, estas manifestações religiosas podem propiciar a mobilidade de pessoas. E deste modo, por exemplo, populações dos dois lados da fronteira usufruem de um património comum. Face a esta partilha e tendo em conta que existe uma relação estreita entre identidade e património cultural pode dizer-se que o património pertence a quem o reivindica e a quem o reconhece como seu (Duarte, 2010, p. 57);
11. As descrições das procissões refletem a maneira como são vistas e o que nelas é valorizado pelos autores. Tendo em conta a incidência ao longo do tempo da dimensão festiva nos textos que descrevem este tipo de manifestação podemos afirmar que neles não se refletia apenas o ponto de vista do autor dos artigos, mas também o valor que a população atribuía à função festiva da procissão. E neste sentido podemos afirmar que esta função festiva na procissão não tinha apenas valor individual mas também social, o que remete para património cultural.

### Capítulo 3 – Festas, identidade e memória

Nesta parte do nosso trabalho vamos atender à relação entre festa, identidade e memória e aos atributos da festa. Vamos também abordar, partindo das descrições do *Almanach de Lembranças*, o modo como é usufruída a festa em diferentes lugares do país.

O *Diccionario da Lingua Portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva* (Festa, 1789) define festa como «acção, ou função feita em honra, e obsequio religioso, ou urbano».

No *Diccionario historico, chorographico, biographico, bibliographico, heraldico, numismatico e artistico* de Esteves Pereira e de Guilherme Rodrigues (Festa, 1789) o vocábulo corresponde a «solemnidade religiosa ou civil, instituida em commemoração d'um factu importante». Desde um passado que remonta aos «tempos apostólicos» a religião cristã através da festa soleniza a memória «dos grandes mysterios da vida de Christo e os anniversarios dos santos e das santas» (Festa, 1907). Neste sentido podemos considerar a festa como um meio de recriar acontecimentos e de os conservar na memória social. A festa é universal, todos os povos têm as suas festas. Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues afirmam que no seu tempo aquele tipo de festas ainda se celebravam em Portugal, e umas para além de religiosas eram igualmente populares como a procissão do Corpo de Deus, a que fizemos menção no sub capítulo anterior; «os arraiais» nas festas dedicadas aos santos, como «as festas populares» a Santo António, São João, São Pedro, as festas do período de Natal, da Páscoa e Carnaval. Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues (Festa, 1907) mencionam também as «festas patrióticas», como «anniversarios históricos; casamentos ou outras cerimoniaes reaes», e as «festas nacionaes, sobretudo a partir da implantação do liberalismo em Portugal (Festa, 1907).

Em Geraldo Dias o vocábulo festa indica a ocasião em que se suspende a rotina do dia de trabalho árduo, as preocupações do quotidiano e se celebra um evento de carácter «salvífico» e se presta culto a uma entidade divina. Nesta aceção, considera que festa corresponde a um evento de singular significado para a comunidade e para o individuo. A festa é uma forma de comunicar, remete para comunicação. Na verdade a

origem etimológica da palavra *festa* indica *falar*. Neste sentido, festa equivale a participar, partilhar (Dias, 1986, setembro-dezembro, p. 264). Sociologicamente, a festa é vista como um «estar com os outros» (Durkheim, como citado em Dias, 1986, setembro-dezembro, p. 264), já do ponto de vista religioso, segundo Mircea Eliade, como também cita Geraldo Dias, a festa representa um ato coletivo de afirmar a fé (Eliade, como citado em Dias, 1986, setembro-dezembro, p. 264). Podemos, assim, considerar a festa como afirmação da identidade de um grupo, tanto num sentido sociológico como religioso (Dias, 1986, setembro-dezembro, p. 264).

Este investigador afirma que em relação às festas religiosas é necessário estabelecer distinções entre «Peregrinações, Romarias, Festas de Igreja e Festas mistas» (Idem, p. 266). Nesta parte do nosso trabalho importa-nos, sobretudo, referir as «Festas de Igreja e Festas mistas» e ter em mente que o autor não se refere a um período temporal específico, nomeadamente, ao período que o *Almanach de Lembranças* abarca de 1851 a 1932. Ainda assim interessa seguir a orientação das suas palavras, pelo menos permitirão estabelecer um paralelo entre as festas referidas no *Almanach* e os conceitos de Geraldo Dias sobre festas de Igreja e festas mistas.

As «festas da igreja», como diz Geraldo Dias, têm carácter religioso, a dimensão lúdica está ausente. Tudo se orienta no sentido da «vivência da fé» e do «aprofundamento da religião católica». As «festas mistas» associam o religioso e o profano. Segundo Geraldo Dias «são as festas dos padroeiros das freguesias e de outros oragos a que o povo se mostra particularmente sensível». Comportam um arraial, feiras, uma procissão, e no Alto Minho, como diz o autor, incluem autos de cunho popular muito antigos. Noutras ainda incluem-se os cantares «ao desafio» (Dias, 1986, setembro-dezembro, pp. 273-274).

Alfredo Teixeira aborda as festas religiosas sob três perspetivas: «a festa como dramática da origem, que permite a re(co)memoração dos acontecimentos que diferenciam uma determinada identidade; a festa enquanto operador de regeneração social, na medida em que actualiza a origem ordenadora; a força emblematizadora dos recursos festivos em ordem à manutenção das referências que permitem a identificação da experiência colectiva» (Teixeira, 2010a, p. 57). Na primeira podemos, quanto a nós, considerar a associação da dimensão performativa da festa religiosa à recriação de

eventos ligados à identidade cristã e de uma dada comunidade. Vimos de algum modo este caráter da festa em Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues (Festa, 1907), ou seja, a festa reconstituindo, recriando os eventos ligados a passos da história da fundação do cristianismo, e portanto, da sua identidade.

A festa permite imprimir e conservar na memória social eventos que interessam à diferenciação identitária e às origens de uma dada comunidade. Podemos também, partindo de Alfredo Teixeira, ligar festa a uma narrativa, ou seja, a festa como uma forma de narrar, contar um acontecimento. Outra ideia que sublinhamos no autor é a do fundamento das festas. Festas há, cujo fundamento pertence ao domínio do «indizível», e segundo o autor, o caráter repetitivo dos rituais festivos revela «que o fundamento apenas pode ser mostrado». Portanto, arriscamos dizer, que a festa é uma forma de narrar e de explicar mostrando (Teixeira, 2010a, p. 58).

Partindo do mesmo autor, podemos ainda considerar as festas como «veículos de transporte cultural», e neste sentido, como mediadoras de património, e portanto, também vocacionadas para a transmissão (Teixeira, 2010a, p. 59).

A festa remete para «a capacidade de reler o recebido». Émile Benveniste, identificou numa das «etimologias» de *religião*, «re-legere» (Benveniste, 1969b, p. 265, como citado em Teixeira, 2010a, p. 59), isto é, «tornar a ler, colher de novo, voltar a uma tarefa, retomar os elementos e sinais disponíveis com vista a uma reflexão». Neste sentido, festa propõe uma releitura dos «elementos simbólicos» que transporta consigo. A festa busca a reafirmação da identidade através da repetição do já visto, o que remete para «a confirmação em sinais, textos ou palavras já conhecidos» (Teixeira, 2010a, p. 59).

O significado de *re-legere* pode remeter, quanto a nós, para recriar. Na medida em que cada releitura é uma reconstrução das ideias, das histórias, das práticas, dos usos que nos são transmitidos. Neste sentido, a ideia de *re-legere* parece-nos estar presente na definição de património cultural imaterial da Convenção de 2003, quando refere que as comunidades recriam o património cultural imaterial que lhes é transmitido.

A festa, segundo o autor, funciona também «enquanto operador de regeneração social», ou seja, a festa revivifica a experiência social, renova os vínculos sociais. O tempo de festa, no exercício da sua «função genealógica e re(co)memorativa», remete

para um tempo mítico que resgata o tempo «social» do desgaste. É neste sentido, julgamos, que Geraldo Dias afirma que, a «razão da festa está no excepcional. É por isso que a festa implica a celebração de algo que nos liga a um acontecimento primordial, passado, que «causa» a festa. No presente festivo, entre o passado que se comemora e o futuro que se ignora, procura-se um viver descontraído com um apelo suplementar ao canto, à dança, aos gestos exuberantes e estrepitosos que tomam o significado de válvula de escape para os trabalhos e sofrimentos do quotidiano» (Dias, 1986, setembro-dezembro, p. 265). Por outro lado, a festa incrementa as trocas sociais, aliás como melhor diz Alfredo Teixeira, «as transações sociais» (Teixeira, 2010a, pp. 59-60). Como atrás referimos, Durkheim vê a festa «como um «estar com os outros», «fazer comunidade para fortalecer os laços de fraternidade e convivência» (Durkheim, como citado em Dias, 1986, setembro-dezembro, p. 264).

Alfredo Teixeira considera também que os «recursos festivos» possuem uma «força emblematizadora» propícia «à manutenção das referências que permitem a identificação da experiência colectiva». Neste sentido, podemos afirmar que a festa identifica, dá identificação (Teixeira, 2010a, p. 57). Joaquim Teixeira observa também que a relação Festa/Identidade é circular na medida em que estando identificada, a comunidade festeja, e por outro lado, a festa gera ou torna mais forte a identidade do grupo (Teixeira, 2010b, p. 18).

Este autor faz notar que a festa incorpora a fruição. Já Pieper realça na festa «a afirmação de alegria e gozo da vida» (Pieper, 1974, como citado em Dias, 1986, setembro-dezembro, p. 265). Harvey Cox sublinha, como elementos que constituem a festa, o «excesso, afirmação da vida, justaposição de contrastes» (Harvey Cox, como citado em Dias, 1986, setembro-dezembro, p. 265). Para Geraldo Dias, «a festa atrai, motiva, distrai» (Dias, 1986, setembro-dezembro, p. 265).

Segundo Joaquim Teixeira a festa para além de integrar a fruição, tem uma natureza mista que inclui festividade (que remete para a «exultação do corpo») e cerimónia (que inclui o «ritual) que a definem (Teixeira, 2010b, p. 24 e p. 33). Outro elemento constitutivo da festa, para este investigador, é a «sua função expressiva», assente em recursos como a «dança», o «espetáculo». E neste sentido, a «acção pode ser lida como um texto» (Teixeira, 2010b, p. 25). Esta ideia de certo modo está também

expressa no significado de re-legere de Émile Benveniste e na ideia de festa remetendo para «a capacidade de reler o recebido» e na noção de «força emblematizadora dos recursos festivos em ordem à manutenção das referências que permitem a identificação da experiência colectiva», presentes em Alfredo Teixeira como tivemos oportunidade de referir.

Joaquim Teixeira sublinha também um outro elemento constituinte da festa, o seu «carácter insuprível». A identificação de um grupo não se impõe por deliberação de um decreto, ou por força de uma revolução. Para a implementação de algo novo numa comunidade é necessário a mediação, e a festa no que se relaciona com a identificação de um grupo tem do ponto de vista simbólico uma função de mediação (Teixeira, 2010b, p. 29). Terá sido com este sentido, como vimos no sub capítulo relativo a procissões, que a legislação emanada da Comissão Central de Execução da Lei de Separação em maio de 1912 dispensava as «romarias ou arraiais e outros folguedos populares» de qualquer constrangimento legal, estabelecendo que nada obstava a que continuassem a realizar-se «como dantes», na medida em que, como é referido nesse ofício, «os referidos festejos, de natureza especialmente profana ou laica, não colidem com a Lei da Separação e servem de salutar desafogo à vida agreste e canserosa das populações rurais». O regime republicano em Portugal teve intervenção na esfera religiosa, com os resultados que sabemos, mas não procedeu de igual modo no que se relacionava com a festa (Oliveira, 1914, p. 62, como citado em Alves, 2012, dezembro, p. 17).

A festa, como referimos já, «vincula, socializa, identifica; sem festas, os indivíduos isolam-se, tornam-se maus. As festas são uma restauração periódica das fontes da sociedade». Sem elas os fundamentos que vinculam os indivíduos a um grupo são postos em causa, e perde-se aquilo que Geraldo Dias refere, o «estar com os outros». Assim, pode afirmar-se, como o faz Joaquim Teixeira, que as festas têm um «carácter insuprível» (Teixeira, 2010b, p. 29). A fruição da festa tem carácter universal, como vimos, todos os povos fruem das suas festas.

### **3.1. Festa e Fruição na passagem do século XVIII para o século XIX**

Por determinação da legislação datada de 20 de setembro de 1582 foi adotado em Portugal o calendário gregoriano. Como afirma António Gouveia «crescem os tempos

religiosos, multiplicam-se as festas, romarias, procissões». De facto o calendário decretado pelo Papa vem definir algumas orientações, nomeadamente, as que se relacionam com o «tempo sagrado», o «tempo religioso de descanso», durante o qual cessaria toda a atividade produtiva em ordem a dedicar tempo a Deus. O calendário manteve-se nas diferentes dioceses quase inalterável desde o século XVI a XVIII (Gouveia, 2000, p. 318).

Verifica-se, contudo, uma mudança em Portugal na passagem do século XVIII para o século XIX, como faz notar Jorge Crespo. A Igreja e a autoridade civil por razões económicas, políticas e morais condenavam fortemente os desmandos a que se entregava a população durante o tempo de festa (Crespo, 1988, p. 91). Pina Manique no final do século XVIII recebe um estudo vertido do francês que abordava a questão das festas e os efeitos negativos que resultavam dos divertimentos, que aliás muito agradavam à população (Crespo, 1988, pp. 91-92).

No ano de 1789 é apresentado por António Henriques da Silveira um documento na Academia de Ciências de Lisboa «onde se denunciavam os abusos praticados nos dias santificados. Em especial anotava-se a falta de compreensão das populações relativamente ao significado mais profundo das festas e a subversão verificada nas suas formas e conteúdos, de um modo geral (...)» (Crespo, 1988, p. 94). Neste estudo de 1789, criticavam-se os «bailes», os «jogos», as «caçadas», as «corridas de touros», as «comédias» e outras representações semelhantes, e «a relegação para um plano secundário das orações, jejuns e obras piedosas, actos que deviam ter a primazia na comemoração da vida dos santos» (Crespo, 1988, pp. 94-95). Geraldo Dias também afirma que durante o último quartel do século XVIII se «viveu uma certa euforia religiosa com a criação de muitas festas populares em honra de Nossa Senhora e dos Santos sem que isso significasse real vivência cristã» (Dias, 1987, p. 230). Neste sentido, podemos considerar que existe uma interpretação do significado das festas pela autoridade religiosa e civil que não parece ser coincidente com a da população. Este tipo de manifestação de património cultural imaterial não era consensual relativamente ao modo como era entendida pela população e pelas autoridades religiosas, e o mesmo se pode afirmar relativamente às procissões, como vimos noutra parte deste trabalho. Ambas as manifestações são interpretadas de modo diverso pela Igreja e pelas

populações.

Outro aspeto que se reprovava era o gasto excessivo e inútil que comportava a organização destas festas muitas vezes a cargo de pessoas que viviam em condições de grande precariedade. A imprevidência que se critica nesta época, é também condenada mais tarde, em inícios do século XX, no artigo intitulado *O dia da espiga* (**Anexo 2, n.º 56**) publicado no *Almanach* para 1922. Artigo que remete também para o impulso festivo, para o «caráter insuprível» da festa.

Jorge Crespo refere que a quantidade excessiva de festas que se realizavam ao longo do ano e «a permanente disponibilidade das populações para interromperem os seus quotidianos de trabalho e entregarem-se aos prazeres dos divertimentos» eram condenados. Segundo os economistas a interrupção do trabalho e a «permanente disponibilidade» da população para a fruição da festa tinha consequências na economia e não era coerente com o estado de pobreza em que vivia a população. No entanto, este investigador chama a atenção para a dificuldade em discernir se as advertências para os efeitos negativos para a economia e se as tentativas de controlar os desmandos, que se afirmava advir das festas, seriam um modo indireto de se conseguirem melhorias materiais para o país ou seriam um meio subtil de atingir outros fins «de menor valência material» (Crespo, 1988, pp. 94-95).

Na passagem do século XVIII para o século XIX, as tentativas das autoridades para controlar as «paixões» e os impulsos festivos da população enfrentou obstáculos. Contudo, segundo Jorge Crespo, a repressão, a vigilância e a astúcia começaram gradualmente a produzir transformações nas festas dos homens (Crespo, 1988, pp. 92-94).

### **3.2. As festas descritas no *Almanach de Lembranças*.**

**Tabela 3: Festas (artigos analisados)**

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Pág.</b>	<b>Local</b>
-	Serração da Velha	1855	171	-
Callado, Antonio Mendes	Festa do Boisinho de S. Marcos	1858	368-369	Alter do Chão

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Pág.</b>	<b>Local</b>
S. A.	Diferença de tempos	1858	95	Tunes
-	Casamentos no Jarmello	1859	309-310	Jarmello
Malhão, Francisco R. da Silveira	Festa dos cavalleiros em Obidos	1859	226-227	Óbidos
Maria, Luiza	Sabbado d'Alleluia em Idanha a Nova	1859	175	Idanha-a-Nova
Moura, José Adão dos Santos	Casamentos de Barroso	1859	323	Barroso
Abreu, José A. Ferreira d'	Casamentos na Pederneira	1860	373-374	Pederneira
-	Festas d'Arcozelo	1860	201-203	Gouveia
Fonseca, F. Olympio de	Gigante Santo	1860	260-261	Feira
Minhôto	Cruzes de Barcellos	1860	187	Barcelos
Menezes, Antonio L. Telles da Silva e	Cruzes em Barcellos	1861	147	Barcelos
Ribeiro, Antonio Maria do Amaral	Boisinho de S. Marcos	1861	74	Alter do Chão
S. *** (Fayalense)	Festa de Santo Amaro no Fayal	1861	119	Horta
Vasconcellos, F. A. Duarte de	Casamentos em Pombalinho	1861	263	Coimbra
Costa, Theotonio José de Figueiredo	Petição e praga singulares	1862	332	Alpedriz
Guedes, Luiz E. Cardozo	As maias	1862	196-197	Beja
M. A. B.	O S. Martinho em Pedrogão Grande	1863	343	Pedrogão Grande
Mattos, Francisco Antonio de	Casamentos no Cadaval	1863	223	Cadaval
Minhôto	Cruzes em Barcellos	1863	246	Barcelos
Veiga, S. P. M. Estacio da	Festas de Maio	1863	178-180	-
M. A. B.	A mourisca	1864	222-223	Pedrogão Pequeno
Maria, Luiza	A noute de Natal na Idanha a Nova	1864	377-378	Idanha-a-Nova
Silva, A. de J. e	Dá a mim, dou a ti	1864	110	Pombal
Cordeiro, J. P. C.	Os casamentos na freguezia de Campêllo	1865	294	Campelo
Palhóto, Antonio Candido	Quem não mette sôpa não tira sôpa	1865	132	-
Cordeiro, J. P. de C.	As Janeiras em Pedrogão Grande	1866	66-67	Pedrogão Grande
F. M. B.	Folias pelo Espirito Santo	1866	195-196	-

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Pág.</b>	<b>Local</b>
Raposo, Maria da Piedade Goes Mendanha Azevedo	Monte-Mór-o-Velho	1866	92	Montemor-o-Velho
Soromenho, Luiz P. de Castro	Festejos de S. João	1866	226-227	Chaves
Moraes, Luciano Joaquim de	A festa de S. Estevão	1867	379-381	Travanca de Macedo
Silva, Jorge Severiano da	Festas ao Espírito Santo na Ilha de S. Jorge	1867	229-230	Ilha de S. Jorge
Silveira, José Joaquim Borges d'Azevedo	As festas do Espírito Santo no Topo	1869	188-190	Ilha de S. Jorge
Lucio, Manoel Maria	Ratos sabios	1871	125-126	Vila Nova de Gaia
Avellar, J. M. S. de	Casamentos nos Arrifes (S. Miguel)	1872	158-159	S. Miguel
D.G.P.	As fogueiras de S. João em Coimbra	1875	279-280	Coimbra
F. S. C.	A Paschoa na aldeia	1876	228-231	-
Abreu, Justiniano d'	Usanças gastronomicas	1878	261-262	Alto Minho; Monção; Penafiel
Vaz, Antonio J. da Cruz	Festa do Natal na Madeira	1880	377-378	Madeira
Abranches, Joaquim Candido	Costumes michaelenses, Alvorada de S. Pedro	1883	44-45	S. Miguel
-	Entra Marcos	1888	73	Alter do Chão
Silva, Antonio de Jesus e	Minde	1890	150-152	Minde
Passos, João A. Rodrigues de	Nossa Senhora do Livramento	1892	355-356	Tavira
-	A feira das moças	1901	12-13	Mercês
Carvalho, Pinto de	O Carnaval d'outros tempos	1904	273-275	Lisboa
Noronha, Eduardo	Dansas populares	1911	308	-
Cuinhe ni Sambuar	O imperador da villa d'Eiras	1914	62	Eiras
Osorio, José	Domingo de Paschoa	1914	15-16	-
Camponez Peregrino	O Santo Soldado	1916	286	Vila Real
Christóvam, Manuel	Festa das filhós	1917	251-252	Tomar
Carvalho, Georgina	Castelo de Vide e a tradição de Salomé	1921	313-314	Castelo de Vide
Jacques, Jean	O dia da espiga	1922	12-14	-
Manso, J. L.	A entrega da bandeira	1922	92-93	Benavente

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Pág.</b>	<b>Local</b>
Coelho, Ernesto	O 1.º de Maio na Abrunheira	1925	234	Abrunheira
Barata, Maria Tereza Tavares	As entrudadas na Trofa	1930	163	Trofa
Menêzes, Angelo de	Costumes portugueses – Águeda: a “Festa do Paul”	1930	81-84	Águeda

### **Oposição e composição.**

Comparando a festa de S. Sebastião em Faro (**Anexo 1, N.º 10**), descrita no *Almanach* para 1860, com a festa de S. Sebastião que se realizava na Feira no dia 30 de janeiro e sobre a qual temos um relato no *Almanach de Lembranças* para 1861 (**Anexo 1, N.º 17**), pode afirmar-se que pouco têm em comum quanto ao guião. Ou seja, podemos afirmar, partindo de textos publicados no *Almanach*, que existem festas que embora dedicadas a um mesmo santo se realizam de modo muito diferente em diferentes regiões. Mas outras descrições nesta publicação demonstram que existem festas que sendo dedicadas a um mesmo santo, se realizam de modo idêntico em diferentes lugares, como são os casos da festa de Santo Amaro no Faial (**Anexo 2, N.º 2**), que nos é descrita no *Almanach de Lembranças* para 1861 e os festejos a Santo Amaro em Beja retratados no *Almanach* para 1860 (**Anexo 3, N.º 20**), que apenas se distinguem porque «em lugar da ermida se transformar de noute em uma das mais buliçosas praças, é de dia que isso acontece, começando em 15 de Janeiro, dia do santo, e continuando nos domingos seguintes até 2 de Fevereiro !!!» (S. \*\*\*(Fayalense), 1860, p. 119).

Outros manifestações existem também, como as Janeiras, que embora realizadas em diferentes regiões, apresentam semelhanças. O *Almanach de Lembranças* para 1866 publica um artigo intitulado *As Janeiras em Pedrogão Grande* (**Anexo 2, N.º 1**), da autoria J. P. de C. Cordeiro, de Pedrogão Grande. Nele conta o autor que treze povoações ao norte «da freguesia da Senhora d'Assumpção de Pedrogão Grande, no districto de Leiria» se combinam para festejar o Espírito Santo. Assim em 30 e 31 de dezembro dois mordomos, os habitantes devotos do Espírito Santo, dois cantores e «tocadores de bandurra, e de rabéca», empunhando uma Bandeira ou *pombinha branca*, «que não é mais do que um páu, ou vara, enfeitada de muitas fitas, e em cujo tope avulta

a imagem do Espírito Santo, representada por uma pombinha branca», vão pelos lugares das demais povoações ao som da música e dos cantos improvisados fazendo um peditório para a *pombinha branca* (Cordeiro, 1865, pp. 66-67).

Num texto publicado na *Revista Lusitana* em 1917, José Gascon refere que das «cantigas e usos tradicionaes» em Monchique distinguem-se pela diversidade e pela «originalidade das musicas ou *estilos*», como por ali se dizia segundo o autor, as Janeiras e os Reis, que são uma mistura de religioso e de pagão. As Janeiras naquela região constituem um divertimento para os «janeireiros» e um meio que lhes possibilita fazer um peditório cujo apuro serve para as suas «*funcções* (ceias)» acompanhadas por «*premod'o frio*, o vinho carrascão e a *bella di a madronhêra* ou *lagarta*», denominações que usam para nomear «a aguardente» (Gascon, 1917, p. 175).

As Janeiras correspondem aos cantos que em Monchique se faziam no dia 31 de dezembro à noite. Estes grupos numerosos compostos por mulheres, homens e crianças que cantam as Janeiras nesta região são designados por *joldas* ou *joldras* (Idem, p. 175). Estes agrupamentos ou *joldas* organizam-se de diversas formas: nalgumas ocasiões são apenas formados por cantores; noutras estas mesmas *joldas* são acompanhadas por música de «*harmonica* («accórdéon») ou de uma *gaita* (ou *flaita* – instrumento que no comercio tem o nome de «harmonica» e a que muitos chamam *harmonio de boca*)». Outros grupos podem formar-se de «tocadores de instrumentos de metal e madeira ou cordas» (Gascon, 1917, pp. 175-176). E em Monchique, como em Pedrógão Grande, estes grupos, percorrem as ruas da vila e os lugares para além da vila.

Em Pedrógão Grande no dia 1 de janeiro «na rua mais publica do logar», onde se coloca uma mesa recheada de «coscorões, pão, queijo, bolos, doces, e vinho, na qual a ninguém é permitido tocar», são escolhidos os mordomos para o ano seguinte. Em seguida forma-se um baile, aproveitando os tocadores de instrumentos a ocasião para concluir o peditório dirigindo nas suas cantigas lisonjas aos «romeiros». Acabada a folia a bandeira é levada às casas dos habitantes da povoação, que recebem a cortesia com «meza posta, e servida para os cantores» (Cordeiro, 1865, pp. 66-67).

Tempo depois vão os «novos mordomos» na companhia dos moradores do lugar e de dois cantores à povoação onde tinha permanecido a bandeira. Recebem-na dos antigos mordomos e levam-na por todas as casas para que os moradores se despeçam

dela. O novos mordomos transportando a bandeira são acompanhados pela população até à fronteira da povoação, «onde terminão os cumprimentos apartando-se com muitas lagrimas da pombinha branca, que vai habitar outro lugar até ao anno seguinte» (Cordeiro, 1865, pp. 66-67).

João Pedro Ribeiro menciona que as Janeiras e as Maias, foram proscritas como «superstições e restos de gentilismo», mas em 1835, como afirma, ainda as ouviu na cidade do Porto (Ribeiro, 1835, p. 36). E como vimos, ainda em 1866 o *Almanach* dava noticia das Janeiras e Gascon, na *Revista Lusitana*, em 1917 faz uma descrição delas, referindo o seu conteúdo pagão. Geraldo Dias também nos dá um retrato desta tradição das Janeiras e dos Reis Magos, em que jovens e mesmo famílias vão na noite de 1 de janeiro ou dia de reis (dia 6 de janeiro) cantar elogios a pessoas da sua amizade e a casa daqueles que vivem próximo. Fazem votos de saúde e felicidade e recebem ofertas de «comida e bebida». Uma maneira de as pessoas se juntarem, de estarem umas com as outras, aliás. Segundo Geraldo Dias estas práticas constituem também vestígios de «banquetes de vizinhança» (Dias, 1986, setembro-dezembro, p. 277).

### **Relação com o tempo**

Augusto Pires de Lima escreve num artigo sobre *Tradições populares de Santo Tirso* que publica na *Revista Lusitana* de 1915, que o entrudo tem vindo a esmorecer. Segundo declara, antigamente os desmandos eram maiores: «Sujavam-se as mãos na parreira do forno para manchar as caras ; havia verdadeiras batalhas com laranjas ; atiravam-se das janelas potes com água e com matérias pouco cheirosas (...)». Presentemente, como diz, apenas os «pós e brilhantes deitados na cabeça, toques de buzinas, e tiros durante a noite» (Lima, 1915, p. 201).

Também Manoel Maria Lucio, de Villa Nova de Gaya, num artigo que publica no *Almanach* para 1871 (**Anexo 2, N.º 3**), afirma que as folias de entrudo, que segundo ele «tanto eram da indole do povo», não eram mais que um vislumbre do que tinham sido outrora. Contudo diz, que no ano de 1858 ainda desfilaram «por aqui umas mascaras que não deixavam de ter espirito», distribuindo sarcasmo em verso por sobre as atividades de *Moedeiro Falso, Contractador, Falsificador de vinho, Engajador, Contrabandista, Jornalista e Hygienico* (Lucio, 1870, pp. 125-126).

A mesma nostalgia do passado extravasa do texto de Pinto de Carvalho no *Almanach* para 1904 (**Anexo 2, N.º 4**). Afirma ele que, noutros tempos o bulício era maior. Todos sentiam a época do entrudo até os «Homens graves, sisudos, remanchões, que passavam o anno abeberados em fleugmatica seriedade, notavam mal chegava esta quadra foliona, uma excitação da fibra cardíaca, como se experimentassem a acção da kola granular, viam-se salteados por dythirambica alegria» (Carvalho, 1903, pp. 273-275).

Pelo contrário, para Maria Tereza Tavares Barata, a autora do artigo *As entrudadas na Trofa* (**Anexo 2, N.º 5**), publicado no *Almanach* para 1930, as folias de Carnaval na Trofa são «verdadeiramente infernais», e elenca um rol de tropelias que se praticavam (Barata, 1929, p. 163).

Estas diferentes maneiras de sentir o entrudo remetem para a noção sustentada por Candau de que a memória organiza e reorganiza de forma continua o passado (Candau, 2013, p. 137). O passado é reconfigurado na medida das circunstâncias do presente.

A *Revista Lusitana* de 1909, transcreve um texto publicado em 1848 no semanário *Jardim Litterario* sobre a *Serração da Velha*, que refere que em muitos lugares a representação de uma velha era carregada nas costas de «gallegos lorpas, há pouco vindos da sua terrinha», que a levavam de livre vontade e que eram «com outros que levam escadas, bancos e tamboretas, apupados com grande surriada». O cortiço onde vinha encerrada a velha ia acompanhado pela vozeria de jovens e pela desordenada música que produziam com «chocalhos, tachos, e caldeirões velhos». Diz o autor deste texto que a velha «é um symbolo da quaresma» (Pires, 1909, p. 72). Segundo o que se descreve no *Almanah de Lembranças* para 1855, a *Serração da Velha* (**Anexo 2, N.º 6**) «é uma espécie de recrudescencia das loucuras do carnaval». Celebrava-se com archotes em ambiente de música e grande tumulto. Simula-se serrar pelo meio a figura que representa uma “velha” encerrada num «cortiço», a quem chamam Maria Quaresma. Também galegos, e outros da província bem como jovens inexperientes «nas cousas de Lisboa», depois de lhes ser pregada uma partida, são apupados (*Serração da Velha*, 1855, p. 171). Podemos, portanto, considerar que se associa nesta manifestação cultural o tempo da Quaresma aos desmandos do tempo do Carnaval.

As festas que temos vindo a referir no decurso deste trabalho podem ser

entendidas como «manifestações do instinto lúdico fundamental e do poder imaginativo do homem» (Oliveira, 1995, p. 43). A festa, parece-nos, é uma manifestação da criatividade humana. E se a festa se liga às artes do espetáculo pela via mais óbvia da música, das danças, também a elas se liga pelo poder criativo dos homens (Idem, p. 43).

### **Oferta**

Em Idanha-a-Nova no sábado de Aleluia (**Anexo 2, N.º 7**) era tradição como na cidade no Porto no dia de S. Nicolau (Leorne, 1857, pp. 361-362), o abade dar uma «rasa de castanhas». Dois ou mais grupos de raparigas festejam o dia da Ressurreição de Jesus Cristo, indo ao adro da igreja «tocar e cantar a Nossa Senhora do Almolão»; «d'alli voltão á porta do Vigario e á do Cura, a darem-lhe as boas festas, e d'elles recebem castanhas e passas» (Maria, 1858, p. 175).

A memória da Páscoa numa aldeia do século XIX foi fixada no *Almanach* para 1876 (**Anexo 2, N.º 8**), por um autor de Castelo de Paiva, que recorda como era fruída esta festividade. Lembra a azáfama, o bulício. «Especialmente nas raparigas que actividade ! Umas espanam os moveis e as paredes ; outras tapetam de rosmaninho e rosas desfolhadas o pavimento da casa ; estas põem toda a sua sciencia e cuidados em armar a meza do estylo, que já se acha coberta de toalha alvissima circumdada de bellas florinhas do monte, sobressaindo ao centro o pomo coroadado por lindo ramilhete (e n'este quanto esmero ! Pois é de costume ser offerecido ao senhor abbade, que nunca deixa de mostral'o aos circumstantes, elogiando o aprimorado da obra». Entra o compasso em casa. O compasso compõe-se, segundo recorda o autor, «dos mais grados lavradores da freguezia». São servidos «o copo de vinho genuino e a fatia de *pão de S. Bernardo* (...)». Neste dia não «fallam ressentimentos» nem «questiúnculas» (F.S.C., 1875, pp. 228-231).

Também recorrendo à memória José Osorio, de Santarém, recorda da sua meninice, no artigo *Domingo de Paschoa* publicado no *Almanach* (**Anexo 2, N.º 9**), a visita pascal que vinha serra fora para ir dar «as boas festas». Entra em todas as habitações «e levanta o foliar». Em todas cuidam os moradores de mostrar ao padre um rigoroso esmero, cobrindo de «flores e rosmaninho os portaes das habitações até á sala destinada para a cerimonia religiosa». No centro, os moradores que têm possibilidades,

têm colocada uma mesa pequena com «toalha de rendas», onde expõem uma «salva de prata com o foliar», que em casa de José Osorio, como nos revela, «eram cinco tostões em prata». Entra o compasso, na frente a campainha que um jovem traz, depois o padre «com o acompanhamento». Toda a família da casa está presente. «- «Aleluia, aleluia, boas festas !» diz elle». Cada um ajoelha para beijar a cruz e o padre salpica pelos presentes a água benta. Finda a cerimónia os da casa servem bolos e fazem-se libações com vinho do Porto. Ao padre é entregue o foliar e confortado com o vinho generoso sai com os assistentes (Osorio, 1913, p. 15).

Augusto C. Pires de Lima no artigo que assina na *Revista Lusitana* de 1915, *Tradições populares de Santo Tirso* alude também ao compasso, mas o termo parece não ser inteiramente do conhecimento geral, pois o autor em nota de rodapé, tal como o autor do artigo *A páscoa na aldeia*, publicado no *Almanach* para 1876, esclarece o sentido deste étimo.

Pires de Lima explica que os moradores espalham junto à porta «fôlhas de narcisos e de lírios, *montrastes*» (segundo o autor é assim que a população pronuncia «*mentrasto*») «e flores». Por sobre uma mesa coloca-se «uma maçã onde se espeta uma moeda de prata, e um ramo de flores naturais ou artificiais que o padre arrecada, deixando outro em troca por vezes». Segundo o autor, em Santo Tirso o compasso realiza-se na segunda-feira, «dia de festa animada» (Lima, 1915, pp. 201-202).

Num artigo do *Almanach* para o ano de 1878, com o título *Usanças gastronómicas (Anexo 2, N.º 10)*, o autor Justiniano d'Abreu, alude ao costume que existia nos arredores de Monção de se matar um cabrito na segunda-feira a seguir ao domingo de Páscoa. O mesmo uso, como explica, existia em Penafiel, só que em dia de Corpo de Deus. E a família que não obtivesse o dinheiro necessário para adquirir o cabrito era tida como a mais pobre (Abreu, 1877, pp. 261-262).

Nestes textos que abordam a Páscoa ressalta em todos eles a referência a oferta. Ernesto Veiga de Oliveira afirma que a Páscoa no nosso país remete para «presentes cerimoniais, nomeadamente de natureza alimentar» (Oliveira, 1995, p. 85).

### **Sentido comunitário**

Muitas vezes, associado a uma festa existe uma lenda, uma história que a

fundamenta e explica. A festa também ilustra o que diz o provérbio: «Cada terra com seu uzo cada roca com seu fuzo». Percorrendo as festas descritas no *Almanach*, do Minho ao Algarve, confirma-se o que aquele provérbio exprime. Na realidade cada terra tem os seus costumes, cada «logarejo (...), tem o seu arraial, a sua festa, a sua procissão, que muito o caracterizam» e que os textos publicados no *Almanach* atestam, como o de Angelo de Menêzes, de Águeda, *Costumes portugueses – Águeda: a “Festa do Paul”* (**Anexo 2, N.º 11**), publicado no *Almanach de Lembranças* para 1930. Não era uma festa de «caráter religioso». Tratava-se segundo o autor de «uma confraternização» entre «os povos circunvisinhos», sobretudo «entre os *Judeus*», alcunha segundo o autor, pela qual eram conhecidos os habitantes de Águeda, e os «*Ceboleiros*», como eram apelidados os de Assequins.

A festa inicia-se com o rebentamento de foguetes. Junto à capela de Assequins estende-se um «tronco de pinheiro» revestido «de folhas de eucalipto, éras, fétos e mais plantas campezinhas, atadas pelas mãos caprichosas das cachopas do lugar». Homens, mulheres e crianças juntos auxiliam a colocar, ao ritmo da música, o tronco de pinheiro no seu espaço a dominar o horizonte do lugar. E assim alçado fica até ao ano seguinte. Na noite de S. João o povo que com zelo o alçou e celebrou junto à capela da Senhora da Graça, põe-lhe fogo. E assim chamuscado continua até ser substituído no ano seguinte por outro (Menêzes, 1929, pp. 81-84).

Estamos assim perante uma prática comunitária através da qual os intervenientes reforçam os vínculos sociais e reafirmam a sua identidade enquanto comunidade (Cabral, 2011, p. 86).

### **Promessa e ex-voto**

No *Almanach de Lembranças* para 1866, um pároco de Cambas, autor de um artigo com o título *Folias pelo Espírito Santo* (**Anexo 2, N.º 12**), explica que nestas folias vão três foliões que tocam seus instrumentos: «uma viola, um tambor, e um arco com soalhas». Os ditos foliões acompanham no período que vai da Páscoa ao Espírito Santo, aos domingos, os dois mordomos da festa e um outro a que se lhe atribui o título de rei. Saem da Igreja com a bandeira do Espírito Santo e desfilam pelas ruas. Durante três domingos são convidados por cada um dos mordomos a família e amigos. Nesses

jantares depois de muito se comer e beber, os foliões improvisam «uma cantiga acomodada ao nome, e estado de cada conviva». Este é um antigo costume em que mordomos e rei despendem bom dinheiro, pois que «assim lh'o ensinaram os antepassados, para merecerem a protecção do Espírito Santo contra a ferrugem das oliveiras, o bicho do milho», e outras calamidades.

Partindo da descrição desta folia identificamos dois atributos da festa: a festa como «veículo de transmissão cultural» e como forma de obter a protecção da divindade.

O pároco, autor deste artigo, se por um lado entende «que as cantigas profanas e as despesas superiores ás posses e aos haveres de muitos dos mordomos, não erão os mais adequados e devidos cultos ao Espírito Santo» e por isso pretendia suprimir estes costumes (F.M.B., 1865, pp. 195-196), por outro, tolera estas práticas face aos pedidos dos foliões. O que demonstra que a festa nem sempre é campo de conflito entre o clero e a população, mas de tolerância.

João Leal sustenta num texto da sua autoria intitulado *Impérios, povo e clero em Santa Bárbara (Santa Maria, Açores)*, publicado em *Studio Generale*, de 1984, que em estudos que se publicaram sobre «o fenómeno religioso no Portugal rural (Riegelhaupt, 1963 e 1982; Cabral, 1981 e Sanchis 1983)» sublinha-se que a «festa popular» é lugar de antagonismo entre o clero e a população e de certa forma replicaria «a oposição mais abrangente religiosidade popular vs. religião oficial» (Leal, 1984, p. 113). João Leal delimita como objeto de análise os Impérios de Santa Bárbara em Santa Maria nos Açores, e conclui que embora se detete uma «marcada autonomia que os caracteriza em face do aparelho religioso, designadamente local, tal facto não se desdobra, por uma vez numa relação particularmente conflitual entre povo e clero» (Idem, p. 114). E sustenta, a partir dos dados da sua investigação, que a «configuração» da relação «festa/povo/clero» em Santa Maria nos Açores «acaba por se assumir sobretudo como uma interrogação a algumas das conceptualizações e utilizações que são feitas da oposição «religiosidade popular vs. Religião oficial»» (Idem, p. 114).

Segundo João Leal promete-se um Império em Santa Bárbara por motivos relacionados com a «saúde» e a «riqueza». Pela graça recebida realiza-se uma festa em honra do Espírito Santo na «igreja paroquial» sob protecção de Santa Bárbara ou numa das ermidas da freguesia. A capela que se escolhe faz parte da promessa, uma vez que

um Império é sempre prometido à Nossa Senhora da invocação de uma das ermidas existentes em Santa Bárbara.

Os Impérios, que incluem um «conjunto» de comemorações em louvor do Espírito Santo, compõem-se de duas partes essenciais como sustenta João Leal: «actos de culto centrados na coroa do Espírito Santo e distribuições alimentares múltiplas e complexas» (Leal, 1984, pp. 114-115).

José Joaquim Borges d'Azevedo Silveira (Topense), num texto seu publicado no *Almanach* de 1869 revela que as festas do Espírito Santo realizadas no Topo (**Anexo 2, N.º 13**), incluíam um conjunto de atos que decorrem nos «seis domingos que correm da Paschoela ao de Pentecostes» em torno, tal como também afirma João Leal, da coroa do Espírito Santo, da bênção e distribuição de alimentos e de esmolas pelos pobres. As distribuições de alimentos e de esmolas são feitas na casa do «devoto imperador» e uma outra distribuição é feita pela irmandade designada «dos mancebos». Estas festas do Espírito Santo incluem também «espectaculos e divertimentos». O autor deste texto, José Joaquim Borges d'Azevedo Silveira, afirma que a descrição destas festas por Jorge Severino da Silva (Silva, 1866, pp. 229-230) no *Almanach* para 1867 (**Anexo 2, N.º 14**) é pouco verdadeira porque como nos conta: «decerto foi mal informado o seu autor. Se elle presenciase n'algum dia a nossa festa estou certo que lhe acharia mais graça, do que achou quando visitou o nosso aprasivel ilheo, e viu tanto grajáo que alli há !... e não offenderia, como offendeu com seus motejos, o sexo amavel e pacificos habitantes do Topo» (Silveira, 1868, pp. 188-190).

Ainda incluído no ciclo das festividades do Espírito Santo, o *Almanach* para 1914 regista a descrição de um costume antigo num artigo com o título *O imperador da villa d'Eiras* (**Anexo 2, N.º 15**). Segundo Luís Chaves esta festa que se realizava em Eiras vogou até 1832 (Chaves, 1938, p. 227), restando dela somente «alguns vestígios locais (Chaves, 1939, p. 47). João Pedro Ribeiro também a ela se refere, revelando contudo, não estar certo de que «a burlesca mascarada do Imperador de Eiras» que decorria próximo a Coimbra e a que se realizava na Lapa e na Esperança em Lisboa, ainda existissem (Ribeiro, 1835, p. 36).

Os textos que analisamos no *Almanach* sobre as festas do Espírito Santo e o estudo de João Leal sobre o Império em Santa Bárbara, parecem indicar que existem

festas que podem ser consideradas como pagamento de uma promessa. Isto é, promete-se um *Império*, e em pagamento da obtenção da graça divina faz-se uma festa em honra do Espírito Santo. Neste tipo de festa de ex-voto podemos incluir também a festa do bodo em Pombal que vimos noutra parte deste trabalho. Podemos também afirmar que, tal como existem procissões que constituem um meio de uma comunidade interagir com a natureza (veja-se a procissão de voto no Funchal que vimos no capítulo dedicado às procissões), no sentido de fazer com que a natureza proceda de acordo com o que essa comunidade pretende, também as festas podem constituir uma forma de interação das comunidades com a natureza. E deste modo podemos dizer que as festas tal como as procissões remetem para um outro domínio do património cultural imaterial, os conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo, que «incluem os conhecimentos, os saberes-fazer, as competências, as práticas e as representações desenvolvidas e perpetuadas por comunidades no decurso da sua interação com o meio ambiente» (Cabral, 2011, p. 86).

### **Carácter propiciatório**

Segundo Ernesto Veiga de Oliveira a presença de «figuras gigantescas processionais em Portugal» é antiga (Oliveira, 1995, p. 273), e ainda durante a primeira década do século XX integravam o cortejo processional do Corpo de Deus. O autor afirma que a figura de S. Cristovão «pelas dimensões do gigantesco aparelho necessário à apresentação tradicional do Santo, fôra posta de lado, quando nas derradeiras terras que o arruaram, os fios eléctricos cruzavam a pouca altura as serventias principais e do percurso do cortejo» (Chaves, 1938, p. 220).

Francisco Olympio de Fonseca afirma no artigo que escreveu para o *Almanach* de 1860, intitulado *Gigante Santo* (**Anexo 2, N.º 16**), que na vila da Feira se realizava no dia do Corpus Christi uma festa com procissão, custeada pelo município. Na procissão desfilava uma figura gigante representando S. Cristovão, que atraía muitas pessoas à vila. Depois do préstito, o Santo gigante era colocado como diz o autor: «em frente da casa da Câmara, onde vão muitas pessoas comer diante d'elle sopas de pão e vinho, na firme crença de que ficarão por este meio livres de fastio (e não sei se de cesões). Vão outras depôr na mão do santo regueifas (ordinariamente de 40 réis cada uma), as quae

são depois propriedade do homem que carregou com o santo. Às crianças costumão aterral'as com o globosinho que leva o Menino Deus, dizendo-lhes que, no caso de cahir aquella bolinha ao chão, se arrasará o mundo com chuva» (Fonseca, 1859, pp. 260-261). Conforme afirma José Augusto Vieira, como é referido por Ernesto Veiga de Oliveira, o Santo era colocado junto à entrada dos templos, representado numa estátua ou numa pintura, «para que os fiéis o pudessem ver distintamente, visto que havia a crença de que não morreriam de morte súbita, nem perderiam a vida por qualquer acidente no dia em que o vissem» (Oliveira, 1995, p. 284). Neste sentido, a festa assume uma função de mediação entre os fieis e o santo. Torna-se um campo propício a esse contacto entre o devoto e o santo.

A *Festa do Boisinho de S. Marcos* que se realizava a 25 de abril em Alter do Chão (**Anexo 2, N.º 17**) descrita por Antonio Mendes Callado, de Coimbra, no *Almanach* para 1858, tal como também vem descrita no *Almanach* para 1888 (**Anexo 2, N.º 19**), com o título *Entra Marcos* (Entra Marcos, 1887, p. 73), era «o dia de maior satisfação e regosijo para os habitantes da villa, a que vem gente de todos os arredores para ver o Boisinho de S. Marcos, a que se attribue a virtude de livrar o gado de lobos e molestias» (Callado, 1857, pp. 368-369). A festa é também aqui o meio adequado, favorável para que o Santo exerça as suas virtudes. Também este artigo permite reafirmar que os elementos profanos presentes nas festas são tolerados pelo clero, como se pode inferir do costume que havia nesta festa de levar um «novilho» para o interior da Igreja «em louvor de S. Marcos». Esta festa celebrada em Alter do Chão tinha filiações à que se realizava na Estremadura espanhola (**Anexo 2, N.º 18**) segundo sustenta Antonio Maria do Amaral Ribeiro no seu artigo publicado no *Almanach* para 1861 (Ribeiro, 1860, p. 74).

### Valor

Estácio da Veiga, num texto que é publicado no *Almanach* para 1863 (**Anexo 2, N.º 20**), refere que as *Festas de Maio* eram alegremente celebradas pelos camponeses. Nos grandes centros populacionais, segundo o autor, não se tinha a noção do quanto este dia era festivamente aclamado pelas populações da aldeia. «Para os habitantes do campo

tudo é bello n'este dia : a murta florida do arroio, o rosmaninho da serra, a madre-silva do vallado, e os lyrios da campina, parecem emanar mais frequente e suave fragancia ; a agua corrente dos ribeiros mostra-se mais pura e cristalina, e o canto não interrompido das aves, casado com o murmurio das aguas, resôa mais lêdo e sonoro». No Algarve, sobretudo, festejava-se com «cantigas e brinquedos», «com manjares e saborosas fructas em companhia de parentes e amigos» (Veiga, 1862, pp. 178-180). Já Luiz Emygdio Cardozo Guedes, de Beja, apresenta desta festividade uma perspectiva em que se salientam sobretudo os aspetos negativos (**Anexo 2, N.º 21**). Conta o autor que uma menina pequena é trajada de branco, cingem-lhe «de flores a cabeça e o peito». E assim enfeitada fica durante toda a tarde sentada na companhia de outras crianças que vão tocando «adufes» e cantando, e pedindo «para a maia» aos que passam. E neste peditório «fazem «tal gralhada, que quem se quizer vêr livre d'ella deve ir prevenido com alguns cobres para lhos distribuir» (Guedes, 1861, pp. 196-197).

No *1.º de Maio na Abrunheira* (**Anexo 2, N.º 22**), artigo do *Almanach* para 1925, a festa é em contrapartida valorizada por permitir, possivelmente no único dia do ano, esquecer as adversidades (Coelho, 1924, p. 234).

Como Joaquim Teixeira sustenta a festa tem um «caráter insuprível» (Teixeira, 2010b, p. 29). Contudo, partindo da análise dos textos do *Almanach*, podemos considerar que a festa não é valorizada de forma igual. O que se valoriza num dado lugar pode não ter igual valor num outro sítio. Por outro lado, o que se valoriza na festa pode também variar de acordo com a idade, género ou situação social dos intervenientes.

### **Crença e sociabilidade**

O autor do artigo publicado no *Almanach* para 1860 com o título *Cruzes de Barcellos* (**Anexo 2, N.º 23**) refere uma crença segundo a qual, num dia do mês de dezembro de 1504 no lugar do Campo do Salvador junto à vila de Barcelos teria ocorrido um milagre – a «aparição da Santa Cruz». Construiu-se então uma ermida, e mais tarde, uma magnifica igreja. É a este templo que tomou o nome de Igreja do Senhor da Cruz que a vila deve a sua fama, realizando-se as festividades em honra da

imagem do Senhor a 3 de maio (Minhôto, 1859, p. 187).

No *Almanach* de 1861, Antonio Luiz Telles da Silva e Menezes, de Beja (**Anexo 2, N.º 24**), vem a desacreditar a crença das gentes de Barcelos no prodígio que se daria todos os anos por altura dos três dias de maio em que decorre a festa do Senhor da Cruz e que consistiria «em aparecerem no chão cruces, que se distinguem por ser a terra que as fôrma muito mais escura que a outra». Este prodígio veio a constituir o motivo pelo qual a festa veio a designar-se por Festa das Cruzes (Menezes, 1860, p 147).

Este esclarecimento veio a ter resposta no artigo publicado no *Almanach de Lembranças* para 1863 (**Anexo 2, N.º 25**), subscrito pelo mesmo autor do artigo *Cruzes de Barcellos* do *Almanach* para 1860. Nele o autor vem a reafirmar a «piedosa crença da aparição das cruces no Campo da Feira» (Minhôto, 1862, p. 246).

Ou seja, estes posicionamentos remetem para duas perspetivas de festa, a sociológica e a religiosa, a que já fizemos menção. No sentido sociológico, como já referimos, a festa significa um «estar com os outros». No sentido religioso a festa é vista como uma manifestação coletiva de fé (Dias, 1986, setembro-dezembro, p. 264). Se pessoas há que vão a uma festa dedicada a Deus, a Maria ou a um Santo por devoção, outras irão apenas para estarem com outras pessoas, apenas para sociabilizar.

### **Significado social**

No *Almanach de Lembranças* para 1916 (**Anexo 2, N.º 26**) vem publicado um artigo que conta a história de um soldado acusado injustamente de ter roubado um cálix de ouro existente numa igreja em Vila Real. Diz a tradição que, por esse crime de que era inocente, o dito soldado foi executado num lugar junto à Timpeira, situado naquela cidade, em 13 de maio de 1813. Pela devoção que o povo lhe tinha erigiu-lhe uma capelinha designada por Santo Soldado, na qual havia junto ao altar um quadro, «de pouca arte», que reproduz o episódio da sua morte. Pelo seu centenário fez-se uma festa popular. A capela «por dentro, estava toda illuminada, tendo o forasteiro a seus pés um tapete de rosmaninho e flores agrestes colhidas n'aquelle dia». Na realidade, Santo foi atributo que pôs o povo ao soldado «que está na capelinha solitaria, entre fragas, á beira da estrada, por onde passa, ás vezes, o moleiro para o moinho» (Camponez Peregrino,

1915, p. 286).

A devoção pelo Santo Soldado, nascida espontaneamente, tem um sentido que é reconhecido pela comunidade. É a própria população que transforma este episódio numa manifestação religiosa - «Santo, é o nome posto pelo povo».

### **Difusão**

Os «folgedos de S. João são geraes entre o nosso povo» (**Anexo 2, N.º 27**). Em Pedrógão Pequeno realiza-se um «interessante bailado» que designam de mourisca. Esta dança é muito idêntica às «contradanças francezas». Este bailado realizado na igreja, é no final do serviço religioso repetido no adro e vai na frente da procissão que se realiza de tarde pelas ruas de Pedrógão Pequeno. Conforme nos é revelado no *Almanach*, não se conhece a origem desta tradição e todas as diligências das autoridades religiosas para a erradicar foram em vão (M.A.B., 1863, pp. 222-223).

Francisco Raphael da Silveira Malhão recorda no texto que publicou no *Almanach* de 1859 (**Anexo 2, N.º 28**), a festa dos cavaleiros de Óbidos que se realizava no tempo do nossos antepassados, e que integrava na festa de S. João o costume de a câmara da vila ir à igreja do convento de S. Miguel das Gaeiras pôr o estandarte do município. Esta tradição durou até às invasões francesas (Malhão, 1858, pp. 226-227).

O S. João, «o santo buliçoso», era também festejado em Chaves. E, como nos é contado por Luiz Pereira de Castro Soromenho no *Almanach de Lembranças* para 1866 (**Anexo 2, N.º 29**), festejava-se «com cantos populares e o jogo do - *pilha tres*» (Soromenho, 1865, pp. 226-227).

Em Coimbra, nesta festa popular, conta o autor da noticia publicada no *Almanach* de 1875 (**Anexo 2, N.º 30**), dança-se e canta-se à roda de fogueiras, ouvem-se pelas ruas as guitarras e os cantares. Ao romper do dia vão todos à «fonte do castanheiro» beber das suas águas. Depois tornam a suas casas e findam deste modo as fogueiras de S. João em Coimbra, que segundo o autor não eram realmente fogueiras, pelo menos como as que se faziam no seu Algarve. Segundo as suas palavras, as fogueiras de S. João em Coimbra consistiam no seguinte: «Um páo enfeitado de alecrim, murta, flores e coisas semelhantes, rodeado de outros mais pequenos, igualmente enfeitados, alguns bicos de

gaz allumiando este circuito, as cachopas bailando em roda do mastro grande, eis aqui o que, em Coimbra, depois que há iluminação a gaz, se chama uma fogueira» (D.G.P., 1874, pp. 279-280).

Georgina de Carvalho fala no seu artigo *Castelo de Vide e a tradição de Salomé*, publicado no *Almanach* para 1921 (**Anexo 2, N.º 31**), do costume de as raparigas de Castelo de Vide nos dias que antecedem o S. João ornamentarem as ruas e fazerem umas bonecas «modestamente vestidas de tarlatana com doirados, mas todas com elegancia, não lhes faltando as luvas, brincos e uma grinalda na cabeça e outra no peito» e de com elas fazer um peditório. Estas bonecas são depois colocadas «em um altissimo mastro» e na véspera de S. João, lançam-lhes «foguetes, bombas e pistolas, sendo os mais festejados os que primeiro conseguem incendiá-las». Os «ranchos» vão depois às fontes «buscar as Aguas Novas de S. João». No regresso, dança-se em casa e nas ruas até ao dia romper (Carvalho, 1920, pp. 313-314). E

Os festejos de S. João, como afirma Ernesto Veiga de Oliveira e como se pode inferir dos textos que recolhemos no *Almanach*, «avultam pela amplitude da sua área de difusão» (Oliveira, 1995, p. 119). E esta difusão é espacial e temporal, como vimos em relação à festa dos cavaleiros em Óbidos (**Anexo 2, N.º 28**).

Eduardo Noronha compõe um artigo publicado no *Almanach* para 1911, sobre *Dansas populares* (**Anexo 2, N.º 33**), elemento estruturante dos festejos de S. João. Vejamos as danças populares portuguesas que enumera: «Antigamente, além das dansas de sala, o «bailete», o «balancé», a «balheta», o «passa-pé», a «pavana», o «minuete», a «gayvota», a «galharda», etc., havia as populares : o «terolero», o «trocado», o «villão», a «alta», a «arrepia», a «arromba», a «baixa», o «batão», a «canaria», a «chacona», o «chate», a «ciranda», a «corrente», o «rechaço», o «pé de xibau», a «mourisca retorta», o «machatins», a «guimbarda», a «giga», o «gerano», a «fôfa», a «filhota», a «florete», a «retrocida», a «sorradeira», a «serrana», o «trebulo», etc., etc. [parágr.] Tudo tem a sua epoca, e uma parte d'essas dansas cahiram em desuso». «Um philosopho inglez escreveu que se póde avaliar o grau de civilização d'um povo pelas distracções a que se entrega». «Se o nosso povo tem canções de incomparavel sentimento e opulencia de rythmos, os seus bailaricos como o «baião», o «vira», o «verde-gaio», a «vilota», a «villanella», o «fado», o «laço» e as «ligas verdes», dos mirandezes, o «bailete», o

«balso», do Algarve, a «carrasquinha», a «chacota», a «charamba», dos Açôres, a «chica», a «chula», o «dançarás», o «malhão», o «regadinho», a «volta», etc., etc., pouco diferem entre si, o que demonstra que o genio inventivo da musica é muito superior ao da arte choreographica, ou de dar á perna com elegancia e donaire» (Noronha, 1910, p. 308).

### **Construção narrativa**

A igreja de Ribeira Brava, em S. Miguel, tinha como orago S. Pedro. Junto à igreja realizava-se a festa anual em honra do Santo (**Anexo 2, N.º 32**). O autor do artigo *Costumes michaelenses, Alvorada de S. Pedro*, publicado no *Almanach* para 1883, descreve-a como uma festa singular. No dia 24 de Junho ao romper do dia um grupo de indivíduos adverte pelas ruas da vila, ao som da música desentoadada que produzem, aqueles que no dia 29 de junho terão de integrar a tradicional «cavallada». No dia de S. Pedro tocam os sinos da igreja. No interior do templo celebra-se missa, soam os cânticos e o toque do órgão. No exterior, no adro a população canta desafinada ao som dos «tambores, rebecas, violas e concertinas». Terminada a festa na igreja, a multidão era disposta ordenadamente e começava o desfile. Na frente, num cavalo com enfeites ia o «maioral». Levava um traje ataviado e mascara, e na cabeça um amplo chapéu carregado de adornos em ouro; seguiam-no uns quinze cavaleiros também enfeitados como o «maioral».

Atrás dos cavaleiros ia a população a pé e com mascaras, «uns conduzindo uma récua de lazarentas e enfesadas burras, outros uma parcella das mesmas puchando um arado ou uma grade, similhando lavrar a terra, em quanto outros semeam baganha, mimosiando ao mesmo tempo as pessoas presentes com mãos cheias d'esta, lançada com força contra todos. Alguns ordenhando as burras, offertam do mesmo modo o leite aos assistentes». O grupo seguia alegre, saltando e dizendo «strofes, ora picantes e allusivas a particulares e auctoridades locaes, ora sem significação conhecida». Todo o aparato, as tropelias e as alusões mordazes permite estabelecer ligações aos cortejos carnavalescos (Abranches, 1882, pp. 44-45).

Segundo conseguiu averiguar o autor da descrição desta festa de S. Pedro, o significado deste costume tem origem no capítulo da história da Igreja em que Cristo

mandou S. Pedro em pregação e lhe recomendou que para alcançar sucesso na sua missão de evangelização devia misturar-se e conquistar a amizade da população. Os primeiros que conheceu foram os mais ricos, daí, julgamos, a representação no cortejo dos personagens carregados de ouro e ataviados «a capricho». E depois o povo que labutava na lavoura dos campos, episódio que inspirou a sua figuração também no desfile, como depreendemos. O maioral, segundo o autor, representaria S. Pedro, e o cortejo que o seguia, a colheita de almas que realizou o «sancto apostolo» (Abranches, 1882, pp. 44-45). Ou seja, esta festividade evidencia o que postula Joaquim Teixeira acerca da relação entre festa e identidade: ««Diz-me o que festejas e como festejas que eu dir-te-ei quem és»» (Teixeira, 2010b, p. 27).

O artigo sobre as festas de Arcozelo editado no *Almanach* para 1860 (**Anexo 2, N.º 34**) explora um dos elementos constituintes da festa frequentemente referenciado nos diversos textos que recolhemos deste anuário, a dança. Segundo o que é narrado naquele artigo o que mais capta o interesse da população nestas festas são as danças. Em cada uma delas representa-se um tema. Na dança das Donzelas representa-se a farsa da conversão e batismo dos inocentes; na dança dos marítimos, um grupo de indivíduos representam «em diferentes logares a farsa de serem uns pobres marítimos, que em ocasião de temporal fizeram voto de ir em romaria á Senhora da Assumpção festejar-lhe o seu dia»; na dança dos espingardeiros, representa-se as lutas entre os «dous exercitos portuguez e hespanhol»; na dança dos pretos, oito crianças «tambem de quando em quando representam a farsa de serem escravos maltratados pelo seu senhor». Cada um deles repete um dito, muitas da vezes «cheio de palavras indecentissimas, que offenderião os ouvidos menos castos em outra ocasião, mas n'aquelle dia consagrado á Virgem tudo é permitido e applaudido». Diz o autor que estas danças e folias aludem «a factos historicos de mui remota antiguidade». Estas danças não se restringem apenas à exibição na rua, os bailarinos frequentemente associam-se à procissão, «indo óra atraz, óra adiante do Sacramento, causando até embaraço á marcha e regularidade do prestito, com suas evoluções e figuras de dança» (Festas d'Arcozelo, 1859, pp. 201-203).

Estas festas remetem para festa como narrativa, para festa como forma de contar um evento e explicá-lo mostrando através de «expressões elementares das artes do espetáculo», nomeadamente a música e a dança (Cabral, 2011, p. 85). A festa apresenta-

se como uma construção narrativa (no sentido de monumento) na qual se inscrevem símbolos que podem ser lidos como um texto. Podemos encarar a festa como um monumento com a função de «simbolizar determinado acontecimento, determinado aspecto do passado», que se determinou conservar e realçar (Guillaume, 2003, p. 72). E neste sentido, as festas «são comparáveis, pelo menos parcialmente, aos arquivos colectivos e aos monumentos emblemáticos» (Idem, p. 72). A festa como monumento é também um elo que vincula socialmente na medida em que se reconhece coletivamente nela um significado e porque veicula as lições que as gerações pretendem legar.

Por outro lado, podemos inferir deste artigo que em festas religiosas, mesmo que consagradas a Nossa Senhora tudo era permitido, o que remete mais uma vez para o modo como era interpretada pela população a relação com o sagrado.

#### **A linguagem sensorial na recriação, conservação e transmissão**

O texto subscrito por Maria da Piedade Goes Mendanha Azevedo Raposo sobre Montemor-o-Velho publicado no *Almanach* para 1866 (**Anexo 2, N.º 35**) regista a memória do feito do Abade João e dos seus comandados que em número reduzido levaram de vencida o inimigo mouro. E «para transmitir á posteridade este facto tão admirável, que sómente se póde explicar miraculosamente, é que forão instituidas as festas da Senhora da Victória, denominadas vulgarmente do abbade João» (Raposo, 1865, p. 92). Portanto, a festa como meio de reconstituir, conservar e transmitir a memória.

Pinho Leal refere também no *Portugal Antigo e Moderno* a instituição da festa de Nossa Senhora da Vitória nestes termos: «Quando o abbadde João, tio de Ramiro I, de Leão, e os montemorenses, venceram e derrotaram os mouros de Al-Mançor, que sitiavam a villa, (...), instituiu o mesmo abbadde, em commemoração d'esta milagrosa façanha, a festa de Nossa Senhora da Victoria, a que vulgarmente se dava o nome de *festa do abbadde João*» (Monte-Mór-o-Velho, 1875, p. 510). O mesmo autor transcreve uma provisão de D. João V a «auctorizar e perpetuar esta patriotica solemnidade» (Monte-Mór-o-Velho, 1875, p. 510).

Silva Leal na *Revista Universal Lisbonense* menciona igualmente estes eventos prodigiosos e afirma que de «todo o succedido, para que disso em tempo algum senão

duvidasse, se conservou tradicional e monumental memória na Ermida de Nossa Senhora de Ceiça , jazigo do sancto abbade D. João : reconstruída em 1590». A capela de Nossa Senhora de Seiça está atualmente classificada como Imóvel de Interesse Público (Direção-Geral do Património Cultural, Capela de Nossa Senhora de Ceiça).

Silva Leal relata ainda no seu texto, que além «desta prova de pedra», «ainda ao presente no Castello velho de Monte-Mór em memória do bemdicto abbade se faz annualmente uma pelêja entre christãos , que de dentro se defendem , e moiros da vizinhança que os accommettem com grande esforço. Os infieis morrem sempre todos até ao ultimo , mas não tardam também em ressuscitar para irem junctos com seus vencedores celebrar nas tabernas da villa as pazes, que hão-de durar todo aquelle anno» (Leal, 1843, p. 246).

Podemos considerar a festa, em que se pretende preservar e transmitir a memória de um acontecimento, como um meio de transmissão cultural e, como tal, uma forma de mediação patrimonial, que não recorre à escrita ou à oralidade, mas às artes do espetáculo (Teixeira, 2010a, pp. 58-59), à linguagem sensorial. A memória tem associadas emoções, sentimentos. E neste sentido as emoções, os sentimentos, as sensações têm uma «função memorial» (Candau, 2013, p. 42). As artes do espetáculo e a festa estreitamente ligadas a sensações, emoções assumem assim também uma «função memorial».

### **Cerimónia**

Joaquim de Sousa Teixeira sustenta que a festa tem uma dimensão bipolar balançando entre a «cerimónia ritual» e a «festividade» (Teixeira, 2010b, p. 23). O artigo publicado no *Almanach* para 1922, da autoria de J. L. Manso (**Anexo 2, N.º 36**) centra a descrição principalmente na dimensão ritual da festa, a «entrega da bandeira com a efigie da Senhora da Paz», que se realizava em Benavente (Manso, 1921, pp. 92-93). O ritual da entrega da bandeira é também um dos elementos das Janeiras em Pedrógão Grande, com a especificidade de aqui a bandeira ostentar o símbolo do Espírito Santo, como referido no artigo do *Almanach* para 1866 (Cordeiro, 1865, pp. 66-67) e a que já fizemos menção noutra parte deste trabalho.

Um outro aspeto cerimonial ligado à festa é revelado no artigo de Antonio de

Jesus e Silva sobre Minde (**Anexo 2, N.º 37**). Nele conta que a comunidade de Minde votou a imagem Nossa Senhora da Assunção, sua padroeira, ao esquecimento. Em 1833 uma epidemia assolou a povoação. A crença dos mindericos levou-os, então, a recorrer à padroeira (Silva, 1889, pp. 150-152). A epidemia cessou e desde essa altura, «nunca mais a milagrosa imagem deixou de ser festejada annualmente com todo o esplendor, distinguindo-se as festas que se fizeram em 1886!».

Estes artigos ressaltam sobretudo a cerimónia ritual, o protocolo inerente a estas manifestações de religiosidade.

### **O sagrado e o profano**

Um dos elementos da festa que os textos recolhidos do *Almanach* permitem identificar, é o convívio entre o sagrado e o profano. É neste sentido que o texto de João Antonio Rodrigues de Passos, *Nossa Senhora do Livramento* (**Anexo 2, N.º 38**), pode ser encarado. Na realidade há uma grande devoção entre a população e especificamente entre os marítimos por Nossa Senhora do Livramento, em honra da qual existe uma capela na freguesia de Nossa Senhora da Luz, no lugar do Livramento, em Tavira. Esta ermida alberga «diferentes quadros allusivos aos milagres attribuidos á Virgem d'aquella invocação». Por motivo, como afirma o autor, destas «excessivas e aferradas crenças, que estas classes do povo têm para com os referidos e outros milagres da Virgem, é que os devotos concorrem alli aos milhares por ocasião da sua festa». Nela veem-se raparigas e rapazes «todos tafues e casquilhos, passeando elles e ellas em copiosos e festivos bandos por todo aquelle arraial, que segundo o seu habitual e louvavel costume se prolonga desde a festa d'egreja, ao meio dia, até á meia noite ou uma hora da manhã, que é quando o festeiro auctorisa a queima dos fogos d'artificio». Durante todo este tempo elas e eles intercalam as «doceiras e botequins», com agitadas danças nas «eiras» ou pelas «casas» junto ao lugar. «Occasiões» inesquecíveis, como lembra o autor do texto, também ele um frequentador da festa (Passos, 1891, pp. 355-356). Esta socialização entre rapazes e raparigas ocorre também na Festa das Mercês, ou feira das moças como também é designada pela população (Feira das Moças, 1900, p. 12-13). A feira das moças realiza-se todos os anos no terceiro domingo de outubro, no lugar das Mercês situado «entre Cacém e Sintra» como nos é descrito no *Almanach de*

*Lembranças* para 1901 (**Anexo 2, N.º 39**). A festa das Mercês ou feira das moças ainda hoje se realiza com se comprova no programa de festas anunciado no portal da Câmara Municipal de Sintra (<http://www.cm-sintra.pt/feira-das-merces-regressa-a-sintra>).

### **Singularidade**

Theotonio José de Figueiredo Costa revela no seu artigo *Petição e praga singulares* publicado no *Almanach* para 1862 (**Anexo 2, N.º 40**), que na festa do dia de Todos os Santos é tradição em Alpedriz os miúdos irem pelas casas «pedir a offerta (chamada aqui pão por Deus)<sup>5</sup>» e os agricultores mais ricos darem «maçãs, nozes ou outra qualquer fructa, ou cousa semelhante propria para contentar a rapaziada miuda». Nisto nada há de invulgar, a singularidade em Alpedriz consiste na forma como os rapazes formulam a «petição» e na «praga» que proferem ao agricultor que lhes não conceda o regalo que acham justo receber:

«Petição	Praga
Pão, pão por Deus À mangaróla; Enchão-me o sacco, E vou-me embora.	O gorgulho gorgulhóte Lhe dê no póte, E lhe não deixe farélo Nem farelóte.» (Costa, 1861, p. 332)

O autor do artigo publicado no *Almanach* para 1863 (**Anexo 2, N.º 41**) também sublinha a especificidade da festa de S. Martinho em Pedrógão Grande. Conta o autor que, de manhã se realizam «na Misericórdia» orações pelos defuntos. E pela tarde reúne-se novamente a «irmandade» para o magusto a que não falta a «competente gotta», a conversa animada e a «alegria». Declara o autor «Singular alliança é esta ! Tristes idéas de morte com o que há de mais jovial e distraído na vida ! De manhã orar pelos finados; de tarde procurar o esquecimento nos fumos do licôr espirituoso !» (M.A.B., 1862, p. 343).

---

5 - Ernesto Veiga de Oliveira refere também que na Estremadura «a esmola do dia de finados leva em muitos sítios o nome de «Pão por Deus» (Oliveira, 1995, p. 183).

## Costumes

Cláudio Basto refere no seu artigo *Falas e Tradições do Distrito de Viana-do-Castelo*, publicado na *Revista Lusitana* de 1912, que se deita um cepo de carvalho a arder nas «noites de Natal, Ano Novo e Reis», segundo dizem alguns, e nas noites de Natal, Ano Novo e Páscoa», segundo afirmam outros. Diz-se que este cepo bem como «os casco das pinhas» que se põem a arder na Noite de Natal, afastam o raio quando há trovoadas (Basto, 1912, p. 101). Leite de Vasconcelos, como menciona Claudio Basto, indica que é tradição igualmente em Famalicão pôr-se «no lume o casco das pinhas queimadas no Natal : aonde chegar o fumo não cae raio» (Vasconcelos, 1882, p. 64).

Segundo Cláudio Basto também na Galiza existe o costume de usar o «*cepo de Navidad* [(Forcadela (Tui)] para afastar os raios». Em Alvarães e nas freguesias da proximidade, em Viana, deita-se um cepo de carvalho a arder na Noite de Natal, a partir das 18 horas até à meia-noite. «Esse canhoto tem depois a virtude de afugentar trovões, coriscos e sarriscos quando se queima e o fumo sobe». Diz o autor que sarriscos «são os «riscos da fálscas»» (Basto, 1912, p.102).

Luiza Maria publica no *Almanach* para 1864 um artigo com o título *A route de Natal na Idanha a Nova* (**Anexo 2, N.º 42**), onde refere o costume de se pôr a arder publicamente «um madeiro» também na noite de Natal. Semanas antes vai-se procurar um ao campo, trazendo-o num carro tirado a bois, na companhia de «chulas e descantes», até ao lugar onde irá arder. Outros troncos são também colocados desta maneira no adro das igrejas. Ao início da noite de Natal põem-se a arder os «madeiros». Depois malhando-se nestes troncos procura-se retirar a maior das lascas, e a cada uma que se solta festeja-se «com um vito». Dura isto até à missa do galo. Os moradores das proximidades recolhem estas lascas ainda incandescentes e levam-nas para se aquecerem em casa (Luiza, 1863, pp. 377-378).

A festa de Natal na Madeira é celebrada com muito entusiasmo segundo escreve Antonio Joaquim da Cruz Vaz num artigo que saiu no *Almanach* para 1880 (**Anexo 2, N.º 43**). As ruas durante esta época enchem-se de pessoas, ouve-se música e raparigas em «descantes». No dia 25 de dezembro a toda esta agitação sucede o silêncio. As casas fecham-se e é no seu interior que há agora grande azáfama. Prepara-se o jantar. Antonio Joaquim da Cruz Vaz afirma ter observado que nas aldeias juntam-se idosos e jovens e

bastará apenas «uma viola d'arame, uma rebeca, ou um machête, para assim com descantes e danças de roda, passarem as noites em diversão animada». Refere também o autor que nas casas mais ricas se ergue num dos cantos da sala aquilo que se parece com um altar onde se coloca o Menino Jesus. Este altar ou pequena capela é chamada de «lapinha» e é adornada «com flores e fructos». Nas casas menos ricas e no campo também é costume erguerem-se lapinhas, também elas imponentes como afirma o autor (Vaz, 1879, pp. 377-378).

No dia 26 de dezembro, celebra-se em Travanca de Macedo a festa de S. Estevão. O padre Luciano Joaquim de Moraes no texto que escreve para o *Almanach* para 1867 (**Anexo 2, N.º 44**), centra a sua descrição da festa no banquete comunitário, não fazendo alusão à «parte religiosa», que segundo ele, «nada oferece de extraordinário» (Moraes, 1866, pp. 379-381).

Nas descrições que temos vindo a analisar o que nos é descrito é o que o autor entende que tem valor e interesse para dar a conhecer e ficar registado nesta publicação. Esta valorização e seleção de determinados aspetos por parte dos autores é importante, na medida em que constituem um indício do que no período abrangido pelo *Almanach* a comunidade valorizava e seleccionava no âmbito das manifestações de património cultural imaterial.

António Damásio afirma que as emoções possibilitam-nos «entrever o organismo em plena atividade biológica, vislumbrar os mecanismos da própria vida embrenhados nas suas tarefas. Não fora a possibilidade de nos apercebermos de estados corporais que são, inerentemente, dolorosos ou agradáveis, não haveria sofrimento ou felicidade, saudade ou compaixão, tragédia ou glória na condição humana» (Damásio, 2014, p. 20). Poderemos, então, considerar que as emoções permitem às comunidades entrever e identificar como seu um dado património? Poder-se-á afirmar que existe uma estreita relação entre património cultural e emoções? que a valorização de determinados aspetos do património cultural está associada a emoções? Se como afirma Damásio «Quando temos de fazer um juízo moral, decidir o rumo de uma relação pessoal, escolher as opções que nos permitam viver uma velhice desafogada ou planear a vida que temos pela frente, deparamos com a incerteza. A emoção, bem como os mecanismos fisiológicos que lhe estão subjacentes, ajuda-nos na tarefa de prever um futuro incerto e

planear os nossos atos em conformidade» (Damásio, 2014, p. 17), poder-se-á assim afirmar que as emoções têm um importante papel na seleção e no reconhecimento de determinadas manifestações culturais como património cultural por parte da comunidade? Será que as coisas assumem um significado social porque estão associadas a emoções, a sentimentos? Para José Mattoso ««a identificação» não é um problema de arquivo ou de registo civil, mas um acto emotivo» (Mattoso, 1995b, p. 216). Reconhecendo nós que esta afirmação foi retirada do contexto em que foi proferida pelo autor, podemos aproveitá-la, contudo, para considerar que também as festas, as procissões são sobretudo atos emotivos, tendo em conta as descrições que estes colaboradores do *Almanach* nos legaram.

### **Trabalho**

A festa das filhós realizava-se anualmente, segundo Manuel Christóvam (Olálhas – Tomar) (**Anexo 2, N.º 45**), em casa dos lavradores no final da «apanha da azeitona». Há neste artigo o elogio do trabalho como fonte de prosperidade. Esta festa «costuma ser tanto maior quanto mais abundante foi a colheita da azeitona, não tendo lugar nos anos em que a referida colheita é muito escassa.» (Christóvam, 1916, pp. 251-253).

### **Processos sociais**

O casamento no *Almanach de Lembranças* é descrito por vários autores ao longo do tempo (**Anexo 2, N.º 46 a 55**). O que remete para festa como monumento onde estão inscritos os processos sociais inerentes ao património cultural.

Partindo dos dados que analisamos nos artigos do *Almanach de Lembranças* sobre festas, podemos considerar o seguinte:

1. Como se infere do *Almanach de Lembranças* e da bibliografia complementar, a festa remete para identidade e memória;
2. As descrições no *Almanach de Lembranças* revelam as seguintes propriedades da Festa:

«**Oposição e Composição**». As festas descritas no *Almanach* revelam que, para além da «dimensão nacional» (Mattoso, 1995a, p. 49) que detêm, existem «comportamentos»

festivos «diferenciados», e neste sentido, constituem um contributo para a «identificação de um país», na medida em que remetem para uma das manifestações do «relacionamento dos portugueses uns com outros» (Mattoso, 1995a, p. 18).

#### Oposição:

- Existem festas que embora dedicadas a um mesmo santo se realizam de modo diferente em lugares diferentes;
- «Existe um provérbio português com muito fundamento que diz: Cada terra com seu uzo cada roca com seu fuзо. (...) Cada terra tem o seu uzo... Cada logarejo da nossa querida pátria, tem o seu arraial, a sua festa, a sua procissão, que muito o caracterizam» (N.º 11 - Costumes portugueses – Águeda: a “Festa do Paul”, A. 1930, pp. 81-84);
- As festas também se realizam de modo diferente de acordo com o estrato social (N.º 6 - Serração da velha, A. 1855; N.º 43 – Festa do natal na Madeira, A. 1880, pp. 377-378);
- A fruição é um elemento essencial da festa. Mas o modo como devia ser fruída não era entendida da mesma forma pelas autoridades religiosas e civis e pela população;
- A festa tem um sentido sociológico e um sentido religioso que por vezes a torna um terreno de confronto (N.º 23 – Cruzes de Barcellos, A. 1860, p. 187, Minhôto; N.º 24 – Cruzes em Barcellos, A. 1861, p. 147, Antonio Luiz Telles da Silva e Menezes (Béja); N.º 25 – Cruzes em Barcellos, A. 1863, p. 246, Minhôto);
- Há manifestações religiosas legitimadas pela comunidade sem reconhecimento da Igreja (N.º 26 – O Santo Soldado, A. 1916, p. 286);
- As festas com um guião com que a comunidade não se identifica tendem a extinguir-se (N.º 29 – Festejos de S. João, A. 1866, pp. 226-227);
- Algumas festas são vividas de maneira diferente nos centros com elevado número de habitantes e no campo (N.º 20 - Festas de Maio, A. 1863, pp. 178-180);
- A diversidade, isto é, a oposição que as manifestações de património imaterial, como a festa, comportam, tem um papel na identificação do nosso país (Mattoso, 1995a, p. 18).

#### Composição:

- Existem festas dedicadas a um mesmo santo que apesar de se realizarem em diferentes lugares são celebradas de modo muito semelhante;

- A Festa é universal, todos os povos têm as suas festas. E nas festas que se realizam nas regiões visadas no *Almanach* parecem não existir barreiras à participação dos diferentes estratos da sociedade (N.º 11 - Costumes portugueses – Águeda: a “Festa do Paul”, A. 1930, pp. 81-84; N.º 38 – Nossa Senhora do Livramento, A. 1892, pp. 355-356);
- Circulação e contacto de pessoas (N.º 11 - Costumes portugueses – Águeda: a “Festa do Paul”, A. 1930, pp. 81-84; N.º 16 - Gigante Santo, A. 1860, pp. 260-261);
- Instinto festivo, fruição e a disponibilidade para a festa em qualquer lugar e época, revelando um sentido de continuidade, que também se identifica nas procissões que analisamos no capítulo anterior;
- Apesar de existirem indícios de que a festa seria na passagem do século XVIII para o século o XIX, terreno de conflitos entre autoridades e população, alguns artigos do *Almanach de Lembranças* (N.º 12 - Folias pelo Espírito Santo, A. 1866, pp. 195-196; N.º 17 - Festa do Bozinho de S. Marcos, A. 1858, pp. 368-369 ) revelam que haveria uma atitude tolerante por parte do clero;
- O controle e a vigilância exercidos pelas autoridades civis e religiosas podem ter, segundo Jorge Crespo, começado gradualmente a causar transformações nas festas dos homens (Crespo, 1988, pp. 92-94). Contudo, as descrições de algumas festas no *Almanach* demonstram que os esforços da Igreja para extirpar alguns dos divertimentos, desmandos, gastos excessivos se revelaram inúteis (N.º 11 - Costumes portugueses – Águeda: a “Festa do Paul”, A. 1930; N.º 27 - A mourisca, A. 1864, pp. 222-223; N.º 34 - Festas d'Arcozelo, A. 1860; N.º 36 - A entrega da bandeira, A. 1922, pp. 92-93, N.º 38 - Nossa Senhora do Livramento, A. 1892, pp. 355-356);
- Há, contudo, determinados elementos que as autoridades conseguiram suprimir nas festas como as bandeiras dos impérios na festa de S. Pedro em S. Miguel (N.º 32 - Costumes michaelenses, Alvorada de S. Pedro, A. 1883, pp. 44-45); as «mulheres que ião atraz da procissão, tocando bandurra, fazendo tregeitos e promovendo o riso, e na frente ia symbolisando uma santa (...) outra mulher com uma espada na mão, fingindo querer matar uma serpente, movida por pessoa que ia encoberta sob o aparelho serpentino» no dia de Corpus Christi na Feira (N.º 16 - Gigante Santo, A. 1860, pp. 260-261);
- Sentido comunitário e «caráter insuprível» da festa (N.º 11 - Costumes portugueses – Águeda: a “Festa do Paul”, A. 1930, pp. 81-84);
- Convívio entre o sagrado e o profano (N.º 12 - Folias pelo Espírito Santo, A. 1866, pp. 195-196; N.º 16 - Gigante Santo, A. 1860, pp. 260-261; N.º 19 - Entra Marcos, Suplemento 1888, p. 73; N.º 32 – Costumes michaelenses, Alvorada de S. Pedro, A. 1883, pp. 44-45; N.º 34 – Festas d'Arcozelo, A. 1860, pp. 201-203;

N.º 41 – O S. Martinho em Pedrogão Grande, A. 1863, p. 343; N.º 44 – A festa de S. Estevão, A. 1867, pp. 379-381);

- Origem indeterminada das festas e de alguns divertimentos (N.º 15 - O imperador da villa d'Eiras, A. 1914, p. 62; N.º 27 – A mourisca, A. 1864, pp. 222-223; N.º 44 – A festa de S. Estevão, A. 1867, pp. 379-381).

**Relação com o tempo.** A festa é um indicador da forma como as pessoas se relacionam com o tempo. E esta relação envolve a memória. Segundo Candau a memória é o efeito «de um processo de recategorização contínua». A memória não reproduz fielmente o passado, mas reconfigura-o na medida do presente. Assim, como sustenta Edelman, é expectável «que diferentes indivíduos possam ter recordações tão diferentes e que eles as utilizem de forma tão diversa (Edelman, 1992, p. 160 como citado em Candau, 2013, p. 22). A memória é dinâmica, adaptável, sujeita a variação de pessoa para pessoa. Se por um lado, fatores biológicos limitam a «variabilidade cultural», por outro, como afirma Candau, terão de ser considerados «como a possibilidade dessa variabilidade». Razões genéticas da espécie determinam rumos «obrigatórios e outros apenas possíveis que, em função das circunstâncias, (...), os indivíduos partilharão, ou não» (Candau, 2013, p. 22).

**Oferta.** Este elemento inerente à festa da Páscoa reflete uma das características da festa, no seu sentido mais amplo. Em contexto de festa faz-se oferta à divindade; o indivíduo abdica de aspetos da sua individualidade para socializar; trocam-se presentes; a festa dá sentido à vida, «atrai, motiva, distrai», liberta. «A atitude festiva não é alienante; pelo contrário, é uma forma de prazer, de satisfação que dá à vida o verdadeiro sentido de procura de felicidade que o trabalho esfalfante, ingloriamente, nunca consegue atingir. Festa é liberdade, gratuidade, exuberância exterior, gozo, alegria, gasto, factor humanizante e de libertação» (Dias, 1986, setembro-dezembro, p. 265).

**Sentido comunitário.** Este é um outro elemento que caracteriza a festa. Na realidade, como sustenta, Geraldo Dias, a festa não aliena, congrega. Manifesta identidade. A festa é obra de conjunto, da coletividade. Como tivemos oportunidade de mencionar, recorrendo a Alfredo Teixeira, os recursos festivos apresentam-se como uma «força emblematizadora» com o sentido de se manterem indicações que possibilitem «a identificação da experiência colectiva». Ou seja, a festa veicula símbolos, comporta atividades que permitem aos intervenientes reconhecerem-se como comunidade. Este sentido comunitário presente na festa combina diferentes domínios em que se manifesta o património cultural imaterial, nomeadamente as práticas sociais, rituais e eventos festivos, tradições e expressões orais, arte dos espetáculo.

**Promessa e ex-voto.** A festa funciona como vimos relativamente a algumas festividades como uma forma de alcançar a proteção da divindade. Promete-se uma festa para obter proteção, saúde, riqueza. E faz-se uma festa por ação de graças, para agradecer uma graça recebida da divindade. Mas parece-nos também que faz-se festa para reforçar os vínculos com a divindade. Dá-se a Deus fidelidade e recebe-se proteção. Faz-se uma oferta e recebe-se «saúde» e prosperidade.

**Carácter propiciatório.** A festa propicia, favorece o contacto com o santo; mas também constitui o contexto propício para a socialização e para o reforço dos laços da comunidade; e proporciona condições para o inter-relacionamento entre jovens. A festa é assim o cenário propício para a renovação e a reafirmação da ligação dos crentes à divindade e dos vínculos entre os indivíduos de uma comunidade, para a regeneração das gerações e para a transmissão das referências que identificam o grupo.

**Valor.** Em sentido lato a festa implica valor. A Festa é feita por uma comunidade por que lhe é atribuída valor. Mas existem festas em que o valor que se lhe atribui não é idêntico em diferentes contextos. A festa reflete as circunstâncias históricas, sociais, económicas em que se realiza. O valor varia de acordo com o tempo e o lugar.

**Crença e sociabilidade.** Como vimos a festa tem um sentido sociológico e um sentido religioso. Há indivíduos que vão à festa da divindade por devoção, outros vão para socializar.

**Significado social.** Tratam-se de manifestações reconhecidas e legitimadas pela comunidade e às quais esta atribui um significado. O significado dessas manifestações é assim reconhecido por todos.

**Difusão.** A festa é universal. Todos os povos festejam. Elementos estruturantes da festa são a música e a dança. A festa é também transmissão e mediação. Alfredo Teixeira considera as festas como «veículos de transporte cultural» (Teixeira, 2010a, p. 59).

**Construção narrativa.** A festa pode ser encarada como monumento que conta uma dada versão de um acontecimento. Para João Ramos o património tem valor de memória, lançando no presente «a presença daquelas origens que nós, protagonistas da actualidade, constituímos como sendo nossas». A presença no presente, através da festa, daquelas origens que entendemos como nossas adquire uma dimensão imaterial, por precisamente, fazerem parte de um passado frequentemente indefinido. Aquela presença, será traduzida «sobretudo como representação desse tempo e daquilo que significativo nele sucedeu». Neste sentido, os «recursos festivos» adquirem simultaneamente uma dimensão «signíca» (Jorge, 2003, p. 11). A forma como é apresentado esse passado envolve na festa o recurso a «expressões elementares» das artes performativas, nomeadamente a representação, a música, a dança, as pantominas, o que significa, que a festa como manifestação cultural é um «testemunho da criatividade humana» (Cabral, 2011, p. 85).

**A linguagem sensorial na recriação, conservação e transmissão.** A festa recria dados acontecimentos, conserva-os na memória e transmite essa memória com o recurso às artes do espetáculo, que envolvem sensações, sentimentos, emoções, ou seja, a linguagem sensorial.

**Cerimónia.** A festa remete para ritual (Ritual, 2001), para «um conjunto de atos formais» e de regras (Cerimónia, 2001). Remete para compromissos e laços com a

divindade que têm de ser honrados, caso contrário, poderá recair sobre a comunidade o caos sob a forma de calamidades.

**O sagrado e o profano.** As festas descritas no *Almanach* são sobretudo aquelas em que se mistura o sagrado e o profano.

**Singularidade.** A festa é uma forma de afirmação das especificidades dos lugares.

**Costumes.** Uma das fontes para o conhecimento dos costumes de uma comunidade é a festa.

**Trabalho.** A festa capta as manifestações humanas nas suas mais diversas dimensões. O trabalho é uma delas.

**Processos sociais.** Quanto a nós, o *Almanach*, nas descrições redigidas pelo público sobre as festas, as procissões e as romarias, constitui como que um «espelho» de processos sociais, reflete uma estrutura de manifestações humanas (Elias, 2006, p. 14). As procissões, festas e, como iremos ver, as romarias, remetem para processos sociais, para aquilo que podemos considerar tão ou mais importante do que um simples inventário, «o relacionamento dos portugueses uns com os outros» (Mattoso, 1995a, p. 18). Como vimos o controlo que se pretendeu exercer pela regulamentação emanada dos sínodos diocesanos, pela ação das autoridades religiosas e policiais na passagem do século XVIII para o século XIX, sobre o modo como eram vividas e fruídas as procissões, as festas e as romarias, ou seja, sobre processos sociais, não teve resultados importantes como atestam as descrições destas manifestações no *Almanach de Lembranças*. Aliás, entre procissões, festas e romarias a fronteira é muito ténue. Assim como é frágil o limite entre festa religiosa e festa profana como se atesta pelo testemunho no século XVIII de P. Manoel Bernardes, referido por A. Thomaz Pires (Pires, 1911, pp. 105-106) : «Note se em primeiro lugar, quanto desagrada a Deos Nosso Senhor, que celebremos o Sagrado de suas festas, com o profano das nossas» (Bernardes, 1730, pp. 142-143).

3. Reconhecendo que a afirmação de José Mattoso de que ««a identificação», não é um problema de arquivo ou de registo civil, mas um acto emotivo» (Mattoso, 1995b, p. 216), foi retirada do contexto em que foi proferida pelo autor, podemos aproveitá-la, contudo, para afirmar que o ato de uma comunidade identificar como seu um dado património ou de com ele se identificar é um ato emotivo, ou seja, o património está associado a emoções. Neste sentido, são as emoções que levam as comunidades a entrever e a identificar como seu um dado património. Entrocamos esta ideia naquilo que António Damásio sustenta quando afirma que as emoções possibilitam-nos «entrever o organismo em plena atividade biológica, vislumbrar os mecanismos da própria vida embrenhados nas suas tarefas. Não fora a possibilidade de nos apercebermos de estados corporais que são, inerentemente, dolorosos ou agradáveis, não haveria sofrimento ou felicidade, saudade ou compaixão, tragédia ou glória na condição humana» (Damásio, 2014, p. 20).

## Capítulo 4 - As romarias descritas no *Almanach de Lembranças*, espiritualidade e sociabilidade

Neste capítulo teremos como objetivo abordar os diferentes elementos constitutivos da romaria propostos por Geraldo Dias e demonstrar, através dos artigos do *Almanach de Lembranças*, como estão presentes nestas manifestações a festa, a devoção e mesmo a superstição.

A romaria é uma viagem a um local sagrado (Dias, 1986, setembro-dezembro, p. -267; Romaria, 2001), e, «constitui um ajuntamento, um encontro e um momento de vida em comum» (Sanchis, 1983, p. 40).

As romarias realizam-se em honra de um santo ou «invocação divina» (Romarias, 1993), e, segundo Geraldo Dias a romaria inclui os seguintes elementos:

1. A capela, ermida ou santuário, onde se tributa veneração à Senhora ou ao Santo e onde se cumprem as promessas;
2. «A romagem», a «viagem» à capela ou ermida;
3. «O romeiro»;
4. «Os actos de culto», como a «missa», o «sermão», a «procissão» e o cumprimento da promessa;
5. «A festa», «que é necessário fazer e gozar» (Dias, 1996/1997, p. 251).

O momento culminante é aquele em que o crente está perante o santo que deu origem à romaria (Dias, 1986, setembro-dezembro, p. 268). O «(...) cumprimento da promessa, porque acto de fé, é a pedra de toque da autenticidade religiosa da romaria, o momento mais importante para o romeiro» (Dias, 1996/1997, p. 249).

Esta organização da romaria disposta pelos elementos que, segundo Geraldo Dias, a constituem, vai ser a que vamos seguir neste capítulo dedicado às romarias.

**Tabela 4: Romarias (artigos analisados)**

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Pág.</b>	<b>Local</b>
Queiroz, Alcina Amelia de Freitas Costa D'Araujo	Romaria ao Senhor da Abelheira	1857	141	Paços de Ferreira
Salazar, Antonio J. Fernandes	Romaria á Hespanha	1857	357	Espanha
Abreu, José A. Ferreira d'	Nazareth	1859	298	Nazaré
Pereira-Caldas, J.J. da S.	Senhora d'Antime	1859	274-275	Fafe e Braga
Zagallo, A. P.	Nossa Senhora dos Remedios	1859	370	Lamego
Almeida, M. A. Magalhães e	S. Bartholomeu da ponte de Cabez	1860	300-301	-
Mattos, T. E. M. Sampaio e	Romagem da Senhora das Neves	1860	370-371	Neves (Mínho)
Mendonça, Miguel José de	Festa de Santo Amaro em Béja	1860	284	Beja
Fabre, Antonio Pereira	Promessa	1861	351-352	Condeixa
Almeida, José C. Dias d'	Promessa original	1862	215	Vinhó
Souto, Luiz Augusto de	Monte de S. Bartholomeu	1862	331	Pederneira
Pires, Manoel Justino	Romarias	1866	301-302	Elvas
Z. O. V. X.	Romaria á Senhora do Carmo d'Azaruja	1866	292-293	Azaruja
J. S. F.	Senhora de Vagos	1868	241-242	Vagos
Santos, Eduardo Augusto dos	Nossa Senhora da Lapa	1873	228-229	Moimenta da Beira
Leal, J. Machado	O monte de S. Bartholomeu	1876	238-239	Pederneira
M. J. F. G.	O Mosteiro do Amparo	1876	157-158	Esposende
Pato, Bulhão	Um embarque na Figueira	1876	347-348	Figueira
Anónimo	A praia da Nazareth	1880	251-252	Nazaré
Anthero	Romaria de S. Paio	1881	82-83	Torreira
Cavalleiro, Herzelino Diniz	A capella de Nossa Senhora da Memoria	1881	106-108	Nazaré
Abranches, Joaquim Candido	Os romeiros michaelenses	1884	195-196	S. Miguel
A.J.G.	A ermida da Senhora da Cabeça	1885	308	Viana do Castelo
Calado, José B. de Moraes	A Senhora do Castello em Hespanha	1885	263-264	Espanha
Lemos, M. B. A. Botelho de	A ermida de Santo Amaro	1888	249-250	Caminha
Oliveira, Martins d'	Sanctuario em prosperidade	1890	159-160	Póvoa de Lanhoso
Silva, Antonio de Jesus e	Castellos de Porto de Mós	1892	340-343	Porto de Mós
Ramos, Domingos	Romaria de S. Torcato	1896	161-163	Guimarães
-	Nossa Senhora da Atalaya	1990	305-306	Atalaia
-	Archivo historico: o castello de Lanhoso e o Sanctuario de Nossa Senhora do Pilar	1901	66-67	Lanhoso

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Pág.</b>	<b>Local</b>
-	Milagres de S. Cornelio	1902	30	Guarda
Gonçalves, F. P. Albano	A fogaça	1904	283-285	-
-	Cirio da Atalaya	1905	353-354	Atalaia
Mattos, Antonio de Lucena de	Lapa	1912	166-168	Moimenta da Beira
Vieira, Lima	A romaria	1916	102-103	-
Almeida, Avelino d'	Fatima	1919	74-75	Vila Nova de Ourém
Caldas, José Luiz de	A Senhora da Peneda	1919	77	Peneda
Madalena, Maria	A predição de Fátima	1920	124-126	Vila Nova de Ourém
Cristovam, Manoel	Dornes – Festas e romarias	1921	209-210	Dornes
Carvalho, Georgina de	A vila de Peniche e as suas rendas	1922	106-107	Peniche

#### **4.1. A capela, ermida ou santuário**

As festas e romarias e a religiosidade são intensamente vividas pela população em capelas, ermidas ou santuários (Almeida, 1984, p. 75). Localizam-se em lugares agrestes, elevados que dominam a paisagem, na sua maioria isolados e de difícil acesso. O enquadramento paisagístico onde se situam dispõe, contudo, oromeiro para o sagrado, é propício a uma grande riqueza de significados, ao maravilhoso, à imaginação, a uma experiência sensorial inesquecível que se pretende por isso propagandar. A localização pode, assim, explicar a razão do êxito perene de algumas romarias e pode ajudar também a compreender a conexão do santo com a sua ermida e lugar na fé da população. Se segundo a crença, foi em determinado sítio que apareceu o santo, é portanto esse o lugar onde mora, onde deixou alguma marca, é sua a fonte que corre perto, etc. As lendas procuram, em grande parte, justificar o lugar marginal que ocupam as ermidas em relação às capelas paroquiais: a ermida aí se localiza por escolha do santo, por aí ter sido encontrada a «sua imagem», ou então, por aí ter ocorrido um outro milagre ou prodígio. Ou seja, é um lugar impregnado de sacralidade e de significações, da crença no milagre que leva a venerar a representação do santo ou de Nossa Senhora. A manifestação do sagrado transforma o lugar individualizando-o. A ligação deste lugar com a «imagem» que aí teve a sua aparição ou que aí se presta culto, é de tal modo vivenciada que a «torna única e relíquia». A Senhora da Lapa que se venera em

Sernancelhe é única, não é a mesma Senhora da Lapa que se venera noutros lugares (Almeida, 1984, pp. 78-79).

A localização das ermidas a uma certa distância «das igrejas paroquiais» e da vigilância eclesial permite também uma maior liberdade na festa e nos divertimentos, e o próprio romeiro cumpre a sua promessa com os rituais que a envolve sem necessidade da mediação do sacerdote (Almeida, 1984, pp. 79-81).

Uma outra razão que torna uma ermida situada num terreno elevado e isolado centro de uma romaria é servir melhor a experiência de uma romagem: partir e abandonar os lugares das rotinas diárias, empreender a viagem, a pé seria o meio ideal, percorrendo lugares desconhecidos e difíceis, e desse modo intensificar a impressão do encontro com o sagrado. Chegado ao destino o romeiro vai cumprimentar o santo, dá as suas voltas em redor da ermida, entra, ora e toca ou beija o santo, deixa a sua esmola (Almeida, 1984, pp. 79-81).

Lima Vieira no *Almanach de Lembranças* de 1916 (**Anexo 3, N.º 1**) descreve a paisagem onde se enquadra a ermida que se projeta num fundo verde de folhagem, rodeada por bandeiras. Está implantada no declive de um monte, cercada de silvas de onde despontam amoras. Caminhos sinuosos atravessam a inclinação acentuada do monte. A «multidão ruidosa e colorida, no passo lento dos machos que chocalham guizos, os alforges bordados a matiz peçados da merenda e das promessas, vão demandando a ermida santa» (Vieira, 1915, pp 102-103).

Conforme nos revela Antonio Joaquim Fernandes Salazar (Vigário de Peredo de Bemposta) no *Almanach* para 1857, a ermida da Senhora do Castelo (**Anexo 3, N.º 2**) situada em solo espanhol, na provincia de Salamanca, foi erguida num monte com a mesma designação, distando apenas «tres braças de precipicio immenso» sobre o Douro. Vê-se o monte onde está implantada a ermida da povoação fronteira de «Peredo de Bemposta, concelho de Mogadouro». A esta ermida vão em romaria muitos portugueses provenientes «de Bemposta, Tó, Urrós, Ventuzello, Peredo, e outras, no dia 8 de setembro» (Salazar, 1856, p. 357).

José Bernardo de Moraes Calado (Bemposta) afirma que afluem inúmeros romeiros à ermida da Senhora do Castelo em Espanha (**Anexo 3, N.º 3**), porque existe uma grande devoção das povoações da fronteira dos dois reinos pela imagem de Nossa

Senhora, que diz a tradição, apareceu no século XIV por entre umas rochas a cerca de 60 metros do cimo do monte, lugar onde se ergue o seu santuário. As paredes do templo estão recobertas «de figuras de cera, quadros e outras offerendas, algumas de valor, feitas á Virgem por occasião de diversos e grandes apertos da vida». A porta principal abre-se para um enorme precipício sobre o Douro, como é referido também por Antonio Joaquim Fernandes Salazar. Junto à capela vive um eremita, com a sua família. Recebe «8 reales diarios» e gratificações que lhe dão os romeiros. Segundo o autor, a paisagem é magnifica. Grandes penedos pontilham o terreno, e nos vales, sobretudo durante a primavera, existe uma rica pastagem para os animais. O largo existente no cimo do monte, conforme revela, poderia receber melhoramentos «de toda a ordem, e os fundos da ermida são assás consideraveis para os effectuar ; faltam-lhe, porém administradores zelosos e de bom gosto» (Calado, 1884, pp. 263-264).

No *Almanach* para 1859, Pereira-Caldas (Braga) no artigo da sua autoria com o título *Senhora d'Antime* (**Anexo 3, N.º 4**), faz referência à tradição segundo a qual a imagem de Nossa Senhora apareceu no Monte de S. Jorge, ou Monte «de S. Jorge Magno», situado entre Fafe, Cepães e a freguesia de Antime. É um monte de enormes pedreiras e é também o local onde se presta culto ao «penedo da pégadinha, em commemoração da crença que se tem, das pégadinhas que no dito penedo deixara impressas o jumentinho da Senhora, indo ella uma vez a cavallo por estes sitios» (Pereira-Caldas, 1858, pp. 274-275).

Inúmeros visitantes afluem à povoação da Nazaré (**Anexo 3, N.º 5**), sobretudo durante o mês de setembro, vindos de «todas as partes do reino», em romaria a Nossa Senhora da Nazaré, «e a uso de banhos do mar, que mui commodamente se tomão na praia do mesmo nome» (Abreu, 1858, p. 298). O *Almanach* para 1880 (**Anexo 3, N.º 6**), menciona que a «praia da Nazareth, na freguezia da Pederneira, concelho d'Alcobaça, districto de Leiria, começou a florescer no reinado de D. João IV. Desde então foi-se multiplicando progressiva e rapidamente a população, que na actualidade avulta a mais de 2:500 habitantes de ambos os sexos e a 400 fogos, pouco mais, ou menos. [parágr.] Em 1608 havia ali sómente sete familias, um ferreiro, um tendeiro, e poucos vendedores de diversos generos para abastecimento dos romeiros e visitantes do Santuario de Nossa Senhora» (Anónimo, 1879, pp. 251-252).

Segundo José Antonio Ferreira d'Abreu a povoação deve «a sua denominação, a sua origem e o seu aumento, ao culto e veneração prestados áquella Imagem». A imagem de Nossa Senhora da Nazaré «Achando-se aqui occulta na cavidade d'um rochedo, foi descoberta no reinado de D. Affonso Henriques por D. Fuas Roupinho (então capitão de Porto de Moz) (...)» (Abreu, 1858, p. 298).

A *capella de Nossa Senhora da Memoria*, segundo Herzolino Diniz Cavalleiro (**Anexo 3, N.º 7**), foi mandada erguer por D. Fuas Roupinho em memória do milagre com que Nossa Senhora o agraciou. A arquitetura do templo venera a Senhora da Nazaré e fixa alguns dos momentos da sua vida; memoriza a cena do achamento da sua imagem por D. Fuas Roupinho<sup>6</sup>, «escondida em uma pequena choça, posta entre dois escabrosos penedos por espaço de 469 annos» ; e reconstitui o episódio do milagre que ocorreu, segundo a crença, quando «arremeçando inconsideravelmente o cavallo no alcance d'um veado, que lhe fugio, e por ventura era fingido, e indo já para cair na ultima ponta d'este despinhadeiro, invocando o nome da Virgem, foi livre da queda e da morte, e lhe dedicou esta primeira ermida» (Cavalleiro, 1879, pp. 106-108). A Ermida da Memória, também chamada Capela de Nossa Senhora da Nazaré ou Capelinha do Sítio está classificada como Imóvel de Interesse Público (Direção-Geral do Património Cultural, Ermida da Memória).

C. A. Ferreira de Almeida refere que ir «à romaria da Nazaré, visitar o Santuário e a Senhora, passar pela capela da Memória e depois presenciar a pegada, a falésia e aquele mar, acreditando-se em todo o maravilhoso envolvente, era viver-se uma excitação sensorial que jamais poderia ser esquecida e repetidas vezes seria propagandeada» (Almeida, 1984, p. 79).

O templo de Nossa Senhora dos Remédios, como revela o autor do artigo publicado no *Almanach* de 1859 (**Anexo 3, N.º 9**), está construído sobre uma colina a «O. da cidade» de Lamego. Acende-se a ele através de uma escadaria ladeada por arvoredos que nos conduz a um largo no centro do qual está implantado. A escadaria é ornada a granito e no percurso foram construídas fontes. Os moradores da cidade vão ali passear, outros vão orar. Existe uma grande devoção por Nossa Senhora e na altura da romaria ali acorrem inúmeras pessoas de diversas proveniências (Zagallo, 1858, p.

6 - O artigo *Castellos de Porto de Mós*, de Antonio de Jesus e Silva (**Anexo 3, N.º 8**), faz referência também a D. Fuas Roupinho (Silva, 1891, pp. 340-343).

370).

A romagem à capela de Senhora das Neves «na freguesia das Neves, na provincia do Minho», realiza-se a 5 de Agosto, conforme nos conta Sampaio e Mattos, de Coimbra, no *Almanach* para 1860 (**Anexo 3, N.º 10**), que também salienta a magnificência da paisagem. Na realidade, junto à capela de Nossa Senhora das Neves, como afirma, existe um «terreiro» rodeado por grandiosos e velhos carvalhos, perante os quais se exhibe a beleza deslumbrante da natureza (Mattos, 1859, pp. 370-371).

O *Almanach de Lembranças* publica para 1860 (**Anexo 3, N.º 11**) um artigo de Magalhães e Almeida com o título *S. Bartholomeu da ponte de Cabez*. Nele o autor descreve-nos o enquadramento paisagístico da capela edificada «com a invocação de S. Bartholomeu». Na margem esquerda do rio Tâmega, junto ao templo existe uma fonte. A ponte majestosa tem no centro a assinalar a fronteira entre duas províncias uma demarcação em pedra. Segundo o autor não se realiza na capela cerimónia religiosa ou festa que atraia a população, apenas se faz anualmente a 23 de agosto uma romaria muito concorrida (Almeida, 1859, pp. 300-301).

O artigo subscrito por Miguel José de Mendonça para o *Almanach* para 1860 (**Anexo 3, N.º 12**), refere que à igreja de Nossa Senhora da Graça, em Beja, onde se venera também Santo Amaro, no dia que lhe é dedicado, acorrem ali as camponesas das povoações vizinhas em romaria ao Santo e «as senhoras de Beja». Esta romaria tem como polo não um lugar afastado, isolado num monte, mas uma igreja próxima de Beja. Este artigo aponta para um exemplo em que a experiência religiosa é vivida com intensidade não numa ermida, capela ou santuário, mas numa igreja perto de Beja, e não é apenas uma manifestação de religiosidade “popular”, dela participam também as «senhoras de Beja». Outro aspeto a sublinhar é que sendo um templo de Nossa Senhora, a romaria é feita contudo a um santo (Mendonça, 1859, p. 284).

O Monte de S. Bartolomeu, atualmente Sítio classificado (Decreto-Lei nº 108/79, de 2 de maio) estando em curso o processo de reclassificação como Monumento Natural (Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, rede nacional de áreas protegidas), é referido no *Almanach* para 1862 (**Anexo 3, N.º 13**), num artigo de Luiz Augusto de Souto (Nazareth). Nele o autor menciona que existe «na provincia da Estremadura, a leste da villa da Pederneira e a um pouco mais d'um tiro de bala, um

monte de forma cónica», no cimo do qual está edificada uma capela, na qual são veneradas as «imagens de S. Bartholomeu e S. Braz». Todos os anos a 24 de agosto ali se dirigem em romaria a S. Bartolomeu, os moradores da então vila de Alcobaça. Também ali festejam todos os anos S. Brás, os moradores de «tres povoações visinhas – Pederneira, Nazareth e Praia do mesmo nome». O Monte é avistado no mar à distância de «12 milhas» servindo de orientação aos pescadores. Segundo o autor, o Monte ocupa uma posição dominante, a paisagem que dali se desfruta é magnífica. Na capela está sepultado um monge que era tido como santo pela população (Souto, 1861, p. 331).

Como podemos observar, os lugares onde se erguem ermidas, capelas e santuários para além de santuários religiosos, são também santuários naturais (Oliveira, 2011, p. 203) potencialmente elegíveis para classificação pelo Instituto Nacional de Conservação da Natureza e das Florestas. O que sustenta a ideia de que existe uma ligação entre o património cultural imaterial e o património natural. Os santuários religiosos na medida em que assumem um profundo significado e valor para os crentes, podem por esta via contribuir para a valorização e preservação dos santuários naturais onde estão implantados (Oliveira, 2011, pp. 104-105).

A ermida do Senhor Jesus da Piedade, em Elvas (**Anexo 3, N.º 14**), ergue-se fora de muros da cidade. O «templo» é, como diz Manoel Justino Pires, o autor do artigo *Romarias* publicado no *Almanach* para 1866, «de boa architectura moderna». Nos dias de romaria ostenta ornamentação e ressalta o «nimio aceio», rivalizando «com os melhores da capital». Em redor da Igreja a paisagem é encantadora.

Esta ermida começou por uma pequena capela. A devoção aumentou, segundo o autor do texto, e construiu-se outra, a que se acede por uma ótima estrada de «811 metros» de extensão, «competentemente arborizada, que a meza administrativa, eleita em junho de 1860», «fez construir com os productos de basares, e dos muitos donativos e esmolas dos fieis». Para ilustrar as excelentes condições deste edificio religioso, Manoel Justino Pires repete o que canta ou diz a população por estes lugares: «Se tu fores a Elvas/ Vae logo a Piedade,/ Que é a melhor prenda/ Que tem a cidade.» (Pires, 1865, pp. 301-302).

A referência ao enquadramento paisagístico e ao imaginário que envolvem as ermidas como temos vindo a salientar é recorrente em todas as descrições que temos

assinalado no *Almanach*. A localização da ermida da Senhora do Carmo d'Azaruja (**Anexo 3, N.º 15**), a alguns quilómetros de Évora e de Évora Monte apresenta, contudo, uma singularidade uma vez que está implantada no «centro da herdade de Azaruja, pertencente ao exm.º conde das Galvêas, a cujos antecessores foi concedida a licença de erigir uma capella, debaixo d'esta invocação» (Z. O. V. X., 1865, pp. 292-293). O Monte do Carmo que se situa na herdade da venda, «nos terrenos da antiga herdade da Azaruja», está classificado como Conjunto de Interesse Municipal (Direção Geral do Património Cultural, Monte do Carmo).

A capela de Santo Amaro (**Anexo 3, N.º 19**) partilha com a ermida da Senhora do Carmo de Azaruja (**Anexo 3, N.º 15**), a mesma singularidade. Situada na herdade de um particular, em «Riba d'Ancora, concelho de Caminha», está edificada no cimo de um monte designado de Santo Amaro. Para se chegar a ela sobe-se por caminhos estreitos e sinuosos, ladeados por «pequeno arvoredos, unico amparo que resta ao visitante em tais despinhadeiros». Todos os anos ocorre ali uma romaria no domingo seguinte ao dia em que a igreja celebra o Santo Amaro. O autor conta que, deve ser visitada a romaria «não só pela amenidade da sua situação, pois está totalmente a ermida cercada de sobreiros seculares; mas tambem para apreciar o entusiasmo com que este povo se diverte, na sua simplicidade, verdadeiramente campestre» (Lemos, 1887, pp. 249-250). O que parece sugerir que à romaria não se vai somente por devoção, mas também para fruir da beleza da paisagem do lugar e para participar da vivência do ambiente de festa, do «estar com os outros». Festa, romaria e procissão como podemos ver estão muito associados na fruição, na espontaneidade e na disponibilidade das pessoas para a festa e para a devoção.

Diz Frei Agostinho Santa Maria que o «Rey Almançor» após as destruições que efetuou no Entre Douro e Minho, lançou-se com o seu exército a arrasar o que restava na Beira. Tomou o caminho de Trancoso e passando pelo sítio onde se acha a «Villa de Aguiar da Beyra», veio a encontrar um «Convento de Religiosas», «aonde hoje persevera huma Ermida com o titulo de N. Senhora do Mosteyro». Dizem os habitantes, como refere Santa Maria, que a Imagem de Nossa Senhora da Lapa foi daí retirada e escondida pelos cristãos numa lapa, «que a natureza compoz de quatro pedras notáveis, & grandes , fabricando dellas huma das mais devotas , & contemplativas Capellas, que

ha na Christandade», e onde esteve desde então, segundo frei Santa Maria desde o ano de Cristo de 983 a 1498, ano em foi encontrada por Joana, uma menina muda, de Quintela, lugar próximo da Lapa (Santa Maria, 1711, pp. 155-156).

Eduardo Augusto dos Santos também conta, no seu artigo dedicado a Nossa Senhora da Lapa publicado no *Almanach* para 1873 (**Anexo 3, N.º 16**), que uma pastorinha muda que andava no monte com o rebanho encontrou sob uma lapa por entre umas pedras a imagem de Nossa Senhora. A atenção que lhe dedicava, julgando tratar-se de uma boneca, levou-a descuidar o rebanho e outras tarefas que lhes estavam atribuídas. Uma noite a mãe vendo-a entretida com a imagem, negligenciando os deveres de que estava incumbida, retirou-lha e preparava-se para lançar a imagem ao fogo, momento em que a pastorinha recupera a fala para impedir a mãe de o fazer. O conhecimento do que sucedera depressa correu pela aldeia. O povo decide então colocar a imagem sob a lapa onde tinha sido encontrada e nesse sítio começou a prestar-lhe culto. Construiu-se depois uma igreja adossada a esta lapa, entretanto transformada em altar-mor, onde é venerada Nossa Senhora (Santos, 1872, pp. 228-229). A capela de Nossa Senhora da Lapa, em Sernancelhe, Viseu, está atualmente classificada como Imóvel de Interesse Público (Direção-Geral do Património, Capela de Nossa Senhora da Lapa).

O abade Antonio de Lucena de Mattos (Coutinho – Leomil), no *Almanach* para 1912 (**Anexo 3, N.º 17**) também nos descreve a igreja adossada à lapa onde tinha sido encontrada a imagem de Nossa Senhora. Diz-nos o autor que, o templo embora modesto apresenta formas arquitetónicas elegantes, altares ostentosos e um bonito presépio «com as personagens históricas e algumas a capricho». Mas segundo o abade, o que mais «dá nas vistas», aos que vão ao templo de Nossa Senhora da Lapa, na freguesia de Quintela, em Sernancelhe, «é um famoso lagarto de sola, de alguns metros de comprimento e bocca de crocodilo, pendente do tecto da igreja, em cadeias de ferro». Segundo o autor do artigo, este lagarto «commemora» uma lenda (Mattos, 1911, pp. 166-168), para Fr. Agostinho de Santa Maria (Santa Maria, 1711, p. 160) representa o cumprimento de uma promessa.

Tal como as procissões e as festas, as romarias estão associadas a lendas, a crenças e a superstições. O que permite reafirmar que a classificação do património

cultural imaterial deve ter em linha de conta que os domínios em que se manifesta não são estanques.

Próximo de «Freixieiro de Soutello, concelho de Vianna do Castelo», localiza-se a ermida da Senhora da Cabeça (**Anexo 3, N.º 18**). É um templo simples, de reduzidas dimensões, ao seu redor existem sobreiros muito antigos que resguardam os romeiros do sol. A «amenidade do logar e a devoção á Senhora, attraem ali numerosos visitantes» (A. J. G., 1884, p. 308).

O santuário de Nossa Senhora do Porto de Ave, na freguesia de «Thaide», concelho de Póvoa de Lanhoso, conforme nos descreve Martins de Oliveira no *Almanach* para 1890, no artigo intitulado *Sanctuario em prosperidade* (**Anexo 3, N.º 20**), «é magnifico tanto em local como em obras d'arte». Está implantado numa colina. Possui igreja, oito capelas, tem casa para o capelão e «quarteis» com boas condições para os romeiros (Oliveira, 1889, pp. 159-160).

O *Almanach de lembranças* para 1901 (**Anexo 3, n.º 21**) refere que o santuário de Nossa Senhora do Pilar foi mandado edificar, no cimo de uma penha, por um grande negociante residente na cidade do Porto, nascido na freguesia de Lanhoso (Archivo historico, 1900, pp. 66-67). Conta Fr. Agostinho de Santa Maria que a imagem da Senhora do Pilar foi colocada na ermida «por devoçam de Andre da Silva Machado». «O que se entende do motivo com que este devoto da Senhora lhe dedicou aquela Casa , foy , que movido das muytas maravilhas, que obrava a Senhora do Pilar , que se venera no Convento da Serra dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho , quiz cõ outra semelhante Imagem engrandecer a sua terra , & para isso a mandou fazer na mesma forma, collocando a naquella Ermida , o que foy pelos annos de 1690. E a Senhora se pagou tanto da sua fé, & devoção , que logo começou a resplandecer com prodígios, & milagres, como quem mostrava, lhe queria pagar o seu devoto obsequio» (Santa Maria, 1712, pp. 119-120).

Em Fátima, povoação situada próximo a «Villa Nova de Ourém, uns meninos pastores de Aljustrel anunciaram que a 13 de outubro se daria um milagre (**anexo 3, n.º 22**). Aproximando-se o dito dia, segundo o autor do texto publicado no *Almanach* para 1919, Avelino de Almeida, «Milhares de criaturas foram de muitas leguas em redor, e aglomeraram-se em volta da pequena azinheira, aonde, afirmavam os pastorinhos, se

daria o milagre» (Almeida, 1918, pp. 74-75). Temos, portanto, um lugar de romaria que não tem como polo uma ermida, apenas um lugar e uma crença. A intensidade da vivência da religiosidade, a fruição, as emoções dão sentido aos lugares, o que remete também para a noção de espírito do lugar.

A Declaração de Quebeque reconhece que o espírito do lugar é constituído por «elementos tangíveis», como «sítios, edifícios, paisagens, rotas, objetos», e «intangíveis», como «memórias, narrativas, documentos escritos, festivais, comemorações, rituais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, etc.», que constituem um contributo fundamental para «formar o lugar e lhe conferir um espírito» (Tourgeon, 2014, dezembro, p. 75). Devemos talvez acrescentar, considerando as romarias descritas no *Almanach*, que as emoções, o sagrado, a crença, a fruição, o espírito festivo e devocional constituem também o espírito de um lugar.

Segundo Geraldo Dias, «as aparições de Maria aos três pastorinhos de Fátima na Cova de Iria (13/V/1917) provocaram um enorme impacto na vida religiosa do povo português e estão na origem do revigoramento da fé e da prática católicas. Depois do fenómeno de Fátima, a história do catolicismo e Portugal tomou rumos mais sentidos e alargados, e a devoção a Nossa Senhora de Fátima tornou-se o catalizador da vida religiosa do nosso povo. Centro religioso da nação, Fátima guindou-se, também, como altar religioso do mundo» (Dias, 1987, p. 234).

A autora do artigo *A vila de Peniche e as suas rendas* (**Anexo 3, N.º 23**), Georgina de Carvalho, descreve-nos a festa dedicada a Nossa Senhora dos Remédios. Diz-nos que existe num lugar um pouco afastado da então vila de Peniche uma mesquita árabe que foi transformada num templo cristão dedicado a Nossa Senhora dos Remédios. Conta a autora, que inúmeros devotos levam oferendas a uma pequena imagem de Nossa Senhora colocada no interior do templo (Carvalho, 1921, pp. 106-107). Ou seja, existem lugares de romaria cujos templos têm na sua conceção origem noutras confissões religiosas.

#### **4.2. «A romagem», a viagem**

A romaria à ermida de Nossa Senhora da Cabeça (**Anexo 3, N.º 18**) realiza-se anualmente após a festividade do Espírito Santo. A ela acorrem devotos não apenas do

reino, mas também da vizinha Galiza (A.J.G., 1884, p. 308).

Em contrapartida, à ermida de Nossa Senhora do Castelo em Espanha (**Anexo 3, N.º 2**), o movimento dos povos é no sentido inverso, pois são inúmeros os portugueses que aí se dirigem no dia 8 de setembro. Vêm «das povoações de Bemposta, Tó, Urrós, Ventuzello, Peredo, e outras», atravessando o Douro «em uma jangada de cannas»; vão à ermida visitar Nossa Senhora; e seguem depois para Perena, lugar «a um quarto de légua», e aonde se realiza uma feira «regular» e uma festa, que dura três dias seguidos. No regresso os portugueses «têm de ir passar a uma barca a mais d'uma légua de distancia, porque a jangada de cannas foi traiçoeiramente incendiada pelos carabineiros hespanhoes» (Salazar, 1856, p. 357). José Bernardo de Moraes Calado (Bemposta do Douro), no artigo *A Senhora do Castello em Hespanha*, publicado no *Almanach* para 1885 (**Anexo 3, N.º 3**), acrescenta que os portugueses de «Bemposta», desde que passam o Douro até à capela de Nossa Senhora do Castelo, «vão em grupos, cantando» (Calado, 1884, pp. 263-264).

O *Diccionario geografico*, de Luiz Cardozo, situa Bemposta, «villa na provincia de Traz os Montes, Bispado, e comarca da Cidade de Miranda», «em hum alto plano, meya legoa distante do rio Douro; descobrem-se della varias terras, assim deste Reyno, como de Castela, a saber; To, Algozinho, Aldea do Lamoço, a Villa de Formozelhe Bispado de Samora, Villarinho de Ayres, e Perenhe, Bispado de Salamanca; compoem-se o Termo desta villa dos lugares de Peredo, Brinhozinho, Algozinho, e Aldea de Lamoço» (Bemposta, 1760).

À Senhora das Neves (**Anexo 3, N.º 10**), na freguesia das Neves, no Minho, o grande número deromeiros que aí aflui vem das povoações próximas, «cantarolando e dançando ao melodioso som de seus afinados instrumentos, que são frequentemente, duas ou tres violas, igual numero de clarinetes e rebecas, algumas vezes o bello violão (vulgo de tripa), e sempre as castanholas hemisphericas de sêcco e duro buxo». Os temas preferidos são o «malhão e a chula». É deste modo que nos é descrita a romagem à Senhora das Neves, no *Almanach* para 1860, por Sampaio e Mattos (Mattos, 1859, pp. 370-371).

A igreja de Nossa da Graça (**Anexo 3, N.º 12**), em Beja, onde se venera também a imagem de Santo Amaro, é polo de uma romagem em que vão as camponesas das

freguesias vizinhas, e as senhoras de Beja, levando ao Santo «pernas e braços de massa (dôce pela maior parte)» (Mendonça, 1859, p. 284).

A *Romaria á Senhora do Carmo d'Azaruja* que o *Almanach* publicou para o ano de 1866 (**Anexo 3, N.º 15**), é uma das romarias mais concorridas. De tal modo assim é que com antecedência de uma ou duas semanas «se mandão tomar logares no campo». Os romeiros afluem ali percorrendo a distância de «60 kilometros em circunferencia», de modo que «as casas particulares, as hospedarias pertencentes á Senhora, o campo, tudo fica impando de viandantes». Segundo o autor, nalguns anos sem contabilizar os romeiros que se deslocam a cavalo e a pé, «entrão no arrayal 2:000 carros com gente» (Z. O. V. X., 1865, pp. 292-293). Portanto, por alturas dos anos 60 do século XIX, havia romeiros que se deslocavam a distâncias de 60 quilómetros, a cavalo, a pé ou em carros tirados a animais. Outro dado que extrapolamos é que se tratava de uma romaria inter-regional, tendo em conta a tipologia de romarias definida por Carlos Alberto Ferreira de Almeida. Segundo este autor afirma, podemos considerar «três tipos de romarias»: «As *locais*, cuja área de devoção se estende por meia dúzia de paróquias em redor da capela (...); as *regionais* quando o seu raio de atracção não exceda uma autêntica jornada, isto é, anda à volta dos 20 Km., (...), e as *inter-regionais*, (...), quando bastantes romeiros vêm de distâncias superiores aos 30 km» (Almeida, 1984, p. 77).

As romarias implicam nalguns casos grande movimento de pessoas, e deste modo proporcionam que gente de ambientes culturais diversos se inter-relacionem, gerando «a circulação e difusão de crenças, técnicas e valores. Por estarem em movimento, em síntese, os romeiros, mesmo sem ter consciência disto, podem se transformar em agentes de transformação» (Souza, 2013, p. 86).

O *Almanach* para 1868 (**Anexo 3, N.º 26**) revela que anualmente chegavam à vila de Vagos pelo domingo de Espírito Santo, alegres «ranchos de homens, mulheres, rapazes e raparigas de Cantanhede, Pocariça e d'outras freguezias, uns a pé, outros a cavallo e outros em carros do bôdo puchados a bois de compainhas ao pescoço». À noite, após assistirem ao «fogo e à musica» na praça de Vagos, participavam em descantes e dançavam à toada da viola. No dia seguinte, segunda-feira, pela manhã iam então em romaria à capela de Nossa Senhora de Vagos cerca de um quilómetro da vila (J. S. F. ., 1867, pp. 241-242).

Anualmente a 7 de novembro, como nos é revelado no artigo *Romaria de S. Paio*, publicado no *Almanach* para 1881 (**Anexo 3, N.º 27**), acorrem à capela da Torreira, onde é venerado S. Paio, romeiros de várias freguesias. Vem em festa e ao som dos «violões, violas, clarinetes e rebecas», e por vezes, de «instrumentos de metal» e do «festejado zabumba». Grupos de rapazes e raparigas, trocam palavras cheias «d'uma alegria franca, viva e inocente». Muitos vão de barco e durante a travessia da Ria cantam ao desafio ao «som aspero, sibilante e às vezes pouco afinado dos instrumentos». Segundo o autor deste artigo, esta «romaria é muito concorrida, e cheia de episodios que deixam saudades aos filhos e poucas sympathias aos paes». Habitualmente os romeiros vêm ao dia 7 e regressam no dia 8, logo cedo, antes mesmo de se realizar a procissão. No regresso a suas casas sente-se a nostalgia própria dos que deixam para trás os divertimentos. Ainda se ouvem raparigas que cantam, ainda a festa desata a cana-verde e a chula, porém, apenas, acrescentam à nostalgia a tristeza dos seus sons (Anthero, 1880, pp. 82-83).

Joaquim Candido de Abranches autor da obra *Album Michaelense*, publicado em 1869, escreveu também para o *Almanach de Lembranças* para 1884, um artigo intitulado *Os romeiros michaelenses* (**Anexo 3, N.º 28**). Nele conta que desde épocas recuadas existe o costume de os romeiros da ilha de S. Miguel visitarem «as casinhas de Nossa Senhora», no período da quaresma». Nesta altura reúnem-se vários ranchos em diversas aldeias. Os ranchos compõem-se frequentemente de 100 ou mais indivíduos. Ao nascer do dia partem da sua povoação e agrupados em duas fileiras dirigem-se aos templos de invocação a Nossa Senhora. Durante a noite descansam nalgum povoado ou «n'algum caminho». Após este «passeio», que dura alguns dias, voltam a suas casas (Abranches, 1883, pp195-196).

João Leal num texto seu, intitulado *As Romarias Quaresmais de São Miguel (Açores)*, publicado em *Estudos de Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, atesta a permanência do costume que Abranches nos descreveu no *Almanach* para 1884. Os dados que suportam a sua investigação foram recolhidos em 1988 (Leal, 1989, p. 409).

As Romarias Quaresmais de S. Miguel, cuja designação de Romaria «recebe aqui um sentido diferente do usual», «são uma peregrinação visando a prática intensiva da oração e da penitência» (Idem, p. 409). O que contradiz a perspectiva de Abranches no

artigo por ele subscrito no *Almanach* para 1884, no qual afirmava que «a devoção pouco imperava n'este costume, e parece assim ser, se observar-mos que á mistura com as orações vão muitas vezes ditos grosseiros e acções pouco decentes» (Abranches, 1883, pp. 195-196).

João Leal refere que esta peregrinação percorre todas as «ermidas» de S. Miguel da invocação de Nossa Senhora, conhecidas como *Casas de Nossa Senhora*. O percurso devido à concentração do povoamento no litoral é, como afirma o investigador, circular, «devendo fazer-se sempre no sentido dos ponteiros do relógio» (Leal, 1989, p. 410).

João Leal menciona que, embora seja necessária uma investigação mais aprofundada, há uma «narrativa das origens» que passou a fazer parte da justificação deste costume e da maneira como a ele se referem os intervenientes (Idem, p. 410).

Os *ranchos*, segundo o autor, eram nas décadas 60 e 70 do século XX compostos por cerca de 200 indivíduos, presentemente, incorporam entre 20 a 100 pessoas (Leal, 1989, p. 412).

Ao longo da romaria são percorridos cerca de 200 quilómetros, divididos em jornadas diárias de aproximadamente 25 a 30 quilómetros (Leal, 1989, p. 417). As «pernoitas» no passado eram em «*cafuas ou palheiros*» próximos da povoação. Atualmente os romeiros são recebidos nas casas da população (Leal, 1989, p. 420).

Segundo João Leal, apesar de esta tradição ter permanecido com «uma grande autonomia em relação à Igreja, esta última tem vindo a desenvolver uma certa aproximação em relação» a este «ritual». Neste sentido, foi publicado em 1962 um conjunto de normas eclesíásticas que visam regulamentar a «Romaria», e foram depois desenvolvidos meios de coordenar esta tradição em toda a ilha. Com estas ações pretende-se enquadrar as «Romarias» ao nível religioso (Leal, 1989, pp. 411-412). Para João Leal, os seus traços caraterísticos «tradicionalis» «não têm sido [postos] em causa». «A regulamentação que referimos é disso um bom exemplo: em muitos aspectos, ela funciona sobretudo como uma formalização dos traços específicos do ritual tal como este se configurava tradicionalmente» (Leal, 1989, pp. 411-412). Ou seja, este tipo de intervenção da Igreja pode funcionar como uma forma de registar as caraterísticas tradicionais deste tipo de manifestação.

Domingos Ramos, no artigo que subscreve para o *Almanach* para 1896 (**Anexo 3**,

N.º 29), conta que pela alvorada de Domingo, dia da festividade, distribuía-se pelo campo «a monte, n'uma promiscuidade de sexos, todos os exemplares da especie humana, como enormissimo rebanho, em grupos». Eram os romeiros que tinham chegado de véspera a S. Torcato, Guimarães, para a romaria anual. Vinham de longe e o sol, o pó que se levantava sob a caminhada, «os descantes e o phrenezi das danças», o bom vinho verde, tinham obrigado os romeiros a procurar o descanso ali onde o autor os descreve (Ramos, 1895, pp. 161-163).

A Atalaia, conforme é descrita no *Almanach de Lembranças para a anno de 1900* (**Anexo 3, N.ºs 30 e 31**), tem uma população reduzida que se vê muito aumentada, por alturas da romaria que se realiza em agosto ao santuário de Nossa Senhora, situado próximo à «Aldeia Gallega do Ribatejo». São milhares de pessoas em romaria vindas das províncias da Estremadura e do Alentejo (Nossa Senhora da Atalaya, 1899, pp. 305-306; Cirio da Atalaya, 1904, pp. 353-354). «As romarias, os cyrios, as dansas, os descantes, as philarmonicas, as guitarradas, as penitencias, as promessas, toda essa multidão, todo esse mixto de sagrado e profano, dão á localidade uma agitação extraordinaria» (Nossa Senhora da Atalaya, 1899, pp. 305-306). A romaria constitui como se constata um poderoso elemento de transformação na vida de uma povoação.

As «festas de Nossa Senhora da Atalaya» (**Anexo 3, N.º 31**) são das mais concorridas e movimentadas da Estremadura. À Atalaia vêm círios de grande parte das freguesias de Lisboa, trazendo em procissão a imagem de Maria, «acompanhada de irmandades, bandeiras, pendões, musicas, anjinhos, etc». Também de «Cezimbra, Chellas, Azoia, Palmella, Setubal e outras localidades», vêm círios de grande aparato. Os círios que vêm de Lisboa e dos arrabaldes atravessam o Tejo em «fragatas» e são levados até «Aldegallega», onde chegam também «centenas de romeiros», em «vapores da carreira, afóra os da outra banda, que são ainda em maior numero». De Aldegalega seguem todos para a Atalaia que dista dali apenas 4 quilómetros. Vão em carros, a cavalo e grande parte deles a pé, todos eles em alegre e ruidosa animação (Cirio da Atalaya, 1904, pp. 353-354).

Conta João Baptista de Castro, que Nossa Senhora da Atalaia se venera «em huma formosa Ermida meya legua afastada da Villa de Aldea Galega da outra parte do Tejo». Segundo a crença teria aparecido «em cima de huma aroeira , cujas folhas depois

produziraõ certa espécie de balsamo , ou rezina cheirosa, que era remédio admirável para as sezões, de que usavaõ os devotos da Senhora». Refere o autor o célebre milagre ocorrido no tempo de D. Filipe I, quando este rei mandou cortar pinheiros , «que povoaoõ o largo campo , ou rocio daquelle terreno», para a construção de barcos. Os que estavam assinalados «para o córte , ao outro dia estavaõ taõ retroçidos , que por incapazes naõ só se deixaraõ , mas todos os mais , percebendo-se com espanto o prodígio». Segundo afirma o mesmo autor, ainda assim se conservavam alguns deles, conforme, revela quando em 1736 foi em visita ao Santuário, «muy frequentado de gente naõ só do Alentejo , mas da Estremadura» (Castro, 1763, pp. 239-240).

O autor do artigo *A fogaça* que o *Almanach* publica para 1904 (**Anexo 3, N.º 32**), refere que o dia em que se realiza a romaria à igreja da aldeia é o mais alegre. São as raparigas do lugar que vão em romagem à igreja consagrada à Senhora depôr no altar as ofertas (Gonçalves, 1903, pp. 283-285). Trata-se, portanto, de uma romaria de lugar que apenas abrange a comunidade e o espaço da aldeia. Lembremos que C. A. Ferreira de Almeida definiu, «três tipos de romarias»: «As *locais*, cuja área de devoção se estende por meia dúzia de paróquias em redor da capela (...); as *regionais* (...), (...), e as *inter-regionais*, (...))» (Almeida, 1984, p. 77).

Segundo escreve o abade António de Lucena de Mattos no artigo publicado no *Almanach* para 1912 (**Anexo 3, N.º 17**), a povoação da Lapa, freguesia de «Quintella», concelho de Sernancelhe, «comarca de Moimenta da Beira, districto de Vizeu, sempre feia e fria grande parte do ano, começa a receber alguma vida após a «Paschoa da Ressurreição», altura em que o santuário de Nossa Senhora da Lapa é «visitado pelas cruces e confrarias» das freguesias próximas. «Essa devoção prolonga-se até ao domingo de Pentecostes, seguindo-se-lhe a festa principal á Virgem da Lapa, em 14 e 15 d'Agosto». A esta povoação acorrem muitos romeiros, trazendo alguns ofertas consideráveis à Virgem. Provêm «das provincias do Minho, Douro, Trás-os-Montes e Beiras». A romaria ao santuário da Nossa Senhora da Lapa é uma das mais importantes não apenas da «Beira Alta», mas também do país (Mattos, 1911, pp. 166-168). Fr. Agostinho de Santa Maria refere que as romarias ao santuário de Nossa Senhora da Lapa, não vinham apenas de diversas partes do reino, mas também «de toda Castela a Velha» (Santa Maria, 1711, pp. 155-156), o que parece indicar que esta romaria foi

perdendo alguma importância ao longo do tempo.

Os grupos deromeiros que rumam à Senhora da Peneda (**Anexo 3, N.º 33**), vêm «de dez leguas em redor». O lugar da festa é de difícil acesso, guardado por montes elevados, que ainda assim não impedem que ali acorram muitos camponeses. A viagem até ao lugar faz-se em ambiente de festa. «São longas horas de inalterável folguedo, sempre abrilhantado afavelmente pelo som dos pandeiros e harmonicas, e pelo trovar metálico, suave, encantador, de raparigas garbosas (...)». Entoam-se canções de inspiração poética como descreve, José Luiz de Caldas (Arcos), neste seu texto *A Senhora da Peneda*, publicado no Almanach para 1919:

«Á Senhora da Peneda/ Nos leva meigo luas,/ Sendo o nosso pegureiro/  
Nos tempos do verbo amar» (Caldas, 1918, pp. 77).

Uma das dimensões da romagem é assim a sociabilidade, a festa: as «varias patuscadas, as mais alegres travessuras, e as delicias ruidosas do vira e da caninha verde, ora entre amigas e conversados, ora com guapas hespanholas, que ali affluem». A outra é a fé, a devoção a Nossa Senhora da Peneda. Depois de «alguns dias» de folguedos voltam a suas casas, trocam «os pandeiros pela enxada» (Caldas, 1918, pp. 77).

A festa e romaria à Senhora do Pranto em Dornes (**Anexo 3, N.º 34**), «pequena vila situada na margem direita do rio Zezere», é notável pelo aparato e magnificência. Depois do Espírito Santo sai na terça-feira seguinte da igreja de Olalhas, pouco depois do dia nascer, o círio transportado por cavaleiros, na frente dos quais vai o «juiz da festa». Seguem-nos os carros. Os sinos repicam, rebentam foguetes assinalando a saída do cortejo. «A marcha é feita a trote e á sua passagem em cada povoação, tanto á ida como no regresso, é queimado um foguete». Em Ferreira do Zêzere a população e a «Filarmonica Ferreirense, contratada de antemão», esperam o círio. A Filarmónica entoia uma marcha e escolta depois o círio até à chegada a Dornes. No caminho faz-se uma paragem, em Eiras, para uma refeição fria. É perigosa a estrada até Dornes, por isso deixam-se aqui os carros, e segue-se o caminho a cavalo e a pé. Aqui chegados, dá entrada na igreja o círio, «seguido de todo o acompanhamento e da musica». Dornes, pequena povoação sem vida própria, transforma-se. Ali acorrem nesse dia «alguns milhares de pessoas», porque para além do círio de Olalhas, juntam-se ali os «de

Ancião, Arega e outros, os quais atraem aquele elevado numero de pessoas». Depois das celebrações religiosas, regressa o círio a Olalhas, parando em Eiras, onde se janta. Logo após, põe-se a caminho o cortejo, envolvido no mesmo ambiente com que rumou a Dornes. À chegada a Olalhas, geralmente depois de se pôr o Sol, repicam os sinos. (Cristovam, 1920, pp. 209-210).

Fr. Agostinho de Santa Maria no Título LXVIII, *Da milagrosa Imagem de Nossa Senhora das Dores, ou do Pranto, de Dornes*, discorrendo sobre a história de Nossa Senhora das Dores, refere que os inúmeros milagres que opera se veem na «sua Capela cheya das memorias, & sinaes delles, como são mortalhas, quadros, & outras cousas deste género» (Santa Maria, 1712, p. 547). Segundo nos conta o autor, «Ha naquella Casa alguns quarenta círios de varias Irmandades de diferentes terras , & alguns delles de cera fina , & os mais tem a dez , & a quinze arrobas de pezo cada hum, Cada huma destas terras vem todos os annos em solemne procissão àquella Senhora, aonde lhe fazem festa com Missa , & Sermão , & deyxaõ grandes offertas» (Santa Maria, 1712, p. 548).

### 4.3. O romeiro

Os romeiros que vão à ermida da Senhora do Carmo da Azaruja (**Anexo 3, N.º 15**) dedicam dois dias e três noites a folias, não esmorecendo contudo na sua devoção à Senhora, como demonstram as muitas oferendas e o cumprimento rigoroso das promessas a que se obrigam. No regresso a suas casas todos vão «contentes levando no peito medalhas, ou fitas prateadas, com o nome e imagem da Senhora» (Z. O. V. X., 1865, pp. 292-293). Também o autor do artigo publicado no *Almanach* para 1868, intitulado *Senhora de Vagos* (**Anexo 3, N.º 26**) foca os romeiros que vão ao templo de Nossa Senhora, uns para cumprir as suas promessas, outros para entregar a sua esmola em dinheiro recebendo uma fita colorida que prendem ao colete, ou, uma «estampa representando a Virgem, que põem por tópe no chapeo» (J. S. F ., 1867, pp. 241-242). Pierre Sanchis, refere que este costume é antigo. Ainda recentemente, segundo o autor, o romeiro a troco de uma oferta que fazia em dinheiro e que era colocado no «prato das ofertas, numa mesa rodeada pelos membros da comissão, no próprio interior da capela ou na «sala dos milagres» ou «casa da confraria»», recebia «uma imagem do santo, o

registo», e que o «antigo costume de o espetar no chapéu, em sinal de devota peregrinação, conserva-se ainda episodicamente». O romeiro leva a imagem do santo como imagem que o protege (Sanchis, 1983, p. 88).

O perfil do romeiro é rico e diverso. Lemos no *Almanach* descrições sobre o romeiro festivo e devoto, que dança e canta, mas que também assiste aos atos de culto e cumpre as suas promessas, as suas penitências implicando sofrimento. O romeiro que se desloca em grupo de partes longínquas por caminhos difíceis, mas em ambiente de alegria e confraternização e o romeiro que vai na romaria sem «falla» porque a isso se obriga por promessa que fez. Temos também o perfil do romeiro supersticioso, como nos é esboçado no artigo do *Almanach*, *O Mosteiro do Amparo* (**Anexo 3, N.º 35**), próximo a Barcelos, «no concelho de Espozende», que aí ocorre por acreditar estar endemoninhado (M. J. F. G., 1876, pp. 157-158). E o perfil do romeiro que vai em romaria mais como um divertimento em que há pouca contenção nos comportamentos, considerados indecorosos, como nos é descrito na romagem às «casinhas de Nossa Senhora», em S. Miguel, nos Açores, «durante o tempo da quaresma» (**Anexo 3, N.º 28**). Integrado nesta romagem em «ranchos», cada um dos romeiros leva o seu alforge com os mantimentos necessários para a viagem, o seu «cajado ferrado» e um «grosso rosário» que seguram na mão, e vão orando em voz alta. Afirma o autor deste artigo que pouca devoção havia neste costume, como já referimos, uma vez que se tornou «mais um passatempo de que um acto de verdadeira crença». As orações combinam-se frequentemente com «ditos grosseiros e acções pouco decentes». Contudo, a população rende uma profunda deferência a esses romeiros, considerando ser um grave pecado não os receber com reverência (Abranches, 1883, pp. 195-196). Augusto C. Pires de Lima, na *Revista Lusitana*, também afirma que na romaria à capela de Santa Eufémia, em Alvarelhos, os romeiros também usam linguagem indecorosa (Lima, 1915, p. 204).

O dia em que se realiza romaria é um dia de festa na aldeia (**Anexo 3, N.º 32**), como afirma Albano Gonçalves (Salvaterra de Magos). As romeiras, as raparigas da povoação, vão em procissão, «alegres e festivas, vaidosas da sua offerenda», que levam à cabeça ao templo de Nossa Senhora, ostentando vestidos alvos cingidos por cinto multicolor; das costas pontilham laços; ao pescoço levam um lenço em seda; no cabelo e ao peito ostentam flores; trazem meias bordadas e calçam «sapatos brancos»

(Goncalves, 1903, pp. 283-285).

Na época que antecede «as vindimas e desfolhadas» os inúmeros romeiros que afluem a Nossa Senhora da Peneda (**Anexo 3, N.º 33**) vão num «anceio confortavel de devoção e regosijo – os traços mais característicos da alma popular». É o modo do povo simples manifestar intensamente as suas crenças, as suas atitudes perante o sagrado, combinando a festa com a fé (Caldas, 1918, pp. 77-78).

No artigo de Avelino de Almeida (**Anexo 3, N.º 22**), sobre Fátima, os devotos que aí acorrem para assistir ao milagre anunciado pelos pastorinhos, são chamados de romeiros (Almeida, 1918, pp. 74-75). Como se comprova por um pequeno filme datado de 1927 e que se encontra arquivado na Cinemateca (Romaria a Fátima, 1927), a deslocação dos fieis a Fátima era designada por romaria. Ou seja, Fátima começou por ser uma romaria e tornou-se uma peregrinação.

Num outro pequeno documentário datado de 1929, também arquivado na Cinemateca, a versão escrita desta romaria descrita no *Almanach* ganha uma outra dimensão. Este tipo de documento na forma de documentário é muito importante para o conhecimento e análise do património cultural (Nossa Senhora de Fátima, 1929).

No *Almanach* para 1920 (**Anexo 3, N.º 36**), Maria Madalena redige um texto intitulado *A predição de Fátima*, segundo o qual os romeiros, entre eles, as mães, as noivas, as mulheres dos soldados tinham a crença, que lhes advinha das promessas da Senhora veiculadas pelos pastorinhos, em 13 de outubro de 1917, de que a guerra terminaria dentro de um ano e que os militares regressariam a seus lares. Os meses passaram e a guerra continuou. Os soldados foram morrendo, outros foram regressando a casa. «Todos se foram esquecendo da predição de Fátima... Só as mães, as noivas, as mulheres» não esqueceram. Segundo a autora, «Foi no dia 13, dêste mês de outubro frio e triste [de 1918], que a primeira noticia de Paz foi lida» (Madalena, 1919, pp. 124-126).

#### **4.4. Atos de culto**

##### **4.4.1. Missa e procissão**

No largo no cimo do monte aonde se ergue a ermida concentram-se os romeiros

(**Anexo 3, N.º 1**). Uma clareira abre-se entre eles, é a procissão que os recebe. Nela vêm-se bandeiras, crianças vestidas de anjos, depois o andor enfeitado com rosas, mais atrás a imagem de Maria. À sua passagem os devotos em redor ajoelham. O préstito continua e faz o seu percurso em torno da ermida (Vieira, 1915, pp. 102-103). Já os romeiros que acorrem a ermida de S. Torcato (**Anexo 3, N.º 29**), Guimarães, polo de uma romaria anual, chegam na véspera do dia de festa e distribuem-se desordenadamente pelo campo frente à igreja e aí descansam durante a noite. Pela manhã, celebra-se missa ao ar livre num altar arranjado para o momento. É um ato de culto simples onde convive o sagrado e o profano (Ramos, 1895, pp. 161-163).

Na segunda-feira que se segue ao domingo de Espírito Santo, para além dos romeiros que vão à capela de Nossa Senhora de Vagos (**Anexo 3, N.º 26**) cumprir as suas promessas e fazer as suas ofertas, afluem aí três procissões oriundas das freguesias de «Palhaça, Mamarrosa, Covão do Lobo e Cantanhede», dando assim continuidade a uma prática muito antiga. No dia seguinte após a despedida a Nossa Senhora, o pároco da freguesia de Cantanhede com a cruz acompanhado dos seus paroquianos dirigem-se, cantando ladainhas, à igreja de Vagos. Instalado na cadeira paroquial o pároco de Cantanhede «dá os dias santos, faz proclamas de casamentos dos seus freguezes e diz depois missa». Trata-se de um direito, conforme se afirma no *Almanach* para 1868 que tem origem numa tradição que conta que um dia o pároco de Cantanhede e os habitantes da sua paróquia iam em procissão para pedir ao Senhor que mitigasse os efeitos de uma peste que na altura grassava na povoação, quando se ouviu para os lados de Mira, o som misterioso de uma campainha. Seguindo aquele som chegaram a Vagos onde se lhes deparou Nossa Senhora (J.S.F., 1867, pp. 241-242).

Também na romaria à ermida de Nossa Senhora do Carmo da Azaruja (**Anexo 3, N.º 15**), localizada numa herdade pertencente a um particular, consta no programa devocional a celebração de várias missas cantadas e com sermão (Z. O. V. X , 1865, pp. 292-293).

A missa e a procissão como se constata têm um lugar importante nos atos de culto associados à romaria. É o que podemos observar também na romaria a Nossa Senhora de Antime (**Anexo 3, N.º 4**), em Fafe, que também inclui a realização de uma procissão. A procissão de Nossa Senhora parte de Antime pela manhã, composta de muitos

romeiros, em direção à igreja de Fafe. Aqui é exposto o Sacramento e celebra-se missa cantada com sermão. A meio da tarde a procissão regressa a Antime também envolvida por grande número de romeiros. Segundo o que nos é narrado no *Almanach*, concorrem inúmeros candidatos a transportar a charola de Nossa Senhora. Para alcançar esta graça dirigem insistentes pedidos aos «mesarios da Senhora», com antecedência de um ano e por vez dois anos. O que leva a quererem com tanto fervor carregar o andor da Senhora, é a crença que têm os «mancebos» de Fafe e, principalmente, os de Antime, de não terem sucesso no casamento se antes não desempenharem aquela função. É costume durante o percurso em que levam o andor colocarem «seus ramos de perpetuas na charola, aos quaes se dá o nome sacramental de pinhas da Senhora d'Antime» (Pereira-Caldas, 1858, pp. 274-275).

Esta romaria devia ocupar um lugar muito importante na vida das gentes desta região como se pode inferir da quantidade e da natureza dos pedidos a Nossa Senhora. A romaria a Nossa Senhora de Antime era igualmente designada por «romaria da Senhora do Sol e romaria da Senhora da Misericórdia», por a Ela se dirigir a população com súplicas cheias de fé nas alturas em que havia escassez de chuva ou de sol.

#### **4.4.2. Rituais de fé e superstição**

Segundo C. A. Ferreira de Almeida, como já referimos, existe um forte relação do santo com a «capela» e com o lugar onde foi edificada. Pois foi, segundo a crença, esse o local onde ocorreu a sua aparição, é nesse lugar que tem a sua morada, próximo existe também com certeza a fonte que é sua. Fé, portanto, no milagre que leva a que a imagem venha aí a ser venerada e que impregna o lugar de sacralidade (Almeida, 1984, p. 79). Junto à capela de Nossa Senhora do Castelo em Espanha (**Anexo 3, N.º 3**) existe uma fonte. Para os romeiros esta fonte tem uma forte relação com o sagrado. Na realidade, fazem as abluções e bebem da «boa água» que aí corre, com a fé sentida de que aquela água os protege de «futuros males» (Calado, 1884, pp. 263-264).

No *Almanach* para 1912, o abade Antonio de Lucena de Mattos (**Anexo 3, N.º 17**) conta que, no santuário de Nossa da Lapa em Sernancelhe, Viseu, numa das paredes da capela, existe um penedo que torna difícil a «romaria interior, cujo pó, arrancado com um pequeno ferro e misturado em doses de vinho, é ministrado aos doentes de sezões,

quasi sempre com resultado negativo. [parág.] Não obstante o calhau vae quasi comido ou bebido. [parág.] Que lhe preste ! (...)» (Mattos, 1911, pp. 166-168).

Na capela de S. Paio (**Anexo 3, N.º 27**), à entrada está colocada uma mesa que sustenta uma representação do Santo de pequenas dimensões. As pessoas que são acometidas de sezões acorrem ali, lavam a imagem com vinho, que depois ingerem com grande fé (Anthero, 1880, pp. 82-83).

Um outro ritual pratica-se na ermida de Nossa Senhora da Cabeça, em Viana do Castelo (**Anexo 3, N.º 18**). Junto à ermida existe um buraco «com a qual os povos, especialmente das aldeias, teem uma fé illimitada, pois dizem que quem uma vez ali metter a cabeça, ficará livre de molestias, por milagre da Senhora». (A. J. G., 1884, p. 308).

A romaria que se realiza a 23 de agosto à capela de S. Bartolomeu (**Anexo 3, N.º 11**), junto à «ponte de Cabeza», «offerece (...) tres espectaculos todos burlescos», que a tornaram muito célebre desde épocas remotas. Um dos quais é o que envolve «a gritaria infernal e tregeitos mais ou menos graciosos, que logo ao avistar a capella faz grande numero de mulheres, que se dizem endiabradas, e affectadas de espiritos malignos !... ». Estas mulheres são levadas “à força” ao altar do santo «onde, depois de muito gritar e muito saltar, fingem vomitos violentos, que (segundo ellas) são o signal certo da despedida do espirito que as traz inquietas !...». Cumprido este ritual, faz-se a romagem em torno da capela, e aqui também não faltam os embusteiros que fazem orações recebendo para isso dinheiro. O outro espetáculo tem a ver com a rivalidade existente entre Trás-os-Montes e Minho. Pela tarde começam as hostilidades e as violências entre os povos das duas províncias. Pela noite, de um lado e do outro da ponte, os dois grupos iniciam discussões muito veementes, provocações que se prolongam frequentemente durante noite, chegando por vezes as duas fações a encontrarem-se a meio da ponte onde reatam os confrontos violentos. O último dos três espetáculos, relaciona-se com «a fé supersticiosa» dos romeiros na «agua sufurea» que corre da fonte localizada na margem esquerda do rio frente à capela «a qual (segundo a crença) sendo colhida no dia 24, antes de lhe dar o sol, é antidoto contra todas as molestias não realizadas, e remedio efficaz para todas as realizadas !...». Afluem à dita fonte pelas primeiras horas do dia muitas pessoas para encher «garrafas e cabaças». Outras submetem à água milagrosa

crianças doentes, acreditando que é parte fundamental deste ritual «lançar pelo rio abaixo a camisa do enfermo». Pouco mais ou menos pela hora do meio do dia os romeiros regressam a suas casas (Almeida, 1859, pp. 300-301).

A romaria que se faz ao mosteiro do Amparo (**Anexo 3, N.º 35**), a pouca distância de Barcelos, em Esposende, freguesia da Apúlia, é uma das mais «curiosas» «da província» do Minho, segundo o que se conta no *Almanach* para 1876, pelo espetáculo que se oferece à gente ávida destes entretenimentos. Acorrem a este templo «rudes lavradores affectados de padecimentos nervosos, a quem as nigromantes d'aldeia, conhecidas entre o vulgo pelo epitheto de – corpos abertos, aconselham a troco de alguns tostões a romagem áquelle mosteiro, aonde, por intercessão do respectivo capellão e patrocínio especial [de] Nossa Senhora do Amparo, serão libertados do teimoso inquilino que tanto os opprime». A cerimónia com que se acredita libertar o endemoninhado tem semelhanças com o que foi acima descrito. O suposto possesso é levado à força perante um padre que recorrendo a certos rituais se crê expulsar as «coisas más» (M. J. F. G., 1876, pp. 157-158).

#### **4.4.3. Oferendas, promessas e ex-votos**

À Senhora da Lapa, em Aguiar da Beira, próximo a Trancoso (**Anexo 3, N.º 16**), os muitos devotos que aí se dirigem em romaria, como nos conta Eduardo Augusto dos Santos no *Almanach* de 1873, vão deixar as suas esmolas e dar «graças» à Virgem (Santos, 1872, pp. 228-229). Em S. Miguel, Açores (**Anexo 3, N.º 28**), os romeiros que rumam às «casinhas de Nossa Senhora», durante a quaresma, também fazem as suas ofertas à Senhora deixando «no adro ou no templo (...) as corôas que pelo caminho poderam resar» (Abranches, 1883, pp. 195-196).

A romaria à capela de Santo Amaro (**Anexo 3, N.º 19**), em Riba de Âncora, Caminha, traduz a grande devoção que existe pelo Santo. No dia em que se realiza a romaria muitos devotos aí acorrem vindos de longe para entregar na capela as ofertas, com as quais, segundo Botelho de Lemos, autor do texto publicado no *Almanach* para 1888, «se celebra a função» (Lemos, 1887, pp. 249-250). A *Revista Lusitana* reproduz um texto publicado no *Jornal do Commercio de Lisboa*, de 1862, sobre esta tradição destacando a autora ser a mais curiosa que alguma vez viu (*Jornal do Commercio de*

Lisboa, 1862, setembro 12, como citado em Pires, 1908, pp. 67-68).

Próximo a Belmonte, «bispado da Guarda», existe a ermida de S. Cornélio (**Anexo 3, N.º 37**), que segundo se diz, albergou o Santo no seu desterro, embora haja autores que afirmem ser destituída de verdade tal convicção. O que é certo é a grande devoção existente pelo Santo. Diz João Baptista de Castro que através da imagem de S. Cornélio opera Deus muitos milagres (Castro, 1763, p. 255). Contudo, existe em torno da veneração ao Santo, um costume que parece produzir alguma irrisão, consistindo ele na singularidade de «os molestados de dôres de cabeça, quando vão em romaria á dita ermida, levam por offerta ao santo uma ponta de boi, a qual deixam á porta da tal ermida e logo alcançam a saude» (Milagres de S. Cornelio, 1901, p. 30).

Existe neste ato de culto como podemos verificar uma mistura de fé e superstição que dão um carácter singular à religiosidade das populações, e que parece ser tolerada pelos sacerdotes. Também Albano Gonçalves no artigo *A fogaça*, publicado no *Almanach* para 1904 (**Anexo 3, N.º 32**), sublinha a fé religiosa e a superstição presentes na devoção das populações quando afirma que o «povo das aldeias, habil cultor de superstições, e tambem respeitoso de crenças religiosas, venera com respeitoso acatamento o orago da capella da sua aldeia, onde todos os domingos recebe a benção do seu pastor e a sua palavra insinuante nas predicas dos dias festivos». Neste texto o autor refere igualmente o «sentimento religioso» que nasce com o homem que cultivava a terra e que entrega ao santo a fé de dele receber todas as graças. Donde a oferta e a promessa que se cumpre no dia aprazado para a romaria. A cura da doença que atinge alguma familiar ou o vencer as calamidades que ameaçam a sobrevivência dos animais e as colheitas, o «rapaz que se livrou da farda», são sinais do milagre como resposta à promessa que se oferece. A oferta pode também ser espontânea «independente de qualquer promessa, presidindo-lhe unicamente a devoção da romeira» que oferece no presépio do Senhor «flôres e as primicias das suas terras» e a Nossa Senhora, venerada na povoação, oferece «espigas de trigo, alfazemas e tomilhos».

No dia em que se realiza a romaria as romeiras vão à igreja de Nossa Senhora entregar as suas ofertas. Levam-nas à cabeça numa cesta composta por «espigas de trigo, com grande altura de flôres», ataviada com diversas fitas formando laços. A «cestinha repleta de flôres e fructas das fazendas» correspondem ao que na Beira Alta

denominam por fogaças. Segundo o autor é um vocábulo «propriamente beirão», cujo significado específico foi estabelecido nessa província (Gonçalves, 1903, pp. 283-285). No texto de Albano Gonçalves pode inferir-se que um dos pedidos que se dirige ao santo é o rapaz ficar livre da farda. Tendo em conta a importância que tinha para a família o rapaz livrar-se da incorporação no exército remetemos para o artigo publicado no *Almanach* para 1876 (**Anexo 3, N.º 38**), *Um embarque na Figueira*, de Bulhão Pato, e que traça de forma pungente a partida de um soldado.

A fé no milagre constitui na romaria talvez um dos elementos mais importantes. É a fé no milagre que move os romeiros, é a razão talvez mais profunda da romaria. E associado ao milagre as promessas que se fazem e a materialização do milagre recebido, ou seja, os ex-votos.

Na festa de Santo Amaro em Beja (**Anexo 3, N.º 12**), as romeiras, como já referimos, levam ao Santo pernas e braços «de massa (dôce pela maior parte)». Se de dia o culto decorre com decoro religioso, segundo o que diz no *Almanach* para 1860, Miguel José de Mendonça, pela noite o culto torna-se profano, na medida em que na igreja são vendidas as pernas e braços que se tinham oferecido ao Santo (Mendonça, 1859, p. 284).

Na romagem à capela de S. Pedro, junto à freguesia de Sernache, no concelho de Condeixa, que se realiza anualmente, acorre a população das povoações vizinhas para cumprir as suas promessas ao Santo (**Anexo 3, N.º 24**). As pessoas acometidas de «ceções» prometem levar em romaria a S. Pedro «uma telha (que para ter a devida virtude deve ser roubada) e um feixe de vides» no caso de o Santo as curar. Contudo, não deixam de consultar, segundo o autor, «o facultativo, boticario ou barbeiro» que lhes administra «quinino». Na véspera do dia do Santo percorrem «muitos d'elles seis léguas e mais», com a respetiva telha na cabeça, «e com o feixe de vides às costas (qual outro Izaak quando ia ser immolado)», acompanhados da música produzida pela viola e de descantes desentoados. Afirmo o autor que se reúnem «para cima de seis mil romeiros». Quando chegam à capela, colocam nos «degraus do altar» as telhas e o braçado de vides e rezam. Depois colocam nos devidos sítios as oferendas (Fabre, 1860, pp. 351-352).

Segundo José C. Dias d'Almeida, na Aldeia de Vinhó e povoações das redondezas,

a população atacada por doenças vai também em romaria à capela de S. Domingos, «junto a Nespereira – povo distante de Gouvêa quasi tres kilometros», em cumprimento de uma promessa levando ao Santo «algumas telhas furtadas (o numero varia conforme a promessa) do telhado mais proximo» (**Anexo 3, N.º 25**). Partem agrupados em ranchos os que vão em cumprimento de uma promessa e vão por vezes acompanhados de «uma detestável viola e os competentes adufes». Uma vez fechada a capela, os romeiros atiram por uma fresta as telhas que trouxeram, «dizendo : - «em louvor de S. Domingos que me tirou as maleitas». Cumprida a promessa que motivou a romagem, regressam a suas casas felizes, julgando nunca mais adoecer (Almeida, 1861, p. 215).

Na romaria à capela de S. Bartolomeu, junto à Pederneira, «no concelho de Alcobaça, onde se venera também S. Brás (**Anexo 3, N.º 39**), os crentes também levam telhas que «piedosamente tiram a seus vizinhos» como testemunho das curas que o Santo operou. A razão porque as tiram foi registada por J. Machado Leal no *Almanach de Lembranças* para 1876: «Ha mezes que uma senhora, exprobando a uma rapariga o ter furtado umas telhas, lhe perguntava o fim para que as tinha levado. [parágr.] - Não são para mim – lhe respondeu a rapariga – são para S. Braz. [parágr.] N'esse caso compra-as. [parágr.] - É que eu prometti-as furtadas – replicou a devota. [parágr.] - O santo não quer coisas furtadas – redarguiu a senhora. [parágr.] - Não quer ? Mas elle tirou-me as sezões !» (Leal, 1876, pp. 238-239).

Ernesto Veiga de Oliveira refere que o roubo ritual como meio de obter objetos destinados a dados usos costumeiros é relativamente frequente em Portugal. Nomeadamente, as telhas que têm de ser roubadas ritualmente, como forma de adquirirem «virtudes sobrenaturais» indispensáveis para se cumprir a promessa em dadas romarias (Oliveira, 1995, p. 287).

Na freguesia de Eiriz, julgado de Paços de Ferreira, existe a ermida do Senhor da Abelheira (**Anexo 3, N.º 40**). As populações das freguesias próximas, nomeadamente, «S. Fins de Ferreira, Carvalhoza, Figueiró», quando o porco lhes fica doente, fazem a promessa de caminhar em torno da capela caso o suíno sare. Curado o animal, convocam as moças da povoação e acorrem todos em romaria, «mais o convalescente». Cumpre-se a promessa, «come-se uma boa merenda, de antemão preparada, e torna cada um para sua casa alegre e satisfeito» (Queiroz, 1856, p. 141). As promessas formuladas

para livrar os animais da doença e proteger as colheitas devem ter assumido grande importância numa sociedade sobretudo agrícola.

O cumprimento de uma promessa pode realizar-se também através de penitências difíceis, que implicam sofrimento. Como se observa na romaria à ermida do Senhor Jesus da Piedade, em Elvas (**Anexo 3, N.º 14**), em que os romeiros, «homens e mulheres», em cumprimento das suas promessas caminham de joelhos em redor da capela. (Pires, 1865, pp. 301-302).

Na Torreira numa capela que aí existe dedicada a S. Paio (**Anexo 3, N.º 27**) cumpre-se uma promessa, que nos é descrita no *Almanach* para 1881, que consiste em ir uma pessoa amortalhada. A mortalha é uma veste cumprida e «transparente» que recobre o penitente até aos pés. É adornada com tiras multicolores e cingida na cintura. Nas proximidades da capela o romeiro que vai em penitência recolhe a mortalha à frente e ajoelha-se, e cumpre nessa posição um certo número de voltas em torno do templo, em oração. Nalgumas vezes carregam igualmente uma vela com as dimensões de quem a oferece, presa a «uma cana com fios».

A romaria é a penitência mas também é festa, o convívio entre rapazes e raparigas, a música, as danças e os descantes (Caldas, 1918, p. 77; Pires, 1865, pp. 301-302). A romaria constitui como que um caleidoscópio de emoções. Balança entre dois polos, a festa, por um lado e o sofrimento, por outro, que advém das promessas que se cumprem com muito sacrifício. Dois modos de fruir o sagrado.

O cumprimento de promessas assume diversas formas, estados de espírito e vivências como vimos. O santuário de Nossa Senhora da Atalaia (**Anexo 3, N.º 30**), situado a 4 quilómetros de «Aldeia Gallega do Ribatejo», recebe muitos devotos no mês de agosto, sendo das festas mais notáveis da «provincia da Extremadura» (Nossa Senhora da Atalaya, 1899, pp. 305-306). Segundo Pinho Leal, por voto que se fez em 1507 em virtude da peste que grassou, os «empregados da alfandega de Lisboa» dirigiam-se em romaria a Nossa Senhora da Atalaia. Esta romaria que ainda existe tomou o nome de Círio (Aldeia-Gallega do Riba-Tejo, 1873, p. 249), e tornou-se não apenas numa romaria dos «empregados da alfandega», mas também, como refere o *Almanach* para 1900 e para 1905 (**Anexo 3, N.ºs 30 e 31**), numa romaria das populações da Extremadura e do Alentejo. Diz a tradição que a água da fonte que nasce junto ao

altar-mor, tem a virtude de, segundo a crença, «sasar todas as molestias e maleficios, incluindo o mau olhado, a espinhella cahida, e até mesmo o mal da inveja que é dos males mais afflictivos ... especialmente para o invejoso» (Nossa Senhora da Atalaya, 1899, pp. 305-306).

Os círios são também referidos noutros textos do *Almanach de Lembranças*, assinalando a diversidade regional deste tipo de manifestação. Manoel Cristovam no *Almanach* para 1921 (**Anexo 3, N.º 34**), refere o círio a Nossa Senhora do Pranto em Dornes. Georgina de Carvalho, por seu lado, aborda no seu artigo os romeiros que afluem ao templo de Nossa Senhora dos Remédios (**Anexo 3, N.º 23**), a alguma distância de Peniche, e que levam ofertas que depõem junto à imagem da Senhora e os inúmeros romeiros que se deslocam em círios, indo em companhia da «prehisterica gaita de foles e do pagem para botar a lôa» (Carvalho, 1921, pp. 106-107). E Manoel Justino Pires (Elvas) conta que à ermida do Senhor Jesus da Piedade, em Elvas (**Anexo 3, N.º 14**), afluem «nos dias 21, 22 e 23 de setembro» muitos romeiros, não apenas da cidade, mas também de Badajoz, Olivença e das proximidades. «Os círios de Borba, Villa Viçosa, S. Romão, o de Varche, da aldêa de S. Domingos do Freixial, e o da cidade, vem n'este triduo celebrar as suas festividades, conduzindo-se em religioso prestito precedidos de um guião, em que está a imagem do Senhor», e na companhia de música e do lançamento de foguetes. Durante os dias da festa dizem os padres muitas missas para cumprimento de promessas (Pires, 1865, pp. 301-302).

Os flagelos que ameaçam a sobrevivência de uma povoação enfrentam-se frequentemente com a realização de uma procissão em que se reza, se pede proteção e se promete para obter da entidade divina o milagre. É este o sentido da procissão no Funchal perante a peste que assolou o arquipélago da Madeira em inícios do século XVI (**Anexo 1, N.º 11**). Por promessa feita passou, depois que foi afastada a peste, segundo as crenças, por milagre operado pela entidade divina, a realizar-se uma procissão no dia 1 de janeiro (Vaz, 1883, pp. 109-110). Em Pombal, a praga de gafanhotos que recaiu sobre o lugar (**Anexo 1, N.ºs 14, 15 e 16**) levou a comunidade a realizar uma procissão de preces e foi depois publicamente prometido realizar-se um festa em honra da Senhora caso salvasse a comunidade da praga. O que veio a suceder. No dia que se seguiu ao milagre foi dita missa e fez-se uma procissão de ação de graças e passou a

realizar-se desde essa altura a festa prometida (Santa Maria, 1712, p. 460).

As ermidas, capelas, santuários são «espaços de exibição de uma das diversas formas materiais que a devoção aos santos pode assumir: os ex-votos» (Gomes, 2013, junho, p. 173). O templo de Nossa Senhora dos Remédios (**Anexo 3, N.º 9**), em Lamego, é polo de uma grande romaria vindo gentes das mais diversas partes que deixam «avultadas esmolos e muitas offerendas, chamadas milagres, que pendem das paredes do templo». A proteção que Nossa Senhora dá à cidade é, segundo o autor, muito grande (Zagallo, 1858, p. 370).

Na ermida do Senhor Jesus da Piedade, em Elvas (**Anexo 3, N.º 14**), a «casa dos milagres» apresenta as paredes lotadas de «quadros, que attestão os beneficios que o Senhor tem concedido aos seus devotos» (Pires, 1865, pp. 301-302).

À ermida de Nossa Senhora do Livramento, na «freguezia da N. Senhora da Luz», próxima de Tavira, acorrem muitos devotos (**Anexo 2, N.º 38**), particularmente os marítimos. A ermida está erguida numa elevação perante o mar. No interior do templo suspensos nas paredes laterais vêem-se diversos «quadros allusivos aos milagres attribuidos á Virgem d'aquella invocação. «Vêm se uns representando cahiques; outros canôas; e ainda outros reproduzindo varias embarcações costeiras, todas já em vespera de proximos e inevitaveis naufragios. Umas com mastros e vergas já em estilhaços e os respectivos pannos em tiras e farrapos; vendo-se outras já invadidas pelas aguas procellosas e quasi a desaparecer no pélago profundissimo do oceano. Outras, enfim, já completamente adernadas, sem obedecerem a governo de natureza alguma, abandonadas á mercê das vagas espumantes, com as suas equipagens na mais extrema e angustiosa afflicção, vendo todos approximar-se a hora derradeira e sem ao menos poderem estreitar em doce amplexo os entes que lhes são mais caros e estremecidos na vida. N'esta hora suprema, pois, quando todos julgam já infructiferos e sem uncção suas ferverosas preces á Santissima Virgem, eis que ella lhes accode pressurosa, amainando os revoltosos ellementos, os quaes até ahi pareciam conspirar á porfia para a perdição de vidas e haveres de tantos infelizes. [parágr.] Foi pois o milagre da Virgem Mãe do Livramento que se operou, salvando de uma morte certa e horrorosa tantos desgraçados !» (Passos, 1891, pp. 355-356).

Estas tábuas votivas pintadas são um outro meio de perpetuar o agradecimento por

uma graça recebida (Peixoto, 1995, p. 187). A visão destas paredes das ermidas recobertas de quadros em que a tinta ainda fresca dava forma e cor ao prodígio devia espantar os romeiros. As histórias que contam deviam tocá-los porque também eles teriam passado por momentos difíceis nas suas vidas. Nestes quadros resumia-se em imagens e a algumas legendas o contraste entre a aflição face a uma calamidade e a celebração da alegria pelo milagre salvífico. Mas constituem também um fresco, uma ilustração, um documento da vida da época (Correia, [http://www.ipv.pt/millennium/Millennium22/22\\_2.htm](http://www.ipv.pt/millennium/Millennium22/22_2.htm)).

Os ex-votos podem assumir como vimos formas diversificadas de materialização da devoção e de representar o sinal e a memória de um milagre que a Senhora ou o Santo operaram em favor daqueles que os invocam em alturas de dificuldade (Santa Maria, 1711, p. 160; Gomes, 2013, junho, p. 173), desde representações do corpo nos mais diferentes suportes, a tabuinhas pintadas, círios, figuras esculpidas, mortalhas, telhas roubadas. Um ex-voto curioso é o que oferece Fr. Bernardo de Brito (**Anexo 3, N.º 7**), na ermida de Nossa Senhora da Memória, em que perpetua em síntese a história de Nossa Senhora da Nazaré, na inscrição que lavra na pedra em homenagem à Senhora, «é á eterna lembrança, por voto que tinha feito» (Cavalleiro, 1879, pp. 106-108). Outro, é o «famoso lagarto de sola, de alguns metros de comprimento e bocca de crocodilo, pendente do tecto da igreja, em cadeias de ferro» que existe na Nossa Senhora da Lapa (**Anexo 3, N.º 17**), freguesia de Quintela, em Sernancelhe, Moimenta da Beira (Mattos, 1911, pp. 166-168), a que já fizemos menção. Fr. Santa Maria refere-se nestes termos ao lagarto: «Alli se vé tambem pendurada em huma linha de ferro da Igreja a pelle de hum grande lagarto marinho, ou Jacaré, que hum homem matou, favorecido daquella grande Senhora, em as partes da India Oriental, que agradecido ao seu favor, lha veyo a offerecer à sua Casa, o qual era natural daquelles partes, & vendose em hum perigo grande de ser despedaçado daquella féra, a Senhora lhe deu valor, & animo, para que o pudesse matar» (Santa Maria, 1711, p. 160).

Cada um dos ex-votos exibidos numa ermida é singular, conta uma história individual, mas que faz parte de uma narrativa mais geral e que todos reconhecem, a graça ou milagre concedido pelo Senhor, por Nossa Senhora ou pelo Santo nas horas de dificuldade, e que aqueles objetos «performatizam» (Gomes, 2013, junho, p. 187).

Trata-se de uma outra forma de representar uma ação ou uma narrativa que se quer contar. Segundo Lilian Gomes, «subsumi-los a uma narrativa totalizante seria lhes despir de sua singularidade, que, como já foi assinalado, não está ausente, apesar da aparente homogeneidade de certos grupos de ex-votos» (Idem, p. 187).

Na generalidade, seja qual for, o objeto pode transformar-se num ex-voto e passar a ter novas significações, e neste sentido, poder-se-á afirmar que os objetos são aquilo em que se tornam, e não para o que foram construídos (Thomas, 1991, como citado em Gomes, 2013, junho, p. 187). O mesmo podemos afirmar relativamente ao património cultural e aos novos usos que lhe são atribuídos, diferentes muitas vezes dos que presidiram à sua conceção. Ou seja, o património é aquilo em que se torna, ou que se vai tornando de acordo com os usos e os sentidos que lhe vão sendo dados.

Os ex-votos funcionam como uma «expansão da existência da pessoa como memória» e como continuidade da relação com o santo para além da morte (Gomes, 2013, junho, pp. 188-189). Estes objetos transportam consigo a memória de um acontecimento ou de uma vida, e neste sentido permitem aceder a outras «realidades espaço-temporais». Por outro lado, estes objetos recebem sinais distintivos dos seus donos, embora estes sinais não sejam identificáveis para os outros (Charuty, 1992, como citado em Gomes, 2013, junho, p. 189). No plano do individual, os ex-votos ajudam a definir a imagem que a pessoa tem de si própria e que quer projetar de si para os outros (M. Yourcenar, 1974, pp. 70-71, como citado em Guillaume, 2003, p. 74). Ou seja, os ex-votos embora sejam considerados como meios de pagar uma promessa adquirem outros significados para além de parte de um sistema de trocas. A relação entre o devoto com o seu santo é muito mais rica e significativa se perspectivada para além de elemento de um modelo de mercado baseado num sistema de trocas (Sahlins, 1976; Menezes, 2004 como citados por Gomes, 2013, junho, p. 190). Segundo Geraldo Dias, o ex-voto «mais do que uma economia de troca, é uma economia de dádiva» (Dias, 1986, setembro-dezembro, p. 270).

Os ex-votos são um testemunho da fé do devoto e da santidade da entidade que é venerada na ermida. Mas estes objetos devem ser estudados não somente na perspectiva da relação do devoto com o santo, mas também a partir do ângulo da relação «entre pessoas e coisas» (Gomes, 2013, junho, p. 191), e portanto, entre pessoas e património

cultural, e do modo como interagem e se moldam através dessa relação.

Os ex-votos são sobretudo lições «sobre a condição humana, sobre essa extrema fragilidade do homem que ele não consegue vencer com seus recursos, tendo de recorrer então a mais elevados poderes confiados a uma entidade superior» (Correia, [http://www.ipv.pt/millenum/Millenum22/22\\_2.htm](http://www.ipv.pt/millenum/Millenum22/22_2.htm)).

#### **4.5. A festa, «que é necessário fazer e gozar»**

##### **4.5.1. O arraial, os folguedos, o comércio**

A festa é outro dos elementos que a «estrutura tipológica duma romaria engloba» (Dias, 1986, setembro-dezembro, p. 268). A festa é uma componente da romaria presente durante a viagem dos romeiros à capela do santo ou da Senhora da sua devoção. A música, as danças, os descantes são parte importante na romagem ao lugar sagrado. E depois de visitarem a capela, os romeiros vão à festa, ao arraial, à feira, um importante elemento também das romarias. As feiras, como afirma José da Silva Lima, são «lugares de festa» e «são também lugares, do mercado, da compra, do pagamento, da medida, do preço» (Lima, 1986, abril, p. 148).

Assim os romeiros que acorrem à ermida de Nossa Senhora do Castelo, em Espanha (**Anexo 3, N.º 2**), depois de cumprirem com as suas obrigações na capela da Senhora, dirigem-se a um lugar próximo, Perena, onde se realiza uma feira e uma festa, que dura três dias. Durante estes dias de festa representam-se comédias, realizam-se bailes e corridas de touros, nas quais o mais bravo dos animais é abatido com espantosa crueldade (Salazar, 1856, p. 357).

A romaria à antiga capelinha que existe junto à «ponte de Cabeza» (**Anexo 3, N.º 11**), que forma por alturas do meio dia um notável «arraial» tal é a afluência de romeiros, está provida «de tudo o que costuma haver nas grandes romarias, como talhos, casas de pasto, doceiras, tendeiros, etc.» (Almeida, 1859, pp. 300-301).

Nas festas de Nossa Senhora da Atalaia (**Anexo 3, N.º 31**) faz-se também um enorme arraial, «que dura tres dias, e em que se exhibem muitas barracas de comidas, bebidas, theatros e outros divertimentos, apresentando-se o grande terreno vistosamente [embandeirado]. Ahi a chegada dos cirios, o ruido atroador das philarmonicas e

foguetes, as danças, guitarradas e descantes dão áquelle local uma animação impossivel de descrever». São dias de divertimentos para os que ali acorrem e que no ano seguinte querem voltar a fruir (Cirio da Atalaya, 1904, pp. 353-354).

Terminada a função religiosa na romaria à Senhora do Carmo da Azaruja (**Anexo 3, N.º 15**), «vão para os touros os que lá podem entrar, que é o menor numero. Depois do rebentamento de fogo, «desata tudo n'um phrenes de folgança: uns cantão, outros tocão; as danças populares não têm numero, e isto dura, sem interrupção, dous dias e duas noutes. No meio de tanta folia observa-se que a devoção para com a Virgem não esmorece, porque trazem muitas offerendas de dinheiro, cêra, trigo, azeite e mais generos; e arrastão-se descalços ou de joelhos rezando, em volta da ermida». No decorrer destes dias quase não ocorrem crimes, violências ou desentendimentos, e todos regressam a suas casas alegres (Z. O. V. X., 1865, pp. 292-293).

Na romaria à ermida de Santo Amaro (**Anexo 3, N.º 19**), também há arraial, «no qual se dança animadamente ao som da classica gaita de folles e do ruido aterrador d'um grande zabumba», e é frequente haver confrontos entre os jovens (Lemos, 1887, pp. 249-250).

O divertimento na romaria a Nossa Senhora da Cabeça (**Anexo 3, N.º 18**) convive com a devoção dos romeiros que ali se dirigem. Para além dos atos de culto, uns cantam e dançam a musica produzida por uma «banza» e pelas «castanholas de buxo» que uma rapariga espanhola manuseia. Mais além, os partidários de São Martinho partilham brindes à saúde. Rapazes e raparigas conversam. Outros comem os seus farneis. «Finalmente quem uma vez ali fôr, sentirá por muito tempo na alma a saudade de tão poetica romagem» (A. J. G., 1884, p. 308).

Em Peniche (**Anexo 3, N.º 23**) a festividade dos Três Círios que decorre em outubro, no último domingo do mês, consta de «festa na igreja, arraial, fogo de vistas e bailaricos, durante três dias e três noites», a que não faltam a música e grandes manjares (Carvalho, 1921, pp. 106-107).

Como diz Albano Gonçalves (Salvaterra de Magos), no artigo que subscrive com o título *A fogaça*, publicado no *Almanach* para 1904 (**Anexo 3, N.º 32**), o dia de romaria é o «mais festivo do anno». Todos festejam (Gonçalves, 1903, pp. 283-285), e como referimos, não apenas os que vivem na aldeia, mas também os povos que ali

afluem vindos de várias partes, e até do reino de Espanha.

#### **4.5.2. Singularidades da festa**

Na romaria a Nossa Senhora de Vagos (**Anexo 3, N.º 26**), a festa, para além das danças, da música, dos descantes, tem uma especificidade. Pela tarde do dia em que visitam a capela da Senhora, segunda-feira depois do Espírito Santo, «há o bôdo no arraial, o qual consiste em pão e carne, que, os que o promettem, dão, em honra da Senhora, ao povo da sua parochia, que vem á romaria. O pão guardam-n'o como reliquia santa» (J. S.F., 1867, pp. 241-242). Portanto, a festa de romaria como momento de distribuição ritual de alimentos. Por outro lado, constata-se que algo com valor de subsistência, o pão, recebe novos significados identificando-se com Nossa Senhora. Tal como, na doutrina religiosa, o pão é o corpo de Cristo, neste artigo, fica-se com a ideia de que para o romeiro, o pão é também «reliquia santa» de Nossa Senhora. Ou seja, temos na festa de romaria, a folgança e devoção, a interpretação do leigo acerca da natureza do sagrado e os dogmas da Igreja. Pela noite, os romeiros regressam à vila e desfrutam o tempo «dançando e cantando».

A romaria a Fátima (**Anexo 3, N.º 22**) que Avelino de Almeida descreve não está ligada a folguedos. O milagre que se espera testemunhar não combina com espírito de folia, de danças e descantes. Há a veneração que obriga estes romeiros a retirar os seus chapéus (Almeida, 1918, pp. 74-75).

#### **4.5.3. Teatro, a reconstituição da memória**

Na romaria da Senhora de Antime (**Anexo 3, N.º 4**) a «companhia de mosqueteiros da procissão» assinalava com salvas o momento em que o préstito saía da igreja e quando regressava. As estrepitosas salvas faziam-se também ouvir na representação de uma investida protagonizada por essa mesma companhia de mosqueteiros a um castelo simulado defendido por figuras desempenhando o papel de mouros. No final, depois do aparatoso confronto e vencido o infiel o castelo era incendiado. Conta a tradição que a representação deste combate comemorava a façanha das populações deste lugar que derrotaram e expulsaram os mouros, «quando era senhor o povoador de Fafe, nos primeiros tempos de nossa independencia , D. Egas Fafes»

(Pereira-Caldas, 1858, pp. 274-275).

Na romaria da Nossa Senhora das Neves (**Anexo 3, N.º 10**), na «província do Minho, num largo contíguo à capela da Senhora envolvido por paisagem deslumbrante havia festa muito animada. Uns aplaudiam, outros esforçavam-se por arrancar aplausos com as suas danças, outros ainda, disputavam à musa inspiração para os seus poemas às raparigas. Num ambiente assim festivo, por sobre um palco improvisado sustentado em sólidos troncos revestidos por ramagem diversa se representa o dileto auto de Floripes e Ferrabraz. Cai a noite quando entram quinze cavaleiros no largo, uns trazendo nos cavalos, «selim» outros «albardão». Formam duas fileiras e percorrem o terreiro. Dispõem-se, então, em lados contrários como se de uma batalha se tratasse. Num dos campos figuram os que representam «os denominados doze pares de França» liderados por Carlos Magno; no outro campo oposto estão os que representam os mouros chefiados pelo «almirante Balão». Saem vencedores da contenda, os comandados pela figura representando Carlos Magno, subindo nesse altura ao palco, para aí representarem os papeis que lhes foram distribuídos. No drama representado entra também Floripes, senhora de Guy de França. O auto é muito aplaudido findando a festa com nova batalha, «em que o almirante mouro se finge victima dos pares francezes, e Floripes com seu irmão Ferrabraz ficão em poder dos mouros» (Mattos, 1859, pp. 370-371).

O *Auto de Floripes* é também tema de um artigo de Paulo Raposo, publicado na revista *Etnográfica*, em 1998 com o título *O Auto de Floripes: “cultura popular”, etnógrafos, intelectuais e artistas*<sup>7</sup>. O termo *auto popular*, como afirma, é complexo e encerra muitas vezes diversos sentidos, na medida em que entre o final do século XIX e o início do século XX aparece definido de diferentes formas. O auto popular, segundo o autor, deve ter tido origem na adaptação dos autos religiosos, ou seja, do sagrado constituído pelos «cânticos, danças, jogos ou representações que ocorriam em actos, procissões, cultos ou evocações religiosas (dentro e fora dos templos)» e que a autoridade religiosa regularmente veio a proibir, levando a que desse modo viessem a ser lançados para além do âmbito e do tempo rigorosamente religioso (Raposo, 1998, p. 189).

---

7 - No artigo em referência vem transcrito o artigo de Sampaio e Mattos publicado no *Almanach de Lembranças* para 1860.

Segundo afirma Cláudio Basto no artigo publicado na *Revista Lusitana* de 1912, o *Auto de Floripes*, «representação popular» que se apresenta na romaria da Senhora das Neves, em Viana do Castelo, tem vindo a ser muito adulterado. Segundo, a memória dos mais idosos, já não se representava este *Auto* como antigamente. Para estes idosos, somente os atores mais velhos, entusiastas da antiga representação, o representavam como deve ser. Na realidade, «vivem na memória daquela gente velha os homens que noutros tempos eram as personagens principais do antiquíssimo auto». Eram sempre estes homens que representavam os mesmos papéis. Estes papéis eram depois legados aos seus descendentes, tal como já eles os tinham recebido de seus pais (Basto, 1912, p. 93). O artigo 2.º da Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial de 2003, remete para a noção de que este «património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interação com a natureza e da sua história». Também os atores das gerações mais jovens, que herdaram os papéis de seus ascendentes, recriavam o modo como se representava o *Auto de Floripes*, não representando esses papéis tal como os seus pais os representaram. E mesmo o próprio guião parece ter sido ao longo do tempo adaptado pelas novas gerações. As gerações mais velhas, contudo empenhavam-se, como guardiões da memória, para que o desempenho dos novos atores se aproximasse o mais fielmente do modo como os atores mais antigos interpretavam os seus papéis neste *Auto*. Na realidade o que recordamos do passado condiciona o entendimento que se têm do presente: «*Dantes sim !*» afirmava a população mais idosa a Cláudio Basto, autor deste artigo, «*Dantes é que isto era levado a primor. Agora falta F., falta C.*» (Basto, 1912, p. 93). Neste sentido, podemos dizer que o património cultural terá de ser entendido na perspetiva dos que o olham em relação com o passado e da recriação a que é sujeito. A transmissão desse património de geração para geração deve ser vista nesta dupla perspetiva de um passado como parte do presente e da recriação.

Também devemos ter em consideração que os atores do património mudam com as gerações e como tal deve colocar-se a questão de quem decide o que preservar e o que preservar (Leal, 2013, p. 140, como citado em Sousa, 2015, p. 18): preservar o como se fazia dantes? Ou o como se faz agora? Que processos sociais preservar ?

Aristóteles e Santo Agostinho colocavam também questões acerca «do passado que já não existe, o futuro que ainda não é e o presente que se abole no mesmo momento em que nasce». Segundo Kant, como refere Candau, «Lembrarmo-nos permite manter em conjunto estas três dimensões temporais», na medida em que, «a faculdade de memorizar e a faculdade de prever servem «para atar numa experiência coerente aquilo que já não existe *mais* e aquilo que *ainda não existe* por meio daquilo que é *presente*» (Kant, 1986, p. 1000, como citado em Candau, 2013, p. 51).

Carlos Alberto Ferreira de Almeida refere a necessidade que as comunidades têm «de ancoradouros de memória, de sítios, de valores e de padrões, isto é, de um património que seja o fundamento da sua consciência e lhes garanta a perspetivação do futuro» (Almeida, 1993, p. 412). Quanto a nós, é este sentido das palavras deste investigador que encontramos materializadas no *Almanach de Lembranças*, e nas procissões, festas e romarias que nele estudamos.

A análise das romarias descritas no *Almanach de Lembranças*, apoiada pela bibliografia complementar, permite-nos salientar os seguintes aspetos:

1. Existem os seguintes tipos de romaria: locais, regionais, inter-regionais (Almeida, 1984, p. 77), e de lugar, a que ocorrem apenas os romeiros da comunidade dessa povoação ou aldeia;
2. «As vivências de religiosidade popular» (Almeida, 1984, p. 75), embora muito intensas em ermidas, capelas e santuários que se localizam em lugares isolados, de difícil acesso, em montes elevados, e em que a paisagem que as enquadra é deslumbrante e impregnada de sacralidade, e como afirma C. A. Ferreira de Almeida, proporcionando aos sentidos uma experiência que não se esquecerá e que se pretenderá divulgar, também é intensa nos polos de romaria que se situam no interior das povoações e nalguns casos, em terrenos de particulares;
3. As capelas e ermidas são santuários religiosos frequentemente implantadas em santuários naturais. O que remete para uma relação entre o património cultural imaterial e património natural. Podemos mesmo considerar que a preservação destes santuários religiosos e dos santuários naturais onde estão erguidos estão interligados. Na realidade, nalguns casos, estes santuários religiosos e naturais estão classificados como património;
4. As manifestações de património cultural imaterial transformam e individualizam os lugares;

5. Os polos de romaria podem não ter uma ermida, capela ou santuário. O que pode indicar que o sentido de uma romaria se materializa no espírito do lugar, como observamos em Fátima. Os romeiros acorrem a Fátima, e a ermidas pelo significado desses lugares e dessas «casinhas» do Senhor, de Nossa Senhora ou dos Santos;
6. A viagem que se empreende à capela, ermida ou santuário é enquadrada pelo ambiente de festa. Durante a caminhada há a música e os descantes, dança-se, convive-se. Há a alegria de quem sai da rotina dos trabalhos e dos esforços do dia-a-dia. Mas há pessoas também que vão na romagem cumprindo uma promessa, que implica por vezes suportar sofrimento físico;
7. Estas viagens de romaria comportam grande movimento de pessoas podendo neste sentido ser entendidas também como veículos de difusão do património cultural de comunidades muitas vezes situadas em lados diferentes da fronteira;
8. As romarias transformam as povoações. Os efeitos dessas transformações são visíveis no aumento da população do lugar onde os devotos vão em romaria. Para além dos efeitos demográficos e culturais, existirão também consequências económicas. Como vimos, existe associado aos lugares de romarias um conjunto de estruturas de apoio, como as feiras; «talhos, casas de pasto, doceiras, tendeiros» (**Anexo 3, N.º 11**); policiamento, reforçado por forças militares como acontecia na romaria a Nossa Senhora da Lapa, em Sernancelhe, Viseu (**Anexo 3, N.º 18**);
9. As descrições sobre as romarias também nos revelam tipos de instrumentos de música mais usados, por exemplo: Na festa que havia na romaria da Senhora da Cabeça, cuja ermida se situa perto «da freguesia de Freixieiro de Soutello, concelho de Vianna do Castelo», dançava-se e cantava-se ao «som» da banza e «das castanholas de buxo» (**Anexo 3, N.º 18**); na romagem à senhora das Neves, «na freguesia das Neves, na provincia do Minho», usavam-se «duas ou tres violas, igual numero de clarinetes e rebecas, algumas vezes o bello violão (vulgo de tripa), e sempre as castanholas hemisphericas de sêcco e duro buxo» (**Anexo 3, N.º 10**); no arraial que havia na romaria que se fazia à ermida de Santo Amaro, «na freguesia de Riba d'Ancora, concelho de Caminha», dançava-se ao som da gaita de foles e do zabumba (**Anexo 3, N.º 19**); nas festas da romaria de S. Paio, na Torreira, usavam-se os «violões, violas, clarinetes e rebecas», por vezes, os «instrumentos de metal e o festejado zabumba» (**Anexo 3, N.º 27**); os que se ajuntavam em ranchos na romagem à ermida de S. Domingos, «junto a Nespereira – povo distante de Gouvêa quasi tres kilometros», levavam a viola e os adufes (**Anexo 3, N.º 25**);
10. Os polos de romaria são lugares de devoção mas também de festa, de sociabilidades, de fruição. São também lugares onde se manifesta a fé mais profunda pela Senhora, pelo Santo ou pelo Senhor, mas são também lugares onde se realizam rituais associados à superstição. Ou seja, a fé e a superstição

aparecem muito ligadas nos lugares de romaria, o que dá à religiosidade das populações características singulares, e que parece ser tolerada pelos sacerdotes. Aliás, nalguns atos regista-se mesmo a colaboração do clero (**Anexo 3, N.º 35**);

11. Podemos considerar, assim, que o perfil do romeiro não é uniforme, combinando não raras vezes valores contraditórios. Há romeiros devotos, manifestando uma fé sentida, e, outros cuja motivação que os levava à romaria seriam os divertimentos, os folguedos, ou seja a festa. Haveria mesmo romeiros que usavam linguagem indecorosa e teriam comportamentos imoderados. Podemos ainda extrapolar que os romeiros que iam por motivações religiosas, também integravam a festa e a folia, dançavam e cantavam. Há também o romeiro supersticioso e que alia a fé à Senhora ou ao Santo à superstição. Os romeiros seriam camponeses, nalgumas romarias, contudo, faz-se referência a romeiros que pertenceriam a um setor da sociedade diferente, como na *Festa de Santo Amaro em Béja*, em que participariam não apenas as romeiras camponesas dos arredores, mas também as «senhoras de Béja» (**Anexo 3, N.º 12**);
12. Nas romarias convivem, portanto, o profano e o sagrado;
13. Os atos de culto comportam, sobretudo, missa e procissão, rituais de fé e superstição, oferendas, promessas e ex-votos;
14. As ofertas que se fazem podem ser espontâneas e independentes de qualquer promessa, ou podem constituir o cumprimento de um voto que se fez;
15. O cumprimento de promessas é segundo as descrições do *Almanach* uma das mais importantes ocasiões da romaria, bem como a fé no milagre associado às promessas e ao seu cumprimento;
16. Os ex-votos materializam de formas diversificadas a devoção e a memória de um milagre operado em favor daqueles que invocam em alturas de dificuldade o Senhor, a Senhora ou o Santo (Santa Maria, 1711, p. 160; Gomes, 2013, junho, p. 173). Alguns ex-votos, descritos no *Almanach*, correspondem a representações do corpo nos mais diferentes suportes, a tabuinhas pintadas, círios, figuras esculpidas, mortalhas, telhas roubadas. Analisamos também o ex-voto de Fr. Bernardo de Brito, constituído por uma inscrição na pedra na capela de Nossa Senhora da Memória e «o famoso lagarto de sola, de alguns metros de comprimento e bocca de crocodilo» exibido na capela de Nossa Senhora da Lapa, em Sernancelhe, Viseu;
17. Os ex-votos contam histórias de pessoas em momentos difíceis da sua vida, e nesse aspeto têm um significado individual. Mas o que simbolizam é reconhecido por todos, e neste sentido têm um significado coletivo;
18. Os objetos são aquilo em que se vão tornando de acordo com os usos e os significados que lhes vão sendo atribuídos;

19. A festa é uma dimensão fundamental da romaria;
20. A romaria, tal como as procissões e as festas, demonstra a disponibilidade das pessoas para a festa. Há assim um sentido de continuidade no que se relaciona com as emoções, o espírito festivo. Mas há também um sentido de continuidade na forte devoção, na relação intensa com o sagrado por parte dos devotos, mesmo que, ou também por isso, misturada com a superstição, a outra face da fé.

## Considerações Finais

Partindo dos dados recolhidos nos artigos publicados no *Almanach de Lembranças* sobre procissões, festas e romarias podemos constatar que os autores incidem as suas descrições em determinados aspetos dessas manifestações. Não raras vezes a função religiosa que estes acontecimentos integram é ignorada, centrando-se o foco da atenção do autor na dimensão festiva ou em aspetos que consideram curiosos. Este padrão que encontramos nestas descrições, pode refletir não apenas uma escolha do autor, mas também o envolvimento e o valor que as populações atribuem nestas manifestações à festa.

As descrições destes autores, também incluem a devoção manifestada pelas populações, como elemento identitário que se afere deste tipo de práticas.

Podemos, neste sentido, afirmar que o *Almanach* é um espaço de interpretação e de «representação identitária» e como «Qualquer processo de interpretação espelha o seu sujeito», e as comunidades nele representadas e, como tal, este anuário «pode ser como um espelho para cada um» dos seus leitores e para as populações nele visadas (Lapa, 2008, p. 4).

A partir do nosso estudo verificamos que a interpretação acerca do modo como deviam ser exteriorizados os comportamentos no decorrer das procissões, festas e romarias e como deviam ser sentidas estas práticas, não era conforme com as «coisas que a igreja manda», expressas na regulamentação, por exemplo, emanada das constituições sinodais, nomeadamente do século XVI. O que revela que esta oposição quanto ao modo de interpretar este tipo de manifestações persistiu no tempo. Não podemos, contudo, ver nestas práticas um campo de confronto entre o sacerdote e as comunidades. Como se comprova pelo *Almanach de Lembranças* e pelo estudo de João Leal intitulado *Impérios, povo e clero em Santa Bárbara (Santa Maria, Açores)*, existe pelo contrário, muitas das vezes uma atitude de tolerância por parte do sacerdote, que também participa nestas manifestações. Atos que combinam frequentemente o profano e o sagrado, a fé e a superstição, reivindicações de um passado cuja delimitação temporal é imprecisa.

O que nos parece também constituir uma permanência ao longo do tempo, tendo

em conta as fontes, é o «caráter insuprível da festa» (Teixeira, 2010b, p. 29). O que nos permite afirmar que as festas, de acordo com o que se descreve naquele anuário, podem ser consideradas como «manifestações do instinto lúdico fundamental e do poder imaginativo do homem» (Oliveira, 1995, p. 43). Daí a presença, por um lado, da festa em procissões e romarias, e por outro, daquilo que era considerado pelas autoridades religiosas e civis como desmandos praticados pela população nas festas (Crespo, 1988, pp. 94-95), como atestam os textos do *Almanach*. O que permite sustentar, também tendo também em conta o que nos é descrito no *Almanach de Lembranças*, que existem fronteiras fluidas entre procissões, festas e romarias.

Na realidade existem comportamentos, modos de interpretar estas manifestações que constituem um padrão que subjaz às necessárias recriações protagonizadas pelas comunidades no tempo e no espaço. O que nos permite considerar que o património cultural deve ser entendido como um processo de transformações evidentes, mas também de permanências, por vezes de difícil identificação ou perceção. Cabe à mediação patrimonial assinalar aquele «património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, (...) constantemente recriado pelas comunidades e grupos» (Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, 2003), e cabe-lhe igualmente indicar as permanências, aquilo que muda apenas na longa duração, que é aquilo que com este trabalho também desejamos ter cumprido.

Embora, incluídas nas práticas sociais, rituais e eventos festivos, identificamos nas procissões, festas e romarias descritas no *Almanach*, a presença de outros domínios em que se manifesta o património cultural imaterial, como as artes do espetáculo, as tradições e expressões orais, os conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo, as aptidões ligadas ao artesanato tradicional. A análise das procissões, festas e romarias a partir do *Almanach*, leva-nos assim a concluir que os domínios em que se manifesta o património cultural imaterial não são estanques, combinam-se e misturam-se nas práticas que estudamos. Como tal, na classificação do património cultural imaterial deve-se ter em consideração essa fluidez entre os seus domínios.

As procissões, festas e romarias expressam a «individualidade» de «determinadas regiões» e de «formas culturais de estar portuguesas» (Gouveia, 2001, p. 72) e têm uma

história que o *Almanach* nos permite reconstituir.

Tendo em conta a relação estreita entre identidade e memória e entre o envolvimento das comunidades e património cultural no *Almanach de Lembranças* podemos considerar que esta publicação constituiu um instrumento de mediação patrimonial de que os seus colaboradores foram os seus principais atores.

As ideias aqui expressas podem ser sintetizadas no seguinte esquema:

1. Nos textos que analisamos os autores dão a sua interpretação, interpretam estas manifestações de acordo com a sua perspectiva, ou seja, tratam-se de discursos subjetivos; esta subjetividade do discurso é uma fonte importante de informação tanto pelo que é realçado nas suas descrições como pelo que nelas é ignorado, e ainda pelas opiniões críticas que formulam acerca de dados costumes;
2. Os conceitos de procissão, festa e romaria não são estanques entre si;
3. A festa tem «caráter insuprível». As festas correspondem a «manifestações do instinto lúdico fundamental e do poder imaginativo do homem (Oliveira, 1995, p. 43). O que pode explicar a presença da festa em procissões e romarias e a dificuldade da igreja e das autoridades civis em controlarem as «paixões» e os «impulsos festivos» da população (Crespo, 1988, pp. 92-94);
4. As procissões, festas e romarias analisadas remetem para um sentido de continuidade, ou seja, incorporam processos sociais e um conjunto de elementos identitários e referências simbólicas que persistiram no tempo apesar dos obstáculos impostos pelas autoridades religiosas e mesmo pelo governo. Este tipo de manifestações remete também para identidade e memória, isto é, identificam e dão identificação. As procissões, festas e romarias incluem recursos performativos, que conduzem a uma experiência sensorial intensa e convivem nelas a sociabilidade e a espiritualidade, o profano e o sagrado. Isto é, este tipo de manifestações reflete o modo como aquelas comunidades interpretavam a vida na sua dimensão religiosa e social;
5. Ou seja, O *Almanach* é um espaço de interpretação e de «representação identitária»;
6. Por último, consideramos que a aplicação das formulações que certificam e regularizam processos de valorização e classificação patrimonial contidas na

Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial de 2003, a procissões, festas e romarias entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX, leva-nos a considerar que na classificação do património cultural imaterial se deve ter conta que os domínios em que se manifesta não são estanques entre si proporcionado deste modo uma visão integrada do património cultural.

## Referências bibliográficas

### Fontes impressas

A. J. G. (1884). A ermida da Senhora da Cabeça. In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1885*, (p. 308). Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira.

Abranches, Joaquim Candido (1882). Costumes michaelenses, Alvorada de S. Pedro. In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1883*, (pp. 44-45). Lisboa: Lallemand Frères, Typ. Lisboa, Fornecedores da Casa de Bragança.

Abranches, Joaquim Candido (1883). Os romeiros michaelenses. In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1884*, (pp. 195-196). Lisboa: Lallemand Frères, Typ. Lisboa, Fornecedores da Casa de Bragança.

Abreu, José Antonio Ferreira d' (1858). Nazareth. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1859*, (p. 298). Lisboa: Imprensa Nacional.

Abreu, José Antonio Ferreira d' (1859). Casamentos na Pederneira. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1860*, (pp. 373-374). Lisboa: Typographia Franco-Portugueza.

Abreu, Justiniano d' (1877). Usanças gastronómicas. In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1878*, (pp. 261-262). Lisboa: Lallemand Frères, Typ., Fornecedores da casa de Bragança.

Almanach de Lembranças (1857). In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1858*, (pp. 5-7). Lisboa: Imprensa Nacional.

Almeida, Avelino d' (1918). Fatima. In O. Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1919*, (pp. 74-75). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Almeida, José C. Dias d' (1861). Promessa original. In Alexandre Magno de Castilho, & Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para on anno de 1862*, (p. 215). Lisboa: Typographia Franco-Portugueza.

Almeida, M. A. Magalhães e (1859). S. Bartholomeu da ponte de Cabez. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1860*, (pp. 300-301). Lisboa: Typographia Franco-Portugueza.

Anthero (1880). Romaria de S. Paio. In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1881*, (pp. 82-83). Lisboa: Lallemand Frères Typ., Fornecedores da Casa de Bragança.

Anónimo (1867). Arvores no Porto. In Alexandre Magno de Castilho, & Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1868*, (p. 150). Lisboa: Typographica Franco-Portuguesa.

Anónimo (1879). A praia da Nazareth. In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1880*, (pp. 251-252). Lisboa: Lallemand Frères Typ., Fornecedores da Casa de Bragança.

Anónimo (1883). Castello da Feira. In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1884*, (pp. 92-94). In Lisboa: Lallemand Frères, Typ. Lisboa, Fornecedores da Casa de Bragança.

Anónimo (1895). A Festa do Bodo em Pombal. In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro (dir.) & Antonio Xavier de Sousa Cordeiro (Secretario da redacção), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1896*, (pp. 316-318). Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira.

Anónimo (1902). Procissão solemne no seculo XVIII. In A. Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1903*, (p. 119). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Archivo historico: o castello de Lanhoso e o Sanctuario de Nossa Senhora do Pilar (1900). In A. Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1901*, (pp. 66-67). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Avellar, J. M. S. de (1871). Casamentos nos Arrifes (S. Miguel). In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1872*, (pp. 158-159). Lisboa: Lallemand Frères, Typ. Lisboa.

Barata, Maria Tereza Tavares (1929). As entrudadas na Trofa. In O. Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanaque Lembranças Luso-Brasileiro para o ano de 1930*, (p. 163). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Bolo do Pombal, O (1914). In Adriano Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1915*, (p. 163). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Brandão, M. J. Cunha (1913). A igreja de Rubiães. In Adriano Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1914*, (p. 168). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Butler, A. (1862). Cruz de Portugal. In Alexandre Magno de Castilho, & Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o anno de 1863*, (p. 302). Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza.

Cabreira, Frederico Leão (1859). Gruta de Camões em Macáu. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1860*, (pp. 133-136). Lisboa: Typographia Franco-Portugueza.

Callado, Antonio Mendes (1857). Festa do Boishinho de S. Marcos. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1858*, (pp. 368-369). Lisboa: Imprensa Nacional.

Calado, José Bernardo de Moraes (1884). A Senhora do Castello em Hespanha. In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1885*, (pp. 263-264). Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira.

Caldas, José Luiz de (1918). A Senhora da Peneda. In O. Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1919*, (pp. 77-78). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Caminho da fonte (1911). In Adriano Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1912*, (p. 233). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Camponez Peregrino (1915). O Santo Soldado. In Adriano Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1916*, (p. 286). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Carvalho, Eduardo (1881). Villa Nova de Famalicão. In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1882*, (pp. 19-20). Lisboa: Lallemand Frères, Typ. Lisboa, Fornecedores da Casa de Bragança.

Carvalho, Francisco Monteiro de Carvalho (1859). O forno de Pombal. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1860*, (p. 217). Lisboa: Typographia Franco-Portugueza.

Carvalho, Georgina (1920). Castelo de Vide e a tradição de Salomé. In O. Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro para o ano de 1921*, (pp. 313-314). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Carvalho, Georgina de (1921). A vila de Peniche e as suas rendas. In O. Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro para o ano de 1922*, (pp. 106-107). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Carvalho, José Victorino Pinto de (1863). Lamego – (RECORDAÇÕES). In Alexandre Magno de Castilho, & Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1864*, (pp. 93-94). Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza.

Carvalho, Pinto de (1903). O carnaval d'outros tempos. In A. Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1904*, (pp. 273-275). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Casamentos no Jarmello (1858). In Alexandre Magno de Castilho, *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1859*, (pp. 309-310). Lisboa: Imprensa Nacional.

Castilho, Alexandre Magno de (1852). Prologo. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças para 1852*, (pp. 15-24). Paris.

Castilho, Alexandre Magno de (1854). Prologo. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1855*, (pp. 23-31). Lisboa: Imprensa de Lucas Evangelista.

Castilho, Alexandre Magno de (1855). Prologo. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1856*, (pp. 25-27). Lisboa: Typografia Universal.

Castilho, Alexandre Magno de (1857). Almanach de 1859. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1858*, (pp. 17-18). Lisboa: Imprensa Nacional.

Castilho, Alexandre Magno de (1859). *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1860*. Lisboa: Typographia Franco-Portugueza.

Castilho, António Feliciano de (1856). Campo Elysio. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1857*, (pp. 89-90). Lisboa: Typografia Universal

Castilho, António Feliciano de (1861). In Alexandre Magno de Castilho, & Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o anno de 1862*, (pp. 7-16). Lisboa: Typ. da Sociedade typographica Franco-Portugueza.

Castro, Adriano Moreira de (1926). Santiago da Serra. In O. Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanaque Lembranças Luso-Brasileiro para o ano de 1927*, (pp. 294-295). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Cavalleiro, Herzolino Diniz (1880). A capella de Nossa Senhora da Memoria. In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1881*, (pp. 106-108). Lisboa: Lallemand Frères Typ., Fornecedores da Casa de Bragança.

Christóvam, Manuel (1916). Festa das filhós. In Adriano Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1917*, (pp. 251-252). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Christovam, Manoel (1920). Dornes – Festas e romarias. In O. Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro para o ano de 1921*, (pp. 209-210). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Cirio da Atalaya (1904). In Adriano Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1905*, (pp. 353-354). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Coelho, Ernesto (1924). O 1.º de Maio na Abrunheira. In O. Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanaque Lembranças Luso-Brasileiro para o ano de 1925*, (p. 234). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Consciencias largas (1879). In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1880*, (pp. 84-85). Lisboa: Lallemand Frères Typ., Fornecedores da Casa de Bragança.

Cordeiro, A. X. Rodrigues (1871). Alexandre Magno de Castilho. In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1872*, (pp. 5-13). Lisboa: Lallemand Frères, Typ. Lisboa.

Cordeiro, A. X. Rodrigues (1879). José Feliciano de Castilho. In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1880*, (pp. III-XXXI). Lisboa: Lallemand Frères Typ., Fornecedores da Casa de Bragança.

Cordeiro, Antonio Xavier de Sousa (1897). Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro. In Antonio Xavier de Sousa Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1898*, (pp. V-LI). Lisboa: Typographia e Stereotypia Moderna

Cordeiro, António Xavier de Sousa (1900). Expediente. Declaração. In A. Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1901*, (p. XCII). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Cordeiro, J. P. C. (1864). Os casamentos na freguezia de Campêllo. In Alexandre Magno de Castilho, & Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1865*, (p. 294). Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza.

Cordeiro, J. P. de C. (1865). As Janeiras em Pedrogão Grande. In Alexandre Magno de Castilho e Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1866*, (pp. 66-67). Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza.

Correspondencia relativa ao Almanach (1858). In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1859*, (p. 32). Lisboa: Imprensa Nacional.

Correspondencia relativa ao Almanach (1859). In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o anno de 1860*, (pp. 25-35). Lisboa: Typographia Franco-Portugueza.

Costa, Lino G. F. da (1903). Antigas festas de N. S. d'Assumpção na villa de Pedrogam Grande. In A. Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1904*, (102-103). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Costa, Theotónio José de Figueiredo (1861). Petição e praga singulares. In Alexandre Magno de Castilho, & Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o anno de 1862*, (p. 332). Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza.

Costumes populares: Uma procissão na aldeia (1918). In O. Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1919*, (pp. 113-114). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Cuinhe ni Sambuar (1913). O imperador da villa d'Eiras. In Adriano Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1914*, (p. 62). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Uma curiosidade. 80 anos de Vida conta actualmente o «Almanaque de Lembranças» (1930). In O. Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanaque Lembranças Luso-Brasileiro para o ano de 1931*, (pp. 5-8). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Curiosidades de Guimarães (1853b). In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças para 1853*, (2.<sup>a</sup> ed.), (pp. 176-177). Lisboa: Imprensa de Lucas Evangelista.

D.G.P. (1874). As fogueiras de S. João em Coimbra. In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1875*, (pp. 279-280). Lisboa: Lallemand Frères, Typ., Fornecedores da casa de Bragança.

D.L.C. (1868). Adão e Eva em Cabeceiras de Basto. In Alexandre Magno de Castilho & Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1869*, (p. 291). Lisboa: Typographia Franco-Portugueza

Dias do anno de 1909 em que são prohibidos os espectaculos publicos (1908). In Adriano Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1909*, (p. 158). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Entra Marcos (1887). In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Supplemento ao Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1888*, (p. 73). Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira.

Euracino (1914). Póvoa de Varzim. In Adriano Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1915*, (p. 266). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Expediente (1908). In Adriano Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1909*, (p. 70). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Expediente. Nova direcção (1917). In O. Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1918*, (pp. 27-28). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Expediente (1930). In O. Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanaque Lembranças Luso-Brasileiro para o ano de 1931*, (pp. 24-26). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

F.M.B. (1865). Folias pelo Espirito Santo. In Alexandre Magno de Castilho e Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1866*, (pp. 195-196). Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza.

F.S.C. (1875). A paschoa na aldeia. In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1876*, (pp. 228-231). Lisboa: Lallemand Frères, Typ., Fornecedores da casa de Bragança.

Fabre, Antonio Pereira (1860). Promessa. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1861*, (pp. 351-352). Lisboa: Typographia Franco-Portugueza.

Feira das moças, A (1900). In A. Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o anno de 1901*, pp. 12-13. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Festas d'Arcozelo (1859). In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1860*, (pp. 201-203). Lisboa: Typographia Franco-Portugueza.

Fonseca, Francisco Olympio de (1859). Gigante Santo. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1860*, (pp. 260-261). Lisboa: Typographia Franco-Portugueza.

Fonseca, Francisco Olympio da (1860). Festa das Fogaceiras. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1861*, (pp. 85-86). Lisboa: Typographia Franco-Portugueza.

Gariso, José Duarte (1858). Capella de S. Bento da Carregosa. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1859*, (p.335). Lisboa: Imprensa Nacional.

Gentil, Manoel Paulo de Sousa (1860). A Sé de Miranda do Douro. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1861*, (p. 191). Typographia Franco-Portugueza.

Gonçalves, F. P. Albano (1903). A fogaça. In A. Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o anno de 1904*, (pp. 283-285). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Guedes, Luiz Emygdio Cardozo (1861). As maias. In Alexandre Magno de Castilho e Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o anno de 1862*, (pp. 196-197). Lisboa: Typ. da Sociedade typographica Franco-Portugueza

Gonçalves, José Joaquim (1870). Defunto em procissão. In Alexandre Magno de Castilho & Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o anno de 1871*, (pp. 188-189). Lisboa: Lallemand Frères, Typographos.

Guimarães, Vieira (1910). Uma missa de gallo no seculo XVI, em Thomar. In Adriano Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o anno de 1911*, (pp. 27-29). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Índice Geral do Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro desde 1872 a 1898 (1898). *Nota de introdução*. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira – Editor. Disponível em: <http://arquivodigital-7cv.blogspot.pt/2010/03/almanach-de-lembrancas-luso-brasileiro.html>. Consulta em: 20/02/2015.

J.C. (1864). Foz-côa. In Alexandre Magno de Castilho, & Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1865*, (pp. 255-256). Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza.

J. S. F. (1867). Senhora de Vagos. In Alexandre Magno de Castilho, & Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1868 (bissexto)*, pp. 241-242. Lisboa: Typographica Franco-Portugueza.

Jacques, Jean (1921). O dia da espiga. In O. Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro para o ano de 1922*, (pp. 12-14). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Jacques, Jean (1921). As touradas da Capinha – Beira Baixa. In O. Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro para o ano de 1922*, (pp. 252-253). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

L. J. Z. B. (1894). Antonio da Costa e Silva, e a Foz do Dão. In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1895*, (pp. 364-365). Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira.

Lamim, E.H.(1859). Festa a S. Sebastião em Faro. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1860*, (pp. 82-83). Lisboa: Typographia Franco-Portugueza.

Leorne, Antonio Martins (1857). S. Nicoláu do Porto. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1858*, (pp. 361-362). Lisboa: Imprensa Nacional.

Lima, Anna Filomena d'Araujo (1885). A ermida da Senhora do Socorro. In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1886*, (pp. 315-316). Lisboa: Lallemand Frères, Typ. Lisboa, Fornecedores da Casa de Bragança.

Lino J. Ferreira da Costa (1909). A Nazareth, 1807-1812. In Adriano Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1910*, (p. 123). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Lucio, Manoel Maria (1870). Ratos sabios. In Alexandre Magno de Castilho, & Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro (dirs.), *Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1871*, (pp. 125-126). Lisboa: Lallemand Frères, Typographos.

Leal, J. Machado (1876). O monte de S. Bartholomeu. In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1876*, (pp. 238-239). Lisboa: Lallemand Frères, Typ., Fornecedores da casa de Bragança.

Lemos, M. B. A. Botelho de (1887). A ermida de Santo Amaro. In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o anno de 1888*, (pp. 249-250). Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira.

M.A.B. (1862). O S. Martinho em Pedrogão Grande. In Alexandre Magno de Castilho, & Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o anno de 1863*, (p. 343). Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza.

M.A.B. (1863). A mourisca. In Alexandre Magno de Castilho, & Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o anno de 1864*, (pp. 222-223). Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza.

M. J. F. G. (1876). O Mosteiro do Amparo. In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o anno de 1876*, (pp. 157-158). Lisboa: Lallemand Frères, Typ., Fornecedores da casa de Bragança.

M., Eduardo (1876). O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra depois de 1864. In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o anno de 1876*, (pp. 122-124). Lisboa: Lallemand Frères, Typ., Fornecedores da casa de Bragança.

Machado, Julio Cesar (1861). Missa na aldeia. In Alexandre Magno de Castilho, & Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o anno de 1862*, (pp. 340-341). Lisboa: Typ. da Sociedade typographica Franco-Portugueza.

Madalena, Maria (1919). A predição de Fátima. In O. Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o ano de 1920*, (pp. 124-126). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Maio pequenino. Maio e Maia. Mastro de Maio (1854). In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1855*, (p. 209). Lisboa: Imprensa de Lucas Evangelista.

Malhão, Francisco Raphael da Silveira (1858). Festa dos cavalleiros em Obidos. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1859*, (pp. 226-227). Lisboa: Imprensa Nacional.

Manso, J. L. (1921). A entrega da bandeira. In O. Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro para o ano de 1922*, (pp. 92-93). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Maria, Luiza (1858). Sabbado d'Alleluia em Idanha a Nova. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1859*, (p. 175). Lisboa: Imprensa Nacional.

Maria, Luiza (1863). A noute de Natal na Idanha a Nova. In Alexandre Magno de Castilho, & Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o anno de 1864*, (pp. 377-378). Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza.

Mattos, Antonio de Lucena de (1911). Lapa. In Adriano Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o anno de 1912*, (pp. 166-168). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Mattos, Francisco Antonio de (1862). Casamentos no Cadaval. In Alexandre Magno de Castilho, & Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o anno de 1863*, (p. 223). Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza.

Mattos, Joaquim Antonio de Sousa Telles de Mattos (1880). Enterrar o Entrudo. In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o anno de 1881*, (p. 49). Lisboa: Lallemand Frères Typ., Fornecedores da Casa de Bragança, 6, Rua do Thesouro Velho, 6. Lisboa: 1880.

Mattos, T. E. M. Sampaio e (1859). Romagem da Senhora das Neves. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1860*, (pp. 370-371). Lisboa: Typographia Franco-Portugueza.

Mello, Simão Luiz Pereira de Abreu e (1866). A procissão de Corpus Christi em Monção, do Minho. In Alexandre Magno de Castilho, & Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o anno de 1867*, ( pp. 276-277). Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza.

Mendonça, Miguel José de (1859). Festa de Santo Amaro em Béja. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1860*, (p. 284). Lisboa: Typographia Franco-Portugueza.

Menêzes, Angelo de (1929). Costumes portuguezes – Águeda: a “Festa do Paul”. In O. Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanaque Lembranças Luso-Brasileiro para o ano de 1930*, (pp.81-84). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Menezes, Antonio Luiz Telles da Silva e (1860). Cruzes em Barcellos. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1861*, (p. 147). Lisboa: Typographia Franco-Portugueza.

Menezes, Augusto Cezar da Cunha (1860). Santos Martyres de Marrocos. In Alexandre Magno de Castilho (dir.). *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1861*, (pp. 369-370). Lisboa: Typographia Franco-Portugueza.

Milagres de S. Cornelio (1901). In A. Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o anno de 1902*, (p. 30). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Minhôto (1859). Cruzes de Barcellos. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1860*, (p. 187). Lisboa: Typographia Franco-Portugueza.

Minhôto (1862). Cruzes em Barcellos. In Alexandre Magno de Castilho e Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o anno de 1863*, (p. 246). Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza.

Moraes, Luciano Joaquim de (1866). A festa de S. Estevão. In Alexandre Magno de Castilho, & Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o anno de 1867*, (pp. 379-381). Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza.

Netto, Antonio Maria d'Almeida (1869). Quarta feira de cinzas.- S.P.Q.R.. In Alexandre Magno de Castilho & Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o anno de 1870*, (pp. 130-131). Lisboa: Typ. Franco-Portugueza.

Moura, José Adão dos Santos (1858). Casamentos de Barroso. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1859*, (p. 323). Lisboa: Imprensa Nacional.

Natividade, Manuel Vieira (1877). O mosteiro d'Alcobaça. In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o anno de 1878*, (pp. 164-165). Lisboa: Lallemand Frères, Typ., Fornecedores da Casa de Bragança.

Natividade, Manuel Vieira (1878). O castello de Alcobaça. In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o anno de 1879*, (pp. 277-278). Lisboa: Lallemand Frères, Typ., Fornecedores da Casa de Bragança.

Noivado dos cavalleiros, O (1909). In Adriano Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o anno de 1910*, (p. 159). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Noronha, Eduardo (1910). Dansas populares. In Adriano Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o anno de 1911*, (p. 308). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Nossa Senhora da Atalaya (1899). In Antonio Xavier de Sousa Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1900*, (pp. 305-306). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Novo Almanach de Lembranças para 1872 (1871). In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1872*, (p. 14). Lisboa: Lallemand Frères, Typ. Lisboa.

Obscura Portuense (1859). Procissão de Passos em Ponte da Barca. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1860*, (p. 296). Lisboa: Typographia Franco-Portugueza.

Oliveira, Martins d' (1889). Santuario em prosperidade. In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1890*, (pp. 159-160). Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira.

Osorio, José (1913). Domingo de Paschoa. In Adriano Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1914*, (pp. 15-16). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Palhôte, Antonio Candido (1864). Quem não mette sôpa não tira sôpa. In Alexandre Magno de Castilho, & Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1865*, (p. 132). Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza.

Passos, João Antonio Rodrigues de (1891). Nossa Senhora do Livramento. In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1892*, (pp. 355-356). Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira.

Pato, Bulhão (1876). Um embarque na Figueira. In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1876*, (pp. 347-348). Lisboa: Lallemand Frères, Typ., Fornecedores da casa de Bragança.

Pereira, Constantino T. de Vasconcellos Leite (1869). Fundação do mosteiro de Travanca, e sua igreja no antigo concelho de Santa Cruz e hoje d'Amarante. In Alexandre Magno de Castilho, & Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1870*, (pp. 108-109). Lisboa: Typ. Franco-Portugueza.

Pereira-Caldas, J.J. da S. (1858). Senhora d'Antime. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1859*, (pp. 274-275). Lisboa: Imprensa Nacional.

Pestana, Joaquim (1876). Procissão de S. Pedro em Câmara de Lobos. In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro (Dir.). *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1876*, (pp. 129-130). Lisboa: Lallemand Frères, Typ., Fornecedores da Casa de Bragança.

Pimentel, Alberto (1904). Antonio Xavier de Sousa Cordeiro. Esboço biographico. In Adriano Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1905*, (pp. V-XXXIII). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Pimentel, J. M. da Silva (1861). Montemór-o-Velho. In Alexandre Magno de Castilho, & Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o anno de 1862*, (pp. 123-125). Lisboa: Typ. da Sociedade typographica Franco-Portugueza.

Pires, Manoel Justino (1865). Romarias. In Alexandre Magno de Castilho, & Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1866*, (pp. 301-302). Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza.

Procissão do Corpo de Deos no século XVI n'uma das terras de Entre Douro e Minho, Uma (1852). *Almanach de Lembranças para 1852*, (p. 367). In Alexandre Magno de Castilho (dir.). Paris: Typografia de M. CERF.

Procissão de Penitencia, Uma (1897). In Antonio Xavier de Sousa Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1898*, (pp. 66-67). Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira.

Providencias (1856). Festa do Cuco. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1857*, (pp. 146-147). Lisboa: Typografia Universal.

Queiroz, Alcina Amelia de Freitas Costa D'Araujo (1856). Romaria ao Senhor da Abelheira. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1857*, (p. 141). Lisboa: Imprensa Nacional.

R.F.V. (1858). O mez de maio em Lagos. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1859*, (p. 181). Lisboa: Imprensa Nacional.

Ramos, Domingos (1895). Romaria de S. Torcato. In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, & Antonio Xavier de Sousa Cordeiro, *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1896*, (pp. 161-163). Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira.

Raposo, Hyppolito (1914). O mosteiro de Lorvão. In Adriano Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1915*, (pp. 90-93). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Raposo, Maria da Piedade Goes Mendanha Azevedo (1865). Monte-Mór-o-Velho. In Alexandre Magno de Castilho e Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1866*, (p. 92). Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza.

Republica de Portugal. (1911). In Adriano Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1912*, (p. 118). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Ribeiro, Antonio Maria do Amaral (1860). Boisinho de S. Marcos. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1861*, (p. 74). Lisboa: Typographia Franco-Portugueza.

Rosa, Augusta (1862). Villa da Feira. In Alexandre Magno de Castilho, & Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o anno de 1863*, (p. 371). Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza.

S. \*\*\* (Fayalense) (1860). Festa de Santo Amaro no Fayal. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1861*, (p. 119). Lisboa: Typographia Franco-Portugueza.

S... (T) (1871). Os pescadores da Povia de Varzim. In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1872*, (pp. 130-131). Lisboa: Lallemand Frères, Typ. Lisboa.

S. A. (1857). Diferença de tempos. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1858*, (p. 95). Lisboa: Imprensa Nacional.

Salazar, Antonio Joaquim Fernandes (1856). Romaria á Hespanha. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1857*, (p. 357). Lisboa: Typografia Universal.

Salgueiro, M. (1860). Amor amore compensatur. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1861*, (p. 135). Lisboa: Typographia Franco-Portugueza.

Sampaio, Manoel de Castro (1863). Fonte de S. Lourenço em Elvas. In Alexandre Magno de Castilho, & Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1864*, (pp. 132-133). Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza.

Santos, Eduardo Augusto dos (1872). Nossa Senhora da Lapa. In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1873*, (pp. 228-229). Lisboa: Lallemand Frères, Typ. Lisboa.

Serração da Velha (1854). In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1855*, (p. 171). Lisboa: Imprensa de Lucas Evangelista.

Silva, A. de J. e (1863). Dá a mim, dou a ti. In Alexandre Magno de Castilho, & Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1864*, (p. 110). Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza.

Silva, A. de J. e (1883). Nossa Senhora Morta em Procissão. In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro (Dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1884*, (p. 180). Lisboa: Lallemand Frères, Typ. Lisboa, Fornecedores da Casa de Bragança.

Silva, A. de Jesus e (1911). Procissões da Quaresma. In Adriano Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1912*, (p. 40). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Silva, Antonio de Jesus e (1889). Minde. In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1890*, (pp. 150-152). Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira.

Silva, Antonio de Jesus e (1891). Castellos de Porto de Mós. In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1892*, (pp. 340-343). Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira.

Silva, Antonio de Jesus (1913). Cômestumes populares: Procissões da Quaresma. In Adriano Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1914*, (p. 159). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Silva, Antonio de Jesus e (1921). Procissão da quaresma. In O. Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro para o ano de 1922*, (p. 302). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Silva, Jorge Severiano da (1866). Festas ao Espirito Santo na Ilha de S. Jorge. In Alexandre Magno de Castilho e Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1867*, (pp. 229-230). Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza.

Silveira, José Joaquim Borges d'Azevedo (1868). As festas do Espirito Santo no Topo. In Alexandre Magno de Castilho e Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1869*, (pp. 188-190). Lisboa: Typographia Franco-Portugueza.

Soromenho, Luiz Pereira de Castro (1865). Festejos de S. João. In Alexandre Magno de Castilho, & Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1866*, (pp. 226-227). Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza.

Sottomaior, A. (1864). Archeologia bracarense. In Alexandre Magno de Castilho, & Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1865*, (pp. 159-160). Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza.

Souto, Luiz Augusto de (1861). Monte de S. Bartholomeu. In Alexandre Magno de Castilho, & Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para on anno de 1862*, (p. 331). Lisboa: Typ. da Sociedade typographica Franco-Portugueza.

Uma Conimbricense (1860). O Castello de Soure. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1861*, (pp. 325-326). Lisboa: Typographia Franco-Portugueza.

Vasconcellos, Antonio Lino Leão de (1860). Os Ataúdes. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1861*, (pp. 86-87). Lisboa: Typographia Franco-Portugueza.

Vasconcellos, Francisco A. Carneiro de Magalhães e (1861). Torre de Moncorvo. In Alexandre Magno de Castilho, & Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o anno de 1862*, (pp. 195-196). Lisboa: Typ. da Sociedade typographica Franco-Portugueza.

Vasconcellos, Francisco Antonio Duarte de (1860). Casamentos em Pombalinho. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1861*, (p. 263). Lisboa: Typographia Franco-Portugueza.

Vaz, Antonio Joaquim da Cruz Vaz (1879). Festa do natal na Madeira. In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1880*, (pp. 377-378). Lisboa: Lallemand Frères Typ., Fornecedores da Casa de Bragança.

Vaz, António Joaquim da Cruz (1883). Procissão de voto no Funchal. In Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro (Dir.). *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1884*, (pp. 109-110). Lisboa: Lallemand Frères, Typ. Lisboa, Fornecedores da Casa de Bragança.

Veiga, S.P.M. Estacio da (1862). Festas de Maio. In Alexandre Magno de Castilho e Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o anno de 1863*, (pp. 178-180). Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza

Vieira, Lima Vieira (1915). A romaria. In Adriano Xavier Cordeiro (dir.), *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1916*, (pp. 102-103). Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora.

Z. O. V. X. (1865). Romaria á Senhora do Carmo d'Azaruja. In Alexandre Magno de Castilho, & Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, *Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1866*, (pp. 292-293). Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza.

Zagallo, A. P. (1858). Nossa Senhora dos Remedios. In Alexandre Magno de Castilho (dir.), *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1859*, (p. 370). Lisboa: Imprensa Nacional.

### **Outras fontes impressas**

Bemposta (1760). In P. Luiz Cardoso, *Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas*, tomo II. Lisboa: na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real. Disponível em: <http://purl.pt/13938>. Consulta em: 11/06/2016.

Bernardes, P. Manoel (1730). Estimulo pratico para seguir o bem , e fugir o mal. Exemplos selectos das virtudes , e vicios; Illustrados com reflexoens , e dedicados à soberana Rainha dos Anjos Maria Santissima Senhora a Nossa. Lisboa oriental: Na officina de Antonio Pedrozo Galram. Disponível em: <https://archive.org/details/1730estimuloprato0bernuoft>. Consulta em: 05/06/2016.

Cardoso, George (1657). *Agiologio lusitano dos sanctos, e varoens illustres em virtude do reino de Portugal, e suas conquistas: consagrado aos gloriosos S. Vicente, e S. Antonio, insignes patronos desta inclyta cidade Lisboa, e a seu illustre Cabido Sede Vacante*. Tomo II. Lisboa: Officina de Henrique Valente d' Oliveira. Disponível em: <http://purl.pt/12169>. Consulta em: 19/04/2016.

Castro, João Baptista de (1763). *Mappa de Portugal antigo, e moderno*. Tomo Segundo, Parte III. e IV. 2.<sup>a</sup> Edição. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. Disponível em: <http://purl.pt/22133>. Consulta em 19/04/2016.

*Constituições Synodaes do Bispado do Porto*, Porto, Vasco Diaz Tanquo de Frexenal, 1541. Disponível em: <http://purl.pt/14687>. Consulta em: 04/04/2016.

*Constituições Synodaes do Bispado de Miranda*, Lisboa, Francisco Correa, 1565. Disponível em: <http://purl.pt/14686>. Consulta em: 06/04/2016.

*Constituições Synodaes do Bispado de Coimbra*, Coimbra, Antonio de Mariz, 1591. Disponível em: <http://purl.pt/21747>. Consulta em: 06/04/2016.

*Constituições Synodaes do Bispado de Leiria*, Coimbra, Manoel d'Araujo, 1601. Disponível em: <http://purl.pt/17440>. Consulta em: 05/04/2016.

Costa, (P.) António Carvalho da (1706). *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contém; Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*. Tomo Primeiro. Lisboa: officina de Valentim da Costa Deslandes. Disponível em: <http://purl.pt/434>. Consulta em: 26/04/2016.

Costa, (P.) António Carvalho da (1712). *Corografia portugueza, e descripçam topographica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contém; Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*. Tomo Terceyro. Lisboa: Officina Real Deslandesiana. Disponível em: <http://purl.pt/434/3/>. Consulta em: 28/04/2016.

Graça, Fr. Manoel da (1794). *Ceremonial, e ordinario monastico, dirigido, e disposto conforme as leis da Igreja Romana, e os Antigos e Louvaveis Costumes da Sagrada e Real Congregação de Nosso Padre S. Jeronymo de Portugal*. Tomo segundo. Coimbra: Real Imprensa da Universidade. Disponível em: <https://books.google.pt/books?id=fOBIAAAAcAAJ>. Consulta em: 06/05/2016.

Mascaras (1749). *Repertorio das ordenações e leys do reyno de Portugal novamente correcto: accrescentado como muitas conclusões tiradas das melhores Ordenações, e com hum novo Index no fim delle das materias das Collecções, que se ajuntáram aos Livros da Ordenação novamenete impressa ...* Tomo primeiro. Lisboa: No Mosteiro de S. Vicente de Fóra, Camara Real de Sua Majestade.

Pinto, Antonio Cerqueira (1737). *Historia da prodigiosa imagem do Bom Jesus de Bouças*. Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, impressor do Duque Estrebeiro Mór. Disponível em: <https://archive.org/details/historiadaprodig00pint>. Consulta em: 26/03/2016.

Ribeiro, João Pedro (1835). *Reflexões históricas*. Parte I. Coimbra: Imprensa Universidade.

Santa Maria, Fr. Agostinho de (1711). *Santuário Mariano e história das imagens milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente aparecidas, que se veneraõ em os Bispados da Guarda, Lamego, Leyria, & Portalegre, suffraganeos do Arcebispado de Lisboa, Priorado do Crato, & Prelasia de Thomar. Em graça dos Prégadores, & dos devotos da mesma Senhora*. Tomo terceyro. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram. Disponível em: <https://archive.org/details/santuariomariano03sant>. Consulta em: 20/06/2016.

Santa Maria, Fr. Agostinho de (1712). *Santuário Mariano e história das imagens milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente aparecidas, que se veneraõ em o Arcebispado Primás de Braga, & nos bispados seus suffraganeos, em graça dos Prégadores, & dos devotos da mesma Senhora*. Tomo quarto. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram. Disponível em: <https://archive.org/details/santuariomariano04sant>. Consulta em: 20/06/2016.

## **Estudos**

Abranches, Joaquim Candido (1869). *Album michaelense*. Ponta Delgada: Typographia de Manoel Corrêa Botelho.

Aldemira, Luís Varela (1937). *Um Ano Trágico: Lisboa em 1836. A propósito do centenário da Academia de Belas Artes*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura.

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de (1984). Religiosidade popular e ermidas. *Studium Generale: Estudos Contemporâneos, Religiosidade popular*, 6, 75-83. Porto: Ministério da Cultura, Delegação Regional do Norte: Centro de Estudos Humanísticos.

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de, Património (1993): Riegl e hoje. *Revista da Faculdade de Letras: História, Série II, 10*, 407-416. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/site/geral.aspx?id=3&tit=Pesquisa>. Consultado em: 20/08/2014.

Alves, Jorge Fernandes (2012, dezembro). Liberdade de consciência, liberdade de cultos: o papel da Lei da Separação do Estado das Igrejas (1911). In *CEM/Cultura, Espaço e Memória*, 3, 13-28. Porto: CITICEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço & Memória». Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11292.pdf>. Consulta em: 10/04/2016.

Basto, Cláudio (1912). Falas e tradições do Distrito de Viana-do-Castelo. In J. Leite de Vasconcellos, *Revista Lusitana, arquivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal*, 15, (1-4), 71-102. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira.

Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/etnologia-etnografia-tradicoes.html>. Consulta em: 25/05/2016.

Bastos, Sousa (1898). *Carteira do artista, apontamentos para a historia do theatro portuguez e brasileiro acompanhados de noticias sobre os principaes artistas, escriptores dramaticos e compositores estrangeiros*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand – José Bastos.

Braga, Teófilo (1898). *Historia da Litteratura Portugueza: Gil Vicente e as origens do theatro nacional*. Porto: Livraria Chardron, casa editora, successores Lello & Irmão.

Brandão, José (2013). *Este é o reino de Portugal*. Edições Saída de Emergência.

Disponível em:

[http://www.saidadeemergencia.com/files/products/Este\\_e\\_o\\_Reino\\_de\\_Portugal.pdf](http://www.saidadeemergencia.com/files/products/Este_e_o_Reino_de_Portugal.pdf).

Consulta em: 07/04/2016.

Cabral, Clara Bertrand (2011). *Património cultural imaterial: convenção da UNESCO e seus contextos*. Edições 70.

Candau, Joël (2013). *Antropologia da Memória*. Lisboa: Instituto Piaget, Coleção Epistemologia e Sociedade.

Cardona, Paula Cristina Machado (2008-2009). Procissões sacras: arte e equipamentos no universo das confrarias. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e técnicas do património, I série, VII-VIII*, 127-149. Porto. Recuperado em 15 de janeiro, 2016, de <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9410.pdf>.

Carneiro, Deolinda Maria Veloso (2006). *As Procissões na Póvoa de Varzim (1900 – 1950): Imaginário Religioso e Piedade colectiva, vol. I*. Tese de Mestrado, sob a orientação da Professora Doutora Amélia Polónia e do Professor Doutor Geraldo José Amadeu Coelho Dias. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/14978>. Consulta em: 25/03/2016.

Castilho, António Feliciano de (1861, abril). D. Maria Peregrina de Sousa. *Revista contemporanea de Portugal e Brazil, terceiro anno, vol. III*, 272-312 Lisboa: Escriptorio da Revista Contemporanea de Portugal e Brazil.

Disponível

em:

[http://hemerotecadigital.cm-](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/RevistaContemporanea/RevistacontemporaneaVolIII_1861.htm)

[lisboa.pt/Periodicos/RevistaContemporanea/RevistacontemporaneaVolIII\\_1861.htm](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/RevistaContemporanea/RevistacontemporaneaVolIII_1861.htm).

Consulta em: 25/04/2016.

Castilho, Júlio de (1863). Os Castilhos. In António Feliciano de Castilho, *Camões: Estudo Historico-Poetico liberrimamente fundado sobre um drama francez, dos Senhores Victor Perrot e Armand du Mesnil*. (2.<sup>a</sup> ed.). Tomo III, pp. 25-143. Lisboa: Typ. Da Sociedade Typographica Franco-Portugueza. Disponível em: [http://books.google.com/books?id=\\_pYBAAAAMAAJ&oe=UTF-8](http://books.google.com/books?id=_pYBAAAAMAAJ&oe=UTF-8). Consulta em: 17/06/2015.

Chaves, Luís (1937). Pantominas, danças e bailados populares. In J. Leite de Vasconcelos, *Revista Lusitana, arquivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal*, 35, (1-4), 140-154. Lisboa: Livraria Clássica Editora. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/etnologia-etnografia-tradicoes.html>. Consulta em: 21/04/2016.

Chaves, Luís (1938). Pantominas, danças e bailados populares. In J. Leite de Vasconcelos, *Revista Lusitana, arquivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal*, 36, (1-4), 218-235. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & C.<sup>a</sup> (Filhos). Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/etnologia-etnografia-tradicoes.html>. Consulta em: 25/05/2016.

Chaves, Luís (1939). Páginas folclóricas. In J. Leite de Vasconcelos, *Revista Lusitana, arquivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal*, 37, (1-4), 32-100. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & C.<sup>a</sup> (Filhos). Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/etnologia-etnografia-tradicoes.html>. Consulta em: 25/05/2016.

Clemente, Manuel & Fontes, Paulo F. de Oliveira Fontes (2002). Introdução. In Carlos Moreira Azevedo (Dir.). *História religiosa de Portugal* (Vol. 3, pp. 62-63). Lisboa: Círculo de Leitores. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/13492>. Consulta em: 07/04/2016.

Correia, Alberto. *Tábuas pintadas com "Milagres". Uma crónica da vida dos homens*. Disponível em: [http://www.ipv.pt/millennium/Millennium22/22\\_2.htm](http://www.ipv.pt/millennium/Millennium22/22_2.htm). Consulta em: 27/06/2016.

Crespo, Jorge (1988). A transformação da festa em Portugal. In *Jornadas de Antropologia e Etnologia Regional*, I, pp. 91-97. Escola Superior de Educação de Leiria. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.8/997>. Consulta em: 16/05/2016.

Crippa, Giulia & Souza, Willian Eduardo Righini de (2011). O patrimônio como processo: uma ideia que supera a oposição material-imaterial. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, pp. 241-255. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/viewFile/17609/14306>. Consulta em: 07/05/2015.

Damáσιο, António (2014). *O Erro de Descartes - Emoção, Razão e Cérebro Humano*. (Reimpressão). Lisboa: Temas e Debates.

Dias, Geraldo José Amadeu Coelho (1986, setembro-dezembro). O Alto Minho em tempo de festas. *Humanística e teologia*, VII (3), 251-282. Porto: Instituto de Ciências Humanas e Teológicas do Porto.

Dias, Geraldo José Amadeu Coelho (1987). A devoção do povo português a Nossa Senhora nos tempos modernos. *Revista da Faculdade de Letras: História*, II série, 4, 227-256. Disponível em: [http://aleph.letras.up.pt/F?func=find-b&find\\_code=SYS&request=000189181](http://aleph.letras.up.pt/F?func=find-b&find_code=SYS&request=000189181). Consulta em: 17/01/2016.

Dias, Geraldo José Amadeu Coelho (1996/1997). Religiosidade popular e devoção das gentes do mar em Esposende. *Portugália*, Nova Série, XVII-XVIII, 245-254. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3863.pdf>. Consulta em: 16/01/2016.

Dix, Steffen (2010). As esferas seculares e religiosas na sociedade portuguesa. *Análise Social*, XLV (194), 5-27. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1268306960Y6kEE8vd8Li59CA4.pdf>. Consulta em: 27/01/2016.

Duarte, Afonso da Cunha (2011, julho-dezembro). Aspectos da luta política e do republicanismo no contexto da diocese do Algarve. *Lusitania Sacra*, 24, 55-66. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/7992>. Consulta em: 10/04/2016.

Duarte, Alice (2010). O desafio de não ficarmos pela preservação do património cultural imaterial. *Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola*, 1, pp. 41-61. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/23630>. Consulta em: 17/09/2016.

Elias, Norbert (2006). *O processo civilizacional: investigações sociogenéticas e psicogenéticas*. (2.<sup>a</sup> ed.). Publicações Dom Quixote.

*Emília das Neves, documentos para a sua biographia* (1875). Lisboa: Livraria Universal. Disponível em: [https://archive.org/stream/emiliadasnevesdo00lisb/emiliadasnevesdo00lisb\\_djvu.txt](https://archive.org/stream/emiliadasnevesdo00lisb/emiliadasnevesdo00lisb_djvu.txt). Consulta em: 08/07/2016.

Fernandes, Aires Gomes (2006). Ressuscitação dos Cónegos Regrantes: dos contributos de Mattoso ao panorama actual. *Medievalista on line*, ano 2, (2). Instituto de Estudos Medievais, FCSH-UNL FCT. Disponível em: <http://www2.fsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA2/medievalista-ressuscitacao.htm>. Consulta em: 26/04/2016.

Fernandes, Aires Gomes (2011). *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho no norte de Portugal em finais da idade média: dos alvares de trezentos à congregação de Santa Cruz*. Tese de Doutoramento, sob a orientação do Professor Doutor Saul António Gomes e da Professora Doutora Maria Cristina Almeida e Cunha. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/20159/3/Aires%20Fernandes%20-%20c%C3%B3negos%20regrantes.pdf>. Consulta em: 26/04/2016.

Gascon, José António Guerreiro (1917). As Janeiras e os Reis (Algarve) In J. Leite de Vasconcellos, *Revista Lusitana, arquivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal*, 20, (1-4), 175-182. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/etnologia-etnografia-tradicoes.html>. Consulta em: 25/04/2016.

Gascon, José António Guerreiro (1919). Festas e costumes de Monchique. In J. Leite de Vasconcellos, *Revista Lusitana, arquivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal*, 22, (1-4), 200-210. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/etnologia-etnografia-tradicoes.html>. Consulta em: 25/04/2016.

Gomes, Lilian Alves (2013, junho). O êxtase dos objetos: ex-votos e relações de devoção. Interseções. *Revista de Estudos Interdisciplinares*, 15 (1), 172-193. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/view/9410/7299>. Consulta em 21/02/2016.

Gomes, Saúl António (2004). Elementos para a História do Bispado de Leiria nos Séculos XVII e XVIII. *Leiria-Fátima. Órgão Oficial da Diocese*, 12, (36), 333-360. Disponível em: [http://www.leiria-fatima.pt/attachments/article/364/Historia\\_Bispado\\_Leiria.pdf](http://www.leiria-fatima.pt/attachments/article/364/Historia_Bispado_Leiria.pdf). Consulta em: 02/02/2016.

Gouveia, António Camões (2000). O controlo do tempo. In Carlos Moreira Azevedo (Dir.). *História religiosa de Portugal*, (Vol. 2, pp. 317-322). Lisboa: Círculo de Leitores. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/13491>. Consulta em: 03/04/2016.

Gouveia, António Camões (2001). Procissões. In Carlos Moreira Azevedo (Dir.). *Dicionário de história religiosa de Portugal* (Vol. 4, P-V, pp. 67-72). Lisboa: Círculo de Leitores. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/13493>. Consulta em: 02/04/2016.

Gouveia, António Camões (2000). Procissões. In Carlos Moreira Azevedo (Dir.). *História religiosa de Portugal* (Vol. 2, pp. 334-345). Lisboa: Círculo de Leitores. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/13491>. Consulta em: 03/04/2016.

Guillaume, Marc (2003). *A Política do Património*. (1ª ed.). Campo das Letras.

*História e memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa* (1830), Tomo X, Parte II. Lisboa: Typografia da Academia Real das Ciências de Lisboa. Disponível em: <http://books.google.com/>. Consulta em: 06/05/2016.

Jorge, José Duarte Centeno (2003). A Matéria do Património. In Manuel João Ramos (coord.), *A matéria do património: memórias e identidades*, (pp.11-16). Lisboa: Edições Colibri.

Jorge, Lúcia [1998], (2002). *A costa dos murmúrios*. Coleção Mil Folhas.

Lapa, Sofia (2008). “*Museu, espelho meu*”. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.); Instituto dos Museus e da Conservação (I.M.C., I.P.).

Leal, João (1984). Impérios, povo e clero em Santa Bárbara (Santa Maria, Açores). *Studium Generale: Estudos Contemporâneos. Religiosidade Popular*, (6), 113-128. Porto: Ministério da Cultura, Delegação Regional do Norte: Centro de Estudos Humanísticos.

Leal, João (1989). As Romarias Quaresmais de São Miguel (Açores). *Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, pp. 409-436. Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos de Etnologia. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/6209>. Consulta em: 13/06/2016.

*Lei da Separação do Estado das Igrejas, 1911*. Disponível em: <http://www.laicidade.org/wp-content/uploads/2006/09/lei-1911-pt.pdf>. Consulta em: 10/04/2016.

Lima, Augusto C. Pires de (1915). Tradições populares de Santo Tirso. In J. Leite de Vasconcelos, *Revista Lusitana, arquivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal*, 18, (1-2), 183-204. Lisboa: Livraria Clássica Editora. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/etnologia-etnografia-tradicoes.html>. Consulta em: 19/05/2016.

Lima, Augusto Mesquitela; Martinez, Benito & Filho, João Lopes (1981). *Introdução à Antropologia Cultural*. (3.<sup>a</sup> ed.). Editorial Presença.

Lima, José da Silva (1986, abril). A feira e a festa: «uma desordem fecunda». *Cadernos do Noroeste. Sociedade, Espaço, Cultura. Minho: terras e gente*, 145-150. Braga: Universidade do Minho, Ciências Sociais.

Lopes, Oscar & Saraiva, António José (2000). *História da literatura portuguesa*. (2.<sup>a</sup> ed.). Porto Editora.

Mattoso, José (1995a). *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal. 1096-1325. I – Oposição*. (5.<sup>a</sup> ed.). Editorial Estampa.

Mattoso, José (1995b). *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal. 1096-1325. II – Composição*. (5.<sup>a</sup> ed.). Editorial Estampa.

Mattoso, José (2002). *O Monaquismo Ibérico e Clunny*. Círculo de Leitores.

Meyer, Marlyse (org.) (2001). “Nota Prévia”. In Marylise Meyer (org.), *Do Almanak aos Almanques*, (pp. 11-13). São Paulo: Ateliê Editorial.

Oliveira, Christian Dennys Monteiro de (2011). Festas religiosas, santuários naturais e vetores de lugares simbólicos. *Revista da ANPEGE*, 7 (8), 93-106. DOI: 10.5418/RA2011.0708.0007. Consulta em: 10/06/2016.

Oliveira, Ernesto Veiga de (1995). *Festividades cíclicas em Portugal*. (2.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Oliveira, Ricardo Jorge Carvalho Pessa de (2004). *Sob os auspícios do Concílio de Trento: Pombal entre a prevaricação e o disciplinamento (1564-1822)*. Tese de Doutoramento, Orientação de Isabel M. R. Mendes Drumond Braga. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História, Portugal. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/10523>. Consulta em: 03/04/2016

Pacheco, Milton Pedro Dias (2009). Os proto-mártires de Marrocos da Ordem de São Francisco: muy suave odor de sancto martyrio. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões, ano VIII*, (15), 85-108. Edições Universitárias Lusófonas. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10437/4219>. Consulta em: 26/04/2016.

Peixoto, Rocha (1995). *Etnografia Portuguesa (Obra etnográfica completa)*. (2.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Peralta, Elsa & Anico, Marta (2006). Introdução. In Elsa Peralta & Marta Anico(org.), *Patrimónios e Identidades: Ficções Contemporâneas*, (pp. 1-11). Oeiras: Celta Editora.

Pires, A. Thomás (1907). Usos e costumes minhotos (concelho das Terras do Bouro, comarca de Amares). In J. Leite de Vasconcelos, *Revista Lusitana, arquivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal*, 10, (1 e 2), 326-328. Lisboa: Imprensa Nacional. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/etnologia-etnografia-tradicoes.html>. Consulta em: 23/05/2016.

Pires, A. Thomás (1908). Investigações ethnograficas. In J. Leite de Vasconcelos, *Revista Lusitana, arquivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal*, 11, (1-2), 63-78. Lisboa: Imprensa Nacional. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/etnologia-etnografia-tradicoes.html>. Consulta em: 23/05/2016.

Pires, A. Thomaz (1909). Investigações ethnographicas. In J. Leite de Vasconcelos, *Revista Lusitana, arquivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal*, 12, (1-2), 61-92. Lisboa: Imprensa Nacional. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/etnologia-etnografia-tradicoes.html>. Consulta em: 23/05/2016.

Pires, A. Thomaz (1911). Investigações ethnographicas. In J. Leite de Vasconcelos, *Revista Lusitana, arquivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal*, 14, (1-4), 88-112. Lisboa: Imprensa Nacional. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/etnologia-etnografia-tradicoes.html>. Consulta em: 06/06/2016.

Portugal (1860, junho 17). *Diario do Rio de Janeiro*, 2. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/WebIndex/WIPagina/094170\\_02/13032](http://memoria.bn.br/docreader/WebIndex/WIPagina/094170_02/13032). Consulta em: 13/07/2016.

Procissão de Corpus (1840). *O Panorama, jornal litterario e instructivo da sociedade propagadora dos conhecimentos uteis*, volume quarto, 32. Lisboa: Typographia da Sociedade. Disponível em: <http://books.google.com/>. Consulta em: 06/05/2016.

Procissão dos Passos (1843). *Revista Universal Lisbonense, jornal dos interesses physicos, moraes e litterarios*, Tomo III, anno de 1842-1843, 326-327. Lisboa: Imprensa Nacional.

Procissão dos Passos em Coimbra (Extracto de uma carta) (1843). *Revista Universal Lisbonense, jornal dos interesses physicos, moraes e litterarios*, Tomo III, anno de 1842-1843, 355. Lisboa: Imprensa Nacional.

Radich, Maria Carlos (s.d). *Almanaque: Tempos e Saberes*. Centelha.

Raposo, Paulo (1998). O Auto de Floripes: “cultura popular”, etnógrafos, intelectuais e artistas. *Etnográfica*, 2, (2), 189-219. Disponível em: [http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol\\_02/N2/Vol\\_ii\\_N2\\_01pauloraposo.pdf](http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_02/N2/Vol_ii_N2_01pauloraposo.pdf). Consulta em: 27/06/2016.

Rebello, Luiz Francisco (2000). *Breve história do teatro português*. (5.<sup>a</sup> ed.). Publicações Europa-América.

Ribas, Tomaz (1983). *Danças Populares Portuguesas*. Biblioteca Breve, série artes visuais, volume 69. Instituto da Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação e das Universidades.

Sanchis, Pierre (1983). *Arraial - A festa de um povo. As romarias portuguesas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Santos, Ana Luíse Silva Mecnas (2011, agosto 7-10). A celebração do silêncio: a festa de Nossa Senhora da Boa Morte em São Cristóvão, no século XIX. In *XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidades e (Des)Igualdades*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, PAF I e II, Campus de Ondina. Disponível em: [http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308246854\\_ARQUIVO\\_Acelebracaodosilenciotextocompleto.pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308246854_ARQUIVO_Acelebracaodosilenciotextocompleto.pdf). Consulta em: 02/05/2016.

Silva, Carlos Guardado da (2005). *Turres Veteras VIII: história das festas. Lusitania Sacra: Clérigos e religiosos na sociedade medieval, Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa*, 2.<sup>a</sup> série, Tomo XVII, 455-517. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa. Disponível em: <http://books.google.com/>. Consulta em: 06/05/2016.

Silva, Fernando Augusto da & Menezes, Carlos de Azevedo de [1921], (1978a). *Elucidário madeirense*. (4.<sup>a</sup> Ed.). Vol. I (A-E). Funchal: Secretaria Regional da Educação e da Cultura. Disponível em: [http://www.bprmadeira.org/index\\_digital.php?IdSeccao=228](http://www.bprmadeira.org/index_digital.php?IdSeccao=228). Consulta em 23/03/2016).

Silva, Fernando Augusto da & Menezes, Carlos de Azevedo de [1921], (1978b). *Elucidário madeirense*. (4.<sup>a</sup> Ed.). Vol. III (O-Z), pp. 61-62. Funchal: Secretaria Regional da Educação e da Cultura. Disponível em: [www.bprmadeira.org/index\\_digital.php?IdSeccao=318](http://www.bprmadeira.org/index_digital.php?IdSeccao=318). Consulta em: 23/03/2016

Silva, Francisco Ribeiro da (2002). O Bispado do Porto à luz das constituições sinodais da época moderna: valores clericais e normas de comportamento. In *I Congresso sobre a Diocese do Porto: tempos e lugares de memória : actas, Porto/Arouca, 5-8 dezembro 1998* (vol. I, pp. 57-81). Porto : Centro de estudos D. Domingos de Pinho Brandão. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/54027>. Consulta em: 04/04/2016.

Silva, Innocencio Francisco (1858). *Diccionario Bibliographico Portuguez. Estudos de Innocencio Francisco da Silva, applicaveis a Portugal e ao Brasil*, Tomo Primeiro. Lisboa: Imprensa Nacional. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242735>. Consulta em: 17/06/2015.

Silva, Innocencio Francisco (1862). *Diccionario Bibliographico Portuguez. Estudos de Innocencio Francisco da Silva, applicaveis a Portugal e ao Brasil*, Tomo Septimo. Lisboa: Imprensa Nacional. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242735>. Consulta em: 17/06/2015.

Silva, Innocencio Francisco (1867). *Diccionario Bibliographico Portuguez. Estudos de Innocencio Francisco da Silva, applicaveis a Portugal e ao Brasil*, Tomo Oitavo (Primeiro do suplemento), A-B. Lisboa: Imprensa Nacional. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242735>. Consulta em: 17/06/2015.

Sousa, Filomena (2015). *Património Cultural Imaterial. Memoriamedia e-Museu – métodos, técnicas e práticas*. Memória Imaterial CRL. Disponível em: [http://www.memoriamedia.net/pci\\_docs/PCI-MEMORIAMEDIA\\_METODOS\\_PRATICAS\\_web.pdf](http://www.memoriamedia.net/pci_docs/PCI-MEMORIAMEDIA_METODOS_PRATICAS_web.pdf). Consulta em: 05/01/2016.

Sousa, Maria Peregrina de (1882). Costumes Populares da Maia. In J. Leite de Vasconcelos (dir.), *Bibliotheca Ethnographica Portugueza, Anuario para o estudo das tradições populares portuguezas, 1º anno-1883*, 32-34. Porto: Livraria Portuense de Clavel & C.<sup>a</sup>- Editores.

Sousa, Maria Peregrina de (1900-1901). Tradições populares do Minho (cartas). In J. Leite de Vasconcelos, *Revista Lusitana: arquivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal*, vol. VI, 129-151. Lisboa: Antiga Casa Bertrand. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/etnologia-etnografia-tradicoes.html>. Consulta em: 25/04/2016.

Souza, Ricardo Luiz de (2013). *Festas, procissões, romarias, milagres: aspectos do catolicismo popular*. Natal: IFRN. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/editora/livros-para-download/festas-procissoes-romarias-milagres-aspectos-do-catolicismo-popular>. Consulta em: 05/01/2016.

Teixeira, Alfredo (2010a). Substratos sociais do sagrado festivo: uma aproximação antropológica. *Comunicação & Cultura*, (10), 57-72. Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/10483>. Consulta em: 19/02/2016.

Teixeira, Joaquim de Sousa (2010b). Festa e identidade. *Comunicação & cultura*, (10), 17-33. Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/10485>. Consulta em: 22/02/2016.

Torrico, Juan Agudo (2006). Patrimónios e discursos Identitários. In Marta Anico & Elsa Peralta, (organizadoras), *Patrimónios e Identidades: Ficções Contemporâneas*. (1ª ed.). (pp. 21-34). Oeiras: Celta Editora.

Tourgeon, Laurier (2014, dezembro). Do material ao imaterial. Novos desafios, novas questões. *Geosaberes*, 5, (1), 67 – 79. Disponível em: <http://biblioteca.up.pt/>. Consulta em: 09/05/2015.

Vasconcelos, J. Leite de (1882). *Tradições populares de Portugal*. Porto: Livraria Portuense de Clavel & C.ª – Editores. Disponível em: <https://archive.org/details/tradiespopulare00vascgoog>. Consulta em: 02/06/2016.

Viterbo, Sousa (1897-1899). Fastos religiosos (festas e procissões). In J. Leite de Vasconcelos, *Revista Lusitana*, 5, (1-4), 181-195. Lisboa: Antiga Casa Bertrand. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/etnologia-etnografia-tradicoes.html>. Consulta em: 25/04/2016.

## **Outras obras de referência**

Aldeia-Gallega do Riba-Tejo (1873). In Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno: diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias...*, volume primeiro, (p. 85-86). Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia.

Disponível em: <https://archive.org/search.php?query=creator%3A%22Pinho+Leal%2C+Augusto+Soares+d%27Azevedo+Barbosa+de%22>. Consulta em: 25/06/2016.

*Cerimónia* (2001). In *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, I Volume (A-F). Verbo.

Festa (1789). In Antonio de Moraes Silva, *Diccionario da Lingua Portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Tomo Primeiro, A-K. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00299210>. Consulta em: 13/05/2016.

Festa (1907). In Esteves Pereira & Guilherme Rodrigues, *Diccionario historico, chorographico, biographico, bibliographico, heraldico, numismatico e artistico*. Vol. III-DK. Lisboa: João Romano Torres & C.<sup>a</sup> – Editores.

Fogaça (1865a). In Joaquim de Santa Rosa Souza de Viterbo, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam*. (2<sup>a</sup> ed.). Tomo primeiro (A-F). Lisboa: Editor A. J. Fernandes Lopes. Disponível em: <http://purl.pt/13944>. Consulta em: 30/04/2016.

Leal, J. M. da Silva (1843). Commemorações. O Abbade João. In Antonio Feliciano de Castilho, *Revista Universal Lisbonnense, Jornal dos interesses physicos, moraes e litterarios*, tomo II, anno de 1842-1843, (pp. 246-247). Lisboa: Imprensa Nacional. Disponível em: [hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RUL/1842-1843/Fevereiro/N.%C2%BA%20020/RULN20.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RUL/1842-1843/Fevereiro/N.%C2%BA%20020/RULN20.pdf). Consulta em: 23/05/2016.

Marrazes (1875). In Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno: diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias...*, volume quinto. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia. Disponível em: <https://archive.org/search.php?query=creator%3A%22Pinho+Leal%2C+Augusto+Soares+d%27Azevedo+Barbosa+de%22>. Consulta em: 02/05/2016.

Monte-Mór-o-Velho (1875). In Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno: diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias...*, volume quinto. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia. Disponível em: <https://archive.org/search.php?query=creator%3A%22Pinho+Leal%2C+Augusto+Soares+d%27Azevedo+Barbosa+de%22>. Consulta em: 02/05/2016.

Pombal (1728). In Rafael Bluteau, *Supplemento ao vocabulário portuguez, e latino, Parte II*. Lisboa Occidental: Na Patriarcal Officina da Musica. Disponível em: <http://de.bnportugal.pt/L2771-80/>. Consulta em: 18/09/2016.

Procissão (2001). In *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, II Volume (G-Z). Verbo.

Ritual (2001). In *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, II Volume (G-Z). Verbo.

Romaria (2001). In *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, II Volume (G-Z). Verbo.

Romarias (1990). In Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, volume V. Porto: Livraria Figueirinhas.

## Sítios

Câmara Municipal de Monção, Eventos, Corpo de Deus, Festa Da Coca (2016, abril). Disponível em: [http://www.cm-moncao.pt/portal/page/moncao/portal\\_municipal/eventos/CORPO%20DE%20DEUS%20-%20FESTA%20DA%20COCA](http://www.cm-moncao.pt/portal/page/moncao/portal_municipal/eventos/CORPO%20DE%20DEUS%20-%20FESTA%20DA%20COCA). Consulta em 27/04/2016.

Câmara Municipal de Monção, Notícias (2015, maio 11). Disponível em: [http://www.cm-moncao.pt/portal/page/moncao/portal\\_municipal/noticias?id\\_noticia=26581](http://www.cm-moncao.pt/portal/page/moncao/portal_municipal/noticias?id_noticia=26581). Consulta em: 27/04/2016.

Câmara Municipal de Sintra. Disponível em: <http://www.cm-sintra.pt/feira-das-merces-regressa-a-sintra>. Consulta em: 18/09/2016.

Carta de Atenas (1931). Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>. Consulta em: 17/07/2016.

Carta de Veneza (1964). <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>. Consulta em: 17/07/2016.

Constituição de 23 de Setembro de 1822. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1822.pdf>. Consulta em: 07/04/2016.

Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial (2003). Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>. Consulta em: 12/04/2016.

Direção-Geral do Património Cultural. Capela de Nossa Senhora de Ceiça <http://www.patrimoniocultural.pt/en/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74885>. Consulta em: 23/05/2016.

Direção-Geral do Património Cultural. Capela de Nossa Senhora da Lapa. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73987>. Consulta em: 19/06/2016.

Direção-Geral do Património Cultural. Ermida da Memória.  
Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73957>. Consulta em: 08/06/2016.

Direção-Geral do Património Cultural. Igreja e Casa do Mosteiro de São Salvador de Moreira.  
<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/156078/>. Consulta em 26/04/2016.

Direção-Geral do Património Cultural. Monte do Carmo.  
Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/17194644>. Consulta em: 16/06/2016.

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas. Rede nacional de áreas protegidas.  
Disponível em: <http://www.icnf.pt/portal/ap/resource/doc/ap-rnap>. Consulta em: 10/06/2016.

Nossa Senhora de Fátima (1929).  
Disponível em: <http://www.cinamateca.pt/Cinamateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=25427&type=Video>. Consulta em: 04/07/2016.

Romaria a Fátima (1927).  
Disponível em: <http://www.cinamateca.pt/cinamateca-digital/Ficha.aspx?obraid=8353&type=Video>. Consulta em: 04/07/2016.

## **Anexos**

## Anexo 1 – Procissões

N.º 1 - Uma procissão do Corpo de Deos no século XVI n'uma das terras de Entre Douro e Minho, A. 1852, p. 367:

«Uma procissão do Corpo de Deos no século XVI n'uma das terras de Entre Douro e Minho. - Ião primeiro as cruces e guiões das irmandades, que erão avisadas pelo Juiz da confraria. Seguia-se a imagem de S. Jorge a cavallo, com o seu acompanhamento de pagens e escudeiros. Depois a dança da retorta, feita por homens e mulheres mascarados, acompanhados por gaita de folle ; a dança das espadas, com tamboril e pandeiros, dada pelos ferreiros ; a dança dos moleiros, com violas ; a folia, dada pelos merceeiros e officiaes de sirgueiro, e outra, dada pelos tendeiros e rendeiros. Na tarde do dia da procissão havia uma corrida de touros, para a qual era cada marchante obrigado a dar um touro; os carpinteiros e forneiros fazião a tapagem do carro <sup>8</sup>.»

N.º 2 - A procissão de Corpus Christi em Monção, do Minho, A. 1867, pp. 276-277, Simão Luiz Pereira de Abreu e Mello (Monção):

«A procissão de Corpus Christi em Monção, do Minho. - A festividade do Corpus Christi é a que se faz mais luzida nesta villa. O campo da feira logo de manhã cedo está cheio de povo das fréguezias proximas, mas especialmente de gallegos. Logo que finda a função da igreja, que sempre se faz com a possivel pompa, sai a procissão. Na frente vai a musica, que se compõe de uma gaita de folles, um tambor, e um bumbo ; segue-se-lhe a colossal figura de S. Christovão, que é levado por seis barqueiros. Desfilão depois algumas corporações, e, apoz um boi, a quem chamão boi bento, com as pontas doiradas, e o corpo coberto com um manto de damasco, guarnecido de oiro. Atraz segue o carro das hervas, que é dado pelos marchantes. O carro é todo coberto de buxo e flores, e dentro vão meninos vestidos de branco com enfeites e fitas vermelhas, cantando psalms. Segue a ordem terceira, o clero, e o pallio. Depois vem S. Jorge. [parágr.] É a parte mais pittoresca da procissão. [parágr.] O S. Jorge é um ferrador da mesma villa, que, depois de se confessar e commungar, vai receber á camara 2\$250 réis. Na procissão vai com capacete na cabeça, saia de malha, grevas de aço, lança e espada, montado em um fogoso cavallo. Acompanha-a até que se mette na rua do Castello, ahi volta para traz, esporeia o cavallo, e, derrubando gente para a direita e esquerda, entre no campo da feira em procura da santa Coca para travar combate com ella. [parágr.] A tal Coca é um monstro em figura de dragão. É de arcos, cobertos com lona, e rodas por baixo, sobre as quaes marcha e contra marcha. Tem azas, pontas, e uma grande cauda retorcida. A boca é de molas, e, para que se abra e feche, atão-lhe uma corda porque pucham atraz os homens que fazem andar o dragão para metter medo ao cavallo. [parágr.] Esta luta de S. Jorge com a santa Coca é o que mais embasbaca o povo. [parágr.] Depois de muitos assaltos, S. Jorge sempre consegue trespassar o costado do monstro ; e, praticado este feito, recolhe-se. [parágr.] Por fim dirigem-se os monçanenses em grande numero a Salvaterra da Galliza, onde passão em folguedos o

---

8 - Em *Historia e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Tomo X, Parte II, p. 30 e em 1839 em *O Panorama, jornal litterario e instructivo da sociedade propagadora dos conhecimentos uteis*, volume quarto, p. 32. vem escrito *curro* e não *carro* como no *Almanach*.

resto do dia. [parágr.] Não haverá em tudo isto ainda alguns restos de paganismo?»

**N.º 3** - Procissão solemne no seculo XVIII, A. 1903, p. 119, \*\*\* (Porto):

«Procissão solemne no seculo XVIII. - Em um antigo vade mecum, que temos presente, lê-se a seguinte curiosa lembrança: [parágr.] «A tres de Mayo de 1733, acabando-se o douramento da magnifica obra da capella mayor do Senhor de Bouças, da Matozinhos [*sic*], sahio o mesmo Senhor no dito dia em solemne procissão pelos dous logares de Matozinhos e Leça de Palmeira, tendo ido assistir e acompanhar o Illustrissimo e Reverendissimo Cabido d'esta cidade do Porto o Senado Regio da Camara e todo o militar Regimento, que com repetidas salvas acompanharão a procissão, á qual concorrerão todas as confrarias e Irmandades de cincoenta freguezias com seus guiões, e cruces, e se revestio a procissão de varias figuras, a pé, e de cavallo, tudo com muita grandeza, e se averiguou ser este o mais festivo dia, que se vio nas nossas éras: nos seguintes dias se fez um maravilhoso triduo, sendo o primeiro dia do Illustrissimo Cabido, em que prégou o Conego Manoel dos Reus Bernardes, o segundo dos Frades Recoletos da Conceição e o terceiro da irmandade dos Clerigos de S. Pedro de Matozinhos.»

**N.º 4** - Procissão de S. Pedro em Camara de Lobos, A. 1876, pp. 129-130, Joaquim Pestana (Madeira):

«Procissão de S. Pedro em Camara de Lobos. - Haverá vinte annos que instituiram esta procissão. Na frente hiam quatro mancebos a cavallo, vestidos á turca, levando cada um uma bandeira hasteada ; em seguida uma dança composta de dez ou doze homens, trajando fatos exquisitos, sobresahindo uma carapuça, guarnecida de muitas fitas, que lhe cahiam pelas costas abaixo; depois a denominada barquinha, conduzida por quatro homens robustos, O enfeite da barquinha, enfeite que ainda hoje dura, consiste em pães de assucar, garrafas de vinho, ovos, doces, fructas, flôres, etc. Apoz isto seguia-se uma rede levada por doze pescadores, vestidos, diziam elles, á similhaça dos Apostolos. Atraz seguiam confrarias, santo e o pallio, rematando, como é uso, por uma boa musica de instrumental. [parágr.] Ultimamente extinguiram os cavalleiros, a dança e a rede, ficando a barquinha, que levam adiante da procissão.»

**N.º 5** - Procissão de Passos em Ponte da Barca, A. 1860, p. 296, Obscura Portuense:

«Procissão de Passos em Ponte da Barca. - Apoz o guião vai uma fila de crianças vestidas de branco; segue-se depois um penitente grande de costas para ellas, vestido tambem de branco, chale escarlata, e lenço na cabeça atado com um fita; um penitente pequeno lhe vai segurando a saia. O grande leva uma espada na bôca, e mais duas, uma em cada mão, as quaes vai esgrimindo, uma para diante e outra para traz. Segue-o outro com o mesmo aparato marchando para diante, depois outro que vai recuando, e assim grande porção d'elles; os que levão porém caudatario são os que andão como o caranguejo. Segue-se Abraão vestido á turca, Sansão trajado esquisitamente e com as portas de Gaza ás costas; depois muitos anjos vestidos de côres alegres e vistosas; no meio d'elles Judith com a cabeça de Holophernes, depois o andor do Senhor dos Passos

e atraz as tres Marias, S. João Baptista de corôa na cabeça, e a Veronica com toucado de plumas – todos ricamente vestidos. Segue-se depois um pastor pequeno com um carneiro vivo aos hombros, e os quatro Evangelistas com os nomes nas costas, e escrevendo em livros grandes que levão. Atraz d'elles vai a guarda romana com o centurião e fecha o prestito a musica da terra.»

N.º 6 - Santos Martyres de Marrocos, A. 1861, pp. 369-370, Augusto Cezar da Cunha Menezes (Porto):

«Santos Martyres de Marrocos. - A duas leguas da cidade do Porto se admira um magnifico mosteiro dos extinctos conegos regrantes de Santo Agostinho-vulgo cruzios. O convento é hoje propriedade, e a igreja séde, da fréguezia de S. Salvador de Moreira. [parágr.] Existe na dita igreja uma reliquia dos Santos Martyres de Marrocos. Lê-se nos agiologios que os cinco santos, Pedro, Accurcio, Berardo, Adjuto e Otho, erão filhos da ordem do Patriarcha d'Assiz, e que partindo para Africa, afim de propagarem o christianismo, forão immolados pela propria mão de Miramolim, então Rei de Marrocos, que tentou persuadil'os com promessas e decidil'os com ameaças e tractos, a desertarem das santas crenças em que havião nascido. [parágr.] Para commemorar o seu martyrio, costumão os devotos da fréguezia celebrar uma solemne festividade, em que porém se supprime a antiga cerimonia que passamos a relatar. Ia na procissão um homem de manto encarnado, á romana, turbante á turca, calças a capricho do armador, e calçado de chinelas brancas.[parágr.] Empunhava esse figurão um alfange de madeira, e continuamente ia esgrimindo sobre as cabeças de cinco meninos de seis a dez annos. Os meninos, que representavão os cinco martyres , ião vestidos com habitos de religiosos menores de S. Francisco, com as competentes tonsuras, de boas doze plegadas de circumferencia. Levavão palmas nas mãos, cimitarras ao pescoço, e ião presos uns após outros com uma cadeia de folha de flandres, que o rei segurava na mão esquerda. [parágr.] Tornava-se notavel o semblante altivo do monarcha ephemero quando ouvia dizer o povo: É o rei Birabolim ! [parágr.] Envolvia-se em andrajos o orgulhosos Miramolim, e no dia seguinte mendigava. Era rei, e ganhava doze vintens !!»

N.º 7 - Povia de Varzim, A. 1915, p. 266, Euracino (Povia de Varzim):

«Povia de Varzim – A Povia de Varzim é uma das praias de banhos do norte do país mais concorridas. Como praia de pescado, já foi importante, porém com as artes novas, proporcionadas por capitalistas patriotas, os pescadores não se coadunaram, embora arrojados e valentes, preferindo emigrar para o Brazil, achando-se actualmente essa industria bastante reduzida. [parágr.] Esta vila, que tem progredido extraordinariamente de há 30 annos a esta parte, assenta n'uma grande planicie, ou varzea, d'onde lhe vem o nome, e está ligada com todas as linhas de caminho de ferro, e á distancia de uma hora do Porto, ao norte, com que faz as suas transacções financeiras e commerciaes. [parágr.] Regula por 17 mil almas a sua população, e na época dos banhos – julho, agosto, setembro e outubro – o numero fluctuante de forasteiros, sendo alguns hespanhões, eleva-se de 30 a 40 mil. [parágr.] Em Terroso e Martim Vaz, foram encontrados materiaes e restos de edificações romanas, tambem apareceram no centro da villa, que

n'aquelle tempo se denominava Veracini, ou Curacini. [parágr.] O seu primeiro foral foi dado pelo rei D. Diniz, como vila de Varazim de Juzão, em 1308. Por D. Manuel I outro foral foi dado á vila da Povia de Varzim, em 1514. [parágr.] A Povia foi berço da Sacra Familia, Gomes d'Amorim, Eça de Queiroz, Rocha Peixoto, e outros personagens, illustres. Tem tido tambem maritimos de grande destaque, como o Cego do Maio, mestre Sergio, Lagoa, e tantos outros que teem alcançado honrosas medalhas de prata e ouro e a Torre Espada, como teve o Maio, não por matar o seu semelhante, mas por salvar das ondas os infelizes que perigam no mar. [parágr.] A barra desta enseada é protegida por um molhe, ou paredão, que divide as duas praias, de banhos e pescado, iniciado por Almada, no reinado de D. Manuel I, a quem se deve tambem o magestoso edificio dos Paços do Concelho. [parágr.] As diversões e festas que se realisam de verão, são imponentes, destacando-se a da Senhora d'Assumpção dos pescadores, em 15 de agosto, cuja procissão com andores e estandartes pesadissimos, percorrem o litoral pela areia em grande distancia, por entre os barcos embandeirados a capricho, queimando-se muito jogo prêso nas embarcações, e talvez cerca de mil duzias de foguetes ao passar a procissão na praia. É um tiroteio medonho, espetáculo tipico surprehendente, original e único no país.»

**N.º 8** - Os pescadores da Povia de Varzim, A. 1872, pp. 130-131, S... (T):

«Os pescadores da Povia de Varzim - de todos os pescadores das nossas costas os da Povia de Varzim, são sem duvida os mais arrojados no mar. É admiravel vêr a coragem com que elles arrostam em frageis barcos os furores do oceano, e vão, ás vezes sob risco eminente, lançar ao largo as suas redes, seu unico recurso. [parágr.] Repetidas vezes acontece que os barcos estão á vista de terra sem poderem aproximar-se, correndo gravissimo perigo. N'estas occasiões as mulheres dos pescadores correm em multidão á praia ; ahi gritando e revolvendo-se na areia , no auge do desespero, arrancam os cabellos e pedem á virgem Maria, a todos os santos e santas do céu, a salvação do pae, do marido, do filho, etc. [parágr.] Esta scena de desespero d'um lado, do outro o espectáculo terrivel do mar quebrando-se furioso contra a praia, produzem uma commoção violentissima. [parágr.] Se por acaso nesta luta gigante são vencidos os pescadores, e o mar por fim os rouba ás suas familias, então, caso estranho ! essas mulheres que até ali erguiam as mãos pedindo misericordia, levadas agora d'um furor que toca a loucura, dirigem improperios aos santos da sua devoção, accusam-nos de assassinos, e o que é mais, chegam algumas vezes até a apedrejar os nichos que existem em differentes pontos da villa ! Tornando-se necessaria a intervenção da autoridade para acalmar o desespero d'esta pobre gente. [parágr.] Alguns pescadores me disseram que nas horas de perigo, se o mar lhes deixava ouvir aquella berraria das mulheres, lhes era ella em extremo agradavel, porque lhes traduzia o seu affecto, e que longe de os desanimar pelo conhecimento do perigo que corriam, lhes fortificava a coragem e a esperanza. [parágr.] Outro facta notavel que me causou admiração foi vêr que os pescadores de Villa de Conde, a dois ou tres kilometros da Povia, são, pelo que toca a decisão e coragem, a anthitese dos d'esta ultima villa. [parágr.] Como se poderá explicar que entre homens da mesma condição, vivendo a dois passos uns dos outros, existam differenças de tal ordem ?!...»

**N.º 9** - Antigas festas de N. S. d'Assumpção na villa de Pedrogam Grande, A. 1904, pp. 102-103, Lino G. F. da Costa (Lisboa):

«Antigas festas de N. S. d'Assumpção na villa de Pedrogam Grande - Eram deslumbrantes as antigas festas consagradas á Virgem d' Assumpção na villa de Pedrogam Grande. [parágr.] Diz-nos Miguel Leitão d'Andrada na sua Miscellanea que antes da celebração d'estas festas, se punham, na porta da egreja matriz, carteis, em letras cabidolas grandes, em que se fazia, em termos concisos e claros, a descripção d'estas festas e os premios que se promettiam. [parágr.] Primavam ellas não só pela elegancia e ornamentação do templo, em que sobressaiam os mais lindos damascos, como proporcionavam ao publico, por desusado esplendor, muitos attractivos, especialmente pela forma apparatusa como eram ordenadas as procissões n'aquelles tempos. N'estas iam, em primeiro logar, os homens do povo, depois varias donzellas, que representavam personagens do paganismo cantando e dançando dentro do templo. Assim iam Euterpe, deusa da musica com um papel de solfa na mão, vestida esquisitamente; Esculapio, deus da medicina com potes, garrafas e mais objectos pertencentes á arte medica; Terpsichore, a deusa da dança, vestida com o fato proprio, dançando e pulando; a formosa Venus, que era a admiração de todos, com o seu Cupido pela mão, o qual levava os olhos vendados e a aljava das sétas ao hombro; e d'este modo percorriam as ruas que estavam tapetadas de grande quantidade de hervas aromaticas. Apenas recolhia ao templo o faustoso cortejo com o lustre proprio d'aquella epoca, era depositada no altar mór a linda imagem da Senhora d'Assumpção, a quem dirigiam suas preces os povos, que vinham de longinquas partes. [parágr.] Ordinariamente as festas duravam tres dias, no fim das quaes ainda havia no adro da egreja, comedias e entrememezes, alcanzias, tiros e escaramuças, jogos de cannas, touradas, etc. A um dos lados do adro havia camarotes para as donzellas, magistrados e pessoas principaes. Os individuos, que se distinguiam na carreira, no jogo ou na arte tauomatica, eram applaudidos pelas auctoridades, e estas nomeavam, em voz alta, para irem receber das mãos das donzellas, os premios que por direito lhes pertenciam. Acerca da qualidade dos premios e da forma da sua distribuição é muito interessante, em todos os seus pormenores, o que nos refere o citado escriptor na sua Myscellanea.»

**N.º 10** - Festa a S. Sebastião em Faro, A. 1859, pp. 82-83, E.H. Lamim:

«Festa a S. Sebastião em Faro.- É antiquissima a sua instituição. Na noute de 19 de janeiro sahe todos os annos o Santo da sua ermida, e é conduzido em procissão á Sé, onde fica até ao dia seguinte, e d'onde regressa para casa, em procissão tambem. São, por tanto, duas procissões, sem falar na missa cantada, sermão na tarde do dia competente, etc. A segunda procissão e mais solemnidades nada têm de notavel ; a primeira procissão é que merece ser descripta. [parágr.] É uma verdadeira festa popular. Logo na tarde do dia 19, rapazes e crianças, d'ambos os sexos e em grande numero, invadem as casas da cidade, pedindo vellas, côtos, pavios, tudo finalmente que possa servir para improvisar uma tocha, ou cousa que com isso se pareça. Obtido o indispensavel combustivel , é este fixado n'um páu, ou n'uma cana, e põe-se-lhe á roda um guarda-vento de papel, em que ás vezes se vêem extravagantes pinturas. Os maritimos preferem archotes, ou pedaços de cordas velhas, e reúnem-se todos em frente

da ermida, na noute da procissão. Ao ingrato som das continuas badaladas d'uma solitaria sineta, começa o prestito a mover-se, por volta das 8 horas d'aquella sempre fria e desagradavel noute. Mal que sahe da capella o andor do Santo, atrôa os ares uma terrivel vozeria; são tres ou quatro mil pessoas a repetir com toda a força dos pulmões a antiphona popular = Viva o Martyre S. Sebastião ! = E lá vai caminhando o Santo atraz d'aquella desordenada multidão, sem que cessem um unico instante, em quanto o Santo anda por fóra, nem a antiphona, nem os estalos de bombas e foguetes, nem os assobios e gritaria dos rapazes. Alterados o codigo penal e a reforma judiciaria, é permittido n'essa noute a qualquer marítimo queimar as barbas e chamuscar o cabello com o seu archote a outro cidadão que vá munido d'uma arma igual, com que possa levar a effeito um nobre e leal desforço. Muitas são as chamuscaduras, muitas as pirraças para apagar os archotes, muitas as graças pesadas, sem que de tudo isto resulte contenda ou rixa alguma. É uma completa parodia dos Mocolis, ou Moccolitis, do carnaval em Roma. [parágr.] Quando o prestito chega á praça, é que a solemnidade se torna mais interessante : é lindo ver aquella immensa campina d'inquietos fachos, que de continuo se agitação, e quasi se apagação para depois esparzirem mais viva e intensa chamma. É uma vasta seara matizada de refulgentes papoulas. De todas as ruas sahem ranchos de mulheres conduzindo crianças a pé e ao collo. Na mão d'estas se vê a classica tocha, preparada com desvêlo pelo pai ou pela mãe, e que ás vezes é origem de grandes choradeiras. Chega finalmente a procissão á Sé, em cujo largo se diria que debandava o prestito, se em debandada não tivesse elle vindo até alli. [parágr.] Na procissão do dia seguinte caminha novamente o Santo para a sua ermida, porém seguido apenas pela Camara Municipal, que assiste á festa, e sem que nenhum dos individuos que na noute antecedente haviam tomado parte activa na funcção, se digne encorporar-se nas alas, ou acompanhar o Santo, que lá de si para si deve ficar algum tanto despeitado com a inconstancia de muitos de seus adoradores da vespera, cujo fogo se extinguiu com o de seus archotes.»

N.º 11 - Procissão de voto no Funchal, A. 1884, pp. 109-110, Antonio Joaquim da Cruz Vaz (Sant'Anna – Ilha da Madeira):

«Procissão de voto no Funchal. - No reinado de D. Manoel, o Venturoso, grassou sobre o archipelago da Madeira o terrivel flagello da peste. [parágr.] Esta ilha era governada pelo capitão general Simão Gonçalves, magistrado affavel, providente e recto, que lançou mão de todas as providencias aconselhadas, para vêr se conseguia diminuir o flagello, mas o anjo negro da morte, desdobrando o seu lugubre manto no seio das habitações, ahi levava o lucto, dôr e a fome ! [parágr.] O clima da Madeira, considerado um dos melhores do universo, era então um dos mais infeccionados para se viver. O céu, quasi sempre formoso e brilhante, conservava-se envolto em expesso véo de nuvens, [parágr.] No entretanto, as moradas sepulchraes regurgitavam de seres humanos, e o bronze continuava a espalhar na amplidão os seus échos funebres. [parágr.] Assim decorreram os annos 1521 a 1522 ! ... Até que por deliberação do bispo da diocese D. Martinho de Portugal, o clero, nobreza e povo, reunindo-se na Sé deliberaram escolher de entre os doze apóstolos um para padroeiro, eleição que recaio em S. Thiago Menor. [parágr.] Ainda em 1568 voltou de novo o mal assolador ! Mas dirigindo-se em procissão á igreja respectiva, todas as auctoridades e povo, ali, o guarda-mór de saude,

no meio do templo, depoz a sua vara aos pés do santo, exclamando em alta voz: «Senhor, até aqui guardei esta cidade como pude, não posso mais ; aqui tendes a vara !» Diz-se, que, desde então, os feridos melhoraram progressivamente, e o mal desapareceu. Conta-se ainda, que, um dos milagres operados pelo santo, é o dar entrada no porto d'esta cidade, todos os annos, e durante o seu oitavario uma embarcação carregada de trigo. [parágr.] No dia 1.º de cada anno, sae da cathedral em direcção á igreja de Santa Maria Maior, uma procissão, composta de todo o clero e irmandades do concelho, auctoridades, e camara municipal, por voto feito por esta decuria na occasião em que a peste dizimava a ilha. [parágr.] A procissão é uma das mais bonitas n'esta localidade, porque é simples, e porque todos os que fazem parte do prestito exibem uma bonita corôa de flores.»

**N.º 12** - Nossa Senhora Morta em Procissão, A. 1884, p. 180, A. de J. e Silva (Minde):

«Nossa Senhora Morta em Procissão. - Pouco depois de Leiria haver sido elevado a bispado, o seu cabido adoptou os costume de todos os annos, no dia 14 de agosto, fazer uma procissão a N. S. dos Anjos. [parágr.] Sahia de sua capella, levada por quatro ecclesiasticos de batina, alva, estola e barrete, em um esquife e amortalhada: a procissão corria as ruas do costume, recolhendo-se á Sé, [parágr.] Ao outro dia, 15, com o mesmo apparatus sahia em andor, já ressuscitada, para a sua capella. [parágr.] Ao cabido, que fazia a despeza da festa, pertenciam as muitas esmolos com que o povo concorria.»

**N.º 13** - Uma procissão de penitencia, A. 1898, pp. 66-67:

«Uma procissão de penitencia – A que antigamente faziam os irmãos da Misericordia de Lisboa, na quinta feira santa, é assim descripta (á vista de uma memoria anterior) pelo padre João Baptista de Castro, no seu livro Mappa de Portugal antigo e moderno (1762): [parágr.] «Partem da igreja os irmãos em anoitecendo, e vão pela rua Nova ter a S. Francisco, e d'alli passam á Trindade, e descem ao Carmo, e d'alli vão a S. Domingos e tornam pelo Rocio e pela praça da Palha, rua das Arcas, Correaria até á Sé, tornam á Misericordia, gastando n'isto até á meia noite. [parágr.] Deante dos irmãos vão oitocentos, novecentos até mil homens e mulheres, disciplinando-se ; os quaes todos vão vestidos de vestimentas pretas, e assim homens como mulheres se ferem com as disciplinas, que tiram muito sangue. E esta procissão vae repartida em tres ou quatro estancias, e entre uma e outra, um retabulo ou Christo posto na cruz e no meio vão dez ou doze irmãos com suas varas, regendo-os, e mettendo-os em ordem. Entre estes disciplinantes vão muitos homens com barras de ferro, cruces e pedras ás costas ; e para claridade da gente levam cincoenta faroes de fogo, em que se gastam dois mil novellos de fiado de tomentos, engraxados em borras de azeite e cebo, para darem bom lume; os quaes faroes vão postos em hasteas muito compridas e altas. E levam trinta lanternas muito grandes, mettidas tambem em hasteas com vélas dentro accesas; levam mais trinta homens com bacias nas mãos cheias de vinho cozido, e os disciplinantes molham e lavam n'elle as disciplinas, porque lhe apertam as carnes. [parágr.] Da mesma maneira vão dez ou doze homens com caixas de marmelada feita em fatias, as quaes mandam muitas pessoas fidalgas e devotas, que dão aos penitentes; e levam outras de confeitado e de cidrão, para os que enfraquecerem ; soccorrem-lhe com um bocado : e vão outros

tantos homens com quartas d'agua e pucaros nas mãos, dando agua aos que teem d'ella necessidade. E tanto que chegam á casa da Misericordia, estão Fysicos, que espremem as chagas dos penitentes, e lh'as lavam com vinho para isso confeccionado, e os apertam e vestem, e se vão para suas casas.» [parágr.] Havemos de convir que, entre estas antigas penitencias catholicas e as praticas do mais repugnante ascetismo usadas pelos fakires indianos, medeia bem curta distancia !»

**N.º 14** - O forno de Pombal, A. 1860, p. 267, Francisco Monteiro de Carvalho (Leiria):

«O forno de Pombal. - N'um dos ultimos dias do mez de Julho percorre as ruas d'aquella villa uma procissão de pequeno apparatus, de que faz parte um immenso bôlo, d'outo a dez alqueires de trigo, levado por uns poucos d'homens, e destinado a ser distribuido aos devotos como pão bento. É cosido por 24 horas n'um forno, onde entra tambem um homem, que é o mesmo todos os annos, e que se tem confessado e commungado. Pára a procissão ao pé do forno, que arde todo o dia, e assim que se lhe mette dentro o bôlo, entra logo em seguida o bom homem, com um disforme e grandissimo chapéu armado e de casaca quinhentista, depois de haver mettido na bôca um cravo que tira da mão da virgem que vai n'um dos andores, dá uma volta á roda do bôlo, e sahe com passo acelerado, posto seja velho e de andar naturalmente vagaroso. Muitos e estrepitosos foguetes sobem aos ares depois de haver o tal sujeito sahido milagrosamente, são e salvo, de dentro do forno, e logo recolhe a procissão. [parágr.] Creio piamente que o homem está de boa fé e é o primeiro a acreditar no milagre que a Senhora faz por intermedio do seu cravo; mas o que tambem é certo é que a cousa se explica naturalmente. A porta do forno é bastante grande para que possão entrar por ella, de pé e quasi direitos, dous homens baixos alinhados de perfil; o bôlo, quando entra absorve grande parte do calorico; o homem abaixa-se ao andar-lhe em roda, tocando-lhe com as mãos, como para o endireitar, e assim se explica tudo. O calorico desapareceu. [parágr.] Suppõe-se alli o milagre feito áquelle homem e a seus filhos, que por sua morte o devem substituir na operação. [parágr.] Já um soldado, por occasião da festa, obteve da Senhora um milagre ainda maior, pois entrou por curioso atraz do protegido da Virgem, com a patrona cheia de cartuxos, e sahio lá de dentro são e salvo como elle. É muito confiar em Nossa Senhora !...»

**N.º 15** - Festa do bodo em Pombal, A. 1896, pp. 316-318, \*\*\* (Pombal):

«A Festa do Bodo em Pombal. - Não tenho ideia de vêr que n'este livrinho se tenha tratado d'uma antigualha d'esta villa, celebre em toda a parte, e conhecida geralmente sob a designação de – Festa do Bodo. [parágr.] É de crer, porém, que o Novo Almanach de Lembranças, na sua civilisadora tarefa , encyclopedico em todos os assumptos que offereçam interesse sob qualquer ponto de vista, já tenha inserido algum curioso artiguinho sobre tal materia. No entretanto, isso não impede que hoje, um humilde escrevinhador venha alinhar meia duzia de linhas toscas alludindo ás origens da festa que entre o povo d'estas immediações é conhecida pelo – milagre do bolo. [parágr.] Em tempos, que já vão longe (não refere a tradição nem os escriptores que d'este assumpto se occuparam, e entre elles o P.e Carvalho, a data verdadeira, mas parece que foi pela fundação da monarchia) em tempos que já vão longe, dizia, caiu sobre esta terra e suas

immediações uma espantosa praga de gafanhotos, causando danos extraordinarios e destruindo completamente as ceareas promettedoras. Em presença de tal flagello, o povo fez uma procissão de preces, saindo o cortejo da antiga igreja de S. Pedro (de que hoje nem vestígios restam) para a ermida onde então se venerava a imagem de N. S. do Cardal (Esta ermida foi demolida quando em 1855 se construiu a estrada de Lisboa ao Porto, e que corta esta villa pelo largo do Cardal). Conta o padre Carvalho que logo no dia immediato desapareceu por completo a praga dos gafanhotos, que ameaçava deixar sem folhas verdes estes sitios ; e em vista de semelhante prodigio se fez em seguida outra procissão em acção de graças, decidindo-se então que todos os annos se fizesse n'esta localidade uma grandiosa festa commemorando o milagre da extinção da praga. [parágr.] Ora foi em virtude d'este voto que no anno seguinte se celebrou a primeira festividade, n'esse anno a cargo de uma D. Maria Fogaça, fundadora da ermida a que acima alludi. Para maior lustre da festa, resolveu a festeira mandar cozer dois grandes bolos para offerta ao parochio ; acontecendo que, depois de estarem os dois bolos no forno, se reconheceu terem ficado tortos, e mal ageitados, e foi n'estas circumstancias que um creado da casa, cheio de animo, e, diz a tradição, cheio de fé na intervenção da Senhora do Cardal, se introduziu no forno, de onde saiu incolume depois de haver concertado os bolos. A estes bolos, que para simplificar foram reduzidos a um de dobradas dimensões, se ficou dando o nome de Fogaça, provavelmente o nome da sua instituidora. [parágr.] D'aqui como é obvio, avultou ao povo a existencia de um novo prodigio, e das festas subsequentes fez parte integrante a cozedura de um bolo de gigantescas proporções, acompanhando-se a cerimonia da entrada de um homem no forno, fazendo menção de concertar o bolo, que ora entra adeante, ora em seguida ao homem. O referido bolo, que em tempo era feito com farinha de 20 alqueires de trigo ou milho, está hoje reduzido a mui modestas proporções.[parágr.] Estas festas eram antigamente feitas com desusado esplendor. [parágr.] Passando a sua direcção das mãos de D. Maria Fogaça para as da camara, esta nomeava annualmente os respectivos mordomos (muitos dos quaes, segundo diz a historia, se arruinaram com as despesas) até que passaram definitivamente para cargo da camara, de cujos cofres ainda hoje sahem os fundos para ellas se fazerem, tendo decahido, porém, extraordinariamente do seu antigo brilhantismo, não só porque os tempos modernos são pouco asados para estimulos religiosos, mas tambem porque a constituição e metamorphoses sociaes teem alterado profundamente alguns costumes muito do agrado de nossos avós. [parágr.] E já que acima me referi aos encargos da festa, cae de molde acrescentar que o municipio, em tempo, não era mais do que o administrador dos bens que a fundadora da festa deixara vinculados para esse fim. Mas tudo o desleixo tem deixado perder, não tendo a capella do Cardal hoje outros rendimentos além das esmolas dos fieis. [parágr.] Em tempo, eram estas festas acompanhadas da representação em publico de comedias e entremezes, havendo tambem jogos de cannas, alcanzias, tiros e escaramuças. Eram tambem de uma alta significação pittoresca as alvoradas que antes das festas se celebravam, e que chamavam grande concorrência do povo. Como já referi, tudo isto caiu em desuso, e ainda mal. [parágr.] Diversos privilegios gosavam em tempo estas festas, e entre elles o de não poder ser presa (salvo por crime de lesa-majestade) quinze dias antes, ou quinze dias depois, qualquer pessoa que provasse vir para ellas, ou d'ellas regressar. Grande rendimento de offertas tinha antigamente a capella da Senhora do Cardal, pois accorria aqui povo de muito longe. Hoje, é esse rendimento quasi nullo

porque a concorrência se limita quasi que aos povos d'este concelho. As festas identicas teem-se multiplicado, e o fervor popular dividido. Em Avellar, Rio de Couros, Abiul, e S. Thiago de Litem se fazem festas semelhantes, e algumas de recente instituição; de onde se conclue que se já não há milagres que reclamem a instituição de festas, há exploradores da credence popular. [parágr.] Não permitem as dimensões d'este livrinho mais desenvolvida noticia sobre a Festa do Bodo de Pombal. Para quem quizer mais amplas informações relativas a esta antigualha, prometto, em subseqüentes artigos, referir mais alguns promenores, - bem entendido se a isso se não oppozer o illustre director do Almanach ; assim como tambem darei alguns esclarecimentos com relação a esta antiga villa, que á patria forneceu farta messe de filhos valiosos.»

N.º 16 - O bolo do Pombal, A. 1915, p. 163:

«O bolo do Pombal – Destruída pelos mouros a antiga povoação de Pombal, que segundo a tradição era sobre o rio Quabrunças, por baixo do casal que chamam dos Governos, edificou Gualdim Paes, Templario, pelos annos de 1181, um castello sobre o monte situado ao nascente, em cujas abas se foram construindo algumas habitações, que extendendo-se, com o tempo, pelo sitio de Chãos até perto do rio, veio a formar-se a villa que hoje existe. Junto d'ella, no sitio do Cardal (assim chamado pelos muitos cardos que produzia) tinha seu domicilio, n'um edificio construido á maneira de torre, de que ainda o mesmo sitio conserva o nome, D. Maria Fogaça, a qual, por devoção sua, e para comodidade dos moradores, mandou edificar uma capella á Mãe de Deus, com a invocação de Nossa Senhora de Jerusalém ; cuja imagem, que desde mui remotos tempos era tida por estes povos em grande veneração, n'ella fez colocar. Aconteceu um anno vir áquella terra tão espantosa praga de gafanhotos, que destruiu arvores e searas, e mettendo-se pelas casas, obrigava os moradores a desamparal'as, para fugirem a tão insoffrivel vexação. [parágr.] N'esta geral afflicção ordenou a camara uma procissão de preces, a qual sahindo da igreja matriz de S. Pedro, foi recolher-se na sobredita capella do Cardal, onde o parochy, implorando a protecção da Virgem, lhe prometeu em nome da camara e do povo, que se houvesse por bem livral'os d'aquella terrivel praga, lhe fariam todos os annos uma festa solemne em acção de graças. Passava-se isto na ultima semana do mez de junho, e logo no domingo seguinte, diz a tradição, que amanhecera o campo livre inteiramente de gafanhotos, sem que em arvore ou seara se visse um só. Cheio de contentamento correu o povo a dar graças á Senhora, e logo alli se ajustaram festas para o anno seguinte, as quaes tomou por sua conta a dita D. Maria Fogaça, dona da capella, e as fez com grande dispendio e notavel grandeza, convidando para assistir a ellas muitas pessoas nobres, parentes seus das villas de Thomar, Santarem e outras visinhas; e houve cannas, escaramuças, touros, fogos e danças. [parágr.] Como em taes festas foi sempre antiga usança dar-se de offerta ao parochy, e a mais ordinaria, principalmente entre rusticos, era bolos, mandou D. Maria Fogaça fazer para esse fim dois bolos, que sahindo de extraordinaria grandeza para a capacidade do forno, ficaram n'elle muito mal accomodados; o que vendo um domestico da casa, se atreveu, em nome e honra da Senhora do Cardal, a entrar dentro do forno; e depois de haver accomodado muito bem os bolos, sahiu para fóra illeso, sem o minimo damno no corpo ou nos vestidos, e ainda no cabello: o que sendo visto e attestado por todos os circumstantes, se authenticou logo e espalhou por toda a provincia o novo milagre que a

Senhora obrára. [parágr.] Foram-se continuando todos os annos estas festas pelas principaes pessoas do povo, fazendo-se sempre os dois bolos, a que se ficou chamando fogaça do nome da instituidora da capella. Depois reduziram-se os dois bolos a um só, construindo-se um forno junto á capella com a capacidade necessaria para o coser. Tinha este bolo vinte alqueires de trigo, e o levavam seis homens em um andor ao forno na sexta feira de tarde, e depois de se terem queimado tres carradas de lenha, entrava dentro um homem d'aquella familia, e tendo acomodado o bolo, no que era ajudado por outros de fóra com pás compridas, tornava a sahir sem se queimar nem sequer trazer crestado o vestido: «Verdade é, accrescenta o escriptor de que isto tirámos, que não toma a respiração dentro do formo, por não beber fogo em logar de ar; se bem que, para o milagre ser completo, parece que aquelle mesmo fogo que não queima a cara, não havia de offender a garganta respirando.» Tapada a bocca do forno, ficava cozendo-se o bolo até domingo pela manhã. [parágr.] Esta fogaça, sendo então levada em procissão para a casa da Misericordia, era ahi pela mesa repartida pelos moradores da villa, e por muitas pessoas de fóra que concorriam a estas festas. [parágr.] Foram ellas antigamente celebradas com tão grande concurso e fervor, que por provisões régias lhes foi concedido um privilegio notavel; e era, que toda a pessoa que mostrasse que vinha das festas, ou ia para ellas, oito dias antes, e oito dias depois, não pudesse ser presa por qualquer crime que tivesse feito, salvo se o commettesse nas mesmas festas; este privilegio se observou até ao tempo d'el-rei D. Sebastião, como constava dos documentos que existiam no cartorio da camara; mas durante o reinado dos Filippes ou os povos não pediram a sua confirmação, ou lhes não foi concedida. [parágr.] Com o andar dos tempos foi diminuindo a celebridade e a concorrência d'estas festas, até que vieram as guerras e outras calamidades publicas a acabar de todo com ellas; mas ainda entre aquelles povos se conserva mui viva a tradição do que havemos referido.»

N.º 17 - Festa das Fogaceiras, A. 1861, 85-86, Francisco Olympio da Fonseca (Feira):

«Festa das Fogaceiras – Faz-se aqui no dia 30 de Janeiro em honra do Martyr S. Sebastião. É tradição constante que no tempo dos condes da Feira assaltara horrivel peste os habitantes d'esta villa; recorreram os condes á misericordia divina, promettendo áquelle Santo que se obrigariam a fazer uma festividade annual com tres fogaças no caso de se verem livres de tal flagello. Assim aconteceu, e cumpriram os condes o voto, até que encorporada em 1706 a sua casa na do Infantado, continuou a ser cumprido á custa das pessoas mais abastadas da villa e circumvisinhanças. Affrouxou porém a devoção, e estava havia já muitos annos o voto olvidado, quando veio de novo a peste ceifar as vidas dos infelizes, mas ingratos, habitantes, que requereram n'esta crise á camara o cumprimento da promessa. Obteve então esta da piedade d'El-Rei D. Pedro III, como administrador da casa do Infantado, o alvará de 30 de Julho de 1753, no qual lhe era concedido fazer annualmente no dia 20 de Janeiro a festa ao Martyr S. Sebastião com tres fogaças de pão bento, depois dividido pelos habitantes. Estas fogaças, em que se cravão bandeirinhas d'ouropel, ou de papel de côr recortado, são levadas na procissão por donzellas pobres, n'aquelle dia ricamente adornadas, que sahem dos paços do concelho, acompanhadas pela camara, e se dirigem ao extincto convento dos Loyos (que é a matriz) onde as fogaças são benzidas e há missa cantada e sermão. Sahem depois em procissão, recolhendo por fim á casa da camara, onde,

passados momentos, se começa a distribuir o pão, que as mesmas meninas vão levar pelas portas, recebendo a esmola que cada um póde ou quer dar. Actualmente, em lugar de tres grandes fogaças, fazem-se mais pequenas e em maior numero, o que é preferivel, pois assim grangeião mais raparigas, para uns poucos de dias, os meios de subsistencia de que tanto necessitão.»

**N.º 18** - Defunto em procissão, A. 1871, pp. 188-189, José Joaquim Gonçalves (Barcellos):

«Defunto em procissão.- É o nome que dão os habitantes de meia dusia de freguezias extra-muros da villa de Barcellos, ao acto de conduzir algum defunto de casa para a sepultura. [parágr.] Quando morre um lavrador, ou proprietario rico, todos os amigos, e ainda alguns parentes vão acompanhar o corpo do finado com cruces que tem destinadas para isso, ou que pedem emprestadas, chegando muitas vezes a contar-se cincoenta a sessenta, e mais. Pelo numero das cruces conhece-se se o finado era rico e se tinha muitos amigos. O povo corre aos bandos para ver a procissão ; e quando o numero de cruces é diminuto, diz: a procissão vae muito fraquinha ! [parágr.] O dorido tem restricta obrigação de mandar para o adro da egreja um quarto com vinho e bastante molete (pão de trigo) que logo é devorado pelos portadores das cruces, que muitas vezes acabam em desordem pelo muito vinho que alguns bebem. [parágr.] Concluido o enterro vão todos os convidados escrever o nome em uma relação, que é entregue ao dorido, para que quando morrer algum d'elles se lhe faça o mesmo favor. [parágr.] Dia de enterro é dia de bródio.»

**N.º 19** - Costumes populares: Uma procissão na aldeia, A. 1919, pp. 113-114:

«Costumes populares: Uma procissão na aldeia – Apesar de se estarem perdendo interessantes tradicções no povo portuguez, ainda, felizmente, algumas aldeias conservam os seus antigos usos. [parágr.] Representa a nossa gravura uma procissão n'uma aldeia, proximo de Leiria. É tirada a fotografia na altura em que passavam as *ofertas*. [parágr.] Essas ofertas são mais ou menos ricas e variadas. Constam em geral de galinhas assadas, pão, azeite, vinho, bolos e algumas d'elas são encimadas por uma estrela de moedas de cinco tostões espetadas n'uma maçã. [parágr.] Quando entram na egreja são colocadas sobre mesas que ali estão para as receber, e depois da festa são as ofertas apregoadas no adro da egreja e esse dinheiro entregue á comissão que a dirigiu e organisou, para custeio destas despezas. [parágr.] É bem antigo este uso, pois já em 1835, J. P. Ribeiro, nas Reflexões Historicas, escrevia a respeito de costumes populares : [parágr.] «Algumas offertas para o parochio são conduzidas por um homem, embrulhado em capote, e chapéu desabado, levando uma canna levantada, e n'esta espetada uma laranja, em que vae enterrada a offerta em dinheiro. [parágr.] Em outras aldeias é a offerta conduzida por uma mulher, que tenha a circumstancia de se chamar Maria e ser errada, isto é, ter tido filhos que não sejam do matrimónio. A offerta que se compõe de pão, vinho, e um cordeiro vivo, de tal fôrma se arruma em uma canastra que se observe a etiqueta de se poderem vêr as pernas amarradas do cordeiro, dispondo-se para isso a toalha, que cobre a mesma canastra».

N.º 20 - Procissões da Quaresma, A. 1912, p. 40, A. de Jesus e Silva:

«Procissões da Quaresma – Em Minde há o antigo costume de, todas as sextas feira da Quaresma, de noite, se fazerem procissões. Estas procissões são formadas da seguinte maneira : uma grande cruz de madeira, com toalha traçada pelos braços, é levada por um homem com uma opa rôxa, no meio de dois com capas rôxas também, empunhando os dois lanternas. [parág.] A procissão tem o começo no largo da matriz. Dois cantores de vozes afinadíssimas, entoam e cantam o primeiro verso da Paixão ou das Dores ; acabado, que é, seguem a rua da Procissão, e só param quando o côro composto de dezenas de rapazes acaba a repetição, e começa outro, continuado da mesma maneira. [parág.] Ao chegarem ao primeiro passo, param, e com a maior devoção os cantores dão começo á estação por periodos, sendo repetidos pelo côro. Acabada a estação, no mesmo lugar é entoado pelos dois, o verso da Paixão que se segue, continuando até á segunda, terceira até á septima, que tem lugar no largo da igreja matriz. [parág.] Estas revestem maior grandeza, quinta feira de endoenças com os versos da Paixão, não havendo semana santa ; havendo-a, cantam os versos das Dores enquanto o povo beija a Santa Veronica, e na sexta os da Paixão, depois do sermão do Calvario. [parág.] O povo está tão costumado a estes antigos usos, que não fecham as portas, os das ruas do transito, sem [saem] com as candeias na mão, ver passar a procissão. [parág.] Costumes ! Costumes !»

#### **Outros textos:**

**Capella de S. Bento da Carregosa**, A. 1859, p. 335, José Duarte Gariso, vigario da Gesteira (Gesteira):

«Capella de S. Bento da Carregosa.- Ninguem tirará nunca da cabeça aos povos d'estes arredores ser a Carregosa, na fréguezia da Gesteira, riquissima em preciosidades ahi escondidas e deixadas pelos mouros. A este respeito correm várias fabulas, que pouco a pouco se vão desvanecendo. O que nunca porém aqui se desvanecerá é a persuasão de que o São Bento de pedra que se acha na dita capella, fôra achado nos arredores, n'uma lapa chamada Costa de S. Bento, e de que trazido para ella tornava a fugir, até que foi preciso arranjar-lhe um S. João para lhe ir fazer companhia e servir-lhe de sentinella. Só há effectivamente na capella aquelles dous santos. [parágr.] Pretendendo fazer-se na matriz uma procissão, em 1843 ou 44, com a imagem de S. João, requereram os povos da Carregosa ao Administrador do Concelho (então em Verride) que não consentisse em tal, para se não verem depois obrigados a andar em caça de S. Bento : Eu já aqui era parochio, e fiz a procissão com outra imagem, guardando-me para em tempo opportuno os ir instruindo e extirpando aquelle e outros quejandos erros e prejuisos.» (Gariso, 1858, p. 335).

**O mez de maio em Lagos**, A. 1859, p. 181, R.F.V. (Ferreira):

«O mez de maio em Lagos.- Era costume n'esta cidade festejar o 1.º de maio com uma procissão em que ia a gente da terra , e na frente, montado no melhor cavallo, um rapazote ornado de muitas flores e também de joias, que se pedião emprestadas;

sucedeu porém um anno que o rapazinho, ao passar a procissão junto a uma das portas da cidade, olhou para si, e ao ver-se tão ricamente adornado, metteu esporas á cavalgadura, deu ás de Villa Diogo, pela estrada fóra, e ainda hoje se espera por elle em Lagos, onde se não fala no mez de maio, mas sim *no mez que hade vir.*» (R.F.V., 1858, p. 181).

**Adão e Eva em Cabeceiras de Basto**, A. 1869, p. 291, D. L. C. (Cabeceiras de Basto):

«Adão e Eva em Cabeceiras de Basto. - Existe ne provincia do Minho, no concelho de Cabeceiras de Basto, uma povoação e freguezia a que chamam Arco de Baúthe. Festeja-se ahi todos os annos, no dia 8 de setembro, a imagem de N. Senhora do Remedios com tambores, fogo, musica, sermões, missa cantada, e procissão. No anno de 1859 houve uma procissão curiosa. Entre outras figuras, ia Adão e Eva. Adão era um homem coxo, que levava num pé um tamanco, e no outro um sapato, para lhe egualarem as pernas, com um alvião ás costas. Vestia uma casaca de panno preto, calça branca, e leva na cabeça um chapéo alto, branco, de pello, posto ao lado á laia de janota. Eva era outro homem vestido de mulher, com um chapéo de palhinha muito antigo, enfeitado com um grande laço de fita vermelha, saia de chita, chaile cor de rosa, fiando numa roca. E alli iam os nossos primeiros paes, querendo mostrar na antiguidade do vestido a antiguidade das pessoas. [parágr.] Ia tambem o rei David, que era um pedreiro, que sabia tocar viola, vestido muito exquisitamente, dançando e tocando pelas ruas. O rei David caiu, porque as ruas estavam mal calçadas, e quebrou a viola; e Adão e Eva tiveram de fugir, cada um para seu lado, por causa d'uma grande chuvada, que sobreveio ao regressar a procissão. A veracidade d'estes factos póde ser comprovada por milhares de pessoas. [parágr.] Hoje faz-se esta festa com toda a decencia, e attrae gente de muito longe por causa da brilhante iluminação, e famoso fogo, que tem logar na vespera.» (D.L.C., 1868, p. 291).

**Quarta feira de cinzas.- S.P.Q.R.**, A. 1870, pp. 130-131, Antonio Maria d'Almeida Netto:

«Quarta feira de cinzas.- S.P.Q.R.- Bem differentes e bem diversas têm sido as interpretações dadas ás quatro iniciaes, que servem de epigraphe a este artigo. [parágr.] Na dianteira de nossas procissões vemol-as todos os annos, neste dia, entretecidas de fios d'ouro nos pendões das mesmas. Velha usança, porventura admittida para rememoração do cruento sacrificio do Redemptor ! Assignalado indicio que do seu dominio nos deixaram os célebres dominadores do Lacio ! [parágr.] Usaram-nas primeiro os sabinos em suas bandeiras de guerra, como interrogação insultante e orgulhosa. Depois os romanos, talvez em resposta solemne, pomposa e grave. D'elles, depois de terem estanciado entre nós e de tudo romanisarem, recebemos esse apparatus pagão e outros ritos quejandos, que ainda hoje mesclam as ceremonias da igreja catholica. [parágr.] Mas o que entre os sabinos passou por uma provocação temeraria, o que entre os romanos se ostentou como signal de preeminencia incontestavel, e que foi tão soberbo quanto incitante precursor de bellicosas legiões – vexillum – é entre os christãos uma supplica, humildemente dirigida ao Verbo Humanado. [parágr.] Entre os sabinos aquellas quatro iniciaes queriam dizer : [parágr.] Sabino Populo Quis Resistet [parágr.] (*Quem Resiste ao Povo Sabino?*) [parágr.] Entre os romanos : [parágr.] Senatus

Populus Que Romanos [parágr.] (*O Senado E O Povo Romano*) [parágr.] Entre os  
christãos : [parágr.] Salva Populum Quem Redemisti [parágr.] (*Salva o Povo Que  
Remiste*).» (Netto, 1869, pp. 130-131).

## **Anexo 2 – Festas**

**N.º 1** – As Janeiras em Pedrogão Grande, A. 1866, pp. 66-67, J. P. de C. Cordeiro (Pedrogão Grande):

«As Janeiras em Pedrogão Grande. - Ao norte da freguezia da Senhora d'Assumpção de Pedrogão Grande, no districto de Leiria, há 13 povoações, entre si combinadas para festejarem o Espirito Santo. [parágr.] Nos dias 30 e 31 de Dezembro, reunidos os dous mordomos da povoação onde ficou a bandeira n'aquelle anno, e acompanhados dos moradores que têm esta devoção, e de dous escolhidos cantores, e tocadores de bandurra, e de rabéca, com a bandeira em punho, se dirigem ás mais povoações a fazer o peditorio tocando aquelles instrumentos em um estylo tão obrigado e antigo, como a festa, que já conta alguns séculos, e improvisando cantigas em tósca rima, cuja maior parte acaba por pedir alguns cobres para a pombinha branca. [parágr.] Referem-se á bandeira, que não é mais do que um páu, ou vara, enfeitada de muitas fitas, e em cujo tope avulta a imagem do Espirito Santo, representada por uma pombinha branca. [parágr.] No dia 1 de Janeiro, collocada uma meza na rua mais publica do lugar, e coberta de coscorões, pão, queijo, bolos, doces, e vinho, na qual a ninguem é permitido tocar, ahi, por suffragio universal, se procede á eleição dos mordomos para o anno immediato. Em seguida a isto os influentes, (que o são em grande numero) formam bailados, e é então que os tangedores dos instrumentos concluem o peditorio lisongeando com as suas improvisadas cantigas o amor proprio dos romeiros, que não querem passar pelo vexame de não darem a sua esmola. Acabados os folguedos com o dia, vai a bandeira visitar todos os moradores do lugar, que recebem aquelles cumprimentos de meza posta, e servida para os cantores, que se esmerão em festejar os visitados com cantigas adequadas. [parágr.] Segue-se a festividade ao santo no seu dia, na igreja matriz ; e quinze dias depois vão os novos mordomos, acompanhados dos seus vizinhos e dos dous cantores, ao lugar onde ficou a bandeira. Ahi a recebem dos outros mordomos, e vão com ella a todas as casas despedir-se de seus habitantes, que em seguida a acompanhão até á saída da povoação, onde terminão os cumprimentos apartando-se com muitas lagrimas da pombinha branca, que vai habitar outro lugar até ao anno seguinte».

**N.º 2** – Festa de Santo Amaro no Fayal, A. 1861, p. 119, S. \*\*\*(Fayalense):

«Festa de Santo Amaro no Fayal. - N'uma ermida da invocação d'este santo, nos suburbios da cidade da Horta, é elle festejado como em Béja (A. 60, pag. 284), só com a differença de que em lugar da ermida se transformar de noute em uma das mais buliçosas praças, é de dia que isso acontece, começando em 15 de Janeiro, dia do santo, e continuando nos domingos seguintes até 2 de Fevereiro !!!».

**N.º 3** - Ratos sabios, A. 1871, pp. 125-126, Manoel Maria Lucio (Villa Nova de Gaya):

«Ratos sabios. - Os folguedos do entrudo, que tanto eram da indole do povo, já não são uma sombra do que foram no passado ; entretanto no anno de 1858 ainda appareceram aqui umas mascaras que não deixavam de ter espirito. Distribuem os seguintes versos:

Ratos sabios

*Moedeiro falso*

Se dizem que sou ratão  
É que tenho alguma graça,  
Ao menos quem por mim passa  
Diz-me: Adeus sr. barão.  
E em minha casa acharão  
Balancés e mil janotas,  
Que, sem temerem que as notas  
Que faço, tenham mazelas,  
Todos vem por causa d'ellas  
Engraixar as minhas botas

*Falsificador de vinho*

Vendo vinho sup'rior  
Feito d'agua toda pura,  
Apenas certa mistura  
Lhe deitei para o compor :  
Tem de vinho o cheiro, e a côr  
Dei-lha co'sangue do toiro ;  
Mas pr'a tornal'o um thesoiro  
Sujeitei-o á experiencia  
Que ensinou certa excellencia  
Pr'a tirar-lhe as fezes d'oiro !

*Contrabandista*

De todos os arganazes  
Eu sou de certo o mais gordo,  
Ao menos, sempre que mordo,  
Tiro grandes trancanazes ;  
Os barreiras, bons rapazes  
Gostam de me ver passar :  
Portanto posso levar  
P'r'o buraco as migalhinhas,  
E ratos, ratas, ratinhas  
Tem muito allí que ratar !

*Contractador*

Queixa-se-me o povo inteiro  
De lhe eu dar tabaco podre,  
Mas se eu quero ser um odre  
Recheado de dinheiro !...  
Se acaso fumo ou se cheiro,  
De bom tabaco me cerco ;  
É negocio em que não perco ;  
E sem ouvir o que escuto,  
Fumarei o bom charuto,  
Darei aos outros esterco !

*Engajador*

Diz-se eu ser engajador  
Lá pr'a terra da banana,  
Que é sempre de carne humana  
O meu negocio maior.  
É peta, eu sou pescador,  
Que esta vida é como o sol ;  
Pois inda que um caracol  
Valha tudo o que se arrisca,  
Sempre eu sou que como a isca  
E que... papo no anzol !

*Jornalista*

Não há ratão neste mundo  
Como o rato jornalista !  
Na sciencia de chupista  
Não há sabio mais profundo.  
Um só artigo de fundo  
Leva a gente a deputado ;  
Mas se não roe tal bocado,  
Muda logo de projectos,  
E então empurra prospectos  
Até ficar bem vincado !

*Hygienico*

Todos nós hão-de chamar  
Junta ! Junta ! É teima velha !  
Inda se fosse parelha

Podia melhor passar.  
Mas nós somos mais que um par,  
Que aos males damos boleto :  
Fazemos do branco preto,  
Limpamos, sujamos portos,  
Damos o repouso aos mortos  
E aos vivos o lazareto !»

N.º 4 - O carnaval d'outros tempos, A. 1904, pp. 273-275, Pinto de Carvalho (Lisboa d'outros tempos):

«O carnaval d'outros tempos.- O antigo entrudo (em Lisboa) era uma folia quasi indescriptivel. Logo pela manhã se viam as creadas tirando prudentemente as vidraças, levantando tapetes e esteiras das salas, despregando bambinellas, taboinhas e stores, enrolando reposteiros, preparando-se emfim para a lucta que de ordinario começava ás duas horas da tarde. Chegavam-se para junto das janellas os cestos de ovos e gemma e de farinha, os cartuxos de pós de gomma, as cabacinhas de cêra pintada com agua de cheiro dentro, os saccos d'alqueire de tremoços, os tubos de vidro para os soprar, os papellinhos, as laranjas, as batatas, a luva com areia destinada a cahir de chofre, espipando o emphatico chapéo alto; os pucaros de barro e até os fogareiros, os taxos e os alguidares invalidos eram despedidos com ligeiresa gymnastica. A rapaziada andava n'uma roda viva. [parágr.] No mais aceso da contenda intervinha a enorme seringa cheia d'agua destinada a refrigerar as cabeças exaltadas dos transeuntes recalitrantes, ou a agulheta de pequena bomba, que applicava a reconfortativa hydrotherapia do douche aos viandantes repontadores. [parágr.] Nos escuros das escadas exerciam-se sevicias graves , ataques á mão armada ; applicava-se a velha gebada portugueza puxada com força gallaica, supprimiam-se cordões de campainhas, os degraus eram besuntados com cêbo, etc. [parágr.] Homens graves, sisudos, remanchões, que passavam o anno abeberados em fleugmatica seriedade, notavam mal chegava esta quadra foliona, uma excitação da fibra cardiaca, como se experimentassem a acção da kola granular, viam-se salteados por dythirambica alegria. [parágr.] Os rapazes sentiam o sangue a referver-lhe nas veias, como acontece aos piens-piens, que esvasiando as cartucheiras, avançam á conquista da gloria quando tambores e clarins sôam, á carga. (...).»

N.º 5 - As entrudadas na Trofa, A. 1930, p. 163, Maria Tereza Tavares Barata (Trofa do Vouga):

«As entrudadas na Trofa – As folias carnavalescas são na minha terra verdadeiramente infernais. [parágr] Ainda mal se fala em carnaval e já o rapazio nos atrôa os ouvidos com o estampido seco das «bombas», que por aqui se vendem em qualquer taberna. Em domingo magro começam as «enfarinhadelas», por parte das raparigas. No gordo e no dia de entrudo, ao começo da tarde vão elas á «panelinha», o que consiste, em, colocadas numa roda, atirar cada qual á visinha uma panela de barro; se alguma a quebrar, é maxima: levará com os cacos na cabeça e... calar o bico... Os rapazes fazem a oferta da cabeça, que alveja qualquer pessoa, não excluindo o paroco. Se alguns a sofrem sorrindo, outros há que respondem brutalmente, atirando latas á cara dos

atrevidos, que, desesperados os agridem, dando-se conflitos. [parágr] Pela meia tarde vão então «jogar o entrudo». As moças, quando não vão de rapaz, nem á «senhora», envergam os proprios trajés, levando uma renda pela cara e ostentando no braço uma colcha dobrada, ou, á falta desta, um chale. [parágr] Alguns rapazes vestem-se com a roupa das irmãs, mas a maioria sai á rua como um réclamo á feira da ladra. Ha o grupo dos «tambolareiros» verdadeiros demonios de caras enfarruscadas, as cabeças enfeitadas com folhas, que percorrem a aldeia cantando ao som dos regadores, pifaros, cortiços, etc. Uma especie de jazz-band. [parágr] É raro aparecer uma mascara entre os foliões trofenses. Sucedeu, há anos, a um que se abalançou mascarar-se, ouvir em plena rua, uma tremenda censura de uma beata, que olhara a inocente mascara como um atributo de santanaz.»

**N.º 6** - Serração da velha, A. 1855, p. 171:

«Serração da velha – Noute da Serração da Velha se chama a d'esta quinta feira da 3.<sup>a</sup> semana de quaresma, por se dividir aqui, pouco mais ou menos, ao meio o tempo da penitencia. A Serração da Velha é um espécie de recrudescencia das loucuras do carnaval. Celebra-se á luz d'archotes, com musica e algazarras, fingindo-se serrar atravez do corpo uma velha mettida n'um cortiço, e chamada: Maria Quaresma. O testamento da velha, enfiado de pulhas em verso de pé quebrado, tem sido por muitas vezes feito e impresso. Aos gallegos boçaes, aos provincianos lorpas, e aos rapazes da rua ainda não traquejados nas cousas de Lisboa, costuma-se pregar a peça de os fazer ir para algum sitio remoto, com banco ou escada ás costas, para melhor disfectarem a comica-tragedia, que se reduz ao logro, ou, como hoje dirião, desappointamento, e meia duzia de cacholetas ao som de vaias. [parágr.] Em quanto o vulgo assim brinca, a gente mais subida e de melhor gosto dá n'esta noute seus bailes, ás vezes mascarados.»

**N.º 7** - Sabbado d'Alleluia em Idanha a Nova, A. 1859, p. 175, Luiza Maria:

«Sabbado d'Alleluia em Idanha a Nova - Lê-se no Almamach de 1856, a pag. 361, que é costume no Porto, em dia de S. Nicolau, dar o abbade d'esta fréguesia uma rasa de castanhas. Outro tanto acontece na sabbado d'Alleluia á noute, na villa de Idanha a Nova, districto de Castello Branco. Reunem-se alli as raparigas em dous ou mais bandos, e munidas de pandeiros, vão ao adro tocar e cantar a Nossa Senhora do Almolão, festejando assim a Ressurreição de Christo ; d'alli voltão á porta do Vigario e á do Cura, a darem-lhe as boas festas, e d'elles recebem castanhas e passas. [parágr.] Consta-me que actualmente fazem estes senhores ouvidos de mercador, desejosos de acabar com tal usança».

**N.º 8** - A paschoa na aldeia, A. 1876, pp. 228-231, F.S.C. (Castello de Paiva):

«A paschoa na aldeia. - Domingo de Paschoa ! Que tropel de recordações suavissimas não desperta este dia a quem, no meio d'innocentes folguedos, sentio correrem-lhe no campo os dias de meninice! Ainda hoje me encanta os ouvidos, coando-me n'a alma uma alegria bem doce a toada festival dos sinos *repicando á alleluia* !(...). (...). Na aldeia é tudo azáfama. Especialmente nas raparigas que actividade ! Umás espanam os

moveis e as paredes ; outras tapetam de rosmaninho e rosas desfolhadas o pavimento da casa ; estas põem toda a sua sciencia e cuidados em armar a meza do estylo, que já se acha coberta de toalha alvissima circumdada de bellas florinhas do monte, sobressaindo ao centro o pomo coroadado por lindo ramilhete (e n'este quanto esmero ! Pois é de costume ser offerecido ao senhor abbade, que nunca deixa de mostral'o aos circumstantes, elogiando o aprimorado da obra) (...). A contrastar com tanto movimento lá está um velho de cans veneraveis, levemente encrespadas pela aragem, sentado no tronco d'um carvalho, a meditar ...(...). Mas eis que o sino repica. Como por encanto cessa um momento todo o bulicio. - É o compasso (\*) que sae. Á collina, ao cimo da collina todos ! (Lembra uma adolescente viva e entusiastica) vamos todos ver como vem numeroso o cortejo : e immediatamente é seguido o alvitre. Pobres floritas que matizes a verdura da encosta, não vos poupa o pé acelerado ! [parágr.] - Elles lá vem, lá vem o *Compasso* ! - exclamam, passados momentos, todas as vozes : desçamos, desçamos, que não tardam ahi connosco! [parágr.] N'um instante eil'os em casa. (...). Chegou. Que luzida comitiva ! Dos mais grados lavradores da freguezia não falta nem um só. Que rostos tão alegres ! n'estes dias não lembram questiunculas, nem fallam ressentimentos (...). Deixemol'os entrar e fiquemos nós cá de fóra , debaixo d'esta ramada , a escutar aquella especie de quasi balburdia que lá vae dentro. [parágr.] Quem nos attenderia ?... Resignemo-nos a perder o copo de vinho genuino e a fatia de *pão de S. Bernardo* (\*\*) a quem em taes occasiões ninguem póde esquivar-se, e ouçamos. Que animação!... Estes pedem ramos, aquelles, folares ; agora é a dona da casa a recommendar ao bom do parochó que deite muita agua benta nas raparigas , e logo estas que se escondem rindo. Este arrasta uma cadeira, aquella admira as fitas de seda e cordões d'ouro, que adereçam a cruz ; este ri, aquella zombeteia : e o santo velho a todos falla, a todos anima, a todos dá o exemplo d'uma jovialidade inoffensiva. (...)).

«(\*) Provincianismo, cuja significação ignoro. Significa - «visita paschal».

«(\*\*) Especie de pão de ló muito afamado que se faz no mosteiro d'Arouca».

N.º 9 - Domingo de Paschoa, A. 1914, pp. 15-16, José Osorio (Santarém):

«Domingo de Paschoa. - Na minha terra, que é uma linda villa da Beira Alta, a festa da Paschoa não differe muito da do Natal. As familias reúnem-se no seu lar e, n'esses dias e noites, todos sorvem com prazer os embriagantes perfumes d'essa flor deliciosa – a amizade ! [parágr.] Uma das cerimonias religiosas, que o meu espirito evoca com mais saudade de tempo de meninice, é a da visita paschal. [parágr.] O vigario, revestido de sobrepeliz e estola, acompanhado pelo sacristão, portador da cruz, e pelos rapazes, que levam a caldeirinha da agua benta e a campainha , sahe de manhã cedo, serras em fóra, na intenção de dar as boas festas. Entra em todas as casas e levanta o foliar. [parágr.] Todos cuidam de mostrar ao cura d'almas o mais escrupoloso aceio nas suas casas ; juncando de flores e rosmaninho os portaes das habitações até á sala destinada para a cerimonia religiosa. Ao centro, os que pódem, têm uma pequena mesa, coberta com uma linda toalha de rendas, e sobre ella a salva de prata com o foliar, que em minha casa eram cinco tostões em prata. [parágr.] Depois do rapaz da campainha, entra o padre com o acompanhamento. [parágr.] A familia inteira da casa está toda. [parágr.] - «Aleluia, aleluia, boas festas !» diz elle. [parágr.] E cada um vae ajoelhando para beijar os pés do

Christo na cruz, enquanto o padre espargue a agua da caldeirinha por sobre as cabeças de todos. [parágr.] Finda a visita, os donos da casa fazem servir n'uma bandeja os mais delicados bolos e todos os assistentes libam, em honra do *ressurexit non est hic* alguns calices de generoso vinho do Porto. O padre sahe, como entrou, levando o bolso e .. a barriga confortados com o folar e o nectar de Noé. [parágr.] N'este dia, a mesa é sempre lauta e abundante, e realisam-se aquelles assombrosos jantares *á antiga portuguesa*, que parece não terem fim ! [parágr.] Lembra-me com saudade d'esta suggestiva festa, e sobretudo dos bolos, que sempre eram deliciosos ! Ai os bolos !»

**N.º 10** - Usanças gastronomicas, A. 1876, pp. 261-262, Justiniano d'Abreu:

«Usanças gastronomicas. - Sob esta epigraphie lêmos no Almanach de 1869 um artigo, que nos faz lembrar um uso iddentico ao que ali vem narrado, e é – no alto Minho e arredores de Monção, tanto ricos como pobres, matarem um cabrito na segunda feira immediata ao domingo de Paschoa. [parágr.] Em Penafiel há egual costume, mas é no dia de Corpo de Deus. [parágr.] A familia que, apesar de todos os sacrificios, não pode obter o dinheiro necessario para comprar o animal, é tida como mais miseravel da localidade. [parágr.] A este respeito, e em prova de que dizemos, conta-se, que deixando certo individuo de pagar não sabemos que contribuição ou divida, alegando a sua extrema pobreza, foi processado. [parágr.] O juiz ao lavrar a sentença, fundou-a na allegação de que o reu era tão pobre, que nem tinha comido cabrito no dia de Corpus-Christi, e absolveu-o. [parágr.] Este caso deu-se há annos. Se actualmente o juiz se contentasse com tão justificativa rasão, merecia a pena os habitantes d'aquella cidade privarem-se de comer cabrito no referido dia de Corpo de Deus, para se eximirem ao pagamento de quaesquer dividas. Experimentem sempre.»

**N.º 11** - Costumes portuguezes – Águeda: a “Festa do Paul”, A. 1930, pp. 81-84, Angelo de Menêzes (Agueda):

«Costumes portuguezes – Águeda: a “Festa do Paul” - Existe um proverbio portuguez com muito fundamento que diz: Cada terra com seu uzo cada roca com seu fuзо. [parágr.] Quem tenha a dita de conhecer este sagrado torrão, este canteiro de flores matizado de olhos sonhadores de lindas mulheres, que se estende desde o verdejante Minho até á airosa provincia do Algarve. E que se chama Portugal, não pode deixar de confirmar o proverbio acima exposto. [parágr.] Cada terra tem o seu uzo... Cada logarejo da nossa querida pátria, tem o seu arraial, a sua festa, a sua procissão, que muito o caracterizam. [parágr.] Assim sucede em Assequins, povoação pertencente ao concelho e freguezia de Águeda, de onde dista dois kilómetros. É uzo já antiquissimo, realizar-se em Assequins, na segunda-feira de Páscoa, a “Festa do Pau”. Não se trata de uma festa de carácter religioso, e o seu titulo bem o indica. [parágr.] Trata-se de uma confraternização entre os povos circunvisinhos, mormente entre os Judeus (1) e os Ceboleiros (2). [parágr.] Báco, deus favorito de tanto, é quem põe e dispõe n'esta extravagante festividade ! [parágr.] Neste dia, durante a tarde, a estrada que liga Assequins a Águeda, é extraordinariamente concorrida. Gente de todas as camadas sociaes, lá vai até Assequins. Todos levam os seus farneis, para organizarem verdadeiros pic-nics nas eiras dos lavradores do burgo. As tavernas d'esta interessante aldeia

regorgitam de freguezes. Não há mãos a medir... marquezes (3) e litros de vinho. - Cinco litros para o Zé Dias, mais cinco para o Quim Pum, dez para o Trinta Diabos, que está n'aquilo (4) do Pedro Larú, e, ainda mais dez para o Pachá que está na eira do Pelicas... [parágr.] Enfim, Báco é quem domina os romeiros da «Festa do Pau». [parágr.] Por volta das quatro horas da tarde começa o foguetorio a dar inicio á festa. Em frente da capelinha de Assequins, o largo está pejado de gente. Ao lado da capela, estirado, lá está o célebre pau. [parágr.] É um enorme tronco de pinheiro, com uma ou duas varas emendadas. [parágr.] Este pau está completamente forrado de folhas de eucalipto, éras, fétos e mais plantas campezinhas, atadas pelas mãos caprichosas das cachopas do logar. [parágr.] Chega a filarmónica d'Águeda. O bom Ze Pereira, o chistoso Hugo, o inspirado Alfredo da Musica e outros rapazes que compõem a filarmónica, fazem sair dos seus instrumentos as mais diabólicas notas musicais. O povinho grita entusiasmado: [parágr.] - Vamos ao pau !... Ele ahi vae !!! [parágr.] Homens, mulheres, creanças, todos ajudam a erguer o pau, o magestoso pau de Assequins. [parágr.] E ao som da musica, no meio do maior borbórinho, os braços herculeos dos lavradores do sitio, auxiliados por vâras com enormes forcados, lá vão erguendo o pau, que dentro de poucos minutos fica altivo a mirar toda aquela mó de gente que o aclama. [parágr.] Assim erguido, lá fica até ao ano proximo, parecendo sumir-se entre as nuvens. [parágr.] Então o povo ri, canta, diverte-se, e pela noite fora recolhe, no meio da maior satisfação, a penates. [parágr.] O festejado pau, lá fica aguardando o seu epilogo que se há-de desenrolar na noite de S. João, noite funesta para ele. Nesta noite, já quando as folhagens que o enfeitam estão sêcas, o povinho, o mesmo que tanto o festejou e colocou com tanto carinho em frente á capelinha da Senhora da Graça, lança-lhe o fogo, e dentro em pouco, o pobre pau fica completamente nu e chamuscado ! [parágr.] Mesmo assim, tostado, ele lá continua pelo ano fóra, aguardando o seu substituto, o qual como ele será festejado n'uma tarde de primavera, e supliciado pelo fogo n'uma noite de S. João. [parágr.] Não deixa de ser interessante esta festividade. Porem, o seu epilogo é verdadeiramente deshumano, pois que, na noite em que incendeiam o pau d'Assequins, morrem dezenas de passarinhos que haviam construido os seus ninhos entre a folhagem que o adornava. [parágr.] Mas, vão lá tirar a «Festa do Pau» ao povo d'Assequins, ou, porque não dizê-lo ? Mesmo ao povo de Agueda ! [parágr.] Impossivel terminar esta festa, tal o culto que o povo lhe rende.»

«(1) Alcinha por que são conhecidos todos os oriundos de Agueda»

«(2) Idem, os de Assequins»

«(3) Copos com vinho»

«(4) A casa, loja, ou propriedade de alguém»

**N.º 12** - Folias pelo Espirito Santo, A. 1866, pp. 195-196, F.M.B. (Cambas):

«Folias pelo Espirito Santo.- Em todas as igrejas estabelecidas nas margens do rio Zezere, desde Cambas até á Guarda, há un antigo e immemorial costume de festejar o Espirito Santo, cuja imagem quasi todos têm em particular altar. Consiste a festa n'uma folia que é composta de tres foliões, como lhes chamão, com seus instrumentos, que são uma viola, um tambor, e um arco com soalhas; n'um d'estes notei eu que tinha trinta moedas de cinco réis; - é o dinheiro porque Judas vendeo a Christo - me disse o

velho ratão que o tocava, que era um septuagenário, que tinha sido miliciano na guerra da restauração. [parágr.] Esta folia em todos os domingos, que vão da Paschoa ao Espirito Santo, acompanha os mordomos da festa, que são dous, e outro intitulado rei, e com a bandeira do Espirito Santo percorrem as ruas, tendo saído da igreja, onde voltão, cantando suas improvisadas cantigas. Algumas d'estas fazem rir por estropiadas na poesia; em outras, porém, admirão-se ás vezes bem bons pensamentos poéticos nascidos de uma rustica e inculta musa natural. Por ultimo há o jantar para o qual cada mordomo em tres domingos convida os seus parentes e amigos, e aonde, depois de muito comer, e muito beber, os foliões têm de improvisar uma cantiga acomodada ao nome, e estado de cada conviva, tarefa que ás vezes faz suar a testa ao mestre da folia, que é o que verseja, estando os outros dous com os olhos como repolhos fitos nos beiços d'elle para o poderem acompanhar. [parágr.] Quando alguém de fóra lhes estranha esta antiga costumeira, com o que os mordomos e rei fazem bem boa despeza, respondem, que assim lh'o ensinaram os antepassados, para merecerem a protecção do Espirito Santo contra a ferrugem das oliveiras, o bicho do milho, e não sei que outros males. [parágr.] Eu pretendi extinguil'a na minha fréguezia, por entender que as cantigas profanas e as despezas superiores ás posses e aos haveres de muitos dos mordomos, não erão os mais adequados e devidos cultos ao Espirito Santo, e mereci da folia as seguintes cantigas: Senhor rev'rendo prior/ Deus lhe dê o que deseja;/ Deus o conserve bem annos/ Por parochos d'esta igreja/ Deus lhe dê saude e graça/ E bastante sab'doria/ Para nos guiar pr'o céu/ Mas deixe a nossa folia. [parágr.] Que lhes havia de eu fazer depois de uma d'estas ? [parágr.] Deixei-os, e elles não se cansaram de foliar.»

**N.º 13** - As festas do Espirito Santo no Topo, A. 1869, pp. 188-190, José Joaquim Borges d'Azevedo Silveira (Topense):

«As festas do Espirito Santo no Topo.- De tempo immemorial foi instituida a festa do Espirito Santo na Villa Nova do Topo da ilha de S. Jorge, e actualmente é celebrada com a possivel pompa pelos habitantes da mesma villa e seus contornos. Têm-se associado vinte a vinte e quatro individuos para em cada um dos seis domingos que correm da Paschoela ao de Pentecostes levarem a corôa em procissão á igreja acompanhada dos reverendos parochos e sacerdotes com as suas insignias no meio de cantilenas de foliões, e ao entrar na igreja, de canticos religiosos. Segue-se logo uma missa cantada, no fim da qual é corôado um dos associados ao som do hymno Veni Creator Spiritus. Voltam depois na mesma ordem á casa do devoto imperador, para alli ser benzida pelo parochos uma meza com 200 a 300 pães, que se distribuem aos pobres. [parágr.] No sabbado do Pentecostes á tarde uma outra sociedade de devotos (os mais qualificados) levam a corôa em procissão á igreja acompanhada dos reverendos parochos e pessoas de toda a classe entre canticos festivos, para alli, cantadas solemnemente as vespuras do Espirito Santo, ser coroados um dos mesmos devotos, que n'aquelle dia, e nos tres seguintes se denomina mordomo do imperio. Voltam em seguida a casa do dito mordomo a repôr a corôa, e benzer uma mesa denominada do imperio ; composta de 50 pães, e outras tantas porções de carne, que se distribuem a 50 pobres alli chamados por bilhetes. [parágr.] No domingo de Pentecostes de manhã vae a corôa á igreja em procissão, como no sabbado, para alli assistirem á missa cantada (algumas vezes com um sermão panegírico), e coroados o devoto mordomo, ou outro por elle convidado,

voltam a sua casa denominada cadafalso, onde assistem a um magnifico jantar, sendo tanto alli, como em casa do mordomo, feitas muitas esmolas á pobreza. [parágr.] Começára já no sabbado e sobe n'este domingo a affluencia do povo da freguezia, a qual tem d'esta extensão tres leguas, e das circumvisinhas, para na segunda e terça feira seguintes participarem das esmolas geralmente distribuidas. Consistem ellas em dois coscorões, e dois bolos de massa de trigo, um bocado de queijo, e um copo de vinho (quando o havia). A distribuição é feita na tarde d'estes dois dias, e para que se faça uma idéa da abundancia, bastará dizer que regularmente a cada um d'esses dias se recebem cêrca de 7:400 coscorões, e outros tantos bolos, sendo necessários para esta manufactura cêrca de seis moios de trigo. [parágr.] Para estas festas do Espirito Santo no Topo concorre tambem uma associaçãõ de doze individuos, que já no sabbado da Trindade, feita a procissãõ e coroaçãõ do imperador, na fôrma sobredita, distribue uma mesa de 24 pães, outras tantas porções de carne, e 50 réis de esmola a 24 pobres. No domingo quando a procissãõ volta da igreja para o cadafalso faz novas esmolas á pobreza ; e á tarde sãõ distribuidas por todos individualmente as esmolas da irmandade denominada dos mancebos, a saber : um bolo, um bocado de queijo e um copo de vinho, sendo gastos na manufactura dos bolos cêrca de 200 alqueires de trigo. Em todos estes dias festivos do Espirito Santo e Trindade, há differentes espectaculos e divertimentos e todos elles se gosam no meio da alegria, e do socego, ostentando-se o maior aceio nos trajes e vestidos, com que todos á competencia se apresentam tanto nos templos, como fôra. [parágr.] Eis aqui a verdadeira narraçãõ das festas do Espirito Santo no Topo da ilha de S. Jorge, nos Açores, sendo menos verdadeira a noticia que a este respeito appareceu a pag. 229 do Almanach de 1867 porque decerto foi mal informado o seu autor. Se elle presenciasse n'algum dia a nossa festa estou certo que lhe acharia mais graça, do que achou quando visitou o nosso aprasivel ilheo, e viu tanto grajão que alli há!... e não offenderia, como offendeu com seus motejos, o sexo amavel e pacificos habitantes do Topo.»

**N.º 14** - Festas ao Espirito Santo na Ilha de S. Jorge, A. 1867, pp. 229-230, Jorge Severino da Silva (Ilha de S. Jorge):

«Festas ao Espirito Santo na Ilha de S. Jorge.- tempo que decorre desde a Paschoa até á Trindade é de grande regosijo nos Açores. [parágr.] Eis o modo porque celebrãõ essas festas na Ilha de S. Jorge: [parágr.] O povo de cada fréguezia divide-se em duas irmandades, uma das quaes dá bolos para domingo de Espirito Santo, e se denomina dos velhos, e a outra, para o da Trindade, e se denomina dos mancebos. [parágr.] Cada chefe de familia dá 50 bolos, ou 24, ou 12, a que chamãõ uma conta, meia conta, ou quarto de conta. As sete domingos anteriores ao Pentecostes sãõ festejadas por sete individuos d'essas irmandades, que, por sua vez cingindo a frente da sagrada corôa, e empunhando o sceptro, vãõ fruindo a excelsea prerrogativade lhes ser dado o alto nome de imperador ou imperatriz. Assiste cada um a uma missa cantada, e, no fim retirãõ-se, no meio de grande sequito de convidados, e de padres entoando a Magnificat ao som dos rufos de um tambor, e das cantarolas de desentoados foliões. Chegando a casa achãõ um magnifico jantar para se regalarem, não esquecendo todavia fazer muitas esmolas em honra do Divino Espirito Santo. [parágr.] No domingo do Espirito Santo e da Trindade há coroações de manhã, e de tarde reune-se o povo em torno da igreja, onde cada

individuo recebe as suas vespervas, (como lhes chamão) as quaes consistem em um bolo, um bocado de queijo, e um copo de vinho. Ali passão a tarde tocando e dançando. Na fréguezia da Urzelina e Vellas, o bello sexo equipara-se em adornos a qualquer terra opulenta ; e para taes dias, sobretudo, os prepara do mais apurado effeito. [parágr.] Na fréguezia de Tôpo as vespervas são coscorões. Ali são as festas com menos graça, não só porque a fréguezia é pobre, como porque é pouco dada ao luxo : as mulheres, com especialidade são desalinhadissimas, o que faz dizer a um individuo que lá foi: [parágr.] Fui ás vespervas ao Tôpo/ Para ver a bizzaria ;/ Mas não vi senão grajaus/ Por cima da penedia !»

**N.º 15** - O imperador da villa d'Eiras, A. 1914, p. 62, Cuihe ni Sambuar (Povoa de Varzim):

«O imperador da villa d'Eiras – Na villa d'Eiras, uma legua a norte de Coimbra, existia o costume, que datava de antigos tempos, de eleger annualmente entre os moleiros da villa um imperador. [parágr.] Este monarcha acompanhado da sua côrte, subia no domingo do Espirito Santo ao cimo da serra, onde está a capella de S. Sebastião, e d'alli deitava a sua benção a uma outra capella – a do Espirito Santo – que está na faldá do monte sobre o qual se ergue o convento de Santo Antonio dos Olivaes. [parágr.] Na madrugada da segunda feira seguinte, dirigia-se com a sua comitiva á igreja das freiras bernardas de Cellas, e ahi depois de corôado pelo capellão, era brindado pelas religiosas, ás quaes elle fazia algumas mercês. [parágr.] Consistiam os brindes em grangêa e confeitos miudos – que alli denominam pastilhas, - e lhe eram offerecidos n'uma salva de prata com um garfo para elle se servir, offerecendo-se-lhe apoz isto manjar branco e mais algum doce e vinho. [parágr.] Depois d'este cerimonia, voltava ao seu imperio, onde encontrava levantado na praça da villa um grande tablado, e n'elle uma cadeira de espaldar para se sentar em frente d'uma meza com comida franca. [parágr.] No fim d'este banquete, havia cavalladas, que as mais das vezes redundavam em forta pancadaria.»

**N.º 16** - Gigante Santo, A. 1860, pp. 260-261, Francisco Olympio de Fonseca (Feira):

«Gigante Santo. – Costuma a camara d'esta villa no dia do Corpus Christi, fazer á custa do municipio uma festa, com procissão em que vai S. Christovão. É de roca a sua imagem e coberta por um saio de damasco vermelho ; no seu bojo se introduz um homem, parecendo que o santo (que tem uns 14 palmos d'altura) anda pelo seu proprio pé. Sobre o hombro esquerdo vai sentado o Menino Deus, com um globosinho na mão, que representa o mundo (...). Na direita leva o Santo Gigante um pinheiro adornado de flores. [parágr.] É tradição popular que achando-se este santo nas margens do Jordão, lhe pedira o Menino Deus (a quem o santo não conhecia) para ao collo o transportar ao lado opposto do rio; e que apenas tomado o Menino nos braços, exclamara: «parece que levo o mundo ás costas », ao que o Menino respondera : - Anda Christovão, que te não enganas. Para melhor porém firmar os seus passos, diz-se que o santo deitara a mão a um pinheiro que arrancara, e que agora é representado por outro, enfeitado de flores. Concorre n'este dia muita gente a vêr o santo grande, que depois da procissão é collocado em frente da casa da Camara, onde vão muitas pessoas comer diante d'elle

sopas de pão e vinho, na firme crença de que ficarão por este meio livres de fastio (e não sei se de cesões). Vão outras depôr na mão do santo regueifas (ordinariamente de 40 réis cada uma), as quae são depois propriedade do homem que carregou com o santo. As crianças costumão aterral'as com o globosinho que leva o Menino Deus, dizendo-lhes que, no caso de cahir aquella bolinha ao chão, se arrasará o mundo com chuva. [parágr.] No século passado mandavão alugar a Braga umas mulheres que ião atraz da procissão, tocando bandurra, fazendo tregeitos e promovendo o riso, e na frente ia symbolisando uma santa (não sei qual) outra mulher com uma espada na mão, fingindo querer matar uma serpente, movida por pessoa que ia encoberta sob o apparelho serpentino. [parágr.] Isto porém foi justamente abolido, como ridiculo.»

**N.º 17** - Festa do Boisinho de S. Marcos, A. 1858, pp. 368-369, Antonio Mendes Callado (Coimbra):

«Festa do Boisinho de S. Marcos – Assim se denomina uma festa que a 25 de Abril se faz em Alter do Chão áquelle Evangelista. É o dia de maior satisfação e regosijo para os habitantes da villa, a que vem gente de todos os arredores para ver o Boisinho de S. Marcos, a que se attribue a virtude de livrar o gado de lobos e molestias. Antes da festa vem os padres fóra da igreja, e cantando em côro a ladainha, acompanhão para dentro um novilho, que quatro Empresadores (irmãos de S. Marcos e que se têm préviamente confessado) alli obrigão a entrar, batendo-lhe com umas varinhas, e dizendo: «Entra Marcos, em louvor do Senhor S. Marcos.» O novilho entra (nem poderá deixar de entrar, pois só tem aberto o caminho da frente), chega ao altar-mór e d'ahi volta até á porta, pelo mesmo caminho, que se lhe deixara desimpedido. E n'isto consiste o milagre ! Depois da festa mettem-se na igreja alguns bezerros, que se offerecem ao Santo, transformando-se assim o templo em um curral !!!»

**N.º 18** - Boisinho de S. Marcos, A. 1861, p. 74, Antonio Maria do Amaral Ribeiro (Porto Alegre):

«Boisinho de S. Marcos.- Esta ridicula festa que se celebra em Alter (A. 58 p. 368) veio-nos da Hespanha como outras muitas lindezas. «Na Estremadura Hespanhola, diz *Feijó* no seu *Theatro Critico Universal*, na vespera de S. Marcos, os mórdomos d'uma confraria instituida em obsequio do santo, ou o cura da fréguezia revestido como quando celebra os officios divinos, vão a monte, onde está a boiada, e escolhendo com a vista o touro que lhe parece, lhe põem o nome de Marcos, levão-no á igreja, onde assiste ás vesperas, e no dia seguinte á missa e procissão; em quanto está na igreja é affagado por todos, e costumão as mulheres pôr-lhe grinaldas de flores e roscas de pão na cabeça e armas.» [parágr.] O seu a seu dono.»

**N.º 19** - Entra Marcos, Suplemento 1888, p. 73:

«Entra Marcos. - A Egreja celebra a festa a S. Marcos a 25 de Abril. N'este dia celebra-se em Alter do Chão uma festa ao Evangelista; á qual acode muita gente dos arredores, parte d'ella attrahida para ver o boisinho, que é attributo do santo, a que se attribue a virtude do livrar o gado de lobos e molestias. Antes de começar a festa vem os padres

fôra da igreja, e cantando em coro a ladainha, acompanham para dentro um novilho, que quatro irmãos de S.Marcos, que previamente se tem confessado, obrigam a entrar batendo-lhe com umas varinhas e dizendo: «Entra Marcos ; em Louvor do Senhor S. Marcos.» [parágr.] O novilho entra porque só tem aberto o caminho da frente, chega ao altar-môr, e d'ahi volta até á porta pelo mesmo caminho que se lhe deixára desimpedido».

N.º 20 - Festas de Maio, A. 1863, pp. 178-180, S.P.M. Estacio da Veiga:

«Festas de Maio.- A investigação da origem d'estas festas deu não pequenos cuidados a varios escriptores da antiguidade. [parágr.] Ovidio, que nasceu 43 annos de Jesu Christo, já não se atrevia a tratar isoladamente um tão melindroso assumpto; e a não ser a mui acertada resolução que tomou de recorrer ás musas suas protectoras e amigas, ter-se-hia perdido, talvez, o conhecimento d'estas primitivas folganças, tão populares e tão queridas na nossa terra desde tempos immemoriaes. [parágr.] O grande póeta elegiaco invocando pois as musas, colhe tres differentes opiniões, que apresenta com superior engenho no livro quinto dos *Fastos*. [parágr.] Polymnia diz lhe, que do *Deus Maius* (Jupiter), em razão da sua suprema magestade (*majestate*), se deriva o nome de *Maio*. [parágr.] Urania, que depois de Plymnia tem a palavra sobre a materia, faz proceder este nome de *majores*, presuppondo que o mez de *Maio* fôra consagrado aos antigos, nossos *maiores*. [parágr.] Calliope, finalmente, não se conformando com as opiniões das illustres preopinates, lhe tira a etymologia de *Maio* do nome de *Maia*, mãe de Mercurio. [parágr.] Esta opinião vence as outras duas por maioria de votos e a materia julga-se, felizmente, discutida. [parágr.] De então até hoje se têm solemnizado sempre com o mais geral regosijo as festas de *Maio* em honra da mãe de Mercurio. [parágr.] N'estes festejos excede a Hespanha todas as mais nações, como patria que se ufana de ser da augusta macrobia *Maia*, que se diz ter sido princeza, e rainha hespanhola, como filha do rei Atlante, e a esposa do rei Hespan, ou Pana. [parágr.] Esta princeza, mui culta nas sciencias, e famosa poetisa, por estes e outros notaveis predicados, consegue lograr culto de deidade entre as antigas damas andaluzas. [parágr.] D'este culto trazem seu principio as festas de *Maio*, que todos os annos no primeiro dia d'este mez são celebradas com geral alegria, collocando-se sobre um throno vistosamente armado, já nas ruas publicas, já nas estradas ruraes, uma formosa donzella vestida de roupas brancas com adornos de flôres, fitas e joias preciosas, pedindo algum dom aos que paixão e a admiração. [parágr.] Usava-se tambem antigamente em algumas povoações da peninsula deitar n'um leito mui engrinaldado de rosas um menino com uma menina de tenra idade, e junto deste symbolico consorcio entoar cantos epithalamicos; costume este d'onde vem o dizer-se «cantar por maias a alguma moça», como querendo-se significar a celebração do seu casamento. [parágr.] A respeito da ascendencia e festas de *Maia* escreveu a poetisa sevilhana D. Feliciana Henriques de Gusman em 1642 as duas seguintes quadras na sua tragi-comedia denominada *Los jardines, y campos sabeos* : [parágr.] A Maya nuestra Española,/ Me pareceis reyna mia/ Que fue de España princesa,/ De su rey Atlante hija./ Celebrando-la en sus coros/ Las nymphas de Andaluzia ;/ Y en su nombre hicieron Mayas,/ Y los hacen oy las Niñas. [parágr.] Originadas estas festas em Andaluzia, é de crer, tendo em vista a contiguidade dos territorios, que então erão diversamente demarcados, que no Algarve e Alemtêjo fosse

onde no nosso reino se celebraram primeiramente. [parágr.] Em antigos tempos duravão estas funcções alguns dias : mas hoje sómente se fazem no chamado *dia de Maio*. [parágr.] No centro das grandes populações, onde mal conhecidos são os agrados e enlevos da vida campestre, não se faz de certo idéa de como a aurora d'este dia é alegremente saudada pelos moradores das aldeias. [parágr.] Esta aurora, que vem, por assim dizer, renovar as dôces reminiscencias de prazeres e folguedos já gosados, impressiona o espirito e fala ao coração de um modo indisivel ! [parágr.] Para os habitantes do campo tudo é bello n'este dia : a murta florida do arroio, o rosmaninho da serra, a madre-silva do vallado, e os lyrios da campina, parecem emanar mais frequente e suave fragrancia ; a agua corrente dos ribeiros mostra-se mais pura e cristalina, e o canto não interrompido das aves, casado com o murmurio das aguas, resôa mais lêdo e sonoro. [parágr.] Nas provincias, e com especialidade no Algarve, muita gente das cidades e villas vai *armar a Maia na sua fazenda*, e festejal'a com escolhidos manjares e saborosas fructas em companhia de parentes e amigos. [parágr.] O banquete é porém precedido de cantigas e brinquedos; e no concheço de uma dança pasmosamente agitada, o amor triumphá muitas vezes, dominando o coração das donzellas e mancebos. [parágr.] É então que os amantes apaixonados, findas as delicias do dia, que mui rapidamente lhes parece ter passado, se dão as despedidas, entoando novas cantigas, que bem exprimem este sentimento, taes como esta que me ocorre agora : [parágr.] Ai, dia de Maio é este,/ Dia de triste ventura !/ Inda bem não amanhece,/ E já é de noute escura ! [parágr.] Quando a Maia desce do seu throno de flôres, a festa acaba. Acaba a festa, já não há senão saudades.»

N.º 21 – As maias, A. 1862, pp. 196-197, Luiz Emygdio Cardozo Guedes (Béja):

«As maias. - Não sei em que tempo teve principio, nem qual a origem da festa a que dão o nome de maias; o que sei é que este brinquedo no mez de Maio impede a muitas pessoas de sair ao domingo, ou dia santo, de tarde, em algumas partes. [parágr.] Aqui, juntão-se as creanças d'ambos os sexos, especialmente do feminino ; enfeitão uma rapariguinha mais pequena vestida de branco, contornêam-lhe de flores a cabeça e o peito, assentão-na em uma cadeirinha, que collocão sobre uma meza igualmente ornada, e deixão estar alli a pobre pequena toda a tarde, emquanto que outras sentadas em redor da meza cantão e tocão adufes. Logo que alguém passa, levanta-se aquella chusma de rapazes e raparigas, e agarrando-se aonde melhor podem deitar as mãos, fazem tal gralhada, que quem se quizer vêr livre d'ella deve ir prevenido com alguns cobses para lhos distribuir. [parágr.] Muitas vezes ainda se não está livre d'um grupo, já dous e tres andão pedindo para a maia, e não desistem da perseguição emquanto os não satisfazem com alguma cousa. Tambem com pouco se contentão, que é o que vale.»

N.º 22 – O 1.º de Maio na Abrunheira, A. 1925, p. 234, Ernesto Coelho (Abrunheira):

«O 1.º de Maio na Abrunheira – Primeiro de Maio ! Estas palavras assim juntas constituem a principal preocupação das raparigas que fazem parte do rancho das tricanas e pretendem primar na apresentação dos seus cantaros para que estes obtenham o 1.º premio; geralmente são todos enfeitados a capricho, como se vê pela fotografia, mas um ou outro sempre se distingue pela variedade das flores ou pelo fino gosto com

que são dispostas. [parágr.] Ainda mal o crepusculo matutino se diviza, já os morteiros anunciam a alvorada, dando o sinal de alerta aos componentes do rancho; - depois começam a chegar as graciosas tricanas ao ponto onde ele se reúne e daí segue, precedido pela fanfarra que executa uma linda marcha apropriada, até ao chafariz. À volta, já dia claro, o rancho, que parece ao longe um enorme bouquet de flores, é esperado por quasi toda a população que decretou, a si propria, feriado neste dia, - e uma vez chegado ao largo da Praça, ali exhibe as suas canções ; é então interessante vêr como as tricanas conseguem equilibrar os cântaros na cabeça sem deixarem de observar as marcações da dança... [parágr.] À tarde o povo e rancho confraternizam numa grande merenda, em local aprasivel, onde não faltam nem bons petiscos nem bom vinho... - E quando a noite começa a querer a envolver a terra com seu manto negro é então que toda aquela gente se põe em debandada com a satisfação de terem passado bem um dia. Quem sabe se dos 365, do ano, teria sido este o unico que lhes faz esquecer, por instantes, as dificuldades da vida !»

**N.º 23** – Cruzes de Barcellos, A. 1860, p. 187, Minhôto:

«Cruzes em Barcellos.- Deve esta villa a sua celebridade ao magestoso templo do Senhor da Cruz, cuja imagem se festeja 3 de Maio. Diz a tradição que em um dia de Dezembro de 1504, pelas nove horas da manhã, no Campo do Salvador (extra-muros da villa) se operara o prodigio da apparição da Santa Cruz : erigio-se-lhe logo uma pequena ermida, que a devoção do povo com o andar dos tempos elevou a uma soberba igreja de bellissima architectura com seu zimbório. Tem uma Irmandade, de que é Juiz perpetuo S. M. El-Rei viuvo, o Senhor D. Fernando, que em 1852 visitou a Igreja em companhia da Senhora D. Maria II, por occasião da sua viagem ás provincias. Já os Senhores D. Pedro IV, e D. Augusto de Leuchtemberg foram Juizes d'essa irmamdade.»

**N.º 24** – Cruzes em Barcellos, A. 1861, p. 147, Antonio Luiz Telles da Silva e Menezes (Béja):

«Cruzes em Barcellos – Ao que a este respeito se diz a pag. 187 do Almanach de 1860 se deve acrescentar o seguinte: [parágr.] É geralmente acreditado, e pertinazmente asseverado, pelos habitantes da nobre villa, que durante os tres dias da festividade do Senhor da Cruz apparece annualmente um assombroso prodigio no terreno do campo da Feira em que está situado o sumptuoso templo do Bom Jesus da Cruz : consiste este prodigio em apparecerem no chão cruces, que se distinguem por ser a terra que as fórma muito mais escura que a outra. Affirmão tambem que, por mais que n'aquelle sitio se profunde a terra, sempre continuão a apparecer aquellas cruces. D'aqui veio o chamar-se vulgarmente a tal festividade : Festa das Cruzes. [parágr.] Sobre a veracidade d'este prodigio cumpre-me dizer que residindo em dous annos n'aquella villa, e indo de proposito nos tres dias festivos admirar o inaudito phenomeno, não vi no chão senão alguns circulos de pedras pequenas, enfeitadas de flôres; dizia-se que no centro d'aquelles circulos é que estavam as cruces milagrosas; qual historia ! Por mais que arregalasse os olhos, nada via. Provavelmente é que não estava na graça do Senhor !...»

N.º 25 – Cruzes em Barcellos, A. 1863, p. 246, Minhôto:

«Cruzes em Barcellos.- Ao que a tal respeito diz a paginas 147 do Almanach de 1861 o sr. Antonio Luiz Telles da Silva e Menezes, de Béja, accrescentarêmos mais algumas palavras, que servirão tambem de complemento ao que já dissemos, sob a mesma epigraphe no do anno de 1860. [parágr.] Não chamarêmos milagroso a qualquer acontecimento, que não possamos explicar. Os theólogos ensinão minuciosamente o que se requer, para haver milagre; mas tambem considerâmos como temerario arrôjo a mania, que hoje reina, de querer explicar tudo por meios naturaes. Deus, quando quer manifestar-se afim de ser glorificado, não costuma avisar-nos préviamente dos seus designios ; e de cousas, que nós-os sábios do século-considerâmos ninharias e bagatellas, tira elle mil argumentos da sua sabedoria e poder, julgando, que é bastante o que nos deixou dito no Evangelho : - qui crediderito, salvus erit. [parágr.] A piedosa crença da apparição das cruzes no Campo da Feira, tem a seu favor a veneranda antiguidade de 358 annos, reproduzindo-se desde 1504 (aurea idade de crenças e de gloria !). Não queremos sustentar o maravilhoso do facto ; mas tambem não temos a gloria em o desmentir. O que é verdade incontestavel é a sua existencia, e tão verdade que qualquer póde vir a Barcellos, e vêr as duas cruzes, que desde o passado maio permanecem no meio do campo, tão perfeitas e regulares, que o homem mais despido de preconceitos fica indeciso, e pergunta a si mesmo, *se os veios de terra negra* apparecerão só em tal estação, e com tal symetria e regularidade ? ... [parágr.] «- E digão lá os sábios da Escriptura/ «Que segredos são estes da natura.» - [parágr.] Porêmos aqui ponto. Está defendida a honra *da familia e do convento ...*»

N.º 26 – O Santo Soldado, A. 1916, p. 286, Campones Peregrino (Mezão-Frio):

«O Santo Soldado – Ha, em Villa Real de Traz-os-Montes, para o lado da Timpeira, n'um sitio completamente deserto, onde vegetam apenas o rosmaninho e outras hervas rasteiras, uma graciosa capellinha chamada do Santo Soldado. [parágr.] Foi ali, se a tradição não mente, arcabuzado no dia 13 de maio de 1813, um soldado pelo motivo de lhe attribuirem o roubo d'um calix de ouro que existia n'um sacrario d'uma egreja da capital transmontana. O caso é, que estando o regimento a que elle pertencia junto d'uma egreja, um outro soldado, pela calada da noite, entrou ali e roubou o calix; mas sabendo que no quartel tratavam de dar busca ás mochilas dos companheiros, desapertou muito depressa as correias da sua e tirando o furto de lá, foi mete-lo, sem que ninguem visse, na do seu collega mais proximo que havia de ser, cem annos depois, Santo, posto não fosse canonisado. Seu pae, que tinha ido para Lisboa conseguir o livramento do filho, estaria a cem passos d'elle com a ordem de perdão, quando lhe deram a descarga. E o povo, com a devoção que tinha do Santo ... erigiu-lhe a pequenina capella onde, lá dentro, junto do altar, há um quadro a oleo de pouca arte, representando a morte do infeliz soldado. [parágr.] Fizeram-lhe festa no seu centenario. A capellinha por dentro, estava toda illuminada, tendo o forasteiro a seus pés um tapete de rosmaninho e flores agrestes colhidas n'aquelle dia. Era uma festa popular que havia na capellinha do Santo Soldado. [parágr.] Santo, é o nome posto pelo povo, pois ainda não foi nem sei se será canonisado o Soldado que está na capellinha solitaria, entre fragas, á beira da estrada, por onde passa, ás vezes, o moleiro para o moinho.»

N.º 27 – A mourisca, A. 1864, pp. 222-223, M.A.B. (Margens do Zezere):

«A mourisca.- Os folguedos de S. João são geraes entre o nosso povo. Os descantes e fogueiras fazem o principal divertimento d'aquella noute magica em que a agua é benta, a alcachofra fala na madrugada aos corações, e a moura encantada vem ao sol nado assoalhar os seus thesouros ![parágr.] N'alguns lugares porém, os festejos têm accessorios , quebrando por vezes a gravidade do culto catholico. Assim é curiosa a usança que há n'este dia em Pedrogão-Pequeno, antiga villa nas pittorescas e alcantiladas margens do rio Zezere. Na igreja matriz há pomposa festividade ao patrono, S. João; mas pouco antes da festa há na igreja, e mesmo ás barbas do santo, um interessante bailado, a que chamão a *mourisca*. São sete figurões exoticamente vestidos de saia com grandes laços de fita, sapato e meia, jaqueta apertada com largo cinturão que lhes sóbe aos hombros e se cruza nas costas e peito, como o correame dos nossos soldados, e na cabeça um barrete de forma conica muito enramalhado de flôres. Os dous primeiros toçã bandurra, os immediatos pandeiretas, e os ultimos empunhão compridos thyrsos com um grande ramalhete de cravos na extremidade superior. O setimo, porém, d'estes personagens distingue-se pela corôa de rei ; aos hombros largo chale pendente, á guiza de manto ; na dextra ferrugenta durindana, e na esquerda um escudo, onde se vê pintado o cordeirinho que acompanha sempre o santo precursor. É este o rei da mourisca. Com passo grave e magestoso dirigem-se os sete bailarinos á capella mór, curvão-se ante o santo, que n'aquelle dia festival sáe do seu nicho e se ostenta alegre e prazenteiro sobre enramalhado andor, e a um sinal do homem da corôa, que deixa cahir sobre o escudo a longa espada, rompe o baile, que dura bôa meia hora, e que muito se parece com as contradanças francezas. Os pandeiros saltão nas mãos dos dançantes, e ferem os ares d'agudos sons; o rei, de ceptro em punho, repimpa-se cada vez mais, e os dous das bandurras dedilhão as cordas com pericia maravilhosa. Os espectadores agrupão-se e observão com religioso silencio este célebre espectaculo, que attráe maior concorrência do que a função da igreja. [parágr.] Quem pela primeira vez assiste a esta curiosa usança não pôde deixar de rir, mui principalmente quando repara no sério-comico dos sete figurões. A dança conclue com segunda genuflexão ao santo em fórma de despedida, e á voz do rei da festa, que, fazendo uma pirueta firmado no pé esquerdo, brada alto e bom som : viva o meu compadre S. João Baptista ! No fim da solemnidade religiosa repete-se a contradança no adro da igreja, e de tarde, em frente da procissão, que percorre as ruas da villa. Não se atina com a origem d'este curioso e original divertimento, para extirpar o qual tem sido inuteis todos os esforços da autoridade ecclesiastica.»

N.º 28 – Festa dos cavalleiros em Obidos, A. 1859, pp. 226-227, Francisco Raphael da Silveira Malhão (Óbidos):

«Festa dos cavalleiros em Obidos – Nossos pais não forão escravos tão apouquentados como por ahi diz muita gente ; se não se divertião com revoluções, assembléas eleitorais, discussões parlamentares, periodicos, e outras cousas d'este genero, que tanto recreião a gente da nossa idade, tambem tinham os seus divertimentos, e por signal que muito mais confortaveis para a vida. Apresentemos a descrição de um : a festa dos cavalleiros em Obidos. [parágr.] A camara d'esta villa, padroeira do convento de S.

Miguel das Gaeiras, situado a um quarto de légua d'ella e pertencente aos religiosos arrabidos, costumava ir collocar todos os annos o estandarte municipal na igreja do referido convento, em comprovação da sua regalia, practica que durou até á invasão dos francezes. Fazia-o de fórma seguinte : na vespera do dia de S. João, os camaristas vinhão á praça da villa, acompanhados do seu presidente, vestidos todos de capa e volta, com chapéus enfeitados de plumas brancas, e montando em cavallos bem ajaezados. O estandarte tremulava na frente, desfraldado aos ares. Achando já alli reunidos, e montados da mesma sorte em cavallos enfeitados segundo o gosto de cada um, todos os cavalleiros da villa e concelho, começava a cavalgada, indo o alcaide á frente, seguindo-se os cavalleiros em duas alas, e depois o corpo municipal com todos os empregados publicos. Chegados ao convento, collocado o estandarte na igreja, feita uma curta oração, e cumprimentados os religiosos, regressavão á villa. Entrando n'ella, davão tres voltas pelas ruas principaes, uns correndo a toda a brida, outros caracolando, outros conservando o passo aconselhado pela sua idade. No dia de S. João pela manhã, nova cavalgada ao convento, na mesma ordem da vespera. Ao chegar lá, depois de entrarem na igreja e de tornarem a orar, passavão a divertir-se pelas sombras da matta, a colherem flores no jardim, e a desalterarem-se com a preciosa agua da mina, sempre acompanhados pelos religiosos, que então ainda erão respeitados e amados como *frades*, ou irmãos. Á hora competente, tomavão um refresco preparado por estes e ajudado com uma propina da camara. Á tarde, tornando a ir á igreja, orando, tomando o estandarte que alli ficara na vespera, e despendendo-se dos religiosos, marchavão para a villa, trazendo capellas de flores enfiadas nos braços, nas mãos cucurutos de canas verdes e ramos dos freixos seculares que alli existem ainda como monumento da antiguidade d'aquella fundação religiosa, e davão, transpondo a sua porta mourisca, as mesmas voltas da vespera. A cavalgata terminava, despedindo-se os cavalleiros na praça do corpo municipal, e indo cada um para sua casa (que achava cheia da gente que não cabia nas janellas) a entregar as capellas ás pessoas da sua maior affeição, contar anedotas da festa, e celebrar a vespera e o dia de S. João. [parágr.] A sociedade é certo que não marchava com isto por diante, mas deixava-se ir n'um agradável remanso. Faz dó, ou saudade ?!... É pena que a liberdade não seja menos fogosa, e que não reuna ao util do presente o confortavel do passado !...»

N.º 29 – Festejos de S. João, A. 1866, pp. 226-227, Luiz Pereira de Castro Soromenho (Chaves):

«Festejos de S. João.- Já vai longe o tempo, em que o nascimento do grande Baptista era commemorado, na villa de Chaves, com festejos, que mais podião dizer-se de côrte, do que de uma povoação de provincia. [parágr.] Foi o primeiro duque de Bragança, esse a que, com justiça se podia chamar o padrinho de Chaves, o erector de uma gentil confraria de S. João, que pouco tempo depois se appellidou - congregação da nobre cavallaria de S. João Baptista. Foi o proprio duque quem lhe fez os estatutos, nos quaes recomendava que, no dia 24 de Junho pela manhã, o capitão, cavalleiros, e pessoas de qualidade, acompanhassem vagarosos, em duas alas, a bandeira até ao mosteiro de S. Francisco, e depois de ahi ouvirem missa no altar de S. João, fizessem de manhã e de tarde, em qualquer lugar apropriado dentro dos muros da villa, escaramuças e corridas, e jogassem canas, forquilhas e outros jogos, que pelo capitão lhe fossem ordenados.

[parágr.] Com o decorrer do tempo, veio esta confraria a cair n'uma completa decadencia; mas em 1625 forão renovados os seus estatutos, por se haverem perdido os primeiros, e voltou a florescer até 1647. [parágr.] Ião os cavalleiros, com a etiqueta que o duque lhes impoz, até á igreja do convento, em cuja capella mór estavam tantas corôas de flores nativas, quantos os justadores que com ellas devião enfeitar-se. Depois de acabada a funcção de igreja, a que assistião todos os religiosos, entregava o alferes da bandeira ao guardião uma tocha primorosamente lavrada ; depois o guardião com ceremonias prolixas, coroava os cavalleiros com as flores, e estes, assim decorados, saião em seguida a pôr em pratica os mesmos divertimentos do tempo do duque D. Affonso. [parágr.] Já tudo isso acabou. Hoje festeja-se, n'esta villa, o santo buliçoso, simplesmente, com cantos populares e o jogo do pilha tres.»

**N.º 30** – As fogueiras de S. João em Coimbra, A. 1875, pp. 279-280, D.G.P. (Coimbra):

«As fogueiras de S. João em Coimbra. - Não imaginem os leitores pela epigraphe da minha breve noticia que realmente se façam em Coimbra fogueiras na noite de S. João. Nada d'aquillo, a que no meu Algarve se chama - uma fogueira de S. João - se faz na mesma noite em Coimbra. Um páo enfeitado de alecrim, murta, flores e coisas semelhantes, rodeado de outros mais pequenos, igualmente enfeitados, alguns bicos de gaz allumiando este circuito, as cachopas bailando em roda do mastro grande, eis aqui o que, em Coimbra, depois que há illuminação a gaz, se chama uma fogueira. [parágr.] Às oito horas, pouco mais ou menos, reúnem-se os que se votaram a perder a noite em canticos e danças á roda da fogueira, e depois de formarem um circulo, cujo centro é occupado pelo mastro grande e o tocador da classica guitarra encostado a elle, começa o baile pittoresco acompanhado ao som do monótono \* instrumento. É realmente curioso para o forasteiro, que presenciera pela primeira vez estas scenas, vêr a maneira dengosa como as cachopas, artistas e estudantes, que frequentam esta folia, desempenham na dança o seu papel. É tambem curioso percorrer as ruas de Coimbra n'esta noite ; por toda a parte se ouvem cantilenas e guitarras, por toda a parte se vêem raparigas e fogueiras; reina geral contentamento. [parágr.] Depois de terem perdido a noite e cansado as pernas, dançando, vão todos, cachopas, artistas e estudantes, ao romper da manhã, á – fonte do castanheiro – não longe das margens do Mondego, e d'ahi depois de terem bebido das frescas aguas da fonte, e admirado a belleza astro do dia que rompe d'além dos montes, vão todos em busca das suas casas, e como da noite fizeram dia, deitam-se a dormir , fazendo do dia noite. Assim terminam em Coimbra as fogueiras da noite de S. João, e das noites de Santo Antonio, e S. Pedro.»

«\* Chamo-lhe monótono, não porque realmente o seja o instrumento favorito do portuguezes, mas porque o é, por falta de variedade de musica, a guitarra tocada nas fogueiras de S. João, em Coimbra.»

**N.º 31** – Castelo de Vide e a tradição de Salomé, A. 1921, pp. 313-314, Georgina de Carvalho:

«Castelo de Vide e a tradição de Salomé – Se o distinto arqueologo Ribeiro Cristino alongasse na primavera um dos seus passeios até lá, achar-se-ia largamente

compensado, não só pelos estudos arqueológicos na parte antiga da vila, especializando o Castelo, como pelas muitas belezas naturais e esplendidos pontos de vista, e ainda pela afabilidade dos seus habitantes. [parágr.] Perpetua-se ali a tradição da Salomé pela fôrma seguinte: Antes do S. João combinam-se as raparigas do povo para ornamentarem umas ruas e preparar as bonecas. [parágr.] Estas, que segundo me disseram, eram antigamente do tamanho de uma senhora e vestidas de seda e veludo, são agora por metade do tamanho, e modestamente vestidas de tarlatana com doirados, mas todas com elegancia, não lhes faltando as luvas, brincos e uma grinalda na cabeça e outra no peito. Todas em atitude de dança, são colocadas em um altissimo mastro, que dantes era todo enfeitado a rosmaninho, a que em baixo lançavam o fogo. [parágr.] Feitas as bonecas (como lá dizem), vão mostrá-las ás pessoas conhecidas, que concorrem com qualquer donativo. Se há saldo, fica para o ano seguinte, se deficit, cobrem-no as festeiras. Vespera de S. João, ornamentadas as ruas com verdura, bandeiras, e coreto, montes de rosmaninho para as fogueiras e colocadas as bonecas nos respectivos mastros, a musica, que tem começado a noitinha, toca as peças mais sonoras do seu repertorio e os rapazes iniciam os ataques ás bonecas com foguetes, bombas e pistolas, sendo os mais festejados os que primeiro conseguem incendiá-las. Consumidas as bonecas, vão os ranchos para as fontes buscar as Aguas Novas de S. João, e na volta os bailes em casa e na rua, duram até amanhecer.»

**N.º 32** – Costumes michaelenses, Alvorada de S. Pedro, A. 1883, pp. 44-45, Joaquim Candido Abranches (S. Miguel):

«Costumes michaelenses, Alvorada de S. Pedro. - A villa da Ribeira Grande demora ao norte da ilha de S. Miguel, na distancia de 15 kilometros da cidade de Ponta Delgada, capital da mesma ilha. [parágr.] S. Pedro é o orago da igreja da Ribeira Grande, um dos suburbios da dita villa. [parágr.] É pois n'este sitio que tem logar a festa, que em honra do mesmo sancto annualmente se celebra ; festa, talvez sem igual na christandade, e que tem tanto de concorrida quanto de disparatada. [parágr.] No dia do precursor de Christo, 24 de junho, ao raiar da aurora, um bando de homens a pé percorre as extensas ruas da villa, tangendo diversos e desentoados instrumentos musicos, afim de advertir os que cinco dias depois tem de fazer parte da cavallada. [parágr.] O dia 29 é esperado pelos moradores da villa e seus arredores com grande ansiedade. [parágr.] São dez horas da manhã. Os sinos da parochia de S. Pedro repicam alegremente. Dentro officiam venerandos sacerdotes. Enchem de accordes sons o ambiente do templo as vozes do orgão e dos cantores. No largo, em frente da igreja, apinha-se uma multidão immensa, confundindo suas vozes desentoadas com o stridor de innumerous tambores, rebecas, violas e concertinas. [parágr.] Findou a festa na igreja. Põe-se a multidão em ordem e desfila. Na frente da marcha o maioral vestido a capricho, em bem enfeitado cavallo ; o rosto do cavalleiro é vendado por densa mascara ; na cabeça avulta-lhe immenso chapeo, ornado de grande numero de cordões de ouro, brincos e outras joias do mesmo metal, que tudo junto forma um valor sempre excedente a 600\$000 réis. Seguem-n'o quinze ou vinte cavalleiros, adornados como elle mas sem mascara. Atraz caminha a multidão, mascarada e a pé ; uns conduzindo uma récuca de lazarentas e enfesadas burras, outros uma parcella das mesmas puchando um arado ou uma grade, similhando lavrar a terra, em quanto outros semeam baganha, mimosiando ao mesmo tempo as

peessoas presentes com mãos cheias d'esta, lançada com força contra todos. Alguns ordenhando as burras, offertam do mesmo modo o leite aos assistentes. [parágr.] O bando sempre alegre, e sempre tocando a sua musica monotona, e sem variante alguma, pulando continuamente e recitando strophes, ora picantes e allusivas a particulares e auctoridades locais, ora sem significação conhecida, dirigem-se a todas as ruas, onde móra algum, ou alguns dos que fazem parte da cavallaria ; isto é dos quinze ou vinte que marcham na frente. [parágr.] Chegados que são, passam e repassam cinco vezes em frente da casa que vão cumprimentar. D'ahi dirigem-se a outra e do mesmo modo a todas. O mesmo praticam nas egrejas, onde haja algum sancto que fosse discipulo de Christo. Se o adro é acessivel, á cavallada, ahi sóbem e dão cinco voltas á roda do mesmo ; senão contentam-se em fazer o cumprimento como já descrevi : [parágr.] São talvez seis horas da tarde, quando o bando alegre, mas exausto pelo cansaço, tem chegado de novo ao largo da igreja de S. Pedro. Ahi dão cinco voltas á roda do mesmo, e encaminham-se para um logar pouco distante onde se dispersa, para descansarem de tão aturado labor. [parágr.] Que significa tudo isto ? Perguntar-me-hão sem duvida os meus leitores. É a mesma pergunta que eu fiz a muitos moradores antigos d'aquella villa, e á qual nenhum me soube responder. Porfiei, e por fim eis o que vim a apurar : - Christo redemptor nosso, ao enviar o apostolo S. Pedro a pregar o evangelho, disse-lhe: Vae e prega a minha lei, mas com prudencia. Para que consigas o fim da tua missão é preciso que primeiro te insinues na amisade dos habitantes das terras que percorreres. Não entres pois a prégar logo que chegues, mas sim diverte-te com elles, e, quando conhecas a sua amisade, converte-os então. S. Pedro obdeceu, e os primeiros com quem travou conhecimento foi com uns ricos que folgavam. [parágr.] Convertidos á fé, ajudaram-no, e marchando juntos dirigiram-se aos campos onde o povo se entregava á lavoura das terras, e ao cuidado dos seus rebanhos. Ahi poudo o sancto fazer magna colheita de almas para a bemaventurança. [parágr.] O maioral é o representante do sancto apostolo ; os outros quinze ou vinte, que são sempre os imperadores do Espirito Sancto no anno futuro dos diversos imperios de toda a villa, os ricos que, illuminados por Deus, se convenceram da verdade do apostolo ; a restante multidão é a que, trabalhando nos campos, foi convertida. [parágr.] Em tempos não mui remotos, as bandeiras dos imperios, acompanhavam o prestito como trophéos da sua victoria ; leis providentes obstarão a isso; mas não obstante, sempre ali se apresenta um simulacro das mesmas.»

N.º 33 – Dansas populares, A. 1911, p. 308, Eduardo Noronha (Lisboa):

«Dansas populares. - Com o S. Pedro acabam as folias e as dansas populares do mez de junho, mez com os seus cinco dias santos e quatro domingos, em que os antigos fogueteiros, hoje pyrotechnicos, fazem um negociarrão, e em que o povo canta, baila, vela e se esfalfa, isto do norte ao sul do paiz, n'uma alegria doida, verdadeira ou simulada, dando cabo da larynge, transformando as pernas no embolo de uma machina, saracoteando-se em meneios ondulatorios, evocando o nosso espirito as karmeses hollandezas tão suggestivamente descriptas no typico estylo de Ramalho Ortigão. [parágr.] O que valem as nossas canções populares como inspiração, mimo, doçura e poesia, sabem-n'o todos que as teem ouvido nas diversas localidades ou nas artisticas rapsodias de Hussla, Rei Collaço e outros compositores estrangeiros, pois são esses que

teem vindo á nossa terra colleccionar as musicas portuguezas, algumas tão bellas e tão de molde a para d'ellas se crear a opera e a opereta nacional, que dóe ver assim perdidos trechos, toadas, melodias, motivos que n'outra nação constituiram um inexaurivel thesouro musical. (...) e que manancial de lindos cantos, baladas, rythmos, estribilhos, se encontra no estro delicado dos camponezes de certas regiões, prova-o a unica e inimitada tentativa feita por Ciriaco Cardozo, para instituir a opereta nacional. Os hespanhoes aproveitam qualquer assumpto insignificante para delinear uma zarzuela ; nós, exactamente com as mesmas riquissimas fontes que os nossos visinhos, vivemos das migalhas que elles, os italianos, os francezes e os allemaes nos atiram, tendo-se fechado completamente o caminho que alguns comediógraphos e musicos abriram á comedia e farça lyrica, e que tanto em voga esteve na segunda metade do seculo passado. (...). As dansas portuguezas são todas circumspectas, moderadas, sisudas, majestosas, severas até, como convém a um povo que durante tantos seculos reprimiu as suas alegrias ante as grades da vida monacal. Algumas voltas, alguns passos, de modo que a ponta do pé mal desponde por baixo da fimbria da saia, figuras sempre em harmonia com a mais austera decencia, nada que de longe mesmo se pareça com esse desafôro das «sevilhanas» ou das «peteneras» que são um curso sapateado, revoltado, lascivo, de estatuaria feminina. Os nossos bailes campesinos são um modelo de bons costumes, um acto do qual o parocho mais escrupuloso poderia passar um attestado para um concurso de virtude. (...). Antigamente, além das dansas de sala, o «bailete», o «balancé», a «balheta», o «passa-pé», a «pavana», o «minuete», a «gayvota», a «galharda», etc., havia as populares : o «terolero», o «trocado», o «villão», a «alta», a «arrepia», a «arromba», a «baixa», o «batão», a «canaria», a «chacóna», o «chate», a «ciranda», a «corrente», o «rechaço», o «pé de xibau», a «mourisca retorta», o «machatins», a «guimbarda», a «giga», o «gerano», a «fôfa», a «filhota», a «florete», a «retrocida», a «sorradeira», a «serrana», o «trebulo», etc., etc. [parágr.] Tudo tem a sua epoca, e uma parte d'essas dansas cahiram em desuso. (...). Um philosopho inglez escreveu que se póde avaliar o grau de civilisação d'um povo pelas distracções a que se entrega. (...). Se o nosso povo tem canções de incomparavel sentimento e opulencia de rythmos, os seus bailaricos como o «baião», o «vira», o «verde-gaio», a «vilota», a «villanella», o «fado», o «laço» e as «ligas verdes», dos mirandezes, o «bailete», o «balso», do Algarve, a «carrasquinha», a «chacota», a «charamba», dos Açôres, a «chica», a «chula», o «dançarás», o «malhão», o «regadinho», a «volta», etc., etc., pouco diferem entre si, o que demonstra que o genio inventivo da musica é muito superior ao da arte choreographica, ou de dar á perna com elegancia e donaire. (...).» (Do Diário de Notícias).

**N.º 34** – Festas d'Arcozelo, A. 1860, pp. 201-203:

«Festas d'Arcozelo.- É esta uma povoação de julgado de gouvêa, onde de tempos imemoriaes se costuma fazer annualmente uma luzida festa á Senhora d'Assumpção (orago da freguesia) : eleitos todos os annos dous mórdomos, correm elle com as despezas, porque a Senhora é pobre. Consta a funcção de festa d'igreja e bella procissão, em que vão mais de quinze charolas com quantos santos há na igreja e ermidas, e immensidade de pendões e cruces, que se vão pedir ás freguezias visinhas : os foguetes são aos centos, e casa-se o seu estrondo com o da zabumba e o som do pifaro. O que

porém mais chama a atenção e faz despovoar as visinhanças, é o differente numero de danças que apparecem, e de que enumeraremos algumas: [parágr.] Dança das donzellas.- Seis ou oito meninos, de oito a dez annos, trajados com decencia, e um menino vestido de anjo na frente, percorrem as ruas da povoação, dançando ao som de mal afinada viola, e parando de estação em estação, representão uma pequena farça allusiva á conversão e baptismo d'aquellas innocentes: repete cada uma o seu dito, como ellas lhe chamão, e pedem todas ao anjo que as baptise, pois querem abjurar a religião de Mafoma em que forão criadas; o anjo, depois de breve exhortação, as asperge com agua que leva n'um pucaro. [parágr.] Dança dos marujos.- Outo barbados, vestidos decentemente, com capacetes muito enfeitados de fitas, que lhes ornão igualmente o fato, e tambem guiados pela indispensavel viola, percorrem a povoação, representando em differentes logares a farça de serem uns pobres maritmos, que em occasião de temporal fizerão voto de ir em romaria á Senhora da Assumpção festejar-lhe o seu dia ; cada um diz o seu dito analogo ao assumpto e dança-se nos intervallos com a maior galhofa e alegria.[parágr.] Dança dos espingardeiros. - São tambem outo ou dez alentados donzellos (para cima de vinte annos pela maior parte), que vestidos com o trage do seu sexo, e com grandes chapéus altos, marchão em dous bandos, ao som de tambor, com armas de fogo, bem perfilados, tendo cada bando o seu comandante na frente com espada desembainhada : representão os dous exercitos portuguez e hespanhol, que em tempos remotos tantas vezes se bateram, sempre com vantagem dos portuguezes, que d'esta vez ainda não deixarão a palma aos contrarios; essa tropa corre tambem as ruas, e nos logares que escolhem para dar batalha, postão-se os dous exercitos em frente um do outro, há parlamentarios, desafios, e por fim trava-se a peleja, e vencem os portuguezes, vindo o general hespanhol ajoelhar aos pés do vencedor, que lhe concede a vida, a elle e aos seus. Toda esta farça é tambem representada por ditos que cada soldado repete, differentes uns dos outros mas analogos ao objecto. [parágr.] Dança dos pretos.- Outo pequenos, de nove a dez annos, com as caras enfarruscadas, assim como as mãos, pés e pernas, vestidos de vermelho, com muitos guizos pelo fato, conduzidos por um guia tocando o fandango, fazendo mil caretas e visagens, correm todas as estações, e tambem de quando em quando representão a farça de serem escravos maltratados pelo seu senhor. Faz cada um a sua queixa repetindo o seu dito, pela maior parte cheio de palavras indecentissimas, que offenderião os ouvidos menos castos em outra occasião, mas n'aquelle dia consagrado á Virgem tudo é permitido e applaudido ! [parágr.] São allusivas todas estas danças e folias a factos historicos de mui remota antiguidade, e terião alguma graça se estas scenas se repetissem tão sómente pelas ruas para divertir o povo ; mas o que é de estranhar, e muito reprehensivel, é que toda esta sucia de bailarinos, pela maior parte bem entrados na pinga, acompanham a procissão, indo óra atraz, óra adiante do Sacramento, causando até embaraço á marcha e regularidade do prestito, com suas evoluções e figuras de dança. Quem acha menos graça a todos estes desconchavos, são os pobres mórdomos, que além das despezas da festa, têm de dar de comer e beber a toda esta sucia e a todo o bicho careta que lhes entra em casa : não fica a brincadeira por menos de dez moedas a cada um, e varios há que são obrigados a empenhar-se. [parágr.] É verdade que todos os amigos e patricios concorrem com o seu presente, e juntão os mórdomos muita ovelha, muita gallinha, muito leite e muitos óvos e arroz ; mas como têm de convidar tambem com alguma cousa da festa aos que os presenteião, lá se vai outra vez tudo, e ainda vem a pôr de sua

casa.»

**N.º 35** – Monte-Mór-o-Velho, A. 1866, p. 92, D. Maria da Piedade Goes Mendanha Azevedo Raposo (Monte-Mór-o-Velho):

«Monte-Mór-o-Velho. - Villa antiquissima, situada a quatro léguas a oeste de Coimbra n'uma eminencia á margem direita do Mondego, mirando-se no espelho que lhe offerecem as cristalinas aguas d'este rio, que é o maior e mais abastado dos que nascem em Portugal. [parágr.] Foi no século IX que os descendentes d'Agar, talando e devastando tudo na sua passagem, vierão pôr assédio ao castello de Monte-Mór. Venceu-os um pequeno numero de christãos comandados pelo abbade João; e para transmitir á posteridade este facto tão admirável, que sómente se póde explicar miraculosamente, é que forão instituidas as festas da Senhora da Victória, denominadas vulgarmente do abbade João. [parágr.] Havia muitos annos que se não fazião, porém os habitantes d'aquella villa, ardendo em effluvios do mais verdadeiro e delirante entusiasmo pela gloria que cobrio os nossos antepassados, celebraram-nas em 1863 com todo o esplendor. [parágr.] Entre os seus edficios publicos há alguns bons; entre as igrejas merecem especial menção a dos Anjos e a de Santa Maria d'Alcáçova. As suas ruas são em geral bem calçadas, direitas, e espaçosas. Tem alguns largos amplos, sobressaindo pelas bellas arvores, que ostenta, o da Ponte d'Alagôa. Monte-Mór, não obstante ser pequeno, não deixa todavia de ser bastante pittoresco e aprazivel. [parágr.] Alem de muitos sitios agradaveis que possui, há ainda o de Santo Antonio, d'onde ao longe se disfructa um variadissimo painel, e o lindissimo passeio á margem do rio assombreado de arvores, d'onde o plumoso cantor da primavera desfere os seus melodiosos gorgeios. [parágr.] Monte-Mór, cercada de grossos muros, e elevadissimas torres coroadas de ameias, já foi uma das villas mais importantes de nosso Portugal; hoje aponta para as suas ruinas, e são ellas tudo que lhe resta da passada grandeza.»

**N.º 36** – A entrega da bandeira, A. 1922, pp. 92-93, J. L. Manso (Benavente):

«A entrega da bandeira – Na ridente vila de Benavente há o tradicional costume da entrega da bandeira com a efigie da Senhora da Paz, aqui muito venerada. [parágr.] Esta cerimonia tem bastante de paganismo e alguma cousa de religioso. [parágr.] O juiz velho e juiza velha – assim se denominam os que terminam o seu mandato – entregam ao juiz novo e juiza nova – os que devem desempenhar o cargo no ano futuro – a bandeira com um cerimonial algo complicado. Em resumo, diremos em que consiste esta entrega. [parágr.] No ultimo dia da festa, pelas 10 horas da noite, dezenas de homens envergam capas azues e brancas e vão reunir-se em casa do juiz velho, donde sai processionalmente o juiz com a bandeira, indo na frente dele em alas os individuos com as capas, empunhando archotes ou tocheiros acesos ; no couce desta procissão segue uma banda de musica, que no antigo regimen tocava o hino da Carta, sem poder descansar sequer um momento durante as ceremonias que duravam e ainda duram umas duas horas. Actualmente a banda toca qualquer marcha ou hino, permitindo-se-lhe que descanse uns momentos. [parágr.] Chegados a casa do juiz novo, coloca-se entre a porta o juiz velho com a bandeira na mão e todos os que vestem a capa vão, vão a dois e dois, ajoelhar na frente da bandeira, que beijam em seguida. Acabada esta parte da cerimonia,

coloca-se a dita bandeira sôbre um altar, previamente preparado numa sala ornamentada. [parágr.] Põe-se em marcha outra vez a procissão, dirigindo-se para casa da juiza velha que ordinariamente é uma criança de cinco ou seis anos de idade, repetindo-se o mesmo cerimonial. [parágr.] A procissão então toma um aspecto fantástico. Encorporam-se nela, além dos homens com capas e archotes, dezenas de crianças com velas acesas e a juiza lá vai no meio da pequenada, muito senhora do seu papel. Entregue a bandeira á juiza nova e colocada também sôbre um altar ornamentado de luzes, flores e damascos, estalam os foguetes, a multidão de gente debanda e segue-se então o arroz doce, vinho e licores para os que tomaram parte nas cerimoniaes. Começa então o baile na propria casa ornamentada, que se prolonga até aos primeiros alvares da madrugada. [parágr.] E, para terminar esta descrição, vou contar o que sucedeu na freguezia de Santo Estevam, dêste concelho, numa entrega de bandeira. [parágr.] A certa altura, o mestre da musica entendeu que devia mandar descansar os musicos que iam soprando desesperadamente o hino da Carta. Logo que a musica se calou, começaram os gritos : toquem ! toquem ! O mestre embirrou e não quis mandar tocar. Começou então um prélio inaudito. [parágr.] Instrumentos partidos, cabeças rachadas, gritos ... e tudo debandou, desfazendo-se a procissão só porque era costume a banda tocar sempre sem parar, o hino da Carta. [parágr.] Não se violam impunemente as tradições dum povo.»<sup>1</sup>

N.º 37 – Minde, A. 1890, pp. 150-152, Antonio de Jesus e Silva (Minde):

«Minde. (Retribuição ao meu Ill.mo amigo F. Ferreira Cacella). - A 16 kilometros do Porto de Mós e a igual distancia de Torres Novas, no centro da serra d'Ayre, creou a natureza uma especie de bacia, que mede 4 kilometros de comprimento e 2 de largura ; e que na estação pluvial os rios Olho de Mira e Poio enchem, transformando-a em uma grande lagôa ! Ao sul d'esta lagôa, que no inverno lava os pés á povoação, está parte do logar de Minde; assim como a matriz, que é um bom templo, as ermidas de S. Antonio, S. Bento, S. Sebastião e o esquecido esqueleto d'um hospicio d'Arrabidos; o resto assenta em rocha viva, n'um grande outeiro, rodeado de bellos quintaes e frondosas arvores. [parágr.] Não se sabe ao certo quando, nem por quem foi fundada a antiga villa de Minde. Dizem uns, que tivera principio em uma pequena e tosca capella dedicada a N.ª S.ª dos Cerejaes, talvez pela grande abundancia d'estas arvores, que aqui vegetam espontaneamente, onde vinham dizer missa os beneficiados de Santa Maria (N.ª S.ª dos Martinhos) de Porto de Mós. Dizem outros, que fôra seu fundador God Mindenho, grande senhor godo e que lhe dera o nome, (sendo mais provavel que do logar recebesse o appellido), que pelo andar dos tempos se corrompeu no actual. [parágr.] Seja como for, o que é certo, é que a sua fundação se occulta na obscuridade dos tempos: foi depois erigido em curato com a mesma invocação de N.ª S.ª dos Cerejaes que tinha a primitiva capella. [parágr.] Os mindericos ou por pouca devoção a uma imagem que só em pintura festejavam, ou por acharem exquisito o titulo da sua padroeira, ou por qualquer outra razão, nutriam desejos de a substituir por outra a que recorressem nas suas afflições, e a que tributassem seus cultos. [parágr.] A um religioso dominico, natural de Minde, chamado fr. Hylario de N.ª S.ª d'Assumpção, n'uma visita que fez a sua patria, os seus conterraneos pintaram com taes côres a descrença para com a sua padroeira, que o bom do frade lhes prometteu empregar todo o seu valimento, logo que recolhesse ao

convento de Santa Justa. Afim de S.M. deferir os seus desejos. [parágr.] Fr. Hylario não se esqueceu; e em 1547, segundo um manuscrito que tenho sobre a meza, já Minde tinha por orago N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Assumpção, imagem que pouco depois alcançaram de Lisboa. [parágr.] Foi recebida em Minde a inclita rainha dos céos no meio das maiores demonstrações de veneração e respeito; mas em pouco tempo coube á nova padroeira a mesma sorte que tivera a primeira ; a imagem foi mettida em um nicho e entregue ao esquecimento ! [parágr.] Corria o anno de 1833, a cholera, que tantas vidas ceifava no paiz, não deixou de visitar Minde, apesar da pureza de seus ares e de se achar escondida entre serranias alcantiladas. A povoação soffreu immenso com aquella terrivel epidemia. [parágr.] Foi então que os mindericos recorreram com fé viva á sua padroeira. [parágr.] O mez de julho e oito primeiros dias de agosto de 1833, marcam na historia de Minde uma pagina negra, não só pela grande mortandade, mas tambem pela grande miseria em que ficou o logar ! [parágr.] Uma commissão de que fazia parte o então parochio Manuel Bento Estevães, tirou do nicho a formosa imagem e collocou-a n'um andor no corpo da igreja, abrindo as portas aos fieis que só na mãe de Deus podiam achar remedio para seus males ! [parágr.] O terrivel hospede augmentou de intensidade, mas nem por isso os mindericos resfriaram, antes com mais furor se prostaram aos pés de Maria Santissima, regando com lagrimas nascidas do coração o pavimento da igreja ! Do dia 8 a 15 a epidemia estacionou ! E quando no dia em que a igreja celebra as festas d'Assumpção, os sinos chamavam os fieis á grande festa, foi atacada mortalmente uma senhora. Seguio-se á cerimonia da igreja uma solemne e religiosa procissão : recolhida que foi, parece que a mão de Deus arrancou da mão do anjo exterminador o ferro cortante, e atirou com elle para além da grande serra a que os antigos chamavam monte Tagrus. A epidemia tinha cessado. [parágr.] Desde essa época, a que ainda chamam cholera grande, nunca mais a milagrosa imagem deixou de ser festejada annualmente com todo o esplendor, distinguindo-se as festas que se fizeram em 1886 !»

**N.º 38** – Nossa Senhora do Livramento, A. 1892, pp. 355-356, João Antonio Rodrigues de Passos (S. Braz d'Alportel):

«Nossa Senhora do Livramento. - Na freguezia da N. Senhora da Luz, sete a oito kilometros ao occidente da linda cidade de Tavira, a cujo concelho administrativo pertence aquella parochia , e no sitio ou logar denominado do Livramento, que fica situado junto da estrada do littoral e entre a séde da respectiva freguezia e tambem a formosa povoação da Fuzeta, está edificada n'um pouco elevado outeiro, que defronta com o mar, uma pequena mas elegante capella de invocação á Virgem Santissima do Livramento – uma das imagens mais miraculosas d'esta provincia, em que desde tempos immemoriaes tem conseguido a mais solida e afamada reputação a este respeito, especialmente entre as classes popular e maritima, onde se contam por milhares os seus fervorosos devotos, que a têm como a sua mais benefica e desvelada protectora ! [parágr.] Na parte interna da referida ermida, dependurados nas paredes lateraes, pódem os visitantes admirar os differentes quadros allusivos aos milagres attribuidos á Virgem d'aquella invocação. Vêm se uns representando cahiques; outros canôas; e ainda outros reproduzindo varias embarcações costeiras, todas já em vespera de proximos e inevitaveis naufragios. Umas com mastros e vergas já em estilhaços e os respectivos pannos em tiras e farrapos; vendo-se outras já invadidas pelas aguas procellosas e quasi

a desaparecer no pélago profundissimo do oceano. Outras, enfim, já completamente adernadas, sem obedecerem a governo de natureza alguma, abandonadas á mercê das vagas espumantes, com as suas equipagens na mais extrema e angustiosa afflicção, vendo todos approximar-se a hora derradeira e sem ao menos poderem estreitar em doce amplexo os entes que lhes são mais caros e extremecidos na vida. N'esta hora suprema, pois, quando todos julgam já infructiferos e sem uncção suas ferverosas preces á Santissima Virgem, eis que ella lhes accode pressurosa, amainando os revoltosos ellementos, os quaes até ahi pareciam conspirar á porfia para a perdição de vidas e haveres de tantos infelizes. [parágr.] Foi pois o milagre da Virgem Mãe do Livramento que se operou, salvando de uma morte certa e horrorosa tantos desgraçados ! [parágr.] Devido a estas excessivas e aferradas crenças, que estas classes do povo têm para com os referidos e outros milagres da Virgem, é que os devotos concorrem alli aos milhares por occasião da sua festa, que ordinariamente se realisa sempre pelo segundo ou terceiro domingo d'outubro de cada anno. [parágr.] Alli é que é ver então aquellas guapas e formosas raparigas e rapazes do mar, especialmente da Fuzeta e Olhão, todos tafues e casquilhos, passeando elles e ellas em copiosos e festivos bandos por todo aquelle arraial, que segundo o seu habitual e louvavel costume se prolonga desde a festa d'egreja, ao meio dia, até á meia noite ou uma hora da manhã, que é quando o festeiro auctorisa a queima dos fogos d'artificio; aproveitando todo este longo espaço de tempo, elles e ellas, em continuadas visitas ás doceiras e botequins que alli affluem com suas gulodices, intercalando tudo isto, quasi sempre, com vertiginosas danças por as casas ou eiras mais proximas do logar. [parágr.] É um regabofe constante durante toda a vigilia, em que tambem tomam parte muitas outras classes da sociedade, como por exemplo este que escreve estas linhas, que lá se tem encontrado com alguns dos seus amigos por muitas e inolvidaveis occasiões.»

N.º 39 – A feira das moças, A. 1901, pp. 12-13:

«A feira das moças – No terceiro domingo d'Outubro de cada anno tem logar a inauguração da feira das Mercês, que se realisa no logar assim denominado, entre Cacem e Cintra, e a que o povo chama tambem a feira das moças. [parágr.] Tanto á feira como á festa da Senhora das Mercês, que no mesmo dia se celebra, concorrem em grande numero as raparigas casadeiras das circumvisinhanças, umas para darem rendez-vous aos seus namorados, outras com o fim de encontrarem pretendente. [parágr.] As raparigas que têm namorado acompanham a procissão, levando á cabeça vistosas offerendas, que terminam n'uma magnifica maçã, adornada de fitas multicores. Depois de recolhida a procissão, cada uma d'ellas tira a sua maçã e dá-lhe uma dentada, operação que é reproduzida pelo namorado, representando esta cerimonia uma como ractificação do pacto da alliança, ou confirmação de mutuas affeições. [parágr.] Em seguida rapazes e raparigas dirigem-se para o sitio denominado pelo povo – muro do derrete, onde as que ainda não têm namorado se separam das outras, occupando um logar á parte, onde as vão requestar os rapazes, que tambem estão livres de compromissos amorosos. [parágr.] Depois de muitas conversas, risos, ditinhos e requebros de parte a parte, vão-se fixando as symphatias e preferências, e as raparigas vão successivamente fazendo ás respectivas familias a apresentação dos seus escolhidos. No domingo seguinte já ellas figuram no logar das namoradas, acceitando

então francamente a côrte dos seus galans, que perante ellas, todos se derretem em amabilidades lá a seu modo. [parágr.] E como no local há um muro a que os apaixonados durante o colloquio amoroso se recostam em posições mais ou menos requebradas, é d'ahi que provavelmente provém a denominação, de muro do derrete – que o povo dá ao mesmo local.»

**N.º 40** – Petição e praga singulares, A. 1862, p. 332, Theotonio José de Figueiredo Costa:

«Petição e praga singulares.- Na ex-villa d'Alpedriz, minha terra natal, é costume, assim como talvez em todo o nosso reino, sairem os rapazes, pela festa de Todos os Santos, a pedir offerta, (chamada aqui pão por Deus) que os lavradores abastados costumão então fazer-lhes de merendeiras, tremoços, maçãs, nozes ou outra qualquer fructa, ou cousa semelhante propria para contentar a rapaziada miuda. Até aqui não temos nada de singular em Alpedriz; mas em que a temos, e não pouco, é no modo porque os rapazes aqui formulão a sua petição, e na praga que dirigem aos lavradores, que lhes recusão este mimo, a que julgão com direito. [parágr.] PETIÇÃO. [parágr.] Pão, pão por Deus / Á mangaróla;/ Enchão-me o sacco./ E vou-me embora. [parágr.] PRAGA. [parágr.] O gorgulho gorgulhóte/ Lhe dê no póte./ E lhe não deixe farélo/ Nem farelôte.»

**N.º 41** – O S. Martinho em Pedrogão Grande, A. 1863, p. 343, M.A.B. (Margens do Zezere):

«O S. Martinho em Pedrogão Grande.- Não é facil marcar uma origem aos festejos que os apaixonados de Baccho fazem ao velho bispo de Tours. A chronica do santo não réza que elle fosse inclinado á pinga, nem mesmo no tempo em que militava nas hostes de Juliano, pois já era notado por insigne caridade, não partilhando a tão desregrada vida de soldado. Qualquer que seja o motivo é certo que em Portugal, e na Alemanha ainda mais, há numerosas irmandades de S. Martinho, que despejão bons toneis nas suas festividades. [parágr.] Entre nós é curioso o costume seguido n'algumas povoações, onde esta fésta é ao mesmo tempo sagrada e profana. Em Pedrogão Grande , por exemplo, há n'este dia officio de defuntos na Misericordia, missa e sermão por alma dos irmãos da santa casa. Isto de manhã; e de tarde reune de novo a irmandade para comer castanhas assadas e acompanhal'as da competente gotta! Na casa capitular há uma chaminé ad hoc, e o provedor dá uma corrida de vinho por bons copos de quartilho depois de cada uma de castanhas. É ocioso dizer que o cavaco corre animado, e que a alegria, inspirada pelos vapôres de Baccho, transpira em todos os rostos dos confrades. [parágr.] Singular alliança é esta ! Tristes idéas de morte com o que há de mais jovial e distrahido na vida ! De manhã orar pelos finados; de tarde procurar o esquecimento nos fumos do licôr espirituoso !»

**N.º 42** – A noute de Natal na Idanha a Nova, A. 1864, pp. 377-378, D. Luiza Maria:

«A noute de Natal na Idanha a Nova. - D'onde vem o uso de se queimar um madeiro na noute de Natal, não sei bem dizel-o, porém é certo que na villa de Idanha a Nova não só se queima publicamente um, como às vezes tres e quatro. Tres semanas antes, ou um

mez, da noute de 24 de Dezembro, vão ao campo buscar o madeiro, que para este fim se acha já cortado, sendo quasi sempre escolhido para elle uma das arvores mais corpulentas. Se o carro quebra, ou os bois cançam, vão outros buscal-o, e por ultimo conseguem trazel-o com acompanhamento de chulas e descantes até ao sitio em que deve ser queimado, e onde o descarregão, saudando-o n'essa occasião com um prolongado vito ! D'este modo deitão mais dous ou tres nos adros de differentes igrejas. Chegada a véspera do Natal, logo ao cerrar da noute lhes largão o fogo, e depois começão a malhar n'elles para ver quem vem tira maior lasca, e cada uma que se despede é de novo festejada com um vito ! Por todos quantos se achão presentes. Dura isto até á missa do gallo ; e quando esta chega, não só têm lucrado os que, cantando e tocando, a esperão em roda do madeiro, como tambem os que morão nas casas proximas, e vão ou mandão buscar as brasas para se aquecerem, quando vêem que as martelladas as têm espalhado.»

**N.º 43** – Festa do natal na Madeira, A. 1880, pp. 9-10, Antonio Joaquim da Cruz Vaz (Funchal):

«Festa do natal na Madeira. - Onde, sem duvida, o nascimento do menino Deus é celebrado com mais pompa e entusiasmo é n'este éden de verdura. Nove dias antes começa a celebrar-se, em quasi todos os templos, missas denominadas do *parto*, que são ditas a expensas de commissões que para este fim se organisam, e que de porta em porta sollicitam dos fieis os meios para as levar a effeito. [parágr.] A concorrencia de povo na cidade é immensa, despovoando-se as aldeias e villas mais longinquas. [parágr.] Pelas ruas vêem-se em descantes, numerosos grupos de bonitas moças d'aldeia, que exhibem os seus elegantes trajos campesinos, e que são precedidos por outros tantos de robustos villões, sobraçando seus instrumentos favoritos. Uns e outros são acompanhados por homens já idosos, que pelas suas cans, impoem respeito tal, que faz lembrar esses pretores que entravam em Roma no meio de applausos do povo. [parágr.] Chega o 25 de dezembro, e há uma rapida mutação de scena, porque ao movimento succede um silencio, que poderia chamar-se sepulchral. [parágr.] As habitações conservam as portas e janellas rigorosamente fechadas, e interiormente transformam-se em pelourinhos. Aqui, estrangula-se o pescoço a um formoso Perú; ali depenna-se uma excellente galinha ; acolá, mão impia e féra crava ferro nas entranhas d'um innocente cordeiro, ou d'um cabrito ; e das chaminés, vêem-se sair enormes espiraes de fumo, que na sua ascensão phantastica parecem interpretar os brados de tantas victimas immoladas na hecatombe culinaria. [parágr.] Á hora do jantar, sobrepujam as mezas diversas e appetitasas iguarias ; os toasts, os risos, os gracejos, eccoam nas salas do festim. Já posto o sol, ao diverttimento da meza succede outro que produz não menor entusiasmo nos convivas. Vem a diversão da noite, e das que se seguem aos Reis, e para a gosarem são convidados, de casa para casa, diversas familias, que assim reunidas, passam as horas agradavelmente ao som do piano, ou aos accordes d'uma harmoniosa orchestra, nas cadencias da dança, ou nos delirios das walsas. [parágr.] Em qualquer dos angulos d'uma sala, se levanta uma especie d'altar onde é collocado o menino Deus. Estes altares, ou pequenas capellas, a que chamam lapinhas, que se conservam até á Epiphania, são sempre ornados com flores e fructos. Nas casas mais abastadas faz-se isto com brilhantismo. Nas pequenas vivendas, e no campo, ainda assim, é imponente

este apparatus. [parágr.] Nas aldeias, como tive occasião de observar, agrupam-se anciãos e moços, velhas e raparigas, e bastará só uma viola d'arame, uma rebeca, ou um machête, para assim com descantes e danças de roda, passarem as noites em diversão animada. [parágr.] Passado o dia de Reis – tudo cae na monotonia da vida, e a festa do nascimento do menino Deus, é apenas uma lembrança, ou antes uma saudade, que só no anno seguinte poderá ser alliviada.»

N.º 44 – A festa de S. Estevão, A. 1867, pp. 379-381, P.e Luciano Joaquim de Moraes (Macedo de Cavalleiros):

«A festa de S. Estevão. - Se no dia 26 de Dezembro passasseis por Travanca de Macedo, na occasião em que um povo inteiro se banqueteia em comunidade no meio da rua, dirieis que se observava aqui mais pontualmente, do que outr'ora em Sparta, essa famosa lei de Licurgo, contra a profusão e luxo das mesas. Pois não é nada d'isso ; essa curiosa scena, que de certo vos chamaria a attenção, não é mais do que festa de S. Estevão, que de tempos immemoriaes costuma celebrar-se nesta terra, e em quasi todas as suas visinhanças, de uma legua em circuito, ou mais. Passemos em silencio a parte religiosa, que nada offerece de extraordinario. Logo que se conclue a funcção da igreja, dirige-se cada um a sua casa, enche um açafate de frutas seccas, a que junta um humilde talher, e com este arranjo vai apresentar-se á porta do mordomo. Ali encontra já armada no meio da rua, uma meza de vinte a trinta metros de comprimento, sobre um de largura. O corpo d'esta meza é indifferentemente occupado pelo povo, e a cabeceira, pelas pessoas distinctas da terra ; mas este ultimo costume vai caindo em desuso, ainda que não de todo. Á excepção das viuvas, todos devem tomar parte neste festim popular ; e aquelle que, sem motivo plausivel não apparece, é qualificado de misantropo e pouco sociável. Depois de reunidos todos os convivas, vem logo a primeira e ultima coberta, que consta de pães centeios, sardinhas assadas, tremoços, e algum vinho. Toda a polidez e cerimonia são banidas d'esta mesa : aqui exigem-se mais sardinhas, acolá grita-se por mais pão, ali pede-se vinho, e fazem-se saudes aos mordomos, etc. [parágr.] No fim d'esta refeição, em que se devorou a bagatella de um milheiro, ou mais de sardinhas, vem o mordomo com uma laranja espetada numa vardasca, e offerece-a áquelle que tem de servir no anno seguinte : a esta transmissão de poder, rompem de todas as bocas entusiasticos vivas ao mordomo !... tudo se agglomera com azafama em volta d'elle : dois esforçados Hercules, entrelaçando as mãos formão uma cadeira, onde o fazem sentar, para ser conduzido á sua habitação : se tem familia, é também conduzida em cadeiras identicas, por pessoas de sexo e estado respectivo. Eil'o ahi vai em triumpho, no meio dos applausos e acclamações do povo, que não cessa de festejal'o com entusiasmo vertiginoso e selvatico ! Á noite torna-se a reunir tudo em casa do novo eleito ; e é então que se realisa o celebre jogo do frade, em que mais figura aquelle que mais estrondo póde fazer com os socos : há tambem outro, regulado por certas leis, cuja infracção (essencial ao jogo) é punida com fortissimas dozes de correadas, o que promove grande hilaridade em todos, sem exceptuar o reo. Como estes, usão-se outros divertimentos e jogos exquisitos, que seria longo enumerar. [parágr.] Não há escripto, nem tradição, que nos oriente ácerca da instituição d'esta festa : mas, segundo me parece, é ella ainda um reflexo dos agapes (banquetes da igreja primitiva), para cujo ministerio foi ordenado diacono o grande Proto-Martyr, como nos refere S. Lucas nos

seus Actos Apostolicos.»

**N.º 45** – Festa das filhós, A. 1917, pp. 251-252, Manuel Christóvam (Olálhas – Tomar):

«Festa das filhós – Entre as muitas festas populares em uso nesta minha aldeia destaca-se a das filhós, que tem lugar em casa de cada lavrador, todos os anos, no fim da apanha da sua azeitona. [parágr.] No ultimo dia da sáfra, todo o rancho, pessoal trabalhador, com aprazimento de seu patrão, fabrica uma bandeira de côres da sua predileção e nela dispõem simetricamente quantos objectos de ouro possuem e podem obter por emprestimo de seus amigos visinhos, cujo valor total ultrapassa algumas vezes a bonita importancia de 1:000\$00. [parágr.] Embelezada assim a bandeira dirigem-se todos em procissão com ela á frente, para a propriedade onde falta ultimar a apanha da azeitona, chegadas á qual colhem em uma das oliveiras um raminho vergado com azeitona com o qual encimam a bandeira, depois do que esta é colocada em sitio de destaque procedendo-se em seguida com toda a azáfama á vareja e apanha do resto da azeitona. Terminados estes serviços dirigem-se todos, incluindo o patrão, a casa dêste, conduzindo então a bandeira uma das pessoas mais gradas do rancho, indo os restantes atraz formando assim uma procissão. Durante o trajecto são queimados alguns foguetes, cantando alegremente as raparigas ao som dos pífaros, guitarras, harmoniuns e outros instrumentos musicos de que os rapazes daqui são habeis tocadores, o que tudo constitue um conjuncto harmomniosos, nascido do amor pelo trabalho, fonte da maior riqueza. [parágr.] Chegados a casa do patrão é a bandeira colocada em uma das janelas de modo a poder ser vista e admirada pelos transeuntes sendo somente dali retirada á noitinha, ocasião em que geralmente tem começo a refeição da ceia oferecida pelo patrão e que consta de carne de porco, carne ensacada, pão de milho, hortaliça, arroz com massa e grão, filhós e vinho de pasto, comendo e bebendo alguns excessivamente, pelo que é necessario uma lavagem no dia seguinte á casa onde foi servido a refeição ! Terminada esta, tem começo o bailarico, remate indispensavel desta festa, dançando-se animadamente durante algumas horas, o que de certo modo favorece e abrevia tão grande ingestão. Durante a ceia e bailarico são queimados alguns foguetes e na dança podem tomar parte quaesquer outras pessoas extranhas ao rancho. [parágr.] A festa das filhós costuma ser tanto maior quanto mais abundante foi a colheita da azeitona, não tendo lugar nos anos em que a referida colheita é muito escassa.»

**N.º 46** – Diferença de tempos, A. 1858, p. 95, S.A. (Tavira):

«Diferença de tempos. - A um quarto de légua do povo de Algôz, no Algarve, demora um logarejo, denominado Tunes, que terá uns 30 casaes ; não vai longe o tempo em que seus habitantes vivião na mais santa paz e harmonia. Nos dias sanctificados ião todos ouvir missa á sua parochia, ficando uma boa velha a cosinhar as panellas dos moradores, e não era raro ver a boa velhinha, usando dos poderes discricionarios de que se achava revestida, levar das casas mais abastadas o toucinho, a manteiga, e não sei que mais, para temperar os manjares dos mais pobres, a quem faltavão aquelles adubos. Assim que chegavão os visinhos, dava-lhes ella conta do uso que tinha feito de seus poderes, e se algum mostrava semblante carrancudo (o que poucas vezes acontecia), havia logo quem tomasse a sua defeza ; concedia-se-lhe (como dirião hoje) um bill de

indemnidade, e ficava tudo ás mil maravilhas. Mudaram porém os tempos ! ... Cresceu a ambição, com esta se originaram odios e malquerenças, e presentemente são ao avesso do que erão, conservando-se, todavia, alguns vestigios ainda d'aquella antiga fraternidade. Todo o baptisado, ou bôda, ainda de familia a mais indigente, tem um lusido acompanhamento de todos os visinhos, para o que não é preciso convite. Á hora competente apresentão-se todos (amigo e inimigos) á porta da residencia, verbi gratia, da noiva e elles ahi vão correndo, uns em jumentos, outros em cavallos (o maior numero como o do misero sendeiro de Nicoláu Tolentino) : acaba a solemnidade nupcial, regressão para a sua aldeia, no mesmo gosto em que vieram, acrescendo o roubarem amiudadas vezes a noiva, e fazerem ao desgraçado marido estas e aquellas pirraças. Chegados ao aposento da noiva, ninguem entra, bebe cada um seu copo de vinho, e leva um frito para casa. E depois amigos ou inimigos como d'antes ! ... [parágr.] N'este uso anda, como dissemos, uma reminiscencia dos antigos tempos patriarchaes (A. 52 p. 158).»

N.º 47 – Casamentos no Jarmello, A. 1859, pp. 309-310, :

«Casamentos no Jarmello.- Duas igrejas edificadas em uma elevada montanha são alli as matrizes de muitas povoações espalhadas e um pouco distantes. É curiosa a cerimonia dos casamentos por aquellas terras. [parágr.] Vai o noivo com os seus parentes e convidados buscar a noiva a casa, onde os parentes e amigos d'esta mostrão resistencia em a deixar sahir, cedendo porém a final, e partindo todos caminho da egreja. Concluida ahi a cerimonia, voltão todos para casa, tendo grandes difficuldades a vencer pelo caminho fóra : n'umas partes encontrão-se mêsas cobertas de alvissimas toalhas e açafates de ramalhetes, que são offerecidos aos noivos e mais pessoas da comitiva a trôco de alguns patacos, ou quartos de pão, que os mais previdentes levão já partidos em burnais ou lenços ; n'outros sitios apparece a estrada interceptada com uma fita ou cordão, e é necessario pagar a portagem segundo a generosidade de cada um ; mais adiante topa-se com outro obstaculo, que é preciso vencer á força de dadivas. Chega-se a final a casa da noiva, aonde há ainda a pagar alguma esportula : proximo á entrada, recolhe-se a noiva, e o noivo marcha com o seus convidados para sua casa. Sahem então de dentro da casa da noiva duas ou tres mulheres, dada uma com seu tabuleiro de papas estendidas sobre toalhas, e cortadas, já em quadradinhos, e mesmo á mão os distribuem a todas as outras mulheres e crianças que por alli se achão. Para os homens vem tambem dois ou tres serventes, com açafates de cuscureis e um copo de vinho para cada um. Acabada a distribuição, entrão os convidados e achão já a mêsa servida ; assentão-se indistinctamente, o amo com o criado, o parochio com o moleiro, o barbeiro com o cavador, e principia o abundante banquete patriachal ; ao empinar o ultimo copo, apparece a noiva, e então é que são os maiores trabalhos : os de fóra querem entrar para tirar a noiva, os de dentro oppõem-se, e trava-se uma lucta, em que figurão principalmente os trovadores, que em versos á sua moda pedem a sahida da noiva ou recusão entregal'a a seu marido, a quem por fim se dá licença para a levar ; é então acompanhada em triumpho por todos os que assistiram ao casamento, e com isto acaba a funcção.»

N.º 48 – Casamentos de Barroso, A. 1859, p. 323, José Adão dos Santos Moura (S. Vicente de Chã):

«Casamentos em Barroso.- O progressivo augmento da estatistica matrimonial n'este paiz deu-nos occasião de ratificar um ponto de semelhança entre os casamentos das nossas aldêas e os dos antigos povos do norte. [parágr.] O célebre escriptor Cantu, na descripção dos usos e costumes dos francos, diz a respeito do casamento o seguinte : [parágr.] «*Na manhã das bódas vinha o esposo com os seus á habitação da donzella, aonde se achavão reunidos os parentes e amigos; batia repetidas vezes á porta fechada, e travava-se um dialogo rhythmico entre os do interior e os recém chegados; apparecia depois a esposa e cingia-lhe o noivo a cintura com a cinta symbolica.*» [parágr.] E continua mais abaixo : [parágr.] «*No fim do banquete as donzellas apresentavão á casada um ramallete de flores e um pombo, etc.*» [parágr.] Afóra a cinta symbolica e o pombo, observa-se ainda aqui hoje a mesma usança ; o dialogo porém é mais prosaico. [parágr.] «*Quem é e que quer?*» [parágr.] É fulano que vem aqui procurar gente, honra e fazenda. «*Entre que tudo encontrará.*» [parágr.] Os presentes offerecidos pelas donzellas á esposada constão, além de flores, de dôces de diversas qualidades, dispostos em fôrma pyramidal; são encetados pelos esposos, e depois se servem os padrinhos e mais convivas. No offerecimento há versos d'este gosto: [parágr.] *Aqui tem, menina, este ramo,/ Que da minha mão se offerece;/ Não é como eu desejava,/ Nem como a senhora merece.* [parágr.] Á vista de tão boa vontade explica-se facilmente o augmento que acima notámos ; e ainda assim monta o contrabando dos filhos naturaes a 33 por cento sobre os legitimos !! Sendo a dominação dos mouros menos duradoura n'estes paizes, segundo cremos, n'elles radicaram mais os usos dos godos e suevos, proximos parentes dos taes francos, e d'aqui talvez provenhão estas antigualhas.»

N.º 49 – Casamentos na Pederneira, A. 1860, pp. 373-374, José Antonio Ferreira d' Abreu (Nazareth):

«Casamentos na Pederneira.- Compõe-se a fréguezia da Pederneira das seguintes povoações: Pederneira, Nazareth, Praia e Fanhaes, que é rural, são pela maior parte maritimos, e casão-se ordinariamente de pouca idade, d'onde vem o encherem-se de muitos filhos em poucos annos, e ir sempre em progressivo augmento a população da fréguezia. Effectuão-se pelo seguinte modo os casamentos d'esses maritimos. [parágr.] Fazem os noivos com antecedencia os seus convites a todos os parentes, amigos e conhecidos, que no dia do casamento (que é quasi sempre de tarde) os hão de acompanhar á igreja. N'esse dia começa o noivo a correr as moradas dos convidados; depois de reunidos vão a casa das madrinhas e todos juntos se dirigem a casa da noiva, que já os espera ; ahi se atirão aos futuros conjuges muitos confeitos. Caminhão depois todos para a igreja matriz, indo o noivo adiante com os convidados, e atraz a noiva entre as madrinhas ; depois da benção do padre, e na igreja ainda, torna a cair sobre os noivos segundo aguaceiro de confeitos. No regresso dirigem-se todos á casa em que devem habitar os novos esposos, e allí os espera um abundante jantar, findo o qual começa a dança, que dura até alta noute, ao som de uma ou mais guitarras : acha-se a noiva sentada no meio das madrinhas; da entrada da porta é então cumprimentada pelas suas amigas e conhecidas, e tambem pelas de seu esposo, com grandes dôses de

confeitos impellidos ás mãos cheias com tal força, que muitas vezes tem succedido ficarem as madrinhas, e mesmo a noiva, com algumas contusões na cara. É repetida aquella scena todas as vezes que chega alguma pessoa do conhecimento e amizade dos noivos. A casa de baile acha-se sempre apinhada de gente, e dura a dança até os circumstantes cançarem, porque o noivo não tem ahi voz activa nem passiva, e fôra uma grande desfeita aos convidados e mais pessoas que alli concorrem, se fossem despedidos antes de se fartarem de dançar. [parágr.] Esta festa é de um ou mais dias, segundo os haveres dos noivos; e no fim d'ella há quasi sempre bordoada, em consequencia das fortes e continuas libações a que procederam os convidados. [parágr.] Ainda não há muito tempo que os noivos se deixaram da especulação de mandarem na vespera do casamento um prato pequeno d'arroz cozido com assucar a todos os seus convidados e ás pessoas principaes da terra ; e cada um, segundo a sua generosidade, dava pelo presente 240 e muitas vezes 480 réis; acabou porém o costume assim que se começou a dar pelo presente o que elle valia. Passado o casamento, e no proximo domingo ou dia santo, é de grande tom ir a noiva, no meio de suas madrinhas, acompanhada do noivo e com o seu melhor fato, ouvir a missa chamada das onze, a que de ordinario vai mais povo; apenas entrão na igreja, ainda que já esteja o padre a celebrar a missa, todas as vistas se dirigem para elles, e corre de bôca em bôca, ahi vem os noivos, fazendo com isto um grande sussurro. Depois d'este acto, que é final, ninguem mais se importa com os noivos, nem mais caso se faz d'elles.»

**N.º 50** – Casamentos em Pombalinho, A. 1861, p. 263, Francisco Antonio Duarte de Vasconcellos (Coimbra):

«Casamentos em Pombalinho.- É costume na fréguezia de Pombalinho (a 4 léguas de Coimbra) e suas immediações, estender guardanapos em cima das pedras das ruas por onde têm de passar o prestito de algum casamento : ao voltarem os noivos da igreja, munidos cada um de seu sacco, vêem pratos cheios de hervilhas, favas, batatas, etc., e mettem tudo nos saccos e o levão para casa. O auctor da lembrança manda pôr sentinella ás delicadas iguarias, para que antes dos recém-casados as não comão cães e gatos.»

**N.º 51** – Casamentos no Cadaval, A. 1863, p. 223, Francisco Antonio de Mattos (Cadaval):

«Casamentos no Cadaval.- Não deixão de ser dignos de menção os casamentos nas classes menos abastadas d'esta villa. [parágr.] Ordinariamente fazem-se ás segundas feiras. Á hora aprazada para a cerimonia matrimonial, dirigem-se os noivos para a igreja (acompanhados dos competentes convidados, que vão embrulhados em longos capotes), e ahi começam os actos religiosos do estilo. Durante estes é levado para o adro por duas raparigas um flamantissimo arco de cannas verdes, guarnecidas, de fitas e lenços de seda de differentes côres. [parágr.] As raparigas são sempre das mais novas, bonitas e solteiras, as quaes se apresentam com todas as suas *sécias*, e até mesmo já de saia *balão*! No centro do arco vêem-se pendurados emblemas conforme a occupação dos noivos: se elle é trabalhador, por exemplo, figura uma enxada de papel. E se ella é tecedeira um pente de tear é collocado junto da enxada. [parágr.] Acabada a cerimonia

dirigem-se os novos esposos para casa passando por debaixo do arco, acto em que são saudados e festejados. Segue-se depois o jantar da bôda, e durante uma bôa parte da noite o indispensavel bailarico, acompanhado a flauta, ou a guitarra. A este divertimento concorre grande numero de rapazes e raparigas solteiras das visinhanças. [parágr.] No fim do serão, que se passa entre descantes e folguedos, recebe a consorte um ramo de flôres sêccas, intitulado ramo *matrimonial*, que existia na mão da que ultimamente havia casado, e que desde esse momento perde o titulo de noiva.»

N.º 52 – Dá a mim, dou a ti, A. 1864, p. 110, A. de J. e Silva (Vermoil):

«Dá a mim, dou a ti. - As mãis de familia da fréguezia de Vermoil, concelho de Pombal, quando pretendem casar as suas filhas, levão-n'as a tres especies de romarias que os habitantes d'aquelles arredores costumão fazer, e são: Conceição, Espirito Santo, e Bodo de Vermoil. [parágr.] Perto da tarde, mãis, e filhas todas vestidas de estamemha, e em corpo, com chapéu de aba larga na cabeça, apparecem no arraial, e chegando perto dos rapazes, a que já têm deitado o fito, chamão-n'os para a venda, onde lhes pagam o vinho, bebendo elle juntamente com as filhas : estas, indo já preparadas com 10 réis e um guardanapo lavado, comprão tremoços, e voltadas para os rapazes, e mostrando-lhes os tremoços, dizem : - Dá a mim, dou a ti. Os Maneis, todos tafues, com o seu calção de tripe, e camisa de linho com coleirinhos de 33 centímetros, abrem a jaleca, e mostrando ás Zephas o bolso furtado, dizem-lhes – dou a ti – Tirando ellas os tremoços dos bolsos, e elles do guardanapo. [parágr.] D'ahi a pouco ouve-se ás vezes na igreja as denunciações d'um casamento, que não teve outros principios senão esta simples troca de palavras, e favores com que reciprocamente se brindaram os dous contrahentes. [parágr.] Abençoadas romarias ! São tão antigas como as povoações, e hão-de durar em quanto estas existirem.»

N.º 53 – Os casamentos na fréguezia de Campêllo, A. 1865, p. 294, J. P. C. Cordeiro (Pedrogão Grande):

«Os casamentos na fréguezia de Campêllo.- N'esta fréguezia, ao norte do concelho de Figueiró dos Vinhos, são os casamentos festejados com bastante singularidade. [parágr.] No dia ajustado vão os convidados, que de ordinário são parentes, amigos e vizinhos do noivo, com este buscar a noiva a sua casa, e dirigem-se á igreja. Celebrado que seja ahi o sacramento, é de rigorosa etiqueta que na sachristia todos comão pão e queijo, e bebão uma pinga de vinho na companhia do parcho, que não póde deixar de associar-se a este lunch sem offensa dos noivos. [parágr.] Na volta para casa todos os convidados têm como obrigação mandarem sair-lhes ao encontro um seu familiar com uma borracha de vinho. Pelo seu trabalho, e n'esse acto, recebe o familiar da noiva um pão de trigo, metade ou um quarto, conforme a sua generosidade e circunstancias. A este cumprimento chamão elles amostra, e em quanto alguns estão saboreando um copo de vinho da amostra estão outros entretidos a carregar as suas pistolas, e a dar tiros de polvora secca, parodiando as salvas d'alegria. [parágr.] Chegados a casa é-lhes servido um abundante jantar, durante o qual os noivos comem em um só prato, trocando por fim a chavena de café por um baile á moda da terra, que dura até alta noute. Passados outo dias é a noiva visitada pelas suas amigas, e vizinhas, levando-lhe cada uma aquilo de

que melhor póde dispôr, como por exemplo gárfos, facas, louças de meza, ou de cosinha, etc.»

**N.º 54** – Quem não mette sôpa não tira sôpa, A. 1865, p. 132, Antonio Candido Palhôtô (Benavente):

«Quem não mette sôpa não tira sôpa. - Em uma povoação consideravel do alto Alemptejo observão-se nos casamentos usos curiosos, que nos forão contados por testemunha presencial, pessoa para nós de todo o crédito. Apontaremos alguns dos principaes, para dar uma idéa de quanto differem dos nossos. Todo o noivo, seja qual fôr a sua condição, vai receber-se de casaca, e esta é sempre presente do padrinho para os menos abastados, o que torna bastante oneroso o encargo de ser muitas vezes padrinho de noivado. A noiva veste sáia de seda preta muito curta, e mantilha á moda antiga. O banquete das nupcias consiste, exclusiva e invariavelmente, em arrôz cozido com ovelha, a que chamão badana, e assim mesmo ninguem é a elle admitido sem que tenha presenteado os noivos com algum objecto de arranjo de casa, roupas, comestiveis, etc. O que dá lugar a um rifão usado entre elles-quem não mette sôpa não tira sôpa. Os concorrentes vão munidos com os seus talheres, e reúnem-se a comer a tal badana em volta da mesa collocada na rua, ou no quintal. Dentro de casa só comem os noivos, e os padrinhos, e ainda que estes não assistão, nem por isso deixam de ser contemplados com o seu prato d'arroz. [parágr.] O leito nupcial acha-se em exposição permanente por uns poucos de dias. Alli se accumulão uns por cima dos outros, todos os objectos, que lhe são proprios, como cobertas, cobertores, colchas, lençoes, fronhas ; alguns que os noivos já possuíam, outros com que forão presenteados, e outros finalmente, que pedem emprestados para mostrar maior riqueza, e ostentação. Collocada ao lado d'esta cama d'este estado está constantemente uma rapariga solteira, vestida com toda a garridice, e encarregada de mostrar aos visitantes, uma por uma, todas as peças d'esta guarda-roupa improvisada.»

**N.º 55** – Casamentos nos Arrifes (S. Miguel), A. 1872, pp. 158-159, J. M. S. de Avellar (S. Miguel):

«Casamentos nos Arrifes (S. Miguel). - No dia destinado para o casamento de qualquer camponez, depois de paramentada a noiva com o infalivel vestido de cassa branca lisa, e algumas vezes listada, grandes laços de fita nos ombros , e no pescoço todos os cordões de oiro, que póde arranjar, achando-se reunidos todos os convidados, vão estes buscar o noivo á sua residencia. Este espera-os á porta da rua, e convida-os a entrar ; dentro de casa está preparada uma mesa, tendo por manjar um grandissimo bolo ou biscoito, a que chamam argola, e o competente vinho. Então o noivo conta, ou manda contar, as pessoas, que se acham presentes, e o biscoito é cortado em tantos pedaços, quanto ellas forem, devendo cada um comer o seu bocado e beber um copo de vinho, sob pena de não o fazendo, ser isto interpretado por uma grande offensa. Ultimada a cerimonia, vae o noivo, acompanhado dos convidados ser apresentado á noiva, e seguidamente partem para a igreja. [parágr.] No regresso as amigas e parentas da noiva esperam-n'a, tendo nas mãos bandejas de trigo, açafates com ovos, feijões e outros presentes, enfeitados com flores do campo ; sendo já tão antigo este costume , que um

dos parentes da casa, vem sempre prevenido para a recepção d'estas offertas. Segue-se o jantar, mais ou menos variado, segundo os haveres dos paes da noiva, e no fim d'elle aparece de novo a symbolica argola, que se divide como a que offereceu o noivo, com a só differença de que os pedaços não se comem ali, e sim cada um leva o que lhe pertenceu para que a sua familia participe da boda. [parágr.] Á noite juntam-se as moças e mancebos da freguezia, que foram convidados, aparece a viola e a rebecca, folgam, bailam, e tudo respira prazer.»

N.º 56 – O dia da espiga, A. 1922, pp. 12-14, Jean Jacques:

«O dia da espiga (...) - No ano de 1909, por uma estranha coincidência, o dia da espiga caiu no mesmo que, nesse bom tempo, tantas colicas causava aos inquilinos que tinham que pagar o semestre. [parágr.] É nossa convicção que muitos inquilinos, não obstante ignorarem como haviam de arranjar dinheiro para os senhorios, não deixaram no entanto de ir até às hortas, gozar os ares campestres e comer o peixe frito, acompanhado com a boa pinga para reforçarem os pulmões e o estomago e distrairem o espirito atribulado pelos contratempos da vida. [parágr.] Luta-se pela vida num constante labutar. Justo é que nos dias tradicionais de folgança se goze. Basta que os velhos fiquem em casa presos pela gota. Que se consolem com as recordações do passado. [parágr.] Esses dias primaveris teem atractivos irresistiveis, e quando se é moço, ardentemente se deseja morder em todos os fructos saborosos e até nos proibidos... Ora, se a vida são três dias !... [parágr.] Os namorados, de braço dado, embrenham-se no meio dos trigais a apanhar flores e correm atrás das borboletas de asas doiradas, suspirando amor e alegremente riem-se com a satisfação de quem acha esta vida linda, cheia de encantos sem fim. [parágr.] Sob as sombras do arvoredo, estendem os ranchos alvas toalhas, assentam arraiais, e aí, os menos ponderados, entregam-se á galhofa, sorridentes. [parágr.] Quando cada um tira o seu farnel, as ovações são delirantes, mas o entusiasmo sobe de ponto, quando surge o parceiro que foi comprar o vinho. [parágr.] A localidade pode ser encantadora e os rouxinois podem trinar pepilando uma musica deliciosa, dando notas agudas de um sentimento incomparavel, de uma harmonia celestial, mas ninguem dá por isso. [parágr.] Depois de fartas libações, as guitarras começam nuns acordes a preludiar soluçantes as modas da epoca e os fados em voga. [parágr.] A breve trecho arma-se um bailarico e depois de todo o rancho, impellido por uma alegria doida, desata a dançar, em furia. Até as velhotas fazem seu pé de dança. [parágr.] Os rouxinois fugiram das arvores. O sol declina na sua marcha quotidiana e a tarde começa. Tudo continua na furia de dar ao pé. Chega o lusco-fusco. As sombras do crepusculo descem sobre os campos, mas ninguem dá por isso. Só quando está escuro é que os ranchos levantam o arraial e seguem para cidade, voltando á luta pela vida. [parágr.] O reverso da medalha : Nesses dias de folgança, as despesas triplicam e quantas familias no dia seguinte nem sequer teem com que fazer o almoço ?!... [parágr.] Os que ficaram na cidade por não terem um pataco para um pão (nesses meses ominosos em que um pão custava um pataco), invejam os que foram para o campo. [parágr.] Por detrás dessa apparencia dum povo feliz, a miseria é grande e tão grande que vivem a vida atribulada dos desgraçados. Crianças pedem esmola, vendem cautelas, jornais e, na engrenagem do turbilhão desta vida miseravel, a breve trecho, estão maculadas na alma e no corpo. A torpeza é-lhe familiar e muitas filhas desta cidade de

Lisboa, tão linda como não há outra, perdem o pudor antes de chegarem á puberdade. Vivem do vicio como quem vive de um trabalho util. A prostituição e a mendicidade, são dois cancros formidaveis : um atrai raparigas validas de plastica soberba ; outro os invalidos e até gente que pode trabalhar, que faz da mendicidade o seu ganha-pão. [parágr.] As provincias dão-nos um enorme contingente no aumento da população desta moderna Babilonia. Veem á procura do veio de ouro, que se transforma em ilusão. [parágr.] A miseria alastra. [parágr.] A cultura dos vicios agradaveis é um condutor seguro para corromper a mocidade, que não tem quem a oriente na senda da vida. [parágr.] A nossa gente é imprevidente e conta sempre com os acasos da providencia divina!... [parágr.] Diremos como o poeta : [parágr.] Aboboda infinita/ Não és senão a tampa/ Desta sombria campa/ Que a humanidade habita.»

### **Outros textos:**

**Enterrar o Entrudo**, A. 1881, p. 49, Joaquim Antonio de Sousa Telles de Mattos:

«Enterrar o Entrudo. - Na Bohemia depois das cantigas, danças e festins do carnaval, quando chega quarta feira de cinzas, quebram uma rebeca velha, e é levada á cova depois de amortalhada, passando o enterro pelo meio da povoação, precedido por uma lanterna (alto dia) no topo de um pão ; e ao som dos instrumentos musicos e cantigas, é a rebeca enterrada. [parágr.] Cá em Portugal os gaiatos, esses mesmos que vinte dias depois, de noite, hão de no meio de estrondosa vozeria, cerrar o cortiço, onde apparentam que vae uma velha – pobres velhas ! Que sustos que ellas passam ! Cá em Portugal, dizemos, os gaiatos enterram o entrudo sem ir na procissão o emblema de Diogenes quando o fazem de dia ; se é de noite vão muitos archotes e uma algazarra que recorda as famosas festas dos romanos em honra de Baccho Saturno. Bastantes coisas herdámos n'elles.» (Mattos, 1880, p. 49).

**Festa do Cuco**, A. 1857, pp. 146-147, Providencias (Santo Thyrso):

«Festa do Cuco – Em Villa Nova de Famalicão a melhor festa para os habitantes da villa é a do cuco. É sempre no dia de S. Bento (21 de Março). Vai o cuco-mór mettido em uma liteira puxada por dois burros lazentos ; depois do cuco-mór segue-se o trem , que consiste em taxos, bacias, caldeiras, etc., tudo muito velho, carregado em jumentos; e atraz de tudo segue-se o braço d'armas dos irmãos da confraria, que é outro jumento carregado de chifres de boi. Em todos os largos pára esta linda comitiva, e o cuco-mór envia então varias aves pequenas, como pardaes, chascos, etc., dizendo com grande alegria dos espectadores : «Ahi vai um cuco para a fréguezia de tal, outro para a fréguezia de tal » - e assim correm toda a villa. [parágr.] E ainda dizem que não estamos civilisados !...» (Providencias, 1856, pp. 146-147).

**Maio pequenino. Maio e Maia. Mastro de Maio**, A. 1855, p. 209:

«Maio pequenino, Maio e Maia, Mastro de Maio – Este mez é particularmente consagrado á Virgem Maria. No seu primeiro dia usão ainda agora entre nós os rapazes

percorrer as ruas, festejando e aclamando uma creancinha enfeitada de flores a quem dão o nome de : Maio pequenino. Na provincia do Minho põem á borda das estradas um menino e uma menina com o nome de: Maio e Maia, deitados n'uma camilha de flores e verdura, e um prato ao pé para os passageiros deitarem a sua esmola. Em França e Hespanha é uso dos camponezes irem obsequiar as pessoas principaes da terra, plantando-lhe diante da porta um mastro enfeitado a que dão o nome de : Maio (A. 51, 1 de Maio).» (Maio pequenino. Maio e Maia. Mastro de Maio, 1854, p. 209).

**Antonio da Costa e Silva, e a Foz do Dão**, A. 1895, pp. 364-365, L. J. Z. B. (Penacova):

«(...). Ainda estamos lembrados de ver na festa de S. João de Travanca uma graciosa troupe, vistosa e elegantemente vestida, desempenhando uma graciosa e original dança, que mereceu os applausos de todos quantos tiveram o gosto de a admirar, ensaiada e original do sr. Costa e Silva. [parágr.] Foi este senhor um zeloso defensor do mialheiro da Senhora da Piedade, que se venera na Foz do Dão, no tempo que então ella tinha rendimentos das esmolas dos navegantes e negociantes, esmolas de que os devotos religiosos dispunham em seu proveito antes d'aquelle senhor pôr cobro a taes desmandos. [parágr.] A festa da padroeira Senhora da Piedade realisa-se, em agosto, e devido ao fallecido sr. Costa e Silva, ainda hoje muitos habitantes do lugar e cercanias, possuem bellas photographias da Santa, tiradas por aquelle cavalheiro, photographo-amador.» (L. J. Z. B., 1894, pp.364-365).

**Amor amore compensatur**, A. 1861, p. 135, M. Salgueiro:

«Amor amore compensatur. - costume em Aveiro ir no dia de Natal uma philharmonica d' artistas curiosos comprimentar as pessoas mais gradas (ou mais endinheiradas) da cidade, tocando-lhes á porta varias peças de musica, ordinariamento retribuidas com alguns pintos. (...)» (Salgueiro, 1860, p. 135).

**Uma missa de gallo no seculo XVI**, em Thomar, A. 1911, pp. 27-29, Vieira Guimarães:

«Uma missa de gallo no seculo XVI, em Thomar – É noite, noite fria e nevoenta. [parágr.] pelos montes, os carvalhos sem folhas, roladas pelo vento ao fundo das ribeiras e ao valle pinga do Nabão, pareciam esqueletos de animaes anti-diluvianos, e as oliveiras negras enfileiravam-se, pelas estradas e pelas colinas, tristes como almas de condemnados. [parágr.] A villa descançava da faina do dia, e preparava-se para a grande solemnidade da noite. [parágr.] Na casa dos ricos, n'uma abundancia de Crésus, havia, nas amplas cosinhas, alguidares cheios de carne de porco para os roujões da noite, para os lautos banquetes dos de casa e dos que de longe tinham vindo confraternisar n'essa noite de paz e santidade. [parágr.] Na dos pobres, umas postas de bacalhau esperavam na agua a hora de, já dôces, poderem ser assadas, e comidas com brôa, regadas no emtanto com o bello palheto acabado de comer, ainda na mão. [parágr.] Na alta, na opulenta séde dos gloriosos cavalleiros de Christo, tocava o sino do côro, despertando os echos dos montes, annunciando a festividade do Nascimento. [parágr.] Os vinte permanentes cavalleiros do convento punham em ordem os restantes aposentos, ricos e

luxuosos, para receber os que vinham, mais atrasados, por asperos caminhos das terras das commendas, forçados pela fé e pelo voto do Estatuto que os obrigava, os de quatro leguas de redondeza, a irem n'esse dia alli comungar. [parágr.] De quando em quando os grossos gonzos da pesada porta do castello gemiam, a dar entrada aos retardatarios, que, apressurados, chegavam receiosos de faltar ás primeiras entoações do Divino. [parágr.] Onze horas. Um vento leve do norte tinha voltado para muito além, para os valles de Zezere e Tejo, a neblina das primeiras horas da noite. [parágr.] A lua brilha em plena luz, pulverisando a paisagem d'um branco acariciador, deixando nas almas puras idéas indecisas sobre os mysterios insondaveis da natureza. [parágr.] O povo, regalado de vélhoses e de vinho, entoava suas lôas ao Menino, e subia pela calçada, chamado pelo bronzeo instrumento, que no campanario da arrendada platibanda manuelina, repicava na ancia de dia grande. [parágr.] Por aqui e por alli, as violas, cavaquinhos, pifaros e tambores extrugiam os ares n'uma alegria doida de noite de tanto amôr. [parágr.] Ao convento já tinham chegado os fidalgos e grandes da povoada villa, nas suas liteiras artisticas e nas suas mulas ajaezadas o mais ricamente possivel. [parágr.] Meia noite. A multidão, que já não cabia na sumptuosa egreja, alargava-se pelo pateo terrado fronteiro á ampla e artistica portada, e enchia-se de prazer com os sons maviosos dos orgãos, dos cantores e dos musicos. [parágr.] A egreja dentro era um céu aberto, no deslumbramento das preciosidades e dos cirios. [parágr.] Ainda de fresco, as obras dos architectos, entalhadores, illuminadores, pintores, ourives, escrivães, imaginarios, organistas, estofadores, etc., rebrilhavam á luz de mil lumes. As formosissimas cadeiras de Clivier e Monnoz, os illuminados e ricos livros de Antonio de Hollanda, as reluzentes e aureas pinturas da Charola, os gothicos e esplenderosos quadros que pendiam de suas paredes, as estranhas estatuas de personagens orientaes, os ricos brocados, damascos, veludos, chamalotes, linhos e sirgaria, os seus magestosos orgãos, a magnifica imaginaria do illustre italiano Sulpicio, as riquissimas lampadas de prata do afamado Affonso Pires, todos estes excelsos productos de engenhos tão poderosos, faziam do templo dos egregios cavalleiros de Christo a mais esplenderosa, a mais esplendente egreja de Portugal, n'esses tempos em que o sceptro de seus reis, os Mestres da poderosa Ordem, pendia sobre meio Hemispherio. Pelos altares, os frontaes de sêda e ouro, as cruces douradas, os castiçaes de prata, os artisticos palmitos, as flôres mimosas dos canteiros cuidados dos claustros, viam-se n'um deslumbramento de alucinante exaltação, principalmente no altar do Menino, onde se ostentava em plena frescura o precioso quadro o Nascimento de Jesus, da escola insigne do notabilissimo Jorge Affonso, dadiva de D. Manuel. [parágr.] Por cima das altas e artoeadas abobodas do immortal Castilho, acaba de soar o ultimo repique indicador do começo da missa, e no magestoso templo faz-se o silencio dos momentos solemnes. É o D. Prior, revestido dos seus ricos paramentos, de mitra na cabeça, que entra a passos lentos, acompanhado dos quatro cavalleiros da ordenança. [parágr.] Os commendadores, cavalleiros, freires, clericos famulos, por sua vez, tomam logares no amplo e sumptuosissimo côro. [parágr.] Começa a festa e os grandiosos e afamados orgãos do insigne Antonio Rombo soltam as primeiras notas, enchendo a vastidão do espaço.» (Guimarães, 1910, pp. 27-29).

**O noivado dos cavalleiros**, A. 1910, p. 159:

«O noivado dos cavalleiros – Havia antigamente em Thomar uma curiosa usança

relativa aos noivos como consta d'um alvará de registos d'El-Rei D. João I. [parágr.] Era o seguinte o modo de os armar cavalleiros : Quando um mancebo queria casar n'aquella villa, montava a cavallo com uma lança na mão e, levando um alqueire de pão cosido e um almude de vinho, chegado ao castello, batia com a lança na porta, dizendo : [parágr.] - Cavalleiro quero ser. [parágr.] Sahia então o alcaide do castello e cobrava a pitaça, voltando o noivo habilitado a contrahir matrimonio. [parágr.] Se algum deixava de prestar esse tributo, o alcaide, por via de multa, cobrava-lhe o oitavo.» (O noivado dos cavalleiros, 1909, p. 159).

**As touradas na Capinha – Beira Baixa**, A. 1922, pp. 252-253, Jean Jacques:

«As touradas da Capinha – Beira Baixa – Em tempos que não voltam, quasi todos os anos se realizavam touradas na freguesia de Capinha, concelho do Fundão. [parágr.] Num largo proximo do adro improvisava-se a praça de touros. [parágr.] Para esse efeito tapavam-se todas as saídas do mesmo largo com carros carregados de lenha, onde alguns espectadores assistiam ao espectáculo ; outros estavam nas janelas e balcões dos predios que circundavam o recinto. [parágr.] Estas corridas são genuinamente beirãs. Ali ninguem dirige o espectáculo, dispensam-se os Botas, os artistas, as cortezias, etc. [parágr.] Todos os espectadores são toureiros, bastando para isso uma comprida vara com um aguilhão. [parágr.] Munidos dessa vara, saltam para o largo, gritando ; [parágr.] - É boi, é boi, é boi ! ... [parágr.] Tambem não há fatos espaventosos. [parágr.] Os artistas apresentam-se com a jaqueta ao ombro e, quando fogem do touro, largam a vara e a jaqueta e vão-se refugiar debaixo dos carros. [parágr.] Ha sempre muitos trambulhões e os garotos berram como uns demonios. [parágr.] Estes espectaculos, como de resto os que são feitos com as regras da arte, teem o cunho caracteristico das coisas barbarescas. [parágr.] Lembra os circos romanos, onde os escravos se batiam nus com gladiadores bem armados e cobertos de ferros, para passatempo dos imperadores e suas côrtes. [parágr.] Espectaculos repugnantes, onde milhares de seres humanos eram esfacelados pelas feras, onde as exalações do sangue humano era tão necessária aos imperadores como as carnes putridas o são ás aves de rapina. [parágr.] Os animais são atacados brutalmente por quatro e mais individuos ao mesmo tempo, os quais fogem apenas o touro investe com algum deles. [parágr.] É por isso que geralmente não há desastres, porque o medo põi asas nos pés dos artistas e estes atacam sempre o touro de flanco ou pela retaguarda. [parágr.] A brutalidade dos tais artistas chega muitas vezes a cegar os pobres bichos. [parágr.] Considerando o brutal espectáculo, sem duvida que os homens são mais brutos que as feras.» (Jacques, 1921, pp. 252-253).

**S. Nicoláu do Porto**, A. 1858, 361-362, Antonio Martins Leorne (Porto):

«**S. Nicoláu do Porto** – S. Nicoláu é o orago de uma das igrejas parochiaes d'esta cidade. No dia do Santo (6 de Dezembro) é costume antigo dar o Abbade da fréguezia uma rasa de castanhas, que são assadas n'uma grande fogueira defronte da igreja, e ahi mesmo devoradas. Os convivas desta especie de magusto são de ordinario rapazes sádios, aqui designados por *garotos*. Na tarde d'aquelle dia pedem as campainhas da confraria, ás quaes juntão outras de fóra, e correm toda a fréguezia, badalando

horriavelmente, e gritando como desesperados com toda a força dos pulmões: [parágr.] Quem dá lenha,/ Ou um páu,/ P'ra fogueira/ De S. Nicoláu. [parágr.] Quem dá lenha,/ Ou chamiço,/ Ou a fralda/ Da camisa. [parágr.] Ora, como este pedido, feito por mais de trinta guelas, e com acompanhamento de trezentas campainhas, nunca é atendido, os devotos do santo, por onde quer que passem, agarrão em quanto podem, e que julgão proprio para figurar na *santa* fogueira. Canastras, cadeiras, bancos, barrotes, tudo, enfim, que encontram pelas portas, e a que possão deitar a mão, lá vai para festa. Nem sempre lhes sahe barata a brincadeira, pois no acto da cobrança são muitas vezes brindados com uma roda de chicote ou de pontapés. [parágr.] Ainda não é bem liquido o que deu origem a este costume, antiquissimo na cidade, mas suppõe-se ter sido um legado.» (Leorne, 1857, pp. 361-362).

### Anexo 3 – Romarias

N.º 1 – A Romaria, A. 1916, pp. 102-103, Lima Vieira (Lagos):

«A Romaria – Entre nós, os tradicionalismos, que o polir dos seculos não tem podido descurar, são simples sentimentalismos religiosos, pequeninas festas de costumes, onde brilha n'um recato de fé ou n'uma emoção de alegria a alma singela do povo. [parágr.] Que alma pensativa se não impressionará perante essa festa tão simples e tão nacional da romaria ? [parágr.] Emquanto lá ao longe, n'um fundo verde de folhagens, se ergue a ermida branca envolta em bandeiras, na ladeira do monte, entre valados coroados de silvas, onde as amoras brilham como olhos escuros, nos caminhos que serpeiam de quebrada em quebrada n'uma esteira branca, dos casaes que alvejam sobre o mar doirado das seáras pinceladas de papoilas, uma multidão ruidosa e colorida, no passo lento dos machos que chocalham guizos, os alforges bordados a matiz peçados da merenda e das promessas, vão demandando a ermida santa. [parágr.] Carros saloios, pesados e chiantes, trazem ranchos de raparigas. Cocheiros apertados nas jaquetas novas de merino, decoradas de grandes alamares, vão zurzindo os machos, e ellas, n'um magote pintalgado, riem no gargalhar descuidoso das creanças. Buliçosas, umas faces saudaveis onde sorriem uns olhos escuros, uns bandós sedosos espreitando sob as pontas do lenço de seda de grandes reflexos metallicos, uma gargantilha de linho afluando do corpete de veludilho que se alteia na curva delicada dos seios, - são ellas mesmas flôres sadias e vistosas dos campos cheios de sol. [parágr.] Não longe, caminha a hoste alegre dos conversados. Escuros, erriçados de varapaus - o codigo dos direitos do homem – a calça em bocca de sino, a jaleca curta passando rés-vés á cinta justa e abraçando a volta da camisa de linho, calçam rijo sapato de bezerro e encoifam a cabeça n'um longo barrete cuja borla agitada, immovel, meneiante, exprime todos os entusiasmos, os extasis, as preocupações d'aquellas boas almas. [parágr.] Ceguinhos de alforge e bordão, vendedeiras que transportam afanosas os taboleiros onde as frituras e o pão de ló desmaiam polvilhadas de assucar, completam a multidão que chapinha na poeira, sob o sol a pino, anciosa por enxergar lá no alto a ermida muito branca recortada no azul. [parágr.] E quando esse formigueiro humano attinge enfim a plataforma do eremiterio, o monte coalhado de cabeças, parece uma enorme massa humana elevando ao céu a ermida que alveja e sorri á folhagem clara das acácias. [parágr.] Estalam foguetes, repica o sino. As bandeiras parecem asas adejando na luz. Uma clareira se abre no mar ondeante das cabeças, e os romeiros, opa branca abraçando mal o fato negro das festas maximas, na botoeira uma medalhita de papel – modesta flôr da sua fé – seguram tochas cuja chama desmaia no jôrro dos sol. [parágr.] Estandartes erguidos ao alto saúdam gravemente a multidão compacta, e anjinhos brancos e côr de rosa, os cabellos encaracolados , as azas brancas palpitando sobre o vestidito guarnecido de lantejoulas, caminham de mãos dadas, beijados no olhar das mães. [parágr.] Vem depois o andor engrinaldado de rosas. Uma virgem pequenina, o manto azul chamejando nas estrellas de prata, n'uma expressão exactica, fita no céu uma visão divina. Em volta o povo ajoelha ; e o padre, um bom velho que os baptisou a todos, olha-o estremecido. [parágr.] ..... [parágr.] A procissão, no seu cortejo de luzes, já deu a volta á ermida ; e os festeiros alegres, como quem recebeu a benção de Deus, agrupam-se á sombra dos carvalhos e das azinheiras, sacando das bolsas e cabazes a merenda. [parágr.] E o sol, já

mais baixo, vae derramando oiro, o oiro brando da luz da tarde, sobre a ermida branca e as folhagens velludasas.»

N.º 2 – Romaria á Hespanha, A. 1857, p. 357, Antonio Joaquim Fernandes Salazar (Vigario de Peredo de Bemposta):

«Romaria á Hespanha – Fronteira á povoação de Peredo de Bemposta, concelho de Mogadouro, e já em solo hespanhol pertencente á provincia de Salamanca, vê-se o grande monte chamado da Senhora do Castello, por ter no cume uma ermida com a Imagem da Virgem d'esta invocação, a distancia de tres braças de um precipicio immenso, e que dá verticalmente sobre o soberbo Douro, que d'alli se divisa espumando de raiva, por não poder espriar-se á vista dos dous montes de Portugal e Hespanha, que lhe abatem a arrogancia, e mal o deixão prosseguir seu curso. É este sitio annualmente visitado por grande numero de portuguezes das povoações de Bemposta, Tó, Urrós, Ventuzello, Peredo, e outras, no dia 8 de septembro. Passão para lá em uma jangada de cannas, visitão a Senhora, e seguem d'ahi para o logar de Perena, a um quarto de légua, onde há uma feira regular, e tres dias successivos de festa, nos quaes se representão ridiculamente duas comedias ; há muitos bailes nas praças, e correm-se alguns annos de sete a oito touros bravos, matando-se o mais feroz com inaudita barbaridade. Ao quererem os portuguezes regressar a suas casas, têm de ir passar a uma barca a mais d'uma légua de distancia, porque a jangada de cannas foi traiçoeiramente incendiada pelos carabineiros hespanhoes. Assim têm practicado estes ultimos annos, julgo que como medida preventiva para obstem a que os portuguezes alli voltem e os surrem, como já lhes tem acontecido.»

N.º 3 – A Senhora do Castello em Hespanha, A. 1885, pp. 263-264, P.e José Bernardo de Moraes Calado (Bemposta do Douro):

«A Senhora do Castello em Hespanha. - A 3 kilometros de distancia d'esta villa, Bemposta do Douro, em terras de Hespanha, existe um soberbo monte, sobranceiro ao rio Douro, na summidade do qual se acha um sumptuoso templo, onde se venera com a maxima devoção a imagem da Virgem, sob a invocação de : *Senhora del Castillo*. Ao que se escreveu no *Almanach* de 1857, 26 de novembro, ácerca d'este assumpto, temos a addicionar o seguinte : O santuario da Virgem do Castello, dista tambem 3 kilometros do logar de Perenha a que pertence, povoação de 400 fogos, do julgado de Ledesma, grande vinhateira e limitrophe d'esta villa. [parágr.] A romaria á Santissima Virgem, como sempre foi, é hoje muito concorrida, porque os povos circumvisinhos, tanto de um como de outro reino, teem grande devoção com aquella sagrada Imagem, que, segundo resa a tradição e dizem assentos existentes nos archivos da igreja matriz, appareceu no seculo XIV, entre uns rochedos, em que muito abunda a montanha, que ficam á distancia, pouco mais ou menos, de 60 metros do cume do monte onde se acha o santuario. Encontra-se n'este sitio, exactamente onde teve logar a apparição, uma fonte de boa agua, cercada de cantaria, na qual muitos romeiros vão fazer abluções e beberem com a fé viva de que preserva de futuros males. Nas paredes e cabides da magnifica capella existe grande quantidade de figuras de cera, quadros e outras offerendas, algumas de valor, feitas á Virgem por occasião de diversos e grandes apertos da vida. Da

porta principal da ermida a um abysmo, que dá verticalmente sobre o Douro, medeia apenas o intervallo de 7 metros. Uma pedra de grande peso, despedida do vertice, vae dar ao rio com a maior impetuosidade, produzindo um estrondo de aturdir ! [parágr.] A montanha consta, na maior parte, de broncos e enormes penedos, e fornece nos seus valles, principalmente na primavera, abundante pasto para os gados. A 3 metros do santuario vive, com sua familia, o ermitão, em uma casa terrea, mas assejada e regularmente mobilada. Vence o ordenado de 8 reales diarios, mas tem outras proprinas com que o brindam os romeiros que ali vão frequentemente, de proximas e longas distancias. É este, realmente, um sitio pittoresco, uma paisagem encantadora ; pena é que pertença a um povo descuidoso e indifferente na apreciação do bello. O largo que constitue a crista do monte presta-se a embellezamentos de toda a ordem, e os fundos da ermida são assás consideraveis para os effectuar ; faltam-lhe, porém administradores zelosos e de bom gosto. E concluimos, declarando que os romeiros da Bemposta, que, na concorrência ás festas de setembro, excedem sempre o numero de 100, pelo caminho, desde a passagem do Douro até á capella, vão em grupos, cantando as quadras seguintes: Virgem do Castello,/ que habitaes terras ibéras,/ amparae os portuguezes,/ que vos amam tão devéras./ Já que o nosso santuario/ luso terreno domina,/ venha sobre os portuguezes a vossa benção divina./ [parágr.] Sois a estrella da manhã,/ sois a Mãe Immaculada,/ sois a Rainha dos Anjos,/ e sois a luz da alvorada./ [parágr.] Sois, ó Virgem do Castello,/ quem domina nos penedos,/ que n'essa alta montanha/ jazem tão mudos e quedos./ [parágr.] Companheiros immutaveis/ da ermida que habitaes,/ certificam aos romeiros,/ que se honram sendo taes./ [parágr.] Se é que Perenha vos préza/ como sua protectora,/ Bemposta, Peredo e Urroz,/ tambem vos amam, Senhora./ [parágr.] Bem vêde como concorrem/ vossa ermida a visitar,/ onde ostentaes vosso throno/ como ainha sem par./ [parágr.] Pedimos, pois. Ó Virgem Santa,/ que essa efficaz protecção/ se estenda com egualdade/ tambem á lusa nação./ [parágr.] Se em territorio de Hespanha o vosso templo se vê,/ lembrae-vos que o povo luso/ vos idolátra a vos crê./ [parágr.] Crê que sois sua Rainha,/ crê que sois os astro d'alva,/ crê que sois Mãe extremosa/ por quem o povo se salva./ [parágr.] Subi, pois, o monte agreste / vinde vêr, ó transmontanos,/ o santuario da Virgem/ n'este e n'outros muitos annos.»

N.º 4 – Senhora d'Antime, A. 1859, pp. 274-275, J.J. da S. Pereira-Caldas (Braga):

«Senhora d'Antime – É uma romagem de maxima nomeada no concelho de Fafe e na parte oriental inteira do districto de Braga. Chama-se-lhe tambem romaria da Senhora do Sol e romaria da Senhora da Misericordia, em virtude do fervor das supplicas e do intenso da fé com que os povos se endereção a esta Senhora, nas faltas de chuva ou sol. [parágr.] A imagem da Virgem é de pedra fina (granito metamorphico), com braços postíços, e sem pés nem pernas, nem feitio algum de estatuária, além do rosto unicamente. Tem outo arrobas de pêso, e está collocada em um tosco andor antigo de outo arrobas tambem, a que dão o nome de charola da Senhora. [parágr.] Dá a tradição por apparecida esta imagem no Monte de S. Jorge, entre Fafe e Cepães, e entre a fréguezia d'Antime igualmente ; monte d'uma boa legua de comprido e meia legua de largo, onde abundão grandes pedreiras de pedra fina (granitos metamorphicos especialmente) d'envolta com granitos efusivos durissimos, entre os quaes apparecem ás vezes bellos granitos porphyroides; granitos explorados todos incessantemente, e os

metamorphicos sobre tudo, para as construcções nas convisinhanças de Fafe em redondo, até uma boa legua ás vezes. [parágr.] Tambem n'este mesmo monte «de S. Jorge Magno», venera o povo o penedo da pégadinha, em commemoração da crença que tem, das pégadinhos que no dito penedo deixara impressas o jumentinho da Senhora, indo ella uma vez a cavallo por estes sitios. [parágr.] Celebra-se a funcção da Senhora d'Antime, com vesperas, no 2.º domingo de Julho, na sua fréguezia de reitoral de Santa Maria do mesmo nome, a um quarto de legua para o sul da villa de Fafe ; fazendo-se pela manhã o anniversario das almas, com seu sermão appropriado á festa. No domingo de manhã, pela volta das 10 horas, sahe d'Antime para a igreja de Fafe a procissão da Senhora, fazendo-se então n'esta igreja matriz exposição do Sacramento, com sua missa cantada, e o competente sermão, e pela volta das 3 horas da tarde regressa para a respectiva fréguezia, no meio de numerosissimo concurso de romeiros, como sahida d'Antime para Fafe. [parágr.] Era outr'ora ainda mais galhofeirando que hoje, esta romaria d'Antime : chegava quasi a delirio o affervorado das salvas da companhia de mosqueteiros da procissão, não só na sahida e na volta d'ella, mas sobre tudo no acometimento de um castello ficticio, de proposito erigido para dar mais realce á funcção e para a tornar mais estripitosa; o castello a final tomado era abrasado em chammas pelos mesmos mosqueteiros, depois de finjido um apparatuso conflicto de sitiados e sitiados, e vencido a final o Rei mouro acastellado. Dá a tradição por origem d'esta finjida peleja, muito victoriada dos romeiros em chusma, a commemoração d'antigos feitos dos povos da localidade na expulsão dos mouros, quando era senhor o povoador de Fafe, nos primeiros tempos de nossa independencia , D. Egas Fafes, filho aguerrido do aguerrido D. Fafes Luz, alferes do Conde D. Henrique, primitivo tronco genealógico da nossa dynastia affonsina. [parágr.] No meio das folias e extravagancias da romaria, tem ficado algumas vezes esmagados alguns dos conductores da charola debaixo do seu excessivo pêso. Costumão ser 16 em geral, para pegarem revessos aos oito braços, ou banzos da dita charola da Senhora, os valentões da procissão, valentões que se offerecem com antecipação de um ou dois annos ás vezes, e que não conseguem esta graça especial dos mesarios da Senhora, senão a poder de supplicas, empenhos e sollicitações. Não é todavia a mera ostentação de forças e de robustez de corpo que assim faz deprecar a graça de carregar com os banzos da charola aos hombros : é especialmente porque têm para si os mancebos da localidade (Fafe e Antime sobre tudo) não serem bem succedidos nos seus casamentos, se não pegarem primeiro ao andor da Senhora. N'essa ocasião, para elles da maior expansão de coração juvenil, costumão collocar esses mancebos dos banzos os seus ramos de perpetuas na charola, aos quaes se dá o nome sacramental de pinhas da Senhora d'Antime.»

N.º 5 – Nazareth, A. 1859, p. 298, José Antonio Ferreira d'Abreu ( Nazareth):

«Nazareth – Povoação na Extremadura, de mais de 1:000 habitantes, pertencente ao districto de Leiria, concelho d'Alcobaça, fréguezia da Pederneira, e que outr'ora tambem foi concelho. É mui frequentada, principalmente no mez de setembro, em que é grandissimo o numero de pessoas que de todas as partes do reino vem em romaria á Senhora da Nazareth, e a uso de banhos do mar, que mui commodamente se tomão na praia do mesmo nome. Deve a sua denominação, a sua origem e o seu augmento, ao culto e veneração prestados áquella Imagem, que foi levada da cidade da Nazareth por

um monge grego, chamado Cyriaco, ao Augustiniano Convento de Caluniana, distante de Merida duas léguas, no tempo em que n'aquellas partes do Oriente se levantou uma heresia contra a veneração e cultos das imagens: conduzio-a depois a este sitio um religioso d'aquelle convento, por nome Romano, quando os mouros invadiram as Hespanhas. Achando-se aqui occulta na cavidade d'um rochedo, foi descoberta no reinado de D. Affonso Henriques por D. Fuaes Roupinho (então capitão de Porto de Moz), por um assignalado milagre. [parágr.] Quasi todos os nossos Monarchas, incluindo o Senhor D. Pedro V quando Principe Real, visitaram este povoação e Nossa Senhora da Nazareth, que se venera em um magnifico templo, obra d'El-Rei D. Fernando I. Apresenta este sitio um lindo panorama : o seu mar abunda em variadas especies d'excelente peixe, de cujos direitos o Estado recebe todos os annos avultadas sommas (A. 51 p. 287).»

N.º 6 – A praia da Nazareth, A. 1880, pp. 251-252, \*\*\* (Nazareth):

«A praia da Nazareth. - A praia da Nazareth, na freguezia da Pederneira, concelho d'Alcobaça, districto de Leiria, começou a florescer no reinado de D. João IV. [parágr.] Desde então foi-se multiplicando progressiva e rapidamente a população, que na actualidade avulta a mais de 2:500 habitantes de ambos os sexos e a 400 fogos, pouco mais, ou menos. [parágr.] Em 1608 havia ali sómente sete familias, um ferreiro, um tendeiro, e poucos vendedores de diversos generos para abastecimento dos romeiros e visitantes do Santuario de Nossa Senhora. Na extremidade do cabo, ao norte, vêem-se ainda sobre as rochas as ruinas d'uma fortaleza, começada a construir no tempo de Filippe II para defeza dos navios que se recolhiam á enseada, fugindo á perseguição dos holandezes. [parágr.] Foi n'esse tempo, pelos annos de 1600 a 1610 que D. Gastão Coutinho mandou ali construir duas naus, que foram baptisadas com os nomes de Conceição e Nossa Senhora da Nazareth. (1). [parágr.] A circumstancia d'a praia estar edificada na parte interna do angulo formado pelo promontorio de Nossa Senhora da Nazareth, e ao abrigo da cordilheira, que corre de norte a sul, torna-a uma das mais abrigadas, de entre as praias de banhos na costa de Portugal. [parágr.] Isto por um lado, por outro ser abastecida de fructas, ortaliças, caça, etc., pela sua proximidade d'Alcobaça, faz com que seja muito frequentada na estação propria, dos banhistas de Leiria, Alcobaça, Santarem, Torres Novas, Rio Maior, Caldas da Rainha, Thomar, etc. Pena é, que o mar que, de há annos a esta parte, tem ali entrado pela terra umas poucas de dezenas de metros, tenha já derribado algumas das casas que estavam edificadas na frente, e ameace outras que lhe estão proximas. É por isso que as ultimas edificações se tem ultimamente feito ao abrigo dos insultos do mar na base da encosta, e proximidades da estrada que sobe para o Sitio, onde o templo da Senhora está edificado.»

«(1) Estas naus foram destinadas á expedição da India ; levando a maior Nossa Senhora da Nazareth a seu bordo por capitão D. Jeronymo d'Almeida. Em 1613 regressando da India, e aportando á ilha de Santa Helena, ahi, só com a nau do seu commando, porque a Conceição estava impossibilitada de manobrar, sustentou D. Jeronymo d'Almeida o fogo contra cinco navios holldandeses, mettendo um a pique, desmastreando outro, e obrigando os restantes a vergonhosa fuga.»

N.º 7 – A capella de Nossa Senhora da Memoria, A. 1880, pp. 106-108, Herzelino Diniz Cavalleiro:

«A capella de Nossa Senhora da Memoria. - Segundo a lenda de Nossa Senhora da Nazareth, depois do milagre que a Virgem Maria operou em favor do esforçado cavalleiro D. Fuas Roupinho, alcaide-mór do castello de Porto de Moz, livrando-o da morte, mandou este em memoria do acontecimento, edificar uma capellinha de simples architectura, mas de gosto aprimorado da época, em honra de Nossa Senhora. [parágr.] Esta capella ou ermida, que se chama hoje a capella da Memoria, e se conserva como trophéo d'aquella maravilha, no terreiro de Nossa Senhora da Nazareth, e proximo do seu templo, é aberta de todos os lados e sustentada por quatro arcos de cantaria em que pousa a aboboda. Sobre cada um d'estes arcos há uma imagem de pedra, limada já do tempo, mas não tanto que deixe de mostrar o que representa. [parágr.] A primeira d'estas que se vê no arco que cae sobre a porta, é a imagem da Senhora com o Menino no collo ; (o que foi feito á imitação da sagrada imagem que ali foi encontrada). [parágr.] No segundo estão S. Braz e S. Bartholomeu, com suas reliquias na mão, (em testemunho das reliquias que juntamente com a Senhora foram encontradas). [parágr.] No terceiro está o rei D. Rodrigo com a imagem da Senhora nos braços, representando a que elle trouxera do convento de Cauliniana. [parágr.] No quarto está um frade eremita com um cofre nas mãos, que representa fr. Romano com o cofre das reliquias de S. Braz e S. Bartholomeu. [parágr.] Debaixo d'estes arcos existe uma cavidade em que a Senhora foi depositada por fr. Romano. [parágr.] Na mesma ermida está uma inscripção em que resumidamente se refere a historia de Nossa Senhora da Nazareth, composta em latim por fr. Bernardo de Brito, lavrada n'uma lapide collocada no arco que fica da parte direita quando se desce para a cova.[parágr.] A Traducção é a seguinte : [parágr.] A sagrada e veneranda imagem da Virgem Maria, que sendo trazida da cidade de Nazareth, resplandeceu no tempo dos godos com milagres no mosteiro de Cauliniana, junto á cidade de Mérida. Foi trazida a esta ultima parte do mundo pelo monge Romano, sendo-lhe companhia el-rei D. Rodrigo, no anno de Christo de 714, em que aconteceu a perda geral de Hespanha. E como morresse o monge, e el-rei se retirasse, ficou aqui escondida em uma pequena choça, posta entre dois escabrosos penedos por espaço de 469 annos. Sendo depois achado por D. Fuas Roupinho, capitão de Porto Moz, no anno de 1182 (como elle testefica na sua doacção) ; succedeu , que arremecendo inconsideravelmente o cavallo no alcance d'um veado, que lhe fugio, e por ventura era fingido, e indo já para cair na ultima ponta d'este despinhadeiro, invocando o nome da Virgem, foi livre da queda e da morte, e lhe dedicou esta primeira ermida. Finalmente foi trasladada por el-rei D. Fernando de Portugal, e esse outro templo maior que elle mandou levantar desde os primeiros fundamentos no anno de 1377. E o doutor fr. Bernardo de Brito, dedicou esta obra á Virgem, e á eterna lembrança, por voto que tinha feito.»

N.º 8 – Castellos de Porto de Mós, A. 1892, pp. 340-343, Antonio de Jesus e Silva (Minde):

«Castellos de Porto de Mós.- (*Aos meu ill.mos amigos F. F. Cacella, de Alcaria, e João Vieira Santa Martha, do Covão do Coelho*) Campêa a N. n'um monte sobranceiro á villa

o vetusto solar do famoso capitão D. Fuas Roupinho, ou antes o palacio do rei mouro Gamir. (...). [parágr.] Por mais de 400 annos estiveram os sarracenos na posse da veneranda fortaleza, até que, em 1142, D. Affonso I, sahindo de Coimbra sem descobrir a pessoa alguma seus intentos, marchou para Leiria, aonde descançou um dia e onde havia ja 13 annos que elle tinha fundado o castello. Ao sol posto, dirigio se para Porto de Mós e, a meia noite, inopinadamente, atacou e tomou o castello, passando a guarnição ao fio d'espada. [parágr.] Posta no castello uma boa guarnição, entregou a alcaidaria, que depois passou á familia dos Mellos da Silva, ao heroico cavalleiro D. Fuas Roupinho. [parágr.] De tanta importancia era a praça de Porto de Mós, tanto sentiram a sua perda os agarenos, que, sob o commando de Gamir, varios alcaides vieram de diferentes terras pôr cerco á fortaleza. [parágr.] D. Fuas, coadjuvado pelo Alcaide-mor de Alcanede, deu com tanta valentia sobre os mouros que, completamente derrotados, deixaram em poder dos christãos o rei Gamir e varios chefes. [parágr.] Morto D. Fuas gloriosamente n'uma batalha, os mouros, desafrontados de um inimigo tão temivel, tantos, tão fortes e tão repetidos ataques deram a villa que, reduzida a um montão de ruinas, assim se conservou pelo espaço de dez annos, até que, em 1200, D. Sancho mandou de novo povoal'a, ampliando os castellos. (...).

N.º 9 –Nossa Senhora dos Remedios, A. 1859, p. 370, A. P. Zagallo (Lamego):

«Nossa Senhora dos Remedios. - Em Lamego, a O. da cidade e em pequena distancia, existe collocado sobre a collina um templo sumptuoso, consagrado a *Nossa Senhora dos Remedios*. Sobe-se para elle por uma rica escada, toda de granito, até um grande largo, em cujo centro está o templo edificado. Ao longo d'aquella escadaria há algumas fontes e nos lados arvoredo. Nos bellos dias do anno, principalmente aos domingos, muitos dos habitantes da cidade alli se dirigem, uns para orar a Nossa Senhora, outros para passear. Esta Virgem é protectora da cidade e tem d'ella afastado as epidemias; se alguma por ventura se manifesta, é de pouca duração e pouco mortifera. A devoção com a Nossa Senhora é muito grande; no tempo da romaria concorre gente de muitas partes, que deixa avultadas esmolos e muitas offerendas, chamadas milagres, que pendem das paredes do templo. É mui visivel a protecção da Senhora para com os habitantes da cidade: perto do seu templo, a S. de Lamego, existe o quartel do regimento de infantaria n.º 9, outr'ora *Convento de Santa Cruz* ; n'uma das torres da igreja está, creio que encerrada em cunhêtes, toda a polvora para uso do regimento. Como a maior parte das trovoadas apparece aqui do S.O., e algumas do S., Nossa Senhora, pela sua alta protecção, as dirige de maneira tal, que a cidade fica sempre incólume. As nuvens marchão no intervallo que medeia entre o templo da Senhora e o quartel, ordinariamente de S.O. para N.E., e outras vezes para o N., sem que appareça uma explosão de electricidade , salvo pequenas excepções. Se durante essas trovoadas cahisse uma faisca ao paiol do quartel, tudo iria pelos ares ; seria victima o regimento e ficarião arrazadas as casas visinhas. N'isto não há desleixo do commandante do corpo, nem das autoridades administrativas, pois todos têm feito representações para se construir um paiol fóra do quartel. O meu receio é que um dia vá tudo pelos ares, e eu tambem.»

**N.º 10** – Romagem da Senhora das Neves, A. 1860, pp. 370-371, T. E. M. Sampaio e Mattos (Coimbra):

«Romagem da Senhora das Neves – É na freguezia das Neves, na provincia do Minho, que esta devota romaria se celebra no dia 5 de Agosto. [parágr.] Affluem alli centenaes de romeiros de todos os arredores, cantarolando e dançando ao *melodioso* som de seus *afinados* instrumentos, que são, pela maior parte, duas ou tres violas, igual numero de clarinetes e rebecas, algumas vezes o bello violão (*vulgó* de tripa), e sempre as castanholas hemisphericas de sêcco e duro buxo. Suas peças favoritas (o *malhão* e a *chula*) são executados alli com destreza e ouvidas com entusiasmo por todos os devotos romeiros de ambos os sexos, que promiscuamente agrupados porfião em festejar este dia por elles consagrado á solemnidade da sua SENHORA. [parágr.] Ha alli para a esquerda da capellinha da Virgem um terreiro de fôrma quasi triangular, ornado por todos os lados de grandes e já carcomidos carvalhos, que deixão ver por entre seus annosos troncos um elegante panorama ao longo de frescas e amenas campinas que lhe ficão fronteiras. N'esse aprazivel logar se goza do mais animado da festa, e se disfructão os entusiastas romeiros; aqui applaudem uns, em quanto outros forcejão por colher as palmas dos espectadores, distinguindo-se na dança; acolá vê-se um *Manelinho*, de cabeça enterrada nos colleirinhos, servindo-lhe de arrimo o liso páu de lódão; outro ou outros, mais além, invocam a musa, e com ardor e fogo juvenil recitão amorosos carmes á sua bella. Mais. Apoiado sobre grossas estacas, vestidas de vária e entrelaçada ramagem, lá se vê levantado do chão á altura de seis palmos um tablado, onde se recita todos os annos o predilecto *drama*, *Ferrabraz* e *Floripes*. [parágr.] Começa já o dia a declinar, e eis que chegão quinze cavalleiros (é conta fixa e sabida), escarrapachados, uns em selim, outros em albardão, nos seus bucephalos, e fazendo-os girar meia duzia de vezes no largo, tendo primeiro formado duas linhas como dispostos em campo de batalha, agora os vereis disputando-se em oppostos campos. Uma das linhas representa os denominados *doze pares* de França com seu chefe Carlos Magno; arremeda a outra um troço de mouros, ás ordens do almirante Balão. Trajão todos fardetas, que dizem *á moura*. O resultado da peleja sahe favoravel aos pares, que então sobem ao tablado, e ahi representão os seu papeis; seguem-se-lhes os outros, e igualmente ahi tem seu papel a magnanima Floripes, namorada de Guy de Borgonha; esforção-se todos para receber os applausos de que effectivamente os cobrem os espectadores, e termina a festa por um segundo combate, em que o almirante mouro se finge victima dos *pares* francezes, e Floripes com seu irmão Ferrabraz ficão em poder dos mouros. [parágr.] Bom é quando o povo se diverte.»

**N.º 11** – S. Bartholomeu da ponte de Cabez, A. 1860, pp. 300-301, M. A. Magalhães e Almeida (Cerva):

«S. Batholomeu da ponte de Cabez. – Existe na margem direita do rio Tamega, junto á ponte de Cabez, uma antiga capella com a invocação de S. Bartholomeu; e fronteira a ella, na margem esquerda do mesmo rio, uma fonte de agua sufurea (que segundo a tradição e alguns vestigios que alli se encontrão) já alimentou poços que serviram de banhos publicos. No meio d'isto está a soberba ponte de Cabez, com um grande marco de pedra no centro, em que (segundo um distico inscripto no mesmo) se achão fixadas

as raias das duas provincias do norte. [parágr.] Apesar de não haver na dita capella função alguma religiosa, nem mesmos espectaculos profanos, que convidem o povo a ir alli, é certo que todos os annos, no dia 23 de Agosto e desde pela manhã, se começa a ver caminhando para lá um concurso de romeiros tal, que por volta do meio dia, pouco mais ou menos, está formado um arraial bastante populoso, e provido de tudo o que costuma haver nas grandes romarias, como talhos, casas de pasto, doceiras, tendeiros, etc. [parágr.] Offerece regularmente esta romaria tres espectaculos todos burlescos, que de tempos antigos a têm tornado notavel e famigerada. O primeiro é a gritaria infernal e tregeitos mais ou menos graciosos, que logo ao avistar a capella faz grande numero de mulheres, que se dizem endiabradas, e affectadas de espiritos malignos !... É curiosissimo ver como estas Megeras, gritando e esperneando sempre, são arrastadas a seu despeito até o altar do santo, onde, depois de muito gritar e muito saltar, fingem vomitos violentos, que (segundo ellas) são o signal certo da despedida do espirito que as traz inquietas !... Concluido este passo, segue-se a romaria ao santo em volta da capella, e tambem não costumão faltar ahi impostores, que a troco de orações lá vão agenciando algumas corôas de prata !... É pena verem-se figurar muitas vezes n'este bando infernal algumas Dryades encantadoras, a quem Cupido suggere esta maldita lembrança para se vingar das affrontas de alguns pais, que não cessão de levantar muros e oppôr escudos contra as suas frechas venenosas !... [parágr.] O segundo espectaculo é a emulação brutal que alli se manifesta entre as provincias do Minho e Traz-os-Montes. Logo dia 23 á tarde principião as altercações sobre qual das duas terá a preeminencia; e muitas vezes há já de tarde cabeças ou braços quebrados; á noute é cousa certa. A ponte, que de dia faz parte do terreno do arraial, fica despovoada depois do sol posto. Tomão-se posições de um e outro lado. Começão grandes altercações de lingua, gritos de – viva o Minho – viva Traz-os-Montes – Andai ao Santo, de um lado, - Andai á fonte, do outro, etc. etc. Sôa um vivissimo tiroteio de parte a parte, que muitas vezes dura toda a noute, e annos há em que os bandos se aproximão até ao meio da ponte, onde se desenfadão a jogar á páulada, facada e pedrada, etc., sendo o resultado de tudo muitos ferimentos, mais ou menos graves, e até mortes !... [parágr.] O terceiro espectaculo vem a ser a fé supersticiosa que os romeiros têm com a agua da fonte acima dita, a qual (segundo a crença) sendo colhida no dia 24, antes de lhe dar o sol, é antidoto contra todas as molestias não realisadas, e remedio efficaz para todas as realisadas !... E por isso no dia 24 logo de madrugada (hora em que d'ordinario costumão as manobras dos valentões) começa a affluir gente de todos os cantos do arraial, a encher na fonte garrafas e cabaças para levarem comsigo, e outros a lavarem creanças affectadas de alguma molestia, sendo parte essencial d'este acto o lançar pelo rio abaixo a camisa do enfermo, que por muitos é esperada. [parágr.] Por volta do meio dia, pouco mais ou menos despovôa-se a romaria; e lá se partem as endemoninhadas, jactando-se das emphaticas scenas caricatas que alli representaram, e os valentões apregoando os seus triumphos, ou protestando desforras grandes para o anno seguinte, desforras que nunca se esquecem de procurar.»

N.º 12 –Festa de Santo Amaro em Béja, A. 1860, p. 284, Miguel José de Mendonça:

«Festa de Santo Amaro em Béja. – Ao norte d'esta cidade, fôra da Porta chamada de Evora, e na igreja de Nossa da Graça, se venera tambem a imagem de Santo Amaro. Alli se reúnem em seu dia quasi todas as camponezas dos suburbios, que em romaria se

dirigem, elegantes e garridas, ao glorioso santo, levando-lhe grande porção de pernas e braços de massa (dôce pela maior parte). Ahi se dirigem com igual offerta, as senhoras de Béja. De dia tudo corre com a devida decencia e com o respeito devido a tão religioso culto; de noute é que a função se torna algum tanto profana, pois se transforma a igreja em mercado, no qual se vendem todas as pernas e braços offerecidos ao santo. Não haja medo que alguém deixe de comprar um braço ou uma perna que logo vai para o estomago do comprador, pois é de fé que assim se evitão dôres no anno seguinte, nas proprias pernas ou nos proprios braços, que também ficarão livres de se partirem ou desmancharem. Ha annos em que se consomem perto de quarenta alqueires de farinha em braços e pernas. [parágr.] A farinha serão também reduzidos, mais anno menos anno, as pernas e os braços dos compradores; se Santo Amaro o impedisse, é que o milagre seria de truz.»

**N.º 13** – Monte de S. Bartholomeu, A. 1862, p. 331, Luiz Augusto de Souto (Nazareth):

«Monte de S. Bartholomeu.- Ha na provincia da Estremadura, a leste da villa da Pederneira e a um pouco mais d'um tiro de bala, um monte de forma cónica, no cume do qual se vê uma alvejante e simples capellinha, onde se venerão as imagens de S. Bartholomeu e S. Braz. Vão alli todos os annos , no dia 24 d'Agosto, diversos habitantes da villa d'Alcobaça em romaria a S. Bartholomeu; S. Braz também lá é annualmente festejado pelos habitantes das tres povoações visinhas – Pederneira, Nazareth e Praia do mesmo nome. [parágr.] Este monte avista-se do mar a distancia de mais de 12 milhas, e serve por assim dizer, d'agulha ou ponto de mira, aos pescadores do mar alto, habitantes d'aquellas tres povoações. [parágr.] É soberbo o panorama que d'alli se desfructa. D'um lado vê-se uma grande porção do Atlantico, no horisonte do qual, e a mais de 7 légoas, apparecem as ilhas Berlengas e os rochedos denominados Farilhões. D'um outro se avista a poetica montanha onde está situada a Nazareth, que por mais d'uma vez tem sido cantada pelo nosso distincto poeta e orador Francisco Raphael da Silveira Malhão. A um outro distinguem-se os ferteis campos do Vallado, pelo centro dos quaes os dous rios do Côa e Baça se vão deslizando mansamente em leito d'areias. Ao longe, n'outra parte, alveirão as aldeias, em grupos de pequenas casas, cercadas de verdura. Para o norte completando o quadro, avistão-se pinhaes, dunas d'areia, charnecas e serras na distancia de mais de 5 légoas. [parágr.] Houve n'aquelle monte ainda não há muitos annos, um monge, que os habitantes, das povoações proximas tinham por santo; jaz sepultado na capellinha, junto ao altar.»

**N.º 14** – Romarias, A. 1866, pp. 301-302, Manoel Justino Pires (Elvas):

«Romarias. - As que se fazem á linda ermida do Senhor Jesus da Piedade, extra muros d'esta cidade, nos dias 21, 22 e 23 de setembro de cada anno, são muito concorridas. De todas as villas e aldêas circumvisinhas, e não só d'aqui, mas de Badajoz, Olivença, e suas immediações, affluem milhares de devotos. [parágr.] Os cirios de Borba, Villa Viçosa, S. Romão, o de Varche, da aldêa de S. Domingos do Freixial, e o da cidade, vem n'este triduo celebrar as suas festividades, conduzindo-se em religioso prestito precedidos de um guião, em que está a imagem do Senhor, acompanhados por musicas regimentaes, e lançando-se foguetes ao ar durante o transito. [parágr.] Nas noites de 21 e

22 há fôgos de artificio de bello effeito; e o arraial d'então calcula-se em mais de outo mil pessoas. [parágr.] Em todos os tres dias há festividade de missa cantada e sermão, faltando presbyteros para dizerem as muitas missas em cumprimento de promessas. [parágr.] O templo que, sem ornatos, é de boa architectura moderna, realça n'esses dias pela sua decoração e nimio aceio ; podendo dizer-se que n'este ponto rivalisa com os melhores da capital. [parágr.] É n'estas festividades que melhor se observa qual o fundo de religião que afervora os povos. [parágr.] O templo está cheio de gente até ao adro ! Quando se encontra mais vasio, cheio se vê ainda de homens e mulheres, andando de joelhos, em redor de todo elle, em cumprimento de promessas, vindo quasi todos descalços. [parágr.] As paredes da casa denominada-dos milagres-não têm já espaço para n'ellas se pendurarem os quadros, que attestão os beneficios que o Senhor tem concedido aos seus devotos. [parágr.] É um encantador panorama o campo em volta da igreja. Immensos carros enchem os olivae. Junto d'elles formão-se differentes danças, e as camponezas, com os seus descantes, deleitão os ouvidos. [parágr.] Tudo é innocencia, tudo prazer, tudo alegria n'este brilhante triduo, e rarissimas são as vezes em que alguma desastrosa occorrença a tenha perturbado. [parágr.] Começou esta ermida por uma capellinha, cresceo a devoção, e edificou-se a que hoje se vê, a que conduz uma excellente estrada de 811 metros de cumprimento, competentemente arborizada, que a meza administrativa, eleita em junho de 1860, a que tive a honra de pertencer, fez construir com os productos de basares, e dos muitos donativos e esmolos dos fieis. [parágr.] Em summa, para que em poucas palavras se tenha uma idéa da excellencia d'este pio estabelecimento, repetirei o que tão proverbialmente se diz, ou se canta n'estes sitios. [parágr.] Se tu fores a Elvas/ Vae logo a Piedade,/ Que é a melhor prenda/ Que tem a cidade.»

N.º 15 – Romaria á Senhora do Carmo d'Azaruja, A. 1866, pp. 292-293, Z. O. V. X.:

«Romaria á Senhora do Carmo d'Azaruja.- A ermida da Senhora, a 16 kilometros de Evora, e a 5 de Evora Monte, está collocada no centro da herdade de Azaruja, pertencente ao exm.º conde das Galvêas, a cujos antecessores foi concedida a licença de erigir uma capella, debaixo d'esta invocação. A segunda dominga de Setembro é o segundo dia designado para as festas denominadas – rijas – as quaes durão tres dias; fazem-se n'elles 24 a 30 festas cantadas, e todas com sermão!. [parágr.] Ajuize-se que tal será o fervet opus, para se poderem cantar tantas missas! Mas os leitores não se admirarão quanto se lhes disser a maneira porque isto se faz: começa por a primeira ser cantada ás 3 horas de manhã; quatro notas e meia constituem a musica ; os sermões são de duzia e meia de palavras, e coitado do prégador que diz mais, porque se arrisca a que o sachristão lhe toque a campainha, para que se cale ; e se ainda este meio não produz effeito, o celebrante vai para o altar, e prossegue a missa ! [parágr.] Poucas romarias no paiz serão tão concorridas como esta ; é tal que, uma ou duas semanas antes, se mandão tomar logares no campo, e na vespera os foguetes começam a annunciar a chegada dos romeiros, que da distancia de 60 kilometros em circunferencia correm á porfia, de fórma que as casas particulares, as hospedarias pertencentes á Senhora, o campo, tudo fica impando de viandantes.\* A philarmonica da villa do Redondo é ordinariamente a convidada tanto para as festas divinas como para as profanas. Acabada a parte religiosa vão para os touros os que lá podem entrar, que é o menor numero. Segue-se o fogo ; e,

findo este, desata tudo n'um phrenes de folgança: uns cantão, outros tocão; as danças populares não têm numero, e isto dura, sem interrupção, dous dias e duas noutes. [parágr.] No meio de tanta folia observa-se que a devoção para com a Virgem não esmorece, porque trazem muitas offerendas de dinheiro, cêra, trigo, azeite e mais generos; e arrastão-se descalços ou de joelhos rezando, em volta da ermida. [parágr.] Findos os tres dias, em que quasi nunca há um crime, uma rixa, ou sequer uma desintelleigencia, todos se retirão contentes levando no peito medalhas, ou fitas prateadas, com o nome e imagem da Senhora.»

«\* Anno tem havido em que, afóra os de cavallo e os de pé, entrão no arrayal 2:000 carros com gente.»

**N.º 16** – Nossa Senhora da Lapa, A. 1873, pp. 228-229, Eduardo Augusto dos Santos (Taboaço):

«Nossa Senhora da Lapa.- No tempo em que os mouros se assenhoreavam da Peninsula hispanica entrou o seu capitão Almansor em Trancoso, e precedia-o a desolação. Havia então em Aguiar da Beira, a tres légoas, de Trancoso, um convento de religiosas, fundado no logar d'uma ermida a que hoje chamam Nossa Senhora do Mosteiro. Vendo os christãos as malfeitorias e estragos que o tyranmno praticava, fugiram tirando do mosteiro a imagem da virgem, para a livrarem das mãos sacrílegas, e esconderam-na entre pedras, sob uma lapa. Foi isto no anno 983 da era de Christo. Correram os tempos, e 515 anos depois, em 1498, andando uma pastorinha, muda, e por nome joanna, a apascentar por ali perto o seu rebanho, ou fosse para o ver de mais alto, ou para se abrigar da chuva, foi assentar-se sob a lapa, e principiando a bulir nas pedras, encontrou a imagem. [parágr.] Diz isto a lenda, e acrescenta que a pequena Joanna, crendo ter achado uma boneca a vestira e desvestira, entretendo-se com ella de modo que foi d'ali em diante menos assidua na guarda do rebanho ; que uma noite encontrando-a a mãe sentada ao lume, esquecida da roca, na ocupação de vestir e compor a imagem, lh'a tirára das mãos indignada, e dispunha-se a lancal'a ao fogo, quando a filha, recobrando de repente a falla, lhe supplica que o não faça ; que vendo a mãe este prodigio, e notando igualmente, que a mão com que pegára na Senhora para a lançar ao fogo se lhe havia seccado, saíra de casa gritando, e a todos contára o succedido ; que accudindo povo, e levando por commum accordo a imagem ao sitio onde tinha sido achada, a depositaram sob a mesma lapa, e ahi começaram a render-lhe culto. [parágr.] Como quer que seja, é facto que a esta lapa, convertida depois em capella mór, onde a Senhora se venera, se acrescentou um corpo de egreja de bastante grandeza ; e esta egreja, a que annualmente afflue um numeroso concurso de povo, mesmo de longínquas terras, a dar graças á Virgem, enriquecendo-a ao mesmo tempo com as suas esmolas, é a que hoje demora a 10 kilometros de Moimenta da Beira com a invocação da Senhora da Lapa.»

**N.º 17** – Lapa, A. 1912, pp. 166-168, Abbade Antonio de Lucena de Mattos (Coutinho – Leomil):

«Lapa – É uma pequena povoação, que faz parte da freguezia de Quintella, concelho de Sernancelhe, comarca de Moimenta da Beira, districto de Vizeu, d'onde dista cerca de

50 Kilometros, ficando a egual distancia de Lamego, a que pertence como Bispado. (...). Esta pequena villa, sempre tristemente feia e gelada na maior parte do anno, começa a tomar uma certa animação, depois da Paschoa da Ressurreição, em que o Sanctuario da Virgem principia a ser visitado pelas cruces e confrarias das differentes freguezias d'estes contornos. [parágr.] Essa devoção prolonga-se até ao domingo de Pentecostes, seguindo-se-lhe a festa principal á Virgem da Lapa, em 14 e 15 d'Agosto : sendo certo que a esta concorrem milhares de romeiros, alguns com importantes offertas á Senhora, das provincias do Minho, Douro, Trás-os-Montes e Beiras. [parágr.] A romaria da Lapa é, em todos os sentidos, uma das mais importantes não só da Beira Alta, mas de todo o paiz : e pela grande affluencia de forasteiros, costuma ser policiada, não só pela policia local, mas até por uma força de infantaria. É, porém certo, que, não obstante a previdencia da auctoridade, as cabeças não são inviolaveis, nem as carteiras são indisputavel propriedade dos seus donos. [parágr.] Creio que nos proximos dias que antecedem esta grande romaria, destacam para aqui alguns respeitaveis cavalheiros d'industria, em exercicio official do seu honrado mister. Tambem muitas vezes acontece o serem ameigados pelo carrancudo codigo penal. [parágr.] Ossos do officio. [parágr.] Direi alguma coisa da igreja. Este templo, de construcção simples mas elegante, contém, além da primitiva capella da Virgem, aberta em rocha, varios e vistosos altares, onde se veneram e adoram perfeitissimas imagens e os Passos da Paixão, com os judeus respectivos. Tem tambem um lindo presepio do Nascimento de Christo, com as personagens historicas e algumas a capricho. Mas, com franqueza, o que no templo mais dá nas vistas, ás mulheres, creanças e basbaques, é um famoso lagarto de sola, de alguns metros de comprimento e bocca de crocodilo, pendente do tecto da igreja, em cadeias de ferro, e commemora a lenda seguinte : - É o caso que, passando por aquelles sitios, uma rapariga, com um sacco de novellos de linha, para urdir uma teia, n'uma povoação vizinha, foi acometida por um lagarto enorme, a quem foi deitando os novellos, um após outro, para entreter a gulodice do bicho, o que conseguiu com a protecção da Virgem e dos novellos. Não há duvida alguma sobre o facto, e lá está o lagarto, que nos não deixa mentir. [parágr.] Tambem existe na igreja, e na parede da primitiva capella da Senhora, um tosco penedo, com uma saliencia, que difficulta a romaria interior, cujo pó, arrancado com um pequeno ferro e misturado em doses de vinho, é ministrado aos doentes de sezões, quasi sempre com resultado negativo. [parágr.] Não obstante o calhau vae quasi comido ou bebido. [parágr.] Que lhes preste ! (...))»

**N.º 18** – A ermida da Senhora da Cabeça, A. 1885, p. 308, A. J. G. (Minho):

«A ermida da Senhora da Cabeça. - Pouco distante da freguezia de Freixieiro de Soutello, concelho de Vianna do Castelo, acha-se situada a modesta ermida de Nossa Senhora da Cabeça. É uma capella de pequenas dimensões, sem ornamentos de valor ; mas a amenidade do logar e a devoção á Senhora, attraem ali numerosos visitantes. Faz-se aqui uma romaria annual, depois da festa do Espirito Santo, que é concorrida por grande numero de devotos, tanto do reino, como da vizinha provincia da Galliza. [parágr.] Ao lado da ermida há uma especie de buraca, com a qual os povos, especialmente das aldeias, teem uma fé illimitada, pois dizem que quem uma vez ali metter a cabeça, ficará livre de molestias, por milagre da Senhora. A ermida é circundada por sobreiros seculares, cujas comas abrigam os romeiros dos ardores do sol,

em quadra já bastante calmosa. Á parte oriental corre-lhe por entre fragedos alcantilados o rio Ancora. [parágr.] Como testemunho dos milagres obtidos por intercessão da Senhora, pendem das paredes da capella offertas numerosas. No dia da romaria não deixa de recrear o entusiasmo com que este povo se diverte. Aqui um grupo dançando e cantando ao som dos arpejos de uma banza, não esquecendo o acompanhamento das castanholas de buxo, manejadas pelas muchachas do reino visinho. Além vêem-se agrupados em roda da classica infusa do verdasco grande numero de devotos de S. Martinho, trocando saudes. Adiante, encostado n'um rijo e grosso lodão, vê-se um Manel, poeticamente inspirado pela presença da sua ella, em colloquio de amor. Mais além divisa-se um e outro grupo, sentados, comendo as suas merendas. Finalmente quem uma vez ali fôr, sentirá por muito tempo na alma a saudade de tão poetica romagem. [parágr.] Pouco acima da capella existio em eras, talvez bem remotas, uma freguezia por nome Borduzido, da qual ainda se vêem algumas ruinas.»

**N.º 19** – A ermida de Santo Amaro, A. 1888, pp. 249-250, M. B. A. Botelho de Lemos (Riba d'Ancora):

«A ermida de Santo Amaro. - Ha na freguezia de Riba d'Ancora, concelho de Caminha, uma capella da invocação de Santo Amaro a qual esta situada n'uma herdade pertencente hoje a um cavalheiro d'esta freguezia. No cume do monte de Santo Amaro, que assim se designa o local da ermida, é que está edificada a dita capella, na qual se faz annualmente uma romaria, no domingo immediato ao dia em que a igreja solemnisa o Santo. Consiste em missa cantada, sermão e arraial, no qual se dança animadamente ao som da classica gaita de folles e do ruido aterrador d'um grande zabumba, manejado bizarramente pela força muscular d'um homem, em cujo cerebro se agitam os malevolos influxos do rubro verdasco. [parágr.] Para o local da capella, que fica, como já dissemos, n'um ponto assás elevado, dão acesso tortuosas veredas, sempre acompanhadas de pequeno arvoredos, unico amparo que resta ao visitante em tal despinhadeiros. [parágr.] A devoção com o Santo é muito grande ; no dia da romaria concorrem devotos de grande distancia a levar á capella as suas offertas, com o producto das quaes se celebra a funcção. [parágr.] Não é raro no dia da romagem haver contendendas entre a mocidade, muitas vezes motivadas pela abundancia do liquido que beberam. [parágr.] Finalmente, merece esta romaria ser visitada, não só pela amenidade da sua situação, pois está totalmente a ermida cercada de sobreiros seculares; mas tambem para apreciar o entusiasmo com que este povo se diverte, na sua simplicidade, verdadeiramente campestre.»

**N.º 20** – Sanctuario em prosperidade, A. 1890, pp. 159-160, Martins d' Oliveira (Povoa de Lanhoso):

«Sanctuario em prosperidade. - Soou enfim a hora do ressurgimento para o bello e real sanctuario de Nossa Senhora do Porto d'Ave. Ha muitos annos que a ideia de crear se ali uma irmandade, cuja mesa administrasse os donativos, e lhes desse a devida applicação, estava na mente das pessoas devotas e dedicadas pelo futuro do bello sanctuario: porem essa ideia salvadora, e eminentemente justa, foi sempre tenazmente desattendida. [parágr.] Uma respeitavel commissão, composta de illustres e piedosos cavalheiros,

tentou agora mais uma vez, levar a effeito esta salvadora ideia, que felizmente achou acolhimento no animo do ex.mo e intellegente magistrado governador civil d'este districto de Braga, estando pois, creada a alludida irmandade, e constituida a respectiva mesa. [parágr.] Este importante melhoramento, que mira não só a pôr termo á extorsão que se fazia aos reditos do sanctuario, promovendo se agora o seu melhoramento, augmentando tambem a devoção dos fieis para com a Mãe das graças, e saudado com verdadeiro entusiasmo pelos povos d'este concelho da Povia de Lanhoso, que se ufanam de possuir um tão bello como notavel monumento religioso. [parágr.] Maria Santissima é o facho radiante, que, dissipando as densas trevas da culpa, nos guia, como filhos seus, á eterna mansão dos bemaventurados, para cuja conquista cooperou, como co-redemptora da humanidade. [parágr.] Ao abrigo de tão alta protecção ninguem se perde, segundo affirma o sabio e modesto doutor da egreja, o eminente moralista Santo Affonso Maria de Ligorio, que nos deixou a mais solida doutrina; por isso refugiemo-nos todos á benefica e protectora sombra d'esta santa bandeira. [parágr.] Que se desenvolva rapida e progressivamente esta piedosa e utilissima associação, é o nosso tão puro como cordeal desejo. [parágr.] O sanctuario de Nossa Sr<sup>a</sup> do Porto d'Ave , collocado em territorio da freguezia de Thaide, é magnifico tanto em local como em obras d'arte e se ostenta magestoso em uma aprasivel collina virada ao meio dia, na margem direita do Ave. [parágr.] Tem além da egreja, que é excellente, oito capellas nas quaes se representa o nascimento do Menino Deus, até á idade dos annos, em que Jesus se mostra no templo advogando com os doutores, cujos passos se acham representados com muita expressão e naturalidade, sendo as figuras em tamanho natural, de tão excellente perfeição e merecimento artistico, que se pôde considerar um completo primor d'arte. [parágr.] Há alli residencia para capellão, muito bons quartéis para os romeiros, lindas e bem guarnecidas praças, que se enchem de gente todos os annos, nos dias 6, 7 e 8 de setembro, por occasião da romaria.»

**N.º 21** – ARCHIVO HISTORICO: O castello de Lanhoso e o Sanctuario de Nossa Senhora do Pilar, A. 1901, pp. 66-67:

«ARCHIVO HISTORICO: O castello de Lanhoso e o Sanctuario de Nossa Senhora do Pilar – Perde-se na noite dos tempos a epoca da fundação do castello, mas não assim a do sanctuario. Estas majestosas obras estão collocadas sobre a admiravel e elevada penha do Pilar. [parágr.] Um abastado negociante da cidade do Porto, André da Silva Machado, natural do logar de Valle de Mil, da freguezia de Lanhoso, pelos annos de 1690\* demoliu todos os reductos, bastiões, adarves e casernas do castello e erigiu no cimo d'aquella rocha um templo dedicado á Virgem do Pilar, com capellas e quartéis para romeiros. Descendo até ao sopé da rocha, pelo nascente, segue uma calçada em zigue-zague, com capellas nos angulos, representando scenas da paixão de Christo, e terminando n'uma grande e bem executada capella octógona, na qual se venera a bella imagem do Senhor do Horto e admira a boa execução da tribuna, trabalho do insigne artista Thomaz Antonio Ferreira Sampaio, que morreu antes de completar quarenta annos; era natural da freguezia de S. Gens, d'este concelho de Lanhoso. [parágr.] A referida imagem está de joelhos dentro d'um magnifico oratorio envidraçado, tendo ao lado o anjo com o calix. [parágr.] Este oratorio está collocado por cima do altar-mor e faz parte importante da tribuna. Foi o primeiro templo e sanctuario de Nossa Senhora do

Pilar o primeiro que no reino se erigiu debaixo da dita invocação, sendo o primeiro altar em Lisboa, S. Vicente de Fóra, e o segundo na Serra do Pilar, no Porto. [parágr.] Os religiosos e incansáveis mezaristas que tão poveitosamente administraram os rendimentos do santuario de N. S. do Pilar, fazem por abrilhantar a romaria que se realiza, em todos os annos, no dia 29 de junho, havendo uma importante função precedida de novena com arraial e fogo muito variado no dia 28, á noite, e duas bandas de musica que tocam em palanque, durante os dois mencionados dias.»

«\* *Sanctuario Mariano* tomo IV, pag. 156.»

N.º 22 – Fatima, A. 1919, pp. 74-75, Avelino d'Almeida (Do Seculo de 15 de Outubro de 1917):

«Fatima – Em Fatima, logar proximo de Villa Nova d'Ourem, diziam uns pastorinhos d'Aljustrel que a Virgem lhes aparecia e lhes falava. Afirmavam que se daria um milagre e que esse milagre se observaria no dia 13 de outubro. Nas proximidades d'esse dia, que todos esperavam com anciedade, era já grande o numero de pessoas que se propunham admirar essas coisas espantosas que as crianças anunciavam. [parágr.] Milhares de criaturas foram de muitas leguas em redor, e aglomeraram-se em volta da pequena azinheira, aonde, segundo as afirmações dos pastorinhos, se daria o milagre. O que se passou vae lêr-se na bela descripção que segue : « - A hora antiga é a que regula para esta multidão, que calculos desapaixoados de pessoas cultas e de todo o ponto alheias ás influencias misticas computam em trinta ou quarenta mil creaturas... A manifestação miraculosa, o signal visivel anunciado está prestes a produzir-se – asseguram muitos romeiros... E assiste-se então a um espectáculo unico e inacreditavel para quem não foi testemunha d'elle. Do cima da estrada, onde se aglomeram os carros e se conservam muitas centenas de pessoas, a quem escasseou valor para se meter á terra barrenta, vê-se toda a imensa multidão voltar-se para o sol, que se mostra liberto de nuvens, no zenit. O astro lembra uma placa de prata fosca e é possível fitar-lhe o disco sem o minimo esforço. Não queima, não cega. Dir-se-hia estar-se realisando um eclipse. Mas eis que um alarido colossal se levanta, e aos espectadores que se encontram mais perto se ouve gritar. [parágr.] - Milagre, milagre ! Maravilha, maravilha ! [parágr.] Aos olhos deslumbrados d'aquelle povo, cuja attitude nos transporta aos tempos biblicos e que, palido assombro, com a cabeça descoberta, encara o azul, o sol tremeu, o sol teve nunca vistos movimentos bruscos fóra de todas as leis cosmicas – o sol «bailou», segundo a tipica expressão dos camponeses... [parágr.] Empoleirado no estribo do auto-omnibus de Torres Novas, um ancião cuja estatura e cuja fisionomia, ao mesmo tempo doce e energica, lembram as de Paul Déroulède, recita, voltado para o sol, em voz clamorosa, de principio a fim, o Credo. Pergunto que é e dizem-me ser o sr. João Maria Amado de Melo Ramalho da Cunha Vasconcelos. Vejo-o depois dirigir-se aos que o rodeiam, e que se conservaram de chapéu na cabeça, suplicando-lhes, veementemente, que se descubram em face de tão extraordinaria demonstração da existencia de Deus. Cenas identicas repetem-se n'outros pontos e uma senhora clama, banhada em aflitivo pranto e quasi n'uma sufocação : [parágr.] - Que lastima ! Ainda há homens que se não descobrem deante de tão estupendo milagre ! [parágr.] E, a seguir, perguntam uns aos outros se viram e o que viram. O maior numero confessa que viu a tremura, o bailado do

sol; outros, porém, declaram ter visto o rosto risonho da propria Virgem, juram que o sol girou sobre si mesmo como uma roda de fogo de artificio, que ele baixou quasi a ponto de queimar a terra com seus raios... Ha quem diga que o viu mudar de côr...»

**N.º 23** – A vila de Peniche e as suas rendas, A. 1922, pp. 106-107, Georgina de Carvalho:

«A vila de Peniche e as suas rendas – [festa da Nossa Senhora dos Remédios e festa dos Três Cirios] (...). Um pouco distante da vila existe uma graciosa mesquita arabe convertida ao cristianismo desde seculos e consagrada ao culto de Nossa Senhora dos Remedios. Uma imagem pequenina, que atrai grande concorrência de fieis que vão levar oferendas, sendo numerosos os que vão em cirios, ainda acompanhados da prehistorica gaita de foles e do pagem para botar a lóa. O pagem é geralmente um pequeno lapuz, calçando grossos sapatos amarelos sobre grossas meias brancas, feitas á agulha, affublê duma saia e corpinho de côres vistosas e quanto possivel discordantes. O toucado é objecto inclassificavel ; tanto pode ser capacete como touca ou diadema. A festa mais concorrida e ruidosa é a dos Três Cirios, no ultimo domingo de Outubro, constando de festa na igreja, arraial, fogo de vistas e bailaricos, durante três dias e três noites, tudo acompanhado de musica e refeições pantagruelicas, transportadas em barcos e carroças enfeitadas com flores de papel e cobertas de ramagens de côres tão berrantes como o vestuario dos festeiros. (...)»

**N.º 24** – Promessa, A. 1861, pp. 351-352, Antonio Pereira Fabre (Oliveira d'Azemeis):

«Promessa.- Ha junto á fréguezia de Sernache, concelho de Condeixa, numa capella dedicada a S. Pedro. Todos os annos, a maior parte dos povos circumvisinhos ahi correm em romaria a cumprir as promessas que durante o anno fizeram ao sancto, seu advogado. Quando algum tem cezões, o que é muito vulgar n'aquellas terras, faz voto de ir em romaria a S. Pedro levar-lhe uma telha (que para ter a devida virtude deve ser roubada) e um feixe de vides, se o sancto lhe fizer desaparecer as cesões. [parágr.] Desapparecem estas com effeito porque não deixão de ir ter ao mesmo tempo com o facultativo, boticario ou barbeiro que, já se sabe, lhe imbuta uma dose de quinino, que mais cedo ou mais tarde as cura. [parágr.] Chega a vespera do seu patrono e eil'os a caminho, palmilhando muitos d'elles seis léguas e mais, com a competente telha á cabeça e com o feixe de vides ás costas (qual outro Izaac quando ia ser immolado), ao som da classica guitarra e de desentoadissimos descantes. Chegados á capella, entrão, depositão a telha e o feixe nos degráus do altar, fazem a sua oração, e vão depois collocar nos seus respectivos logares as ricas offertas. [parágr.] Como sempre se juntão para cima de seis mil romeiros, facil é concluir que S. Pedro (ou quem suas vezes faz) não gasta dinheiro em lenha todo o anno, e deve ser abastado proprietario de um bem sortido armazem de telhas.»

**N.º 25** – Promessa original, A. 1862, p. 215, José C. Dias d'Almeida (Vinhó):

«Promessa original. - N'esta aldêa e suas circumvisinhas, quando qualquer se vê atacado de maleitas (cezões) promette a S. Domingos, que se venera n'uma pequena capella

junto a Nespereira – povo distante de Gouvêa quasi tres kilometros, - levar-lhe algumas telhas furtadas (o numero varia conforme a promessa) do telhado mais proximo: alguns dizem, que se as telhas são tiradas a mulheres rabujentas, nunca mais tornão a ter maleitas: todavia ellas só com outros remedios se vão, e quem em todo o caso fica mal é o dono do telhado. [parágr.] Os que vão cumprir a promessa ajuntão-se em ranchos, ás vezes com uma detestável viola e os competentes adufes, e quando chegão á capella que está fechada, mas que tem uma fresta na parede, pegão nas telhas que levão, e deitão-nas para dentro, dizendo : - «em louvor de S. Domingos que me tirou as maleitas» -. Depois retirão-se para suas casas muito contentes, na esperança de que nunca mais adoecem, esperança que se não realisa, porque é raro aquelle , que no anno seguinte as não torna a ter.»

N.º 26 – Senhora de Vagos, A. 1868, pp. 241-242, J. S. F.:

«Senhora de Vagos.- Todos os annos no domingo de Espirito Santo, começam a apparecer naquella villa ranchos de homens, mulheres, rapazes e raparigas de Cantanhede, Pocarica e d'outras freguezias, uns a pé, outros a cavallo e outros em carros do bôdo puchados a bois de compainhas ao pescoço. Todos vem alegres, e tudo isto faz um concerto agradável. [parágr.] A noite d'esse dia, depois de terem assistido ao fogo e á musica na praça da villa, passam-n'a em descantes e danças ao som da viola. [parágr.] Na segunda feira de manhã, eil'os ahi vão em romaria á capella da Senhora a pouco mais d'um kilometro da villa. [parágr.] Alli cumprem uns as suas promessas, outros dão uma pequena esmolla dando-se-lhes em troca uma fitinha da côr que mais gostam, que prendem a uma casa do collete ; ou então uma estampa representando a Virgem, que põem por tópe no chapeo. [parágr.] Neste mesmo dia vem visitar a Senhora, a que são obrigados desde tempos immemoriaes, as procissões das freguezias da Palhaça, Mamarrosa, Covão do Lobo e Cantanhede acompanhadas dos seus respectivos parochos e freguezes. [parágr.] De tarde há o bôdo no arraial, o qual consiste em pão e carne, que, os que o promettem, dão, em honra da Senhora, ao povo da sua parochia, que vem á romaria. O pão guardam-n'o como reliquia santa. [parágr.] Á noite voltam para a villa, e passam-n'a como a antecedente, cantando e dançando. [parágr.] Na terça feira, depois de se terem despedido da Senhora, vae o parocho de Cantanhede, de cruz alçada, com os seus freguezes cantando a ladainha para a igreja de Vagos, e ahi senta-se na cadeira parochial, dá os dias santos, faz proclamas de casamentos dos seus freguezes e diz depois missa. É um direito que da primitiva tem o parocho de Cantanhede. Este direito funda-se na seguinte tradição : [parágr.] Diz-se que saindo, em remotos tempos, o parocho de Cantanhede com os seus freguezes em procissão pelo campo, para o Senhor aplacar uma peste que então grassava, ouviram do lado de Mira, uma campainha mysteriosa, e seguindo sempre o som passaram além d'esta vila, pelo forte da barra velha da Vagueira (por onde ainda há pouco tempo vinha a camara de Cantanhede em romaria), e atravessando as lombas d'areia, ou dunas, parára perto de Vagos, e ahi encontraram a Senhora. No sitio em que esta appareceu existem ainda hoje, campeando num deserto de areia, duas paredes isoladas, emnegrecidas pelo tempo, que diz a tradição serem os restos d'uma atalaya mourisca. Ainda hoje lhe chamam as paredes da torre.»

N.º 27 – Romaria de S. Paio, A. 1881, pp. 82-83, Anthero (Ovar):

«A romaria de S. Paio. - S. Paio é o santo venerado n'uma pequena capella da Torreira. Todos os annos no dia 7 de novembro ali concorre o povo de muitas freguezias, com as suas festas compostas de violões, violas, clarinetes e rebecas. Algumas vezes com instrumentos de metal e o festejado zabumba. Muitos grupos de rapazes e raparigas garridamente vestidos, trocando entre si ditos cheios d'uma alegria franca, viva e innocente, se dirigem em barcos para a Torreira. Atravessam a Ria sempre cantando ao desafio, acompanhados nos seus descantes pelos som aspero, sibilante e ás vezes pouco afinado dos instrumentos. É vulgar ver uma pessoa qualquer amortalhada. A mortalha é uma tunica transparente, guarnecida de fitas de varias côres, apertada na cinta, e cobrindo o corpo do individuo que a leva quasi até ao chão. É o cumprimento d'uma promessa. Lá, a alguma distancia da capella, ajoelha, e assim vae dar algumas voltas, sempre de joelhos, com a mortalha apanhada na frente, murmurando umas resas em tom monótono. Outras vezes levam tambem uma vela da altura da pessoa que a offerece, atada a uma cana com uns fios. Á porta da capella está uma mesa com uma pequena imagem do santo. Ahi vão as pessoas que soffreram de sezões laval-o em vinho, que bebem depois com uma fé incrível. Faz isto com que a imagem esteja completamente negra. [parágr.] A romaria é muito concorrida, e cheia de episodios que deixam saudades aos filhos e poucas sympathias aos paes. Costumam ir os romeiros no dia 7 e voltam no seguinte, muito cedo, antes de sair a procissão. As raparigas ainda cantam, as *festas* ainda soltam a cana-verde, ou a chula, mas juntam á melancolia propria de taes musicas a tristeza filha da saudade de quem volta d'um divertimento.»

N.º 28 – Os romeiros michaelenses, A. 1884, pp. 195-196, Joaquim Candido Abranches (Ponta Delgada):

«Os romeiros michaelenses. - He de tempos muito remotos o costume dos povos das aldêas d'esta ilha, visitarem as casinhas de Nossa Senhora, durante o tempo da quaresma. [parágr.] A devoção pouco ou nada impera n'este costume, sendo hoje mais um passatempo de que um acto de verdadeira crença. [parágr.] Durante o periodo da quaresma, formam-se diversos ranchos em differentes aldêas da ilha. [parágr.] Estes ranchos são compostos muitas vezes de 100 e mais homens, que de antemão escolhem um capataz que os comande, e sempre homem n'aquelle mister experimentado. [parágr.] Tomando cada um a sua saccola com as provisões necessarias para a jornada; com seu cajado ferrado, e seu grosso rosario na mão, saem ao despontar do dia da sua aldêa, e formando duas alas caminham, resando em alta voz, para a primeira igreja onde se venere a Virgem sob qualquer invocação, e, no adro ou no templo offerecem as corôas que pelo caminho poderam resar. [parágr.] De ali dirigem-se a outra igreja ou ermida, e assim successivamente a todas da ilha onde haja a imagem de Nossa Senhora, e depois de um passeio de alguns dias, pernoitam ora nos povoados, ora n'algum caminho, regressam ao logar de onde sahiram, para descansarem de tão aturado caminhar. [parágr.] Disse que a devoção pouco imperava n'este costume, e parece assim ser, se observar-mos que á mistura com as orações vão muitas vezes ditos grosseiros e acções pouco decentes. [parágr.] No entanto os povos ignorantes e fanaticos, tributam respeito a estes romeiros, e mais gente julgaria um grande peccado se os não acolhesse com

veneração.»

N.º 29 – Romaria de S. Torcato, A. 1896, pp. 161-163, Domingos Ramos:

«Romaria de S. Torcato \* – Ao lusco-fusco da manhã do domingo, dia da festa, espalhavam-se, a monte, n'uma promiscuidade de sexos, todos os exemplares da especie humana, como enormissimo rebanho, em grupos. [parágr.] A caminhada de longes logares, o sol da vespera, a poeira dos caminhos, os descantes e o phrenezi das danças, o rico vinho verde, lá por volta da meia noite, tudo isto tinha entontecido as cabeças, como que inflado os olhos ... Grandes abridellas de bocca, as pernas fraquejavam, o solo era duro, a sombra da arvore convidava, o fresco da noite regalava os ardores da carne : aqui e allí, por uma e por outra parte, corpos dispersos, de pés contra pés, de cabeças sobre o ventre do companheiro ou companheira, rolando, rolando, chapéu sobre os olhos, paus ao lado, mãos agarrando-se com força aos cordões d'oiro luzente, que põe umas nodoas espelhentas no conjunto : os ultimos sons que se desferem da viola mais tardeira ou da flauta ... [parágr.] - Oh ! Maria ! Oh Manuel ? Tu onde estás ? Até amanhã que vou dormir ... dormir !... dormir !... sonhar, sonhar !... [parágr.] (Ora viva, snr. Hamlet). [parágr.] Ressona-se ; boccas abertas, arfar de posições forçadas, estremecimentos dos frios da brisa... silencio da natureza. [parágr.] Dormi, romeiros do milagroso S.Torcato ! E o lusco-fusco da manhã não tarda a espraia-se como oleo odorifero e subtil sobre os monticulos de carne humana que, n'uma promiscuidade de sexos, enche o vasto campo fronteiro á egreja !... [parágr.] É certo... ao longe silva o primeiro apito de comboy que vai buscar mais gente. [parágr.] A luz avermelha-se no recorte dos montes, azulada as encostas da montanha e doura as nuvens esfarrapadas do ceu azulado cinzento e a mancha purpurea alastra-se, dizendo á estrella da manhã, ao dar-lhe os bons dias, que pode ir embora, que já não é cá precisa: e ellas deram, em lagrimas, flocos de prata sobre a paizagem que rescende aromas de resinas olorosas. [parágr.] E as nuvens têm-se conglobado, dourando-se em franjas riquissimas, avolumando-se no centro, ao passo que os passaros, primeiro a medo, depois com um descaro e desenvoltura immensa, começam a afinação, e, tudo a postos executa a grande symphonia do acordar. [parágr.] Ao longe ainda se ouve o silvo e o arfar da machina do comboy. Chega o sol; o verde do arvoredado distribue-se em todos os tons claros e mais escuros e mais sombrios, desde o avelludado do pinheiro manso até ao acinzentado da oliveira. [parágr.] E o sol dá nas caras dos romeiros e pica-as. Acorda, acorda – lhe diz. *Elles* que sonhavam que estavam a dar penso ao *marello* ! Dlin ! Diz o sino. [parágr.] Pum ! Pum ! Pum ! Responde o morteiro ..... [parágr.] N'um altar improvisado vai dizer-se a missa campal. Tem o que quer que é de profano esta singella manifestação do culto !... [parágr.] N'um campo de batalha, quando ainda fumegam os ultimos restos do incendio, quando na atmosfera sobrenada o cheiro estimulante da polvora, quando se ouvem ainda os gemidos dos moribundos e manchas de sangue ennodam a terra, quando retinem espadas, dando umas contra outras e os cavallos mastigam, escumando os freios; e o sol, batendo nos metaes dourados, reflecte outros tantos soes, comprehende-se que o capellão do regimento, que na vespera ajudou a bem morrer, fallando em Deus e na patria ao soldado e assim o amparou no soluço extremo e assim o abraçou ao recolher-lhe a lagrima de despedida que antecedeu a morte, comprehende-se que allí, no humilde altar, branqueie uma toalha, se erga o Crucificado entre poucas vellas, se

murmureje as rezas e em recolhimento se bata no peito ao subir entre os dedos do padre a hostia consagrada. Mas alli em plena romaria, olhando-se de vez em quando para a rica pipa, para os bellos melindres e para o nunca assaz cantado pão de ló dourado, para quem vai e para quem vem, não lhe achamos graça nenhuma.»

«\* Cidade de Guimarães.»

**N.º 30** – Nossa Senhora da Atalaya, A. 1900, pp. 305-306:

«Nossa Senhora da Atalaya – Quem olhar para a nossa gravura e reparar na grande affluencia de gente que enxameia no vasto terreiro a que está sobranceira a capella da Senhora da Atalaya poderá talvez suppôr que é alli a séde de alguma povoação importante. [parágr.] Nada d'isso. [parágr.] No local onde está situado o afamado santuario, a 4 kilometros de Aldeia Gallega do Ribatejo, apenas habitam permanentemente algumas poucas dezenas de pessoas. [parágr.] Mas durante o verão a concorrência é enorme, e a Atalaya torna-se então um centro da mais ruidosa animação. [parágr.] Por espaço de mezes alli affluem milhares de romeiros das duas provincias da Extremadura e Alemtejo. As romarias, os cyrios, as dansas, os descantes, as philarmonicas, as guitarradas, as penitencias, as promessas, toda essa multidão, todo esse mixto de sagrado e profano, dão á localidade uma agitação extraordinaria. [parágr.] Parece averiguado que a santinha é das mais milagrosas que florescem cá pelas regiões do sul, e que as aguas da fonte santa que brotam por traz do altar mór, têm virtudes prodigiosas para sarar todas as molestias e maleficios, incluindo o mau olhado, a espinhella cahida, e até mesmo o mal da inveja que é dos males mais afflictivos ... especialmente para o invejoso.»

**N.º 31** – Cirio da Atalaya, A. 1905, pp. 353-354:

«Cirio da Atalaya – As festas da Nossa Senhora da Atalaya, em agosto de cada anno, são das mais populares e animadas da nossa provincia da Extremadura. [parágr.] De quasi todas as freguezias de Lisboa vão á Atalaya cirios mais ou menos apparatusos, conduzindo processionalmente a imagem da Virgem, acompanhada de irmandades, bandeiras, pendões, musicas, anjinhos, etc. [parágr.] De Cezimbra, Chellas, Azoia, Palmella, Setubal e outras localidades partem igualmente cirios vistosos, o que tudo constitue um movimento enorme e de extraordinaria animação. [parágr.] Os cirios de Lisboa e suburbios embarcam em fragatas, que, atravessando o Tejo, os conduzem até Aldegallega, onde ao mesmo tempo chegam centenas de romeiros, que fazem a travessia nos vapores da carreira, afóra os da outra banda, que são ainda em maior numero. [parágr.] Toda essa multidão segue depois para a Atalaya, que dista d'alli 4 kilometros, indo uns em carros, outros a cavallo, e muitos a pé, e entregando-se todos ás mais ruidosas manifestações de entusiasmo e alegria. [parágr.] Na Atalaya há grande arraial, que dura tres dias, e em que se exhibem muitas barracas de comidas, bebidas, theatros e outros divertimentos, apresentando-se o grande terreno vistosamente embandeirado. Ahi a chegada dos cirios, o ruido atroador das philarmonicas e foguetes, as danças, guitarradas e descantes dão áquelle local uma animação impossivel de descrever. [parágr.] Ha festas de igreja, procissão, e sermões com abundancia, e á noite

illuminação e fogo de artifício. [parágr.] Assim passam os frequentadores e amadores d'estas festanças uns dias que elles consideram bem passados, e que para o anno seguinte se repetirão ... se Deus quizer.»

N.º 32 – A fogaça, A. 1904, pp. 283-285, F. P. Albano Gonçalves (Salvaterra de Magos):

«A fogaça – O povo das aldeias, habil cultor de superstições, e tambem respeitoso de crenças religiosas, venera com respeitoso acatamento o orago da capella da sua aldeia, onde todos os domingos recebe a benção do seu pastor e a sua palavra insinuante nas predicas dos dias festivos. A capelinha isolada no largo do logar, com a sua cruz no topo da frontaria, dá um tom de poesia ao quadro campesino, que se desenrola á vista do espectador curioso de belesas naturaes. Um horisonte extenso por onde a vista se espria indefinidamente, sempre em mutações variadas e alegres, pousando ora na planicie arborizada de platanos e choupos, ora nos vinhedos bastos ; aqui um moinho com as velas brancas, em rapidas volteaduras, mais além differentes rebanhos, que pastam ; e as vallas com murmurios d'aguas, onde se revêem como n'um espelho os eucalyptos plantados no combro do vallado, tudo isto alegre a vista, e exprime a singelesa da aldeia, onde a vida se retempera no socego das lides campestres. E quando nas horas do pôr do sol, o bronze sonoro repercute o toque das Ave Marias, o camponio larga o seu trabalho, e desbarretando-se eleva o pensamento ao céu com verdadeira uncção religiosa. É que o sentimento religioso é innato ao homem do campo das nossas provincias, e elle espera tudo do patrono da sua devoção. D'ahi as promessas, e as offerendas que são satisfeitas no dia da romaria. As doenças da familia ou dos animaes; o bom resultado da seara, ou o rapaz que se livrou da farda, tudo vai á conta de milagre, resultado da promessa offerecida. [parágr.] Muitas vezes tambem a offerta é expontanea, independente de qualquer promessa, presidindo-lhe unicamente a devoção da romeira, que, ou vai ao presepe de Jesus offerar flôres e as primicias das suas terras, ou á Senhora do logar, espigas de trigo, alfazemas e tomilhos. [parágr.] O dia da romaria é portanto o mais festivo do anno, na aldeia ; tudo folga em simples commuidade ; as raparigas, as moças do logar, ostentando a alvura dos seus vestidos sobre a qual assenta muito bem o cinto matizado de côres varias, pendendo-lhe as pontas em laços de fita ; lenço de seda ao pescoço, com flôres ao peito e nos cabellos, com laços pendentes pelas costas abaixo, meias com bordados, e sapatos brancos. São as romeiras que vão a templo da Senhora levar as suas offerendas, com geral contentamento das mães, que se orgulham das pequenas da sua affeição. [parágr.] A cabeça levam o presente : uma cesta cheia de espigas de trigo, com grande altura de flôres, toda ao redor adornada com laços fluctuantes de fitas variegadas. Juntas todas as romeiras do sitio seguem em procissão para a egreja alegres e festivas, vaidosas da sua offerenda, que vão depôr no altar da Senhora em agradecimento pelos beneficios recebidos. As pequenas assim adornadas com a cestinha repleta de flôres e fructas das fazendas constituem as fogaças ; é assim que na Beira Alta o povo as denomina. É termo propriamente beirão, com significação especial estabelecida n'aquella provincia. O povo as venera com respeitoso acatamento, como symbolos das suas crenças religiosas, e homenagem á Virgem, que o protegeu nas horas dificeis da vida.»

N.º 33 – A Senhora da Peneda, A. 1919, pp. 77-78, José Luiz de Caldas (Arcos):

«A Senhora da Peneda – Antes que comecem as vindimas e desfolhadas – dois quadros cheios de luz e encanto da festejada vida campestre – é que passam bandos e bandos de romeiros de dez leguas em redor, a caminho da Peneda. [parágr.] Num anseio confortavel de devoção e regosijo – os traços mais característicos da alma popular – elles lá vão, quer entre os crepes immensos da noite, quer illuminados por perolas de luar, para o local festivo, agreste, longinquo, que, embora rodeado por montanhas enormes e bruscas, ali arrasta innumerous campesinos. [parágr.] Formam se os grupos. Recordam-se promessas. Rejubila o coração em impulsos d'uma alacridade louçã, virtuosa, querida. Juntam-se cachopas esbeltas com seus namorados. Prepara-se uma esturdia. E, por fim, lá seguem por caminhos invios e pedregosos, atravez dos tufos rigidos de tojo e urze, em franca galhardia, com sacolas á cabeça e um sorriso nos labios. São longas horas de inalteravel folguedo, sempre abrilhantado affavelmente pelo som dos pandeiros e harmonicás, e pelo trovar metalico, suave, encantador, de raparigas garbosas com pernas roliças ao vento, que então suspira de volupia casta, e arrecadas sobre o peito – o altar mais divino, com o brilho do jaspe e o perfume do mangericão, dos seus conversados. - Soltam cantigas poeticas, admiraveis, lindissimas, como esta: [parágr.] Á Senhora da Peneda/ Nos leva meigo luas,/ Sendo o nosso pegureiro/ Nos tempos do verbo amar./ [parágr.] De mistura com toda esta jovialidade alacre, como que espadanando-se em gaiatices e alegria santa, fervilha a devoção por essas veredas montanhosas. São pessoas que ali vão sem falla; outras sem comer nem beber; e ainda outras com velas de cera e valiosas promessas; enquanto lá muitos penitentes sobem a longa escadaria de joelhos ou dentro de caixões. É a fé arreigada do povo humilde a expandir-se sinceramente em manifestações commoventes. [parágr.] Mas, por outro lado, o aspecto da romaria é deveras interessante e unico, com varias patuscadas, as mais alegres travessuras, e as delicias ruidosas do *vira* e da *caninha verde*, ora entre amigas e conversados, ora com guapas hespanholas, que ali affluem. [parágr.] A graça da vida aroal distribue por ali os seus melhores beijos, as suas mimosas caricias, a sua mais enternecida crença, o seu mais expansivo prazer. Parece até que um côro unisono de vozes, quer ridentes e satisfeitas, quer sentimentaes e sinceras, se levanta para o Azul immenso, bemdizendo a ventura íntima da vasta familia campesina. [parágr.] E, decorridos alguns dias de constante diversão amiga, elles lá voltam, com braços de carqueja e cobertos de pó, para os seus lares tão simples, trocando os pandeiros pela enxada, mas sempre com um extase de satisfação bemdita a acalentar-lhes os peitos e um sorriso casto a refflorir momento a momento nas petalas carminadas de garrulas moçoilas.»

N.º 34 – Dornes – Festas e romarias, A. 1921, pp. 209-210, Manoel Cristovam:

«Dornes – Festas e romarias – de entre as muitas festas tradicionais em uso neste povo ordeiro e trabalhador, destaca-se pela sua pompa, a festa e romaria á Senhora do Pranto, que se venera em Dornes, pequena vila situada na margem direita do rio Zezere, entre grandes e profundos vales. [parágr.] O cirio saí, invariavelmente, na terça-feira seguinte depois do Espirito Santo, da igreja de Olalhas, pouco depois de ter nascido o sol, e é conduzido pelo juiz da festa que se transporta a cavallo, sendo seguido de toda a

cavalgada, depois da qual se seguem todos os carros, a um de fundo; os sinos tocam durante alguns minutos e são queimados alguns foguetes, sinais indicativos da sua partida. A marcha é feita a trote e á sua passagem em cada povoação, tanto á ida como no regresso, é queimado um foguete. Em Ferreira do Zezere é o cirio aguardado pelo povo e pela Filarmonica Ferreirense, contratada de antemão, que executa uma marcha e depois acompanha o cirio até Dornes, onde vae abrilhantar a festa. [parágr.] Na pequena, mas alegre e florescente povoação de Eiras, tem lugar a refeição do almoço frio e ali ficam todos os carros por ser muito perigosa a estrada dali a Dornes, para onde todos se dirigem a pé e a cavalo. [parágr.] Chegado, pois, o cirio a Dornes dá o mesmo entrada na igreja, seguido de todo o acompanhamento e da musica, sendo pouco depois celebrada missa com acompanhamento a orgão e dito sermão, em seguida ao qual tem lugar a procissão que percorre a rua principal, de detestavel piso. [parágr.] Não obstante a pequenez da vila de Dornes, que não tem vida propria, juntam-se ali naquele dia alguns milhares de pessoas, como se verifica na fotografia que antecede esta narrativa, pois, além do cirio de Olalhas encontram-se ali mais os de Ancião, Arega e outros, os quais atraem aquele elevado numero de pessoas. [parágr.] Finda a festa religiosa, dirigem-se todos novamente á povoação de Eiras, procedendo-se logo á refeição do jantar. Finda esta põe-se o cirio em marcha de regresso a Olalhas, com o mesmo aparato e acompanhamento da ida, tocando os sinos á sua chegada, que geralmente só tem lugar depois do sol posto.»

N.º 35 – O Mosteiro do Amparo, A. 1876, pp. 157-158, M. J. F. G. (Barcellos):

«O Mosteiro do Amparo. - A pouco mais de oito kilometros de Barcellos, no concelho de Espozende e freguezia d' Apulia, está edificado em extensa planicie o mosteiro de Nossa Senhora do Amparo, muito celebrado no Minho, por ser ali que tem lugar uma função religiosa, destinada a expulsar o demonio do corpo de todos aquelles que tiveram a infellicidade de deixar penetrar em suas moradas hospede tão turbulento e damnosos. [parágr.] É sem questão uma das mais interessantes e curiosas romarias da provincia, pelas variadas scenas e episodios que se offerecem aos olhos de centenaes de espectadores avidos de taes divertimentos. [parágr.] Os possessos, são em sua maior parte rudes lavradores affectados de padecimentos nervosos, a quem as nigromantes d'aldeia, conhecidas entre o vulgo pelo epitheto de – corpos abertos, aconselham a troco de alguns tostões a romagem áquelle mosteiro, aonde, por intercessão do respectivo capellão e patrocínio especial [de] Nossa Senhora do Amparo, serão libertados do teimoso inquilino que tanto os opprime. [parágr.] O ceremonial, que precede a expulsão do mafarrico é, pouco menos do seguinte modo : [parágr.] O possesso, é logo agarrado á entrada do templo por quatro robustos lavradores, que o conduzem de rastos e aos empuxões até junto dos pés do sacerdote : mas isto, com difficuldade extrema, pois que o padecente dominado pela idéa de que traz dentro em si o demonio, ou alma penada faz esforços incriveis acompanhados de altos berros para se não approximar de coisa benta. [parágr.] O sacerdote tomando-o então pelos cabellos dá-lhe a beijar a effigie da Senhora do Amparo, bradando repetidas vezes : [parágr.] - Diabo ! Deixa esta criatura ! Deixa ! [parágr.] O possesso responde então, figurando ser o diabo : [parágr.] Não deixo! Não a deixo ! [parágr.] Mas em nada lhe aproveita esta louca pertinacia, pois o bom do levita, tão perito está no officio de expulsar coisas más, que depois de grandes

contorsões e momos do possesso, sempre consegue que o demonio venha a largar a preza que fica exausta e prostrada, com grande admiração e pasmo do publico crendeiro.»

**N.º 36** – A predição de Fátima, A. 1920, pp. 124-126, Maria Madalena (Casa de Fiandes):

«A predição de Fátima – Fez um ano, domingo, 13 de outubro de 1918, que na serra de Fátima, quis Deus juntar milhares de criaturas, para que ouvissem da bôca de três pastorsitos, que na biblica solidão da serra escalvada apascentavam gados, promessas de paz, felicidade e de sossêgo para a desgraçada e linda terra portuguesa ! [parágr.] Rasgaram-se as nuvens, no céu tórvo e triste, e rompeu o sol illuminando a serra ! Foi a promessa luminosa da Paz na tristeza pesada da vida, e de joelhos caíram milhares de criaturas, que viam na luz bemdita do sol, o sorriso de Deus, que de novo abençoava a terra, onde tão tristes males se tinham espalhado ! [parágr.] Viam, os pastorinhos em graça, passar o manto diáfano da Virgem, viam nas azinhagas escuras, o rasto luminoso dos seus pés descalços e a serra aclarar, por milagre, nos dias turvos e escuros, quando o meio dia ao longe tocava nos sinos das aldeias e das vilas ! [parágr.] Falava a Virgem aos pastorinhos em graça, e as suas almas puras do mal, entendiam as falas da Senhora... assim deram esperança ás mães, ás noivas, ás mulheres dos soldados que a guerra levava! [parágr.] Prometeram que dentro de um ano a guerra acabava, e voltariam os soldados para as suas terras ! Pelo caminho, em grupos, de mãos postas, olhando o sol que prometera a Paz, vinham as mães, as noivas, as mulheres a quem a doce promessa tinha sido feita. Repetiam baixinho, na esperança que Deus as ouvisse melhor : [parágr.] - Dentro de uma ano acaba a guerra ; voltam os soldados dentro de um ano !» [parágr.] Passavam os dias, passavam meses, e a guerra durava, durava sempre. Iam morrendo longe uns soldados, enquanto outros vinham vindo contentes abraçar as mães, as noivas e as mulheres, que preparavam os fatos domingueiros para os irem esperar, enquanto as outras que não tinham sorte, com as chitas pretas dos lutos choravam a morte dos que não voltavam... [parágr.] Todos se foram esquecendo da predição de Fátima... Só as mães, as noivas, as mulheres, que ainda tinham o coração na guerra, repetiam baixinho para que Deus as ouvisse, beijando o ramo seco da azinheira de Fátima : [parágr.] - Dentro de um ano há de acabar a guerra, e os soldados voltarão para as suas terras dentro de um ano ! [parágr.]..... [parágr.] No dia 13, dêste outubro frio, depois do silêncio que as doze badaladas do meio dia, trouxeram ao barulho animado do mercado, enquanto os homens tiravam os barretes, as mulheres tiravam os chapéus e as mãos se erguiam na reza do dia, na claridade doirada do sol, passou uma nuvem leve, pequena, transparente e a sombra saiu repentina e estranha, como se de súbito anoitecesse, para logo a madrugada raiar afogada em sol... Com a escuridão inesperada que desceu, com o sol que iluminou a casaria branca da vila e a montanha de esmeralda do castelo, depois de ter passado a nuvem transparente, a predição de Fátima passou na lembrança de todos, que havia um ano, áquela hora, a tinham ouvido ! [parágr.] ..... [parágr.] Foi no dia 13, dêste mês de outubro frio e triste, que a primeira noticia de Paz foi lida, entre lágrimas de alegria, por todas as mães, noivas e mulheres que tinham ainda o coração na guerra ... [parágr.] Começaram nesse dia a antever a esperança de que se realizasse a predição bemdita da serra de Fátima, como há um ano a

tinha prometido a fala da Senhora aos pastorsinhos em graça e o sol luminoso que rasgou as nuvens no dia 13, á uma hora de uma tarde ennevoadada e escura do mês de outubro !»

**N.º 37** – Milagres de S. Cornelio, A. 1902, p. 30:

«Milagres de S. Cornelio – Lê-se o seguinte no «Mappa de Portugal antigo e Moderno», pelo padre João Baptista de Castro (Lisboa, 1762). [parágr.] «Perto da villa de Belmonte, bispado da Guarda, há um antiga ermida de S. Cornelio, em cujo sitio dizem que estivera o santo desterrado, sendo que outros escriptores de critica mais exacta têm isto por tradição destituída de fundamento. O certo é que, pela imagem do santo, que alli se venera, obra Deus muitos prodigios. Os devotos usam uma particularidade celebre, que parece irrisoria, e é, que os molestados de dôres de cabeça, quando vão em romaria á dita ermida, levam por offerta ao santo uma ponta de boi, a qual deixam á porta da tal ermida e logo alcançam a saude. É tão antigo e frequente este uso, que d'estas retorcidas ofertas estão feitos grandes montes ao redor da egreja. D. Nuno de Noronha, bispo da Guarda, pelos annos de 1600 quis prohibir isso, e de facto mandou tirar aquellas armações da porta da ermida, porém, sobrevieram-lhe taes dores de cabeça, que advertido lh'as mandou restituir ao proprio lugar. [parágr.] Assim o diz o auctor do Agiologio lusitano: valha porém unicamente a verdade, a que sempre nos aggregamos.»»

**N.º 38** – Um embarque na Figueira, A. 1876, pp. 347-348, Bulhão Pato:

«Um embarque na Figueira. - Era um domingo : Augusto (Augusto Carneiro) e eu, estavamos na praia, onde presenciamos um quadro tocante. [parágr.] Partia um destacamento, não sei para onde. No momento do embarque, um soldado, moço que teria os seus vinte e tantos annos, bem posto, bem parecido, moreno e de porte militar, destacou-se dos companheiros, que não vinham debaixo de forma, e foi abraçar-se a uma velhinha que o recebeu lavada em lagrimas. Via-se que o rapaz fazia todos os esforços para conter as suas com o hombridade de soldado. [parágr.] A velha era a mãe. A muito custo, para não empregar força, conseguiu desprender-se dos braços tremulos e senis d'aquella que parecia reassumir o vigor juvenil para apertar ao coração o filho das suas entranhas. O pobre soldado queria sorrir-se , talvez com receio de que os seus camaradas o escarnecessem, dado que houvesse corações capazes de não respeitar aquelle lance, e quando se desprende dos braços da mãe disse : [parágr.] - Coitada, está muito velhinha ! ... [parágr.] Mas aqui estrangulou-se-lhe um soluço na garganta, e desatou a chorar como uma creança, levando o canhão da manga aos olhos, para esconder as lagrimas que lhe alagavam o rosto crestado e marcial. [parágr.] D'ali a pouco a vélhinha, subindo a um penhasco que ficava proximo de nós, e vendo que o navio arfava ao cair nas primeiras vagas, agitou o lenço branco e disse, como se o filho pudesse ouvir'a : [parágr.] - Deus te leve na sua guarda ! Ah ! Filho ! Filho ! Que te não torno mais a ver ! [parágr.] Olhei para Augusto ; tinha os olhos rasos d'agua.»

N.º 39 – O monte de S. Bartholomeu, A. 1876, pp. 238-239, J. Machado Leal:

«O monte de S. Bartholomeu. - A um kilometro da Pederneira, para o nascente, no concelho de Alcobaça, creou a natureza n'aquelle extenso areial um monte pedregoso e escalvado, similhando uma grande baleia petrificada. [parágr.] Segundo a lenda da Senhora da Nazareth, o ultimo rei godo D. Roderico, fugido da desgraçada batalha do Guadalete, viera ali para e acolher-se a este monte com o monge frei romano. [parágr.] Conta-se que elles, vendo este cerro quasi inacessivel, pensaram que seria inhabitado, mas, com grande espanto seu, encontraram no cume uma sepultura e ao [...] crucifixo, ao qual associaram a imagem da Senhora da Nazareth e as reliquias de S. Braz e de S. Bartholomeu, que haviam trazido consigo do mosteiro de Cauliniana, em Hespanha. [parágr.] O primeiro nome que este monte teve foi o de monte Seano, porém desde que ahi se erigio uma capella a S. Bartholomeu, ficou tendo o nome do apostolo. [parágr.] No dia 3 de fevereiro vae a este sitio a gente d'estes arredores festejar S. Braz, que ahi se venera tambem. É então digno de ver-se – uns assentados nos pontos mais culminantes d'aquelles penedos, que ameaçam despenhar-se sobre nossas cabeças, - outros subindo o monte por uma estreita vereda, levando cada familia seu jantar ; e os mais devotos telhas, que piedosamente tiram a seus vizinhos para testemunharem as curas milagrosas do santo. [parágr.] Ha mezes que uma senhora, exprobando a uma rapariga o ter furtado umas telhas, lhe perguntava o fim para que as tinha levado. [parágr.] - Não são para mim – lhe respondeu a rapariga – são para S. Braz. [parágr.] N'esse caso compra-as. [parágr.] - É que eu prometti-as furtadas – replicou a devota. [parágr.] - O santo não quer coisas furtadas – redarguiu a senhora. [parágr.] - Não quer ? Mas elle tirou-me as sezões ! [parágr.] A meu ver um milagre não menor faz S. Braz a esta gente, que se não lembra de lh'o agradecer ; e é que bebendo-se ali tanto vinho no dia da festa, não consta que pessoa alguma se tenha despenhado em tantos precipicios de que está povoado o agreste e abrupto caminho que leva ao alto de cerro.»

N.º 40 – Romaria ao Senhor da Abelheira, A. 1857, p. 141, D. Alcina Amelia de Freitas Costa D'araujo Queiroz:

«Romaria ao Senhor da Abelheira – Ha na fréguezia de Eiriz, do Julgado de Paços de Ferreira, uma ermida chamada do Senhor da Abelheira : os povos das fréguezias circumvisinhas, como S. Fins de Ferreira, Carvalhoza, Figueiró, etc., quando lhes adocece um porco, promettem dar umas voltas á roda da mesma ermida se o animal sarar; e quando assim acontece, chamão no primeiro domingo as raparigas da aldeia, e ahi vão todos em romaria, mais o convalescente, que acompanha grunhindo, as devotas cantigas. Depois de dadas as voltas prometidas, come-se uma boa merenda, de antemão preparada, e torna cada um para um para sua casa alegre e satisfeito.»

### **Outros Textos:**

**A ermida da Senhora do Socorro**, A. 1886, pp. 315-316, D. Anna Filomena d'Araujo Lima (Riba d'Ancora):

«A ermida da Senhora do Socorro. - A tres kilometros da praia de Ancora, n'um lugar

pedregoso, mas fértil e ameno, na freguezia de Ancora, acha-se edificada a mui formosa e antiquíssima ermida da Senhora, cujo título damos por epigraphe a este artigo. Foi construída n'esses tempos bellicosos de 1640, e mais de 240 annos tem passado por ella, sem que se lhe tenham desvanecido os seus antigos esplendores. Teve por fundador a João Martins Nogueira, em cumprimento d'um voto que fez lutando com a furia das ondas, no meio do oceano. Tinha esta freguezia ainda o nome de Balthazares. A capella é toda de aboboda e de uma architectura um tanto exquisita. Tem um elegante arco-cruzeiro, e a cada um dos lados d'este um altar ; no da direita está a imagem do crucificado, um pouco soffrível, e no da esquerda, aqui collocada em 1855, vindo da igreja matriz, está a arvore de Jessé, obra preciosa tanto pela antiquidade, como pelo seu mérito artistico. O interior vê-se perfeitamente decorado com painéis, recordando-nos os principaes feitos do Calvario ; e sobre o altar-mór vêmos a imagem da Senhora soffrivelmente adornada. Como já dissemos, foi esta capella construída em 1640, e já em 1687, como consta dos archivos da mesma, tinha uma irmandade composta de mais de 800 irmãos. A tanto subiu a piedade e o culto á Senhora, que havia ali annualmente uma romagem por espaço de oito dias, concorrendo gente de longas distancias e da vizinha provincia da Galliza. Hoje nada mais há que uma festa annual no mez de agosto, ainda assim de regular concurso. O bem conservado da capella, tanto no exterior como no interior, e a continuação da funcção á Senhora são devidos ao constante zelo de um devoto a quem ella pertence, que não poupa desvelos nem cuidados em patentear regularmente aquelle padrão, lembrança fiel dos bellos tempos de D. João IV. Em torno da capella, ainda existem ruínas de sete pequenas ermidas, que no seu conjuncto representavam as tragicas scenas do Calvario. No anno de 1866 servio esta capella de parochia, em quanto se procedia á reedificação da igreja matriz. Na frente do edificio ha um bom alpendre, de bastante utilidade para resguardar do calor os viandantes que por ali transitam, em rasão de ser por ali o caminho para a cidade de Vianna do Castello. Além está um cruzeiro, que é pertencente á mesma ermida.» (Lima, 1885, pp. 315-316).

**A Nazareth, 1807-1812**, A. 1910, pp. 123-126, Lino J. Ferreira da Costa (Lisboa):

«Tudo a garra franceza, a pouco  
e pouco, destruiu, saqueou, roubou,  
n'um fervor louco.»

*D. Trancoso.*

«Esta pequena povoação, apesar de, n'aquella calamitosa epoca, se compôr de pobres pescadores, representou, como o affirma um erudito e primoroso escriptor, um papel importante na guerra peninsular. [parágr.] Com a entrada do exercito francez em Portugal, sob o commando do general Junot, e distribuidas que foram as forças invasoras pelos diversos pontos do paiz, não se fez demorar muito a occupação do forte de S. Miguel, no extremo d'esta povoação, por soldados francezes, commandados por um official chamado Miron ; assim como não tardou que o povo se insurgisse, do norte a sul, contra os despotismos, roubos e espoliações praticadas pelas phalanges invasoras. A 22 de junho de 1808 sublevava-se Aveiro e Mealhada, a 23 Coimbra, onde se organisára um batalhão academico, e a seguir Pombal, Figueira da Foz e outras povoações proximas do littoral, que estavam guarnecidas por soldados francezes. [parágr.] O movimento repercutiu-se com maior intensidade. As guarnições francezas

fogem. O general Thomiers recolhe as guarnições dos fortes, e deixa a do forte de S. Miguel, n'esta povoação, o que não impediu que o povo auxiliado por uns academicos vindos de Coimbra o tomassem, e em acto continuo, aprisionassem a guarnição e seu commandante, o barbaro Miron, sem que contra este, e seus subalternos, se revelasse por parte do povo e até mesmo dos estudantes a menor aggressão. [parágr.] Estando, entretanto, travada a lucta popular já um tanto avolumada com a suspeita da chegada da esquadra ingleza, Thomiers é mandado explorar o littoral ; e em cumprimeto d'esta missão entra a 15 de julho de 1808, á frente d'uma pequena brigada, na Nazareth, que fôra abandonada pelos milicianos que a guarneciam, e taes crueldades, roubos e assassinios praticaram n'esta infeliz povoação, que, na phrase d'um outro escriptor, as suas acções excederam talvez as atrocidades de Margaron em Leiria, não escapando, a este terrivel assalto, o vetusto templo da Nazareth, á sombra do qual nasceu esta povoação, e d'onde deriva o seu nome. Alli se praticaram as mais abominaveis violações, e por fim a sagrada imagem da Nazareth tida como uma das mais milagrosas da christandade, retirada da tribuna, entre motejos e despresos da soldadesca franceza, que, a breve trecho, a abandonaram ; sendo mais tarde encontrada pelo reitor Antonio José Baptista de Leão, a um canto do altar mór, estando presentes os padres mordomos, que depois, solememente, a collocaram no seu throno. [parágr.] Se por um lado o general Thomiers havia dado redeas ao seu indomito furor pela perpretação de taes crimes, roubos e infamias, os soldados de Massena enchiam de sombrio terror esta povoação pelas suas inqualificaveis crueldades, exercidas tanto em tenras creanças e timidas donzellas, como em velhos imbelles. (...). [parágr.] Ocioso é dizer que no real santuario se repetiram os mesmos sacrilegos desacatos; a imagem novamente retirada da tribuna, e depois collocada em local improprio pela soldadesca franceza, tanto dentro, como fóra do mesmo santuario, até que, sendo encontrada, por um feliz acaso, no poial da casa de Francisco Miguel, sita no largo denominado do Terreiro, pelo mordomo Antonio Baptista Bello de Carvallho, nunca mais a abandonou, resolvendo, desde logo sair d'esta povoação, sua terra natal, para o que muito concorreu o provedor da comarca, Antonio Pedro d'Oliveira Gaio. [Parágr.] No dia 4 d'outubro de 1810 se poz a caminho de Mafra levando comsigo a santa imagem. Ao transpôr o alto da Barca, d'onde se esconde á vista o deslumbrante panorama da Nazareth, em que sobressae o majestoso templo com a sua estatuta soberana, envia-lhe um saudoso adeus, e seguindo a sua róta, sob a égide da fê, passa pelas villas das Caldas da Rainha, Obidos e pelas notaveis linhas de Torres Vedras, aonde lhe é imposto um outro trajecto inteiramente contrario ao que tinha traçado, por cujo desvio, e por uma encadeação de acontecimentos raros, como se diz na inscripção que abaixo transcrevemos, vae ter ao logar de Pendão de Bellas, e alli já noite cerrada lhe são abertas, de par em par, as portas da casa do João Luiz, criado de Sua Alteza Real, o Principe Regente D. João. [Parágr.] Eis a inscripção, que se acha embutida em azulejo na parede d'aquella casa, que actualmente pertence a Duarte José Bellas : (1) [Parágr.] «A invasão dos barbaros francezes em este reino de Portugal motivou o factu extraordinario da vinda da Milagrosa Imagem de N. S. da Nazareth da sua egreja e real capella, cuja sacrosanta imagem, por uma encadeação d' acontecimentos raros, veio ter a casa de João Luiz ao Pendão de Bellas, e trazida pelo Padre Antonio Baptista Bello de Carvalho, mordomo da Real Casa da dita Senhora o que como administrador da Mesma, depois de publica morada da V. S. S. em casa do dito João Luiz, se conseguiu a collocação da Milagrosa Imagem em a Real Capella de

Queluz para a veneração dos devotos durante a residencia d'aquella Sagrada Imagem em a mesma Real Capella. [Parágr.] Chegou dia 12 d'outubro de 1810. [Parágr.] Esteve, pois alli, exposta no altar collateral de S. Clemente até 3 de setembro de 1812, data em que, por concessão regia, foi mandada recolher ao seu alegre e magestoso sanctuario na Nazareth, padrão indelevel dos sentimentos religiosos d'el-rei D. Fernando, seu fundador. [Parágr.] Conduzida a imagem em uma rica berlinda, sob a direcção das pessoas mais gradas de Quelluz e Bellas, de que fazia parte o mordomo Bello de Carvalho, foi durante o seu trajecto solemnemente festejada, dando entrada na Nazareth, no dia 6 d'aquelle mez e anno, com as maiores demonstrações de regozijo, vendo-se as ruas ornamentadas com verduras e arcos triumphaes ; e, parando o cortejo, seguido de numerosa assistencia de povo em frente da porta do sanctuario, foi tirada a imagem da berlinda pelo Principal da Igreja Patriarchal, Gomes Freire d'Andrade, e a entregou, perante todas as auctoridades do concelho e de fóra, collegiadas da Nazareth e Pederneira, ao novo reitor, Antonio Baptista Bello de Carvalho, que a levou debaixo do pallio até ao altar mór, entre gloriosos hymnos e expansivas hossanas, que, com grande lustre e apparatus, se repetiam nos dias immediatos.» (Lino, 1909, p. 123).

«(1) O retabulo com esta inscripção foi benzido em 20 d'agosto de 1814.»

**Santiago da Serra**, A. 1927, pp. 294-295, Adriano Moreira de Castro (Lourêdo – Paredes):

«Santiago da Serra. - Em uma colina, a uns cem metros de altura, acima do nivel do mar; sobranceira às freguesias de Beire e Louredo, do concelho de Paredes ; foi erigida em 1585 (segundo o que se lê na frontaria), uma capela em louvor de Santiago. Dizem os entendidos que foi ali uma aldeia de Mouros, sendo destruida pelos christãos no seculo XII; que a dita capela fôra uma Mesquita Maometana, que tambem foi queimada : sendo reconstruida naquela data, em louvor de Santiago, o maior inimigo dos Mouros. [parágr.] Ainda hoje se reconhecem vestigios da reconstrução e bastantes alicerces de casas destruidas. [parágr.] Ha, proximo á capela, uma fonte abundante de agua fresca, leve e deliciosa, que o povo tem como milagrosa, e quando na ocasião da romaria, que se efectua no dia 25 de Julho de cada ano, leva vasilhas, que trazem cheias para casa, que bebem ou se banham para se curarem ! [parágr.] Tambem havia a credence dos Mouros e tesouros encantados ! Ainda no seculo passado, escavavam por ali em diversos sitios, a ver se encontravam os tais tesouros ; mas não consta que encontrassem coisa alguma. [parágr.] Disfructa-se dali um panorama encantador ! [parágr.] Apresenta á nossa vista, a cidade de Penafiel e as vilas de Paredes e Lousada, e assim os vales ou veigas verdejantes dos rios Sousa, Mesio e Regato de Louredo, nos concelhos da mesmas cidades e vilas, e no de Felgueiras, vendo-se ao longe a Serra do Marão. [parágr.] Naquela exposiçáo, nascente sul, abrigada dos ventos norte e nordeste ; já se tem feito curas de tuberculose incipientes, em uma barraca, construida para esse efeito.» (Castro, 1926, pp. 294-295).

**Missa na aldeia**, A. 1862, pp. 340-341, Julio Cesar Machado:

«A missa na aldeia. - Quando eu estou na Durruivos, vou aos domingos, com a gente da

aldeia, ouvir missa no Bom Jesus do Carvalhal. Quanto peor tempo faz, mais alegre é a jornada. As raparigas riem dos namorados que escorregão, e o saloio pundonoroso, inchado de capricho, firma o cajado na terra quando salta, evitando d'esta fôrma o Waterloo da cambalhota ! As velhas resmungão queixosas como no Carnaval de Veneza de Paganini, e compõem inspiradamente o hymno do cáio aqui, e acolá me levanto ! A romaria chega enfim ao Bom Jesus, uma egrejinha branca no cimo d'uns torrões vermelhos, e então, por Deus o juro, há alli que vêr. A saloia reina em toda a pompa exotica da sua individualidade. É o lenço da cabeça bordado e recortado, é o chaile de riscas vermelhas, é o capotinho curto de cabeção grande como o que sua avó usava quando os rapazes do seu tempo lhe improvisavão cantigas na desgarrada, e ás noutes na eira disputavão ávidos as alviçaras da massaroca vermelha pelo prémio de um beijo seu ! É o saloio primitivo, de camisola de lã por cima da jaléca, e pélle de chibo no Joelho ! É o saloio velhaco, e é o saloio tollo, o que resume os dous saloios possiveis ! - reunidos no adro, em attitudes, graves, imbecis, immoveis. O maloio que atravessa então por entre elles, com ambições á capélla-mór, sente-se na situação de Guilherme Tell: - «Que silencio em redor de mim ! Só escuto o ruido dos meus proprios passos !...» Depois, porém, - oh ! Deixo de sorrir aqui ! - a missa principia, e no centro d'aquella simples igreja de paredes núas e de imagens pobres, onde nunca resôa orchestra, onde a moda e a sociedade não vão procurar mostrar-se, onde é tudo modésto, sereno e sincero, a consciencia sente-se melhor, e parece-me alli, mais do que nunca, estar em frente de Deus !...Quando a missa termina, partimos todos do alto da collina como bandos de aves! O declive rápido tenta a saltar, e a romaria escorregando pela relva desaparece veloz, até que, - n'um momento ! - como pardaes inquietos, a saltar e a rir, chegámos á baixa do valle. Depois, subitamente ! - com a presteza maravilhosa com que, diz-se nas lendas, as fadas morrem ao nascer do sol!- o encanto esvae-se, e uma vaga melodia perfumada de religião e de simplicidade, sancta simplicitas ! cessa de repente ... A igreja isolada da colina torna á sua nudez e á sua tranquilidade ... E aquelle campo, que, um instante antes, mil grupos alegravão, fica mudo e monótono como um libretto desacompanhado d'orchestra ! O valle toma então para mim uma expressão triste e dolorosa. Filho da aldêa, quando, ao tirarem-me de lá, cuidavão salvar-me, quem sabe hoje ainda se forão perder-me ?! Agora, quando espalho a vista pela collina, pelos regatos, pelas sebes, pela relva, parece-me que a verdura d'aquelle campo, - onde eu brinquei em creança, scismando no futuro ás vezes, lendo-o nas estrellas, e aspirando-o no perfume da noute ! - ufana por ter a côr da esperanza me affasta, dizendo-me, que eu nada tenho a procurar alli !» (Machado, 1861, pp. 340-341).